



Educação Física. A saga de uma profissão: Contributos dos congressos da Federação Brasileira das Associações de Profissionais de Educação Física para a definição e afirmação profissional.

Carlos Alberto Camilo Nascimento

Porto, 2018



FACULDADE DE DESPORTO
UNIVERSIDADE DO PORTO

Educação Física. A saga de uma profissão: Contributos dos congressos da Federação Brasileira das Associações de Profissionais de Educação Física para a definição e afirmação profissional.

Dissertação apresentada às provas de
Doutoramento em Ciências do Desporto nos
termos do decreto-lei nº 74 / 2006 de 24 de
março, orientada pela Prof^a Doutora Cristina
Rocha e Prof^a Doutora Zélia Matos

Carlos Alberto Camilo Nascimento

Porto, 2018

Ficha de catalogação

Nascimento, C. A. C. (2017). *Educação Física. A saga de uma profissão: Contributos dos congressos da Federação Brasileira das Associações de Profissionais de Educação Física para a definição e afirmação profissional*. Dissertação de Doutoramento em Ciências do Desporto apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

Palavras-chave: EDUCAÇÃO FÍSICA, ASSOCIATIVISMO, ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL, PROFISSIONALIZAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO.

DEDICATÓRIA

“As horas do relógio da vida passando,
Fiando o tempo nos dedos da história
E eu aqui ficando
Preso ao tempo que não tem tempo
Não existe demora, pois o tempo sabe a sua hora
Para cada história que se dispôs a contar”
Jadson Simões

Aos meus pais, Bené (in memoriam) e Leninha, que envidaram enormes sacrifícios para proporcionar aos dois filhos os estudos necessários para uma vida melhor. E nunca desistiram.

A minha esposa Sandra que foi responsável direta para o começo, o meio e o fim deste projeto acadêmico, minha fonte inestimável e inesgotável de amor.

AGRADECIMENTOS

*“...quando falo dessas pequenas felicidades certas,
Que estão diante de cada janela, uns dizem que essas coisas não existem,
Outros que só existem diante das minhas janelas, e outros,
Finalmente, que é preciso aprender a olhar, para poder vê-las assim.”*

Cecília Meireles

Considerando que não se vive e nem se faz nada sozinho neste mundo, principalmente quando nos deparamos com algumas tarefas mais complexas, é necessário agradecer as pessoas que contribuíram com esta trajetória. Assim, aqui relaciono em gesto de agradecimento:

Ao Professor Doutor Antônio Manoel Fonseca, presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Desporto, imprescindível e incansável presença, que nos acompanhou desde o início desta trajetória, dando-nos o suporte necessário com uma prontidão impecável, com vistas à consecução do doutoramento;

À Professora Doutora Cristina Rocha da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, minha orientadora, responsável pela continuidade desta tese, competente e atenciosa, pelas serenas e pertinentes orientações, apontando-me generosamente os melhores caminhos para cumprir esta árdua tarefa;

À Professora Doutora Zélia Matos da Faculdade de Desporto minha coorientadora, igualmente responsável pela continuidade desta tese, pela amizade, cuidado e importantes contribuições também responsáveis pelos resultados desta tese;

Ao Professor Doutor Jorge Olímpio Bento, da FADEUP, um transmontano que sabe receber bem as pessoas;

Ao Professor Doutor José Pedro Sarmiento, da FADEUP, que me recebeu como amigo e proporcionou-me caminhos nesta trilha de adversidades, não faltando com suas palavras de incentivo nos momentos difíceis;

Ao Professor Rui Garcia, que nos deu a mão a percorrer os corredores da FADEUP, nos apresentando a todos e também favorecendo nossas discussões;

À Professora Maria José Carvalho, nos recebendo muito bem no gabinete da Gestão Desportiva, partícipe de recomendações não só durante a defesa do projeto, como em vários outros momentos de convívio no gabinete;

Às professoras Teresa Marinho e Cristina Bento, que além de amigas, foram parceiras nas discussões durante nossa etapa na FADEUP e mesmo quando estávamos distantes do outro lado do oceano;

Ao corpo administrativo da FADEUP que me atendeu com imenso afeto e atenção;

Aos professores da FADEUP que contribuíram para o meu crescimento;

Ao presidente do Conselho Federal de Educação Física e presidentes dos Conselhos Regionais de Educação Física que aceitaram participar do processo investigativo e pacientemente foram meus entrevistados;

Ao Presidente do Conselho Regional de Educação Física, Claudio Boschi, amigo de longa data, que abriu as portas do Conselho para que pudéssemos avançar com nossa investigação, disponibilizando também os funcionários gestores do Conselho para o bom desempenho da tarefa;

Ao professor Doutor Emerson Silami Garcia da Universidade Federal de Minas Gerais, por confiar em mim;

À Universidade Federal de Juiz de Fora e à Faculdade de Educação Física e Desportos, pelo suporte institucional.

Aos meus amigos, Edson Vieira da Fonseca Faria, José Augusto Rodrigues Pereira, Marcelo de Oliveira Matta, da UFJF, que dividiram moradia, participaram do dia a dia desta longa jornada, tanto nas questões acadêmicas da FADEUP, como no convívio na Faculdade de Educação Física e Desportos de nossa universidade, já que pertencemos ao mesmo departamento;

Aos professores de minha faculdade que apostaram no sucesso deste empreendimento, em especial os professores Doutores da Universidade Federal de Juiz de Fora: Edna Ribeiro Hernandez Martins, Maria Elisa Caputo Ferreira, Jorge Roberto Perrout de Lima e Lídia dos Santos Zacarias;

Às amigas e professoras da Universidade Federal de Juiz de Fora, Doutores Cristina Bezerra, Verônica Borba, Maria das Graças Ferreira Pinto e Alice Caldas Junqueira, Vanderli Fava de Oliveira que contribuíram na medida certa, e Mônica Grossi pelo companheirismo, marcando presença solidária e incansável em importantes momentos, discutindo os diversos temas propostos para a tese, sempre nos incentivando e fortalecendo nossos propósitos.

À Raquel Takayma, companheira de luta e grande amiga por ter disponibilizado seu arquivo particular sobre a trajetória do movimento associativista da educação física.

Educação Física. A saga de uma profissão: Contributos dos Congressos da Federação Brasileira das Associações de Educação Física para a definição e afirmação profissional.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	III
AGRADECIMENTOS.....	V
ÍNDICE DE FIGURAS	XVII
ÍNDICE DE QUADROS.....	XIX
ÍNDICE DE ANEXOS	XXI
RESUMO.....	XXIII
ABSTRACT.....	XXV
ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS	XXVII
INTRODUÇÃO	1
Reflexões histórico-filosóficas acerca da Educação Física, da Ginástica e do Desporto	3
– O problema mente-corpo	3
– Para além do binómio mente-corpo: a cultura.....	4
– O conceito antropológico de cultura: a natureza humana	5
– Para além da cultura geral: o sentido antropológico da educação	6
– O corpo no desenvolvimento da civilização humana	7
– O problema mente-corpo na educação física: a ginástica.....	8
– O esporte	9
– O jogo, os jogos olímpicos	11
– A polémica estabelecida entre a educação física e o esporte.....	13
– A superação da dualidade mente-corpo: em defesa da educação física.....	13
– Questões em torno da trajetória da educação física	15
Tema da pesquisa, sua justificação e método	18
Problema, objeto e objetivos.....	22
– O problema	22
– O objeto.....	22
– Objetivo Geral	23

– Objetivos Específicos	23
Opções teórico - metodológicas.....	23
– Uma relação interessada e continuada com o objeto da tese.....	23
– Processo de Coleta de Informação	25
– Constituição do Corpus documental	27
– Definição do Grupo de pessoas a entrevistar e trâmites seguidos para o contato e consentimento	27
– A construção do Guião da Entrevista. Preocupações teóricas....	28
– Validação do Guião da Entrevista	29
– A realização da entrevista e a análise do seu conteúdo.	29
Estrutura e organização do trabalho	31

CAPÍTULO I – ORIGENS, DESENVOLVIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA..... 35

Educação física: das origens ao renascimento	37
– Origens.....	37
– A educação física na Grécia e na Roma antigas.....	37
– A educação Física em Esparta.....	38
– A educação física em Atenas	39
– A educação física em Roma.....	41
– Advento do Cristianismo e sua influência na educação física medieval	42
– O Renascimento e a sua influência na educação física	45
A era moderna. Alguns contributos: a(s) ginástica(s)	47
História da Educação Física no Brasil: alguns marcos importantes para afirmação da Educação Física.....	48
– A educação física no Brasil Colônia.....	48
– A Educação física no Brasil no século XIX.....	51
– Antes da Independência	51
– Após a Independência	52
– A Educação física no Brasil no século XX.....	57
– A influência da Escola Nova	61

– A Reforma “Francisco Campos”	65
– Pós 2ª Guerra...as escolas normais – magistério primário	67
A formação dos profissionais de Educação Física no sistema de ensino: currículo e as áreas referentes ao exercício profissional.	69
– Os Currículos Mínimos dos Cursos de Educação Física e Desporto.....	71
– Educação Física e Técnico Desportivo pertencentes à área biológica.....	73
– Licenciatura curta em Educação Física específica para a escola	75
– O curso de Pedagogia: problemas similares à Educação Física	80
– Conselho Nacional de Desporto X Conselho Federal de Educação	82
– As habilitações em nível de 2º grau e os atletas monitores	84
– Década de 80 – a efetivação bacharelado em Educação Física.	85

CAPÍTULO II – O ASSOCIATIVISMO NA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA: A CONSTITUIÇÃO DE UM ESPÍRITO E DE UM CORPO COLETIVO E A LUTA PELA REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL..... 89

A expansão dos espaços ocupacionais e da heterogeneidade interna do campo da Educação Física.....	92
Associativismo e Ação Coletiva: referências para a compreensão do movimento organizativo na Educação Física.....	94
– Pluralistas e neocorporativistas.....	95
– As grandes linhas teóricas analisadas por Gohn	97
– A lógica da ação coletiva.....	99
– A lógica da mobilização de recursos.....	103
– Os princípios de solidariedade, de reciprocidade, de exercício democrático e autônomo de gestão.	106

Antecedentes históricos do movimento associativista na Educação Física: O Associativismo da Federação Internacional de Educação Física, FIEP.	108
– <i>A influência da Federation Internationale d’Education Physique - FIEP</i>	109
– A FIEP no Brasil	111
– O crescimento da FIEP no Brasil	112
A trajetória do movimento associativista na Educação Física no Brasil...	114
– A trajetória inicial: a criação das primeiras Associações dos Professores de Educação Física - APEFs, da Federação Brasileira das Associações dos Professores de Educação Física - FBAPEF e o processo de territorialização da organização associativista na Educação Física pelo país.	114
– A fase inicial do movimento associativo	115
– O alargamento do âmbito e a mudança de nome da FBAPEF.....	119
– A regulamentação da profissão como bandeira de luta...	121
– A fase de redemocratização e de retomada do movimento associativista e a realização dos Congressos da FBAPEF: embates, lutas e conquistas em torno da regulamentação da profissão.....	123
– Sementes da revitalização do processo de democratização do movimento associativista na Educação Física.	125
– Outras sementes do processo de democratização do movimento associativista na Educação Física	134
– Os Congressos da FBAPEF: contributos para a afirmação profissional da Educação Física no Brasil.	153

**CAPÍTULO III – CONSOLIDAÇÃO DE UM “ESPÍRITO DE CORPO”:
HISTÓRIA VIVIDA DO ASSOCIATIVISMO DA EDUCAÇÃO FÍSICA
BRASILEIRA 219**

Alguns contributos da Sociologia das Profissões para a compreensão da trajetória profissional da Educação Física..... 222

A consolidação da profissão pelos seus atores: depoimentos da história vivida de dirigentes associativos 237

- Motivos e condições da criação das APEFs e da FBAPEF..... 238
 - A década de 1940..... 238
 - Os motivos da criação das associações na Educação Física 239
 - O mentor da regulamentação da profissão..... 242
 - A criação da Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física. 244
- Fatores de desenvolvimento da FBAPEF: Democracia; Diretoria; Estatuto; Gestão de Conflitos; Instâncias deliberativas..... 245
 - Sementes da democratização: da estagnação à revitalização do movimento associativista. 245
 - A democracia como fator de desenvolvimento 247
 - A identificação do trabalho voluntário de líderes nas instâncias organizativas da profissão 250
 - A primeira mudança estatutária da FBAPEF 253
- Contributos dos congressos da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais de Educação Física: temas e problemas 255
 - Sindicalismo 257
 - O Profissional de Educação Física e a área da saúde 259
 - Intrusismo 261
 - Os debates sobre o estatuto da FBAPEF 264
 - Formação e identidade profissional: o bacharelado e a licenciatura 265
 - O perfil do Profissional de Educação Física 270

– Os conflitos	273
– Regulamentação da Profissão.....	275
Percurso, percalços e a conquista da Regulamentação Profissional.....	277
– A regulamentação - 1940 a 1980	277
– A regulamentação e os parlamentares.....	278
– Participação dos dirigentes das Instituições de Ensino Superior de Educação Física na regulamentação da profissão.....	279
– Os motivos do atraso da regulamentação	280
– O movimento nacional pela “Regulamentação já”	286
- Elaboração do Estatuto do CONFEF e do Código de Ética Profissional	289
– O enquadramento legal da profissão	294

CAPÍTULO IV – A PROFISSÃO DITA PELOS PORTA-VOZES DAS SUAS ORGANIZAÇÕES. PERSPECTIVAS E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA CONFEF/ CREFS 297

O perfil do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF	302
– Breve História do CONFEF	302
– O CONFEF e suas características organizacionais	303
– A sede e o corpo de funcionários	304
– A Diretoria do CONFEF	305
– Os Conselheiros Federais.....	305
– Colégio dos Presidentes dos CREFs	306
– Os Conselhos Regionais – CREFs	307
Perspectivas, dificuldades e fatores de desenvolvimento do Sistema CONFEF / CREFs : a profissão dita pelos seus porta-vozes.....	309
– Identidade profissional	309
– Subcategoria A1 - “formação”	309
– Subcategoria B1 - Designação profissional	314
– Subcategoria C1 - Intervenção profissional	315
– Subcategoria D1 - Reconhecimento interno do sistema CONFEF/ CREFs	320

– Categoria 2 – Representatividade.....	323
– Subcategoria A2 - representatividade profissional e social	323
– Subcategoria B2 – intermediação de interesses	330
– Categoria 3 – Gestão Democrática	333
– Subcategoria A3 - possibilidades	333
– Subcategoria B3 – desafios.....	339
– Categoria 4 – Fatores de Desenvolvimento	344
– Subcategoria A4 – ambiente externo.....	344
– Subcategoria B4 – ambiente interno.....	358
Síntese, principais questões e desafios apontados segundo as categorias e subcategorias.....	362
– Subcategoria Formação	362
– Subcategoria Designação profissional	364
– Subcategoria intervenção.....	365
– Subcategoria Reconhecimento	368
– Categoria 2. Representatividade.....	368
– Subcategoria representatividade profissional e social	368
– Subcategoria intermediação de interesses.....	371
– Categoria 3. Gestão Democrática	372
– Subcategoria “possibilidades”	372
– Subcategoria desafios	374
– Categoria 4. “Fatores de desenvolvimento”	376
– Subcategoria “Ambiente Externo”.....	376
– Subcategoria ambiente interno	379
CONCLUSÃO	385
BIBLIOGRAFIA	399
ANEXOS.....	XXXI

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – VI Encontro Nacional dos Estudantes de EF – ENEEF.....	134
Figura 2 – I Congresso Brasileiro de Educação Física da Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física – FBAPEF.	154
Figura 3 – Passeata de professores e estudantes a favor da regulamentação da profissão.....	154
Figura 4 – II Congresso Brasileiro de Educação Física - FBAPEF.....	159
Figura 5 – III Congresso Brasileiro de Educação Física - FBAPEF.....	164
Figura 6 – IV Congresso Brasileiro de Profissionais de Educação Física da FBAPEF.	168
Figura 7 – V Congresso Brasileiro de Educação Física - FBAPEF.	171
Figura 8 – VI Congresso Brasileiro de Educação Física - FBAPEF.	182
Figura 9 – VII Congresso Brasileiro de Educação Física - FBAPEF.	187
Figura 10 – VIII Congresso Brasileiro de Educação Física - FBAPEF.	195
Figura 11 – Comunicado para IX Congresso Brasileiro de Educação Física - FBAPEF.	207
Figura 12 – Convocação para o X Congresso Brasileiro de Educação Física - FBAPEF.	212
Figura 13 – Teia de colaboradores do “Movimento nacional pela regulamentação do Profissional de Educação Física”.....	287
Figura 14 – Logomarca "Regulamentação Já".	288
Figura 15 – Publicação da Lei da Regulamentação Profissional.....	288

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Agenda de realização das entrevistas.	30
Quadro 2 – Reuniões do Conselho de Entidades da FBAPEF	211
Quadro 3 – Frequência dos temas nos congressos da FBAPEF	214

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo I – Documentos citados na tese	XXXIII
Anexo II – Categorias e perguntas do capítulo 3.....	XLIII
Anexo III – Categorias e perguntas do capítulo 4.....	XLV

RESUMO

A presente investigação desvela a saga da profissão, com base em uma trajetória associativista, considerando seu processo de legitimidade até seu processo de regulamentação. Registra desde os primórdios da Federação Brasileira das Associações de Profissionais de Educação Física (FBAPEF) e suas Associações de Profissionais de Educação Física – APEFS, até a criação do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, e Conselhos Regionais de Educação Física - CREFS. O conteúdo teórico contém referências sobre as origens e desenvolvimento da Educação Física, o associativismo como esteio para a constituição de um espírito de corpo, os Congressos da FBAPEF e seus contributos para a regulamentação da profissão, elementos da Sociologia das Profissões, o processo de regulamentação profissional e a criação do CONFEF. A investigação empírica foi realizada por cuidadosa análise documental, com destaque para as contribuições dos congressos da Federação. Ainda analisamos os depoimentos obtidos através de entrevistas com os presidentes das APEFS e da FBAPEF, como entrevistamos os porta vozes da profissão, presidentes dos CREFS e do CONFEF, exigindo-nos rigorosa análise de conteúdo. A opção metodológica foi eminentemente qualitativa e ao término do processo investigativo houve forte unidade de pensamento. Dos resultados, a regulamentação da profissão evidenciou-se como a conquista mais importante e fundamental para o avanço da Educação Física no Brasil, tendo sido impulsionada pelo processo de organização profissional associativista. Revelou-se o processo de profissionalização e a conquista de novos espaços de trabalho proporcionados pelo fortalecimento do bacharelado. A designação “Profissional de Educação Física” foi consubstanciada em outro ganho que foi o Código de Ética Profissional.

Palavras-chave: EDUCAÇÃO FÍSICA, ASSOCIATIVISMO, ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL, PROFISSIONALIZAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO.

ABSTRACT

The present investigation uncovers the journey of the Physical Education profession based on a trajectory of association, considering from its process of legitimacy until its process of regulation. It compiles these processes since the commencement of the Federação Brasileira das Associações de Profissionais de Educação Física (FBAPEF – Brazilian Federation of Physical Education Professionals Associations) and its Associações de Profissionais de Educação Física – APEFS (Physical Education Professionals Associations), until the foundation of the Conselho Federal de Educação Física – CONFEF (Federal Council of Physical Education) and the Conselhos Regionais de Educação Física – CREFS (Regional Councils of Physical Education). The theoretic content of this investigation contains references regarding the origins and the development of Physical Education, the association as support to the construction of a body spirit, the Congresses held by FBAPEF and their contribution to the regulation of the profession, the elements of the Sociology of the Professions, the process of professional regulation and the foundation of CONFEF. The empirical investigation was carried out through a meticulous document analysis related to the many phases of the association, with emphasis in the contributions made by the Federation congresses, which were hence detailed. Statements by the presidents of APEFS and FBAPEF were analyzed, and the profession spokespeople and the presidents of CREFS and CONFEF were interviewed, which required a rigorous content analysis. The methodological option of the investigation was eminently qualitative and by the end of the investigative process, it is possible to affirm that there was a strong unity of thought. Based on the results obtained, the regulation of the profession proved itself to be the most important and essential achievement for the progress of physical education in Brazil, which was driven by the process of professional association organization of this category. The professionalization process was then disclosed, introducing the achievement of new spaces of work that were provided by the consolidation of the bachelor's degree in Physical Education. The designation “Physical education professional” was fortified in another acquisition that is the Code of Ethics.

Keywords: PHYSICAL EDUCATION, ASSOCIATION, PROFESSIONAL ORGANIZATION, PROFESSIONALIZATION, PROFESSION REGULATION.

ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRASE	Associação Brasileira de Saúde Escolar
ANDES	Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
APEFs	Associações de Professores de Educação Física
AC	Acre
AL	Alagoas
AM	Amazonas
AP	Amapá
BA	Bahia
CE	Ceará
DF	Distrito Federal
ES	Espírito Santo
MA	Maranhão
MG	Minas Gerais
GO	Goiás
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
PA	Pará

PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PI	Piauí
PR	Paraná
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
SP	São Paulo
TO	Tocantins
APEFMIG	Associação dos Profissionais de Educação Física de Minas Gerais
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CBCE	Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CBEF	Congresso Brasileiro de Educação Física
CEDATE	Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação do Ministério da Educação
CEV	Centro Esportivo Virtual
CFE	Conselho Federal de Educação
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COB	Comitê Olímpico do Brasil

COBEF	Congresso Brasileiro de Engenharia de Fabricação
CND	Conselho Nacional de Desportos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONFED	Conselho Federal de Educação Física
CNTE	Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONTEE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CPERS	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
EBEPEF	Encontro nacional dos professores de educação física “regulamentação da profissão e organização das entidades de professores”
ENEEF	Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física
ENAF	Encontro Nacional de Educação Física
EPT	Movimento Esporte para Todos
ESEF	Escola Superior de Educação do Exército
EXNEEF	Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física
FBAPEF	Federação Brasileira das Associações dos Profissionais (professores) de Educação Física
FENAME	Federação Nacional de Material Escolar
FIEP	<i>Fédération Internationale d'Education Physique</i>
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa
JEBS	Jogos Estudantis Brasileiros
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBD	Lei de Diretrizes e Bases do Desporto

MEC	Ministério da Educação
NASF	Núcleo de Assistência à Saúde da Família
NGOS (ONGs em português)	Organizações Não Governamentais
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
PSF	Programa Saúde da Família
SBPC	Sociedade Brasileira do Progresso e Ciência
SEED-MEC	Secretaria de Educação Física e Desporto
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem
SIND	Sindicato
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
STF	Supremo Tribunal Federal
SUDERJ	Superintendência de Desenvolvimento do Desporto do Rio de Janeiro
SUS	Sistema Único de Saúde
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UF	Unidade da Federação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UTE/MG	União dos trabalhadores do ensino de Minas Gerais
USP	Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Reflexões histórico-filosóficas acerca da Educação Física, da Ginástica e do Desporto

Considerando as origens, desenvolvimento e institucionalização da educação física, este subtítulo remete às reflexões filosóficas sobre a ginástica, educação física e desporto conforme Ulmann (1977) como autor principal. As reflexões dos conceitos do esporte, ginástica e o corpo, seguem fundamentalmente os entendimentos deste autor.

A necessidade de uma reflexão de caráter histórico-filosófico levando em consideração a existência do corpo e da mente em conjugação com a Educação Física, ginástica e desporto justifica-se como introdução. Esta narrativa é importante para refletir sobre o devir histórico da educação física.

O problema mente-corpo

Jacques Ulmann, (1977, p. 1) alinha o pensamento ao afirmar, “O mestre da ginástica não lê um destino no corpo. Ele lhe confere um destino, atribui-lhe uma vocação. Ele se propõe seguir a natureza ou dirigi-la; de domar um corpo difícil ou de glorificar o corpo aumentando seus poderes”. Deduz para si uma metafísica ainda que não seja reconhecida. Considera que uma reflexão filosófica não pode ignorar o corpo e por consequência a existência da alma. Se a ciência ainda não tem meios de explicar o mistério supremo da existência: a consciência humana, no entanto, não se pode negar-lhe o poder de ter dado a humanidade, vacinas, jatos, computadores e tecnologias que, para o bem ou para o mal alteraram o curso da história.

Por esta linha de raciocínio Horgan (1998, p. 227) um adepto da ciência pura entrevistou vários cientistas das diversas áreas, entre eles o cientista Koch, que afirmou: “O que a ciência pode fazer, é apenas fornecer um mapa detalhado dos processos físicos que são correlatos a diferentes estados subjetivos. Mas a ciência não pode verdadeiramente “resolver” o problema

mente-corpo”. No meio científico não há uma única opinião certamente, muito menos quando se trata de desvendar os mistérios da mente. Horgan (1998, p. 236), ao entrevistar o filósofo britânico Gilbert Ryle, destaca no pensamento deste autor, a seguinte afirmação:

“(...) o dualismo – segundo o qual a mente é um fenômeno separado, independente de seu substrato físico e capaz de exercer influência sobre ele – violava a conservação da energia e, portanto, toda a física. (...) a mente é uma propriedade da matéria, e só rastreando os meandros intrincados da matéria no cérebro é que poderemos explicar a consciência”.

Para culminar, ainda que seja provisoriamente os meandros da ciência na área da biologia em que Horgan (1998, p. 147) nominou de “O fim da biologia da evolução”, nos mostra que Darwin fundamentou a sua teoria da seleção natural e vários desdobramentos posteriores ocorreram engendrados por cientistas biólogos que contestaram ou complementaram a sua teoria como Stephen Jay Gould, da Universidade de Harvard; Lynn Margulis, da Universidade de Massachussetts e Stuart Kauffman, este, bioquímico do Instituto de Santa Fé. Cada um contribuiu com teorias, Kauffmann (cit. por Horgan, 1998, p. 169), ao afirmar que “arranjos complexos de genes interagentes sujeitos a mutações aleatórias não evoluem por acaso.” Respalando então sua teoria no campo da complexidade. Margulis (cit. por Horgan, 1998, p. 165) por sua vez, contesta a ortodoxia Ultradarwiana com o seu conceito de “simbiose” que “poderia explicar por que as espécies aparecem tão repentinamente e por que persistem tanto tempo sem mudar.”

Para além do binómio mente-corpo: a cultura

Por último, Gould (cit. por Horgan, 1998, p. 160) que na década de 1960 ataca a doutrina do uniformitarianismo, segundo a qual as forças geofísicas que modelaram a Terra e a vida têm sido mais ou menos constantes e em 1972 acompanhado também de Niles Eldredge, do Museu Americano de História Natural de Nova York, por conta do uniformitarianismo introduziram a Teoria do

equilíbrio pontuado. Gould, aqui citado por último por que assumindo-se “um materialista antiquado”, não atribuía à mente propriedades místicas. “Acho que a mente nasce das complexidades da organização neural, que não compreendemos muito bem”.

Ainda Gould (cit. por Horgan, 1998, p. 160) aborda duas questões interessantes: admitir a imprecisão da história, sua resistência à análise direta, sendo a mesma um tipo diferente de ciência, e assim como Ulmann, a valorização da cultura ao dizer, “As pessoas não compreendem que, se os genes e a cultura interagem – e eles certamente interagem-, não se pode dizer que a proporção seja de 20% de genes e 80% de meio ambiente(...)”

Nos últimos 100 anos, o **conceito antropológico da cultura** tem surgido com bastante abundância. Os estudiosos utilizam exemplos variados, incluindo sociedades tribais das diversas partes do mundo. Como é complexa a enorme diversidade cultural da espécie humana, os estudos para o desenvolvimento do conceito de cultura são importantíssimos.

O conceito antropológico de cultura: a natureza humana

É também importante a demonstração, como a **cultura** influencia o comportamento social e diversifica a humanidade. Historiadores (Heródoto), viajantes (Marco Polo) e religiosos (Padre Anchieta), são alguns dos personagens citados por Laraia (2003, p.16) através de relatos, e que diante de perguntas não respondidas constata que, são exemplos que servem para mostrar as diferenças de comportamento entre os homens, “não podem ser explicadas através das diversidades somatológicas ou mesológicas”. Segundo Laraia, (2003, p. 18) o **determinismo biológico** não consegue elucidar alguns dilemas, e considera que alguns rótulos impostos a diferentes etnias, não correspondem à realidade e que:

“(...) dados científicos não confirmam a teoria segundo a qual as diferenças genéticas hereditárias constituiriam um fator de importância primordial entre as causas das diferenças que se manifestam entre as culturas e as obras das civilizações dos diversos povos ou grupos étnicos”.

Também contesta o **determinismo geográfico** que considera que as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural. Relata vários exemplos de povos que ocupam essencialmente o mesmo habitat, e que constroem suas casas, ou adotam hábitos alimentares diferentes um dos outros, e afirma: “A posição da moderna antropologia é que a “cultura age seletivamente”, e não casualmente, sobre seu meio ambiente, “explorando determinadas possibilidades e limites ao desenvolvimento, para o qual as forças decisivas estão na própria cultura e na história da cultura” Laraia, (2003, p. 24).

Laraia (2003, p. 63) aborda ainda as teorias modernas sobre cultura e ressalta que a discussão não termina nunca, pois “uma compreensão exata do conceito de cultura significa a compreensão da própria **natureza humana**, tema perene da incansável reflexão humana”. Entender como opera a cultura, a cultura que condiciona a visão do mundo e do homem, a cultura que interfere no plano biológico, que os indivíduos participam diferentemente em sua cultura, a cultura que tem uma lógica própria, são temas importantíssimos que procuram explicações e que se complementam. Talvez, o entendimento de que a cultura é dinâmica, o esforço para entender este empreendimento antropológico seja mais esclarecedor como nos diz Laraia (2003, p. 101) “Concluindo, cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos.

Para além da cultura geral: o sentido antropológico da educação

Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir”. Um dos mecanismos de mudança é a educação, e esta, por vezes, lhe atribuem possibilidades exageradas, ainda que Jacques Turgot (1727-1781) (cit. por Laraia 2003, p. 26-27) tenha afirmado: “Possuidor de um tesouro de signos que tem a faculdade

de multiplicar infinitamente, o homem é capaz de assegurar a retenção de suas idéias eruditas, comunicá-las para outros homens e transmiti-las para seus descendentes como uma herança crescente”

Jean Jacques Rousseau (1712-1778), (cit. por Laraia 2003, p. 27) seguiu os passos de outros estudiosos, chegando mesmo a acreditar que o processo educativo teria a possibilidade de completar a transição entre os grandes macacos e os homens.

Segundo Ulmann (1997, p. 401), “Uma educação que se abra para o domínio humano no seu conjunto, se recusa a ser outra coisa que apenas cultura”, ela frutifica os poderes humanos sem exceção. Mas, a **cultura geral**, algumas vezes se confunde com educação, ou o ideal educativo em que se pressupõe melhor vale conhecer um pouco de tudo que tudo de poucas coisas. O ideal de cultura geral, pelas razões que conduziram a educação nos séculos XVI ao XVIII, explicam que a educação física encontra seu desenvolvimento em um tipo de cultura física.

O corpo no desenvolvimento da civilização humana

Tanto Ulmann, (1997) para quem o corpo é tão imprescindível como nenhum outro para a realização do grande objetivo da natureza, como para Laraia (2003, p. 37), “Não se pode ignorar que o homem, membro proeminente da ordem dos primatas, depende muito do seu equipamento biológico”, reforçam a importância em não negligenciar a riqueza de investigar a história da educação física, como fenômeno histórico associada com o estado social, religioso, político, econômico e sobretudo à filosofia. Considerando que o homem desde sua origem, passou pela fase da selvageria, a barbárie e finalmente a civilização, é de se supor que em sua fase inicial agia naturalmente para fugir das intempéries, dos animais selvagens, e assim corriam, rastejavam, trepavam em árvores e nadavam.

Quando o homem se dedicou a agricultura e se estabeleceu à beira dos rios, avançou em algumas habilidades diferenciadas, porém, outros povos, ainda em seu estado nômade, ao se deparar com a tribo de agricultores a invadiu e conseguiu vencê-los. A diferença da força física era favorável aos

nômades que tinham uma rotina de atividades bem mais intensa. Assim, a tribo de agricultores teve que se preparar melhor fisicamente para protegerem-se. Mas a educação corporal, sob este aspecto da força física, é insuficiente para compreender a realidade do corpo.

O problema mente-corpo na educação física: a ginástica

Sabemos que os gregos consideravam alma e corpo como duas realidades distintas, compondo-as de duas maneiras e designando-as por duas palavras diferentes; por isso Ulmann (1977, p. 398) afirma: “É suficiente para nós constatar que a ginástica tem naturalmente seu lugar em um contexto onde o movimento se encontra verdadeiramente na sutura da alma e do corpo.” Continua explicando que a **ginástica** tem a vontade de realizar por meio do corpo o exercício de suas funções, incluindo-se também as funções da alma que tem por princípio assegurar o movimento por intermédio de intrincada comunicação. Considera que os traços comuns às doutrinas da Educação Física se baseiam em separar o corpo e a alma.

O entendimento de que educação física significa o conjunto dos exercícios físicos e das práticas as quais as doutrinas sistematizam e submetem ao corpo é insuficiente para entender as atitudes que explicitam as maneiras diferentes de encarar a relação corpo/alma. Assim, Ulmann (1977, p. 400) distingue três atitudes essenciais, quais sejam: “*a oposição violenta entre alma e o corpo; a distinção da alma e do corpo não obriga a subordinação de um ao outro e a terceira, para além da alma e do corpo*”. Sobre os dois, ele discerne uma substância comum que os engendra e se expressa nos dois: a natureza.

A primeira atitude sacrifica o corpo, por vezes, respeitando uma base religiosa. A segunda, entendendo ser mais positiva, reconhece os direitos do corpo, mas atende uma base religiosa ou metafísica amparando-se apenas às exigências biológicas ou sociais. A terceira entende que a educação física naturalista retém a essência das duas primeiras atitudes, o corpo é indispensável para a realização do grande objetivo da natureza. Métodos de diversos estudiosos da educação física procuraram dar forma e função para o

desenvolvimento do movimento corporal humano, e não poderia de ser considerado também o esporte.

O esporte

Para Ulmann (1977, p. 403), **o esporte** teve uma origem espontânea e se antes não se reconheceu como uma educação física, sendo primeiramente ignorado e depois ser hostilizado, o pacto de não agressão possibilitou nascer a “educação física e esportiva”. O Desporto: criado, acabado, recriado, praticado, estudado, explicado, divulgado, filmado, narrado, elitizado, popularizado, privatizado, constitucionalizado. Com esse verdadeiro mosaico de variadas situações relacionadas ao desporto, ou caleidoscópio da diversidade no dizer de Bento (2004), percebe-se que a tarefa no sentido de promover uma reflexão sobre o mesmo pode aparentar ser fácil, se explicada superficialmente, difícil quando se objetiva uma análise mais aprofundada. É como a prática do desporto, há facilidade quando não se exige performance, existe dificuldade quando se busca uma prática competitiva de alto nível. Ao iniciar a explicação do termo e seu significado, observa-se variadas visões.

Conforme Tubino (2007, p. 36) “os ingleses no século XIV começaram a utilizar a palavra DISPORT já com o sentido de passatempo, recreação e jogos”. Para os franceses, ainda no século XII, significava prazer, diversão do antigo francês “desport”. Na Alemanha, após a Segunda Guerra mundial em sua reforma educacional de 1950 substitui o termo “*Leibeserziehung* *Korpererziehung*” que significava Educação Física para o termo Esporte (Sportunterricht) passando a considerar todas as atividades físicas e esportivas e atualmente, o termo “Sport” é empregado pelos ingleses, franceses, alemães e os italianos. Segundo Tubino (1992), ao abordar o tema esporte moderno, considera a sua gênese segundo as concepções pedagógicas do inglês Thomas Arnold. Assim, ao evoluir até a edição pela Unesco da “Carta Internacional de Educação Física e Esporte”, esta descreve em seu artigo primeiro, o esporte como um direito de todos, com isto consolidando para além do esporte rendimento, a existência do esporte participativo e o esporte educativo. Tubino (1992) conclui afirmando que o esporte, para além do século

XXI, será um fenômeno social dos mais relevantes no novo quadro da sociedade internacional e terá que ser abordado e entendido num processo sócio-cultural-histórico.

Garcia & Lemos (2005, p. 62). abordam a questão antropológica a qual concebe o homem natural intimamente imbricado com a cultura, pois é possível mostrar que faz parte do nosso patrimônio biológico a capacidade de utilizar a cultura e afirmam ainda:

“Cultura e natureza no homem são faces da mesma moeda. Conceber um sem o outro componente é insustentável, pelo que o discurso ecológico mesmo no desporto, não pode reduzir-se ao mundo físico-biológico mas inscrever-se também na cultura”.

Tubino (2007, p. 595), apresenta o Manifesto Mundial do Esporte sobre a contribuição do Esporte para a solução de novos problemas:

“O esporte simultaneamente esforço físico, luta, jogo e ocasião de participação social, satisfaz certos gostos e necessidades essenciais do indivíduo: isso explica a aceitação universal que ele sempre encontrou. A moderna civilização dá-lhe, todavia, novo prolongamento, uma vocação especial. O esporte, com efeito o elemento compensador indispensável às inibições da vida de hoje”.

Passando às razões para a sua existência, citamos Bento (2013, p. 78):

“Não olhemos, pois, o desporto apenas à luz do papel social que ele cumpre e o torna utilitário. Alarguemos o olhar para a função de humanização – que ele assume e o torna indispensável. Procuremos ver o transcendente que se eleva acima do transcendido. Talvez cheguemos assim a concluir que, sem desporto, o envolvimento cultural dos homens empobrece, torna-se descarnado e ressequido de emoções e paixões”.

Considerando a temática estabelecida, pode-se enriquecê-la, e exemplificar também com a importante cultura indígena brasileira. Vale a pena destacar uma situação interessante pois à época do descobrimento, houve entendimentos apesar das línguas diferentes (indígenas e portuguesa) como se viu, ocorreu grande poder de comunicação. Segundo Bueno (2003, p 15), "...os povos remanescentes constituem 215 nações e falam 170 línguas diferentes". Estas 170 línguas indígenas são pertencentes aos grupos subdivididos em Guaranis, Potiguaras, Caingangues, Tupinâmbas, Goitacazes, Carajás, Tapajós, Ianomânis, Pataxós, Munducurus, e Guaicurus. Etnólogos, tais como: Levi Strauss, E. Pedro Lima, Francisco Prado, Carmem Junqueira, Eduardo Galvão, Darcy Ribeiro, Viveiros de Castro, dentre outros, promoveram pesquisas destacando os jogos como elemento fundamental na cultura indígena. Os jogos tradicionais indígenas tanto servem para ingressar o jovem na fase adulta como também desenvolverem atividades corporais caracterizando-se como rituais pelos sucessos obtidos na guerra ou para agradar um ser sobrenatural.

Esta vinculação: jogo, ritual e guerra é reforçada por Costa (2012), ao afirmar que desporto e religião caminham ao longo da humanidade, existindo também uma ligação entre violência e religião. Faz consideração ainda de que as religiões primitivas tinham como símbolo a bola, utilizando-a como simbolismo da divindade e do poder. A violência não pode ser imputada ao desporto como seu causador, pois como afirma Pato (2012) a realidade da violência é multifatorial, e a violência está na pessoa e vai com ela onde ela vá.

O jogo, os jogos olímpicos

Como se vê, pode-se superar os equívocos e entender que a cultura e a língua dão importantes contributos para cimentar a união dos povos. A violência deve ser considerada não somente pela guerra ou embates físicos. Os *jogos olímpicos* sofreram a violência por motivos religiosos conforme Moreira & Oliveira (2008) – Os jogos olímpicos foram conhecidos pelos gregos e recuperados pelo francês Pierre de Coubertin ao fim do século XIX, eis que a primeira olimpíada da era moderna foi realizada em Atenas no ano de 1896.

Segundo Moreira & Oliveira (2008, pp. 76-77):

“Os jogos praticados pelos gregos desde 776 a.C. foram interrompidos em 393 por um decreto do Imperador Teodósio que, convertido ao Cristianismo, foi convencido pelo Bispo de Milão – Ambrósio - a acabar com os traços de paganismo da civilização cristã ocidental, inclusive os jogos”.

As Olimpíadas sofreram boicotes e suspensão por motivo de guerras, também serviu de arena para manifestações contra o racismo, emancipações de países, enfim, a política caminhou ao lado das Olimpíadas até os dias de hoje. Mas, sem dúvida, o desporto é capaz de ultrapassar todas as barreiras e ser praticado e entendido em qualquer parte do planeta. Esta situação fica clara por ocasião da realização dos jogos olímpicos. É o momento em que o desporto alcança a sua máxima expressão telúrica, principalmente na abertura dos jogos olímpicos, sintonizando todos os povos proporcionando uma alta frequência da emoção. Por todos os aspectos positivos implica em dizer que a Educação Física lucra com o esporte conforme afirma Ulmann (1997, p. 463) “(...) o esporte ao menos quando ele conserva traços de uma atividade pura, é de todas as atividades aquela que mais oferece à educação física.”

Quando na educação física se propõe ao movimento numa perspectiva educativa e ao **jogo** garantindo uma ação mais holística, encontra a união com o esporte, eis porque o divertimento do jogo, resiste a toda análise e interpretação lógica como diz Huizinga (1980, p. 5) “A intensidade do jogo e seu poder de fascinação, nessa capacidade de excitar que reside a própria essência e a característica primordial do jogo”. Ulmann identifica ainda que superficial, um parentesco do esporte com a ginástica grega, ressaltando um dos seus aspectos, qual seja de eliminar discussões auxiológicas que monopolizam as doutrinas da educação física.

O esporte possui a capacidade de estabelecer regras, a técnica em consonância com estas regras e ainda favorece um corpo forte, ágil, resistente, portanto mais ativo. Ainda que no campo da dúvida, pode-se admitir o triunfo do esporte, se o mesmo assimilou a educação física desde que a

mesma contemplasse em seu estatuto os valores humanistas.

A polêmica estabelecida entre a educação física e o esporte

A polêmica estabelecida entre a educação física e o esporte pode ser explicada de diversas formas, a guerra entre os autores dos métodos colocada a patamares pouco civilizados, a utilidade do conteúdo da educação física, assim como a grande dificuldade de entender o que é educação física. A parceria ou a dominação de um sobre o outro, vai depender também em certa medida, por sua evolução histórica em cada país de características culturais diferentes. Ainda que se reconheça este exemplo como justificativa, é necessário levar esta discussão a patamares que estabeleçam uma compreensão, conforme Ulmann (1977, p. 443) afirma: “Ela não pode conceber seu destino atual como conjectural. Ele resulta de determinações históricas específicas e principalmente de uma consciência justa dos eventos sociológicos, que conduziu a conceber melhor as realidades do corpo e da cultura (...) Acredita-se erroneamente em se distanciar do esporte criticando-o, recriminando-lhe a vontade de poder, denunciando sua hipertrofia que provoca a sua voracidade. Mas o esporte contestou a existência da educação física somente em razão da incapacidade dela de formular e de legitimar suas pretensões.

A superação da dualidade mente-corpo: em defesa da educação física

A preocupação de dar uma estrutura à educação física, a sua legitimidade para sua existência são pertinentes para promover-lhe uma defesa, o seu espaço legitimado. Porém, seu próprio conceito lhe traz imensas dificuldades sendo necessário ir além do entendimento de que seria a educação do físico do homem. Segundo Ulmann (1977. p. 408)

“Por sua etimologia (physis: natureza – physikus: natural), a palavra “física” é sinônimo de natural. Desse modo, há uma oposição ao sobrenatural. Assim, para designar o corpo, foi conveniente que o cristianismo da época em que nasceu a educação física, o colocasse

em oposição, frequentemente e não sem violência, à alma, cuja vocação não é desse mundo e que desagregada do corpo, retornará para a sua pátria divina.”

Entendendo que os professores, os praticantes de educação física de que o sentimento, de que o corpo se opõe à alma, a educação era do corpo. A complexidade é de tal monta, conforme relatos das posições de cientistas sobre os mistérios mente-corpo, sem ainda considerar a existência da reencarnação, neste caso, espíritos que ocuparam um ou até mais vários corpos.

Ao falar de corpos, pode-se também falar de órgãos que em conjunto constituem um ser vivo, e se entendermos que a educação física seria a educação do organismo não se pode deixar de entender o dizer de Ulmann (1977, p. 414):

“Ele é feito de órgãos: mas esses órgãos estão, parece-me, necessariamente a serviço do que se chama de princípio diretor – ou de algum outro nome – e na ausência dos quais eles perdem todo o sentido (...) não se pode levar a desconhecer o vínculo estreito do orgânico com o que se tem por hábito chamar de psíquico”.

O psiquismo, sendo o conjunto dos fenômenos ou dos processos mentais conscientes ou inconscientes do indivíduo, ou sob o enfoque da doutrina filosófica que admite a existência de um fluido universal que anima todos os seres vivos, se definida por consequência, como educação do organismo, a educação física pode encontrar a sua própria definição. Para Ulmann, se a educação física deve se reconhecer, é preciso primeiro, que ela se torne consciente de suas intenções, que ela se defina um campo de ação, que ela especifique para si sua originalidade das práticas às quais ela recorre. Não diremos que ela esqueceu sua vocação que é precisamente a de ser uma educação, Mas, em razão das dificuldades que ela experimentou ao representar claramente para si a noção de educação e sua aplicação no “físico”, ela não soube dar a seu grande projeto o rigor necessário, sem o qual ela não é nada. Sem suportes, ela devia se encontrar pronta para todas as

revisões.

Pode ser que, uma vez que a noção de educação seja retificada e especificada, a educação física encontre, enfim, sua verdadeira expressão. As dificuldades para a elaboração de caminhos que levem o homem, pelo movimento a atingir objetivos múltiplos por intermédio das qualidades físicas são imensos, e para melhor aplicação de uma ação consciente e voluntária surgiram as doutrinas educativas, que diferenciadas se tornaram bastante conflitantes. Como já dito anteriormente, o esporte foi considerado excluído da educação e reconhecido posteriormente como importante contributo para a educação.

Questões em torno da trajetória da educação física

As teorias da educação física, a noção de método, o risco de se transformar em dogmas ideológicos, são elementos importantes para conceber a trajetória da educação física. Tubino (2002, p. 19) cita alguns teóricos da educação física e do esporte tais como. Ommo Gruppe; Jean-Marie- Brohm; José Maria Cagigal; Pierre Parlebas; Manoel Sérgio; Herbert Haag, cada um destes defendendo sua teoria com ênfase ora no corpo, ora no esporte, ora na pedagogia. Ulmann(1977, p. 437), ao dizer que é impossível não dotar a natureza de funções e que a educação física, assim como na biologia a noção de função é um pilar, não mais atribui à educação física somente o desenvolvimento das faculdades corporais ao afirmar: “Ela lhe atribui não mais somente o desenvolvimento das faculdades corporais, mas o conjunto dos meios organizados para favorecer uma axiologia e um catálogo de comportamentos, graça aos quais as funções do corpo são garantidas”. Além de citar de citar também alguns estudiosos tais como Ling na metafísica e na biologia, Amoros e Demenay, ressalta também que a medicina dos antigos profilática e curativa, quando direcionadas às crianças era para prevenir-se das doenças como curá-las, e mais tarde foi agregado também o seu desenvolvimento físico, intelectual e moral. Em função disto, não hesitar em reconhecer que os médicos com seus pensamentos e direcionamentos contribuíram sobremaneira para uma concepção humanista. Após identificar a

educação sob o ponto de vista formal, suas interações com a cultura e entender que a educação física apresenta os mesmos traços formais, Ulmann (1977, p. 448) afirma: “Atualmente, ela não é mais questionada. Nossa época não tem pelo corpo, felizmente, o desprezo ou a condescendência que outros lhe dedicaram. E não há espaço para reanimar uma querela tão difusa: os educadores físicos triunfaram”. Assim, reconhece-se a legitimidade da educação física e sua relação com a educação. No entanto, o campo da educação física pode-se demonstrar impreciso, ainda que consideremos que a educação física tratará dos movimentos humanos, eis porque haverá de ter um sentido e um destino. Reconhecendo que a maturação de uma criança é essencialmente obra da natureza, submetida a um determinismo, por outro lado a cultura impõe pelo próprio homem a transformação dos seres vivos.

Uma criança será de acordo com a sua cultura submetida a horários para sua alimentação, o tipo de alimentação e também dos diversos tipos de atividades físicas. Isto implica que os professores de educação física compreendam o ser humano de forma holística e empreenda a sua declaração de intenções. Estas intencionalidades ficam mais evidentes, quando os professores trabalham com a terceira idade e trabalham com beneficiários infantis. Quanto as atividades culturais e as atividades físicas naturais, Ulmann (1977, p. 459) ressalta que gestos ajustados, polidos e modificados sistematicamente sob a forma de técnicas como acontece com a dança, ser difícil de especificar a posição da educação física que a cultura conferiu uma tecnicidade. No entanto, lembra que a aprendizagem dos movimentos passam por qualidades morais, ou seja, a educação física proporciona o desenvolvimento das qualidades físicas, sem as quais, dificilmente o bailarino conseguiria atingir a realização de movimentos complexos.

“Generalizando, poderíamos dizer que, considerada sob a forma cultural, até o presente momento, a educação física teria por tarefa conferir ao futuro técnico, não os movimentos ou gestos que constituem uma técnica ou uma atividade cultural, mas os gestos e movimentos que o preparam”.

Entre as atividades físicas “naturais”, como já dito, o esporte se configura como uma tipificação pura e assim também o jogo. Prosseguindo na tratativa da importância do “campo”, a educação física cuida dos movimentos humanos de todas as formas da cultura do corpo, incluindo o esporte, ainda que haja pontos de vistas diferentes dependendo do tipo de abordagens que se faça em termos conceituais entre a educação física e o esporte. Entendendo a cultura com a educação que a humanidade se deu, a educação física não é diferente do conjunto das atividades culturais tendo em sua centralidade o corpo, pelo que depreende Ulmann (1977, p. 451):

“Rejeitando os movimentos culturais da esfera da educação física, mutilaríamos o homem ao mesmo tempo em que restringiríamos as funções da educação física que estaria impedida de desempenhar um papel superior no exercício de uma profissão; desconheceríamos sua importância nas atividades que foram longamente consideradas como relevantes dos poderes da alma, por exemplo, a orientação no tempo e no espaço e mesmo a aprendizagem da escrita.”

Quanto a possível dependência da educação física aos princípios educativos ou ficar a mercê do determinismo biológico, esta subalternidade é apenas uma simplificação como afirma Ulmann (1977, p. 475):

“Algumas vezes o educador físico construiu para si mesmo uma teoria da educação: é o caso de Gus Muths. Mas quando conservamos a imagem simplificada e falsa de um educador físico dependente, perceberíamos rapidamente que essa dependência em relação a um teórico da educação implica uma dependência inversa. Frequentemente, o educador físico determina uma educação à qual, sem ele, faltariam outras dimensões”.

Tema da pesquisa, sua justificação e método

A Educação é componente fundamental para o desenvolvimento e a organização cultural das sociedades, através dos tempos. Na Antiguidade, o seu objetivo era formar o cidadão nas cidades gregas e romanas, preparando-o para a guerra e para o saber. Esses povos estudavam, basicamente, conhecimentos gerais sobre matemática, astronomia, botânica, filosofia e retórica. Com esses ensinamentos e mais o preparo para as atividades de defesa do Estado, o cidadão se tornava mais apto a viver no seu grupo social.

Agrupar-se implica socializar-se, ainda que se saiba que a sociabilidade como tal não é uma característica somente do homem, já que alguns animais não só possuem a capacidade de estabelecer uma nítida habilidade de dividir o trabalho, como também de formar uma complexa organização social, o que constitui exemplos formidáveis. Porém, para o homem, acresce a capacidade de pensamento e sentimento.

No pensamento de Cassirer (1994, p. 361), “Uma filosofia da cultura parte do pressuposto de que o mundo da cultura humana não é um agregado de fatos dispersos e separados. Procura entender esses fatos como um sistema, como um todo orgânico”. Para Santin, (1990, p. 59) “o homem faz parte de um ecossistema, cujos componentes são de ordem física e de ordem cultural”, sendo fundamental para ele a preservação de seu ecossistema, para a garantia de sua identidade e de sua própria sobrevivência. Por essa razão, ressalta que “o importante para cada organismo vivo é descobrir os recursos de sua própria organização interna para conduzir-se de maneira a alcançar a plenitude de seu desenvolvimento.” Santin (1990 p. 60).

Santin (1990) e Cassirer (1994) concordam que a Filosofia possui um papel importante para a cultura humana. Construir um mundo ideal, assim como alcançar a plenitude da cidadania, não são processos simplificados como consta Santin (1990, p. 67), “a autenticidade da reflexão filosófica está vinculada a consciência crítica, ao livre debate e a autonomia de pensar.” Cassirer (1994, p. 371) complementa: “(...) tomada como um todo, a cultura humana pode ser descrita como processo de progressiva autolibertação do

homem”. Contribuindo, também, para tais reflexões, a sociologia pode ajudar a evitar dogmatismos e a tornarem mais claros e flexíveis os seus conceitos, porém, mesmo que venha a ajudar a compor uma imagem válida e concreta das relações e segundo Gurvitch (1982, p. 199), “A sociologia é incapaz de profetizar”.

Para proceder a esta investigação, é necessário lançar mão da sociologia, considerando a pesquisa como um todo, porque não se pode prescindir da ciência da observação dos fenômenos sociais, como reforçado por Clerc (1999, p. 170), ao afirmar: “Weber é um sociólogo: ele fixou-se na compreensão, não na sistematização. (...) Weber pega em tudo: ele considera que não se pode analisar um problema da sociedade, senão combinando as diversas abordagens.”

A presente investigação leva em consideração a análise da representação organizativa e sua profissionalização, tendo a sociologia das profissões como aporte necessário.

A intencionalidade do autor desta tese se evidencia na perspectiva de que a Educação Física, enquanto uma profissão que se inscreve como licenciatura e bacharelado, tem no Brasil uma história contada sob diversas óticas. Desde já, esclarece-se que a sistematização e a avaliação dessa produção de conhecimento tem sido objeto de reflexão e motivo de realização de encontros, seminários, congressos, assim como de publicação de livros e revistas especializados.

Uma análise preliminar desta produção possibilita afirmar que, mesmo no que se refere à legislação profissional, comprova-se o tratamento reduzido às associações profissionais, criadas por segmentos da categoria. O que é evidente na historiografia da profissão está relacionado com a criação de conselhos, comissões, organismos federais, estaduais, municipais e outras modalidades de agremiações que se dedicaram e ou se dedicam a normatizar a profissão, quer no seu caráter de disciplina acadêmica, quer de atividade profissional. No entanto, as iniciativas que partem dos profissionais, visando à formação de sindicatos e associações civis, que também se preocupam com a

normatização da Educação Física, ainda constituem um campo fértil a ser desvelado em seu significado para a categoria.

As referências centrais que vão orientar a concretização desta tese estão circunscritas a um conjunto de elaborações que permite a compreensão e a explicação sobre a criação e o desenvolvimento das organizações profissionais na área da Educação Física. Dessa forma, identifica-se que esta é uma parte da história da profissão, o que implica utilizar conhecimentos das ciências sociais, correlacionando-os com aqueles que singularizam a Educação Física.

No debate que vem ocorrendo na Educação Física tem sido relevante a abordagem dos seus aspectos políticos e ideológicos, o que possibilita apreender que o significado de suas particularidades, como o do processo organizativo da categoria, apresenta vínculos estreitos com a trajetória da profissão no país. A explicitação de Melo (1996, p. 112) é significativa neste sentido:

“(...) é fundamental que preocupações quanto a fragmentação da Educação Física não venham impedir a História da Educação Física de se desenvolver no seio da História, já que isso não significará o abandono da Educação Física. Antes pelo contrário, a potencialização da sua contribuição..”

Ao se tratar de associações, torna-se imprescindível delinear o seu significado teórico na realidade brasileira, enfocando a visão de Labra (1993, p.198), em que “uma característica central e própria do modelo associativo brasileiro refere-se ao fato de se tratar de um sistema híbrido ou dual no que tange às origens das corporações sindicais, empresariais e profissionais”.

Boschi (2000, p. 62), ao se referir à estrutura corporativa, mostra que ela possui características inerentes a este formato, quais sejam: organização em moldes funcionais e hierárquicos sob a tutela do Estado, implantada nos anos 1930, obediência aos requisitos de uma legislação específica, pelo princípio da unicidade sindical, obrigatoriedade da contribuição financeira e independência de filiação. Chama de associações extracorporativas aquelas organizadas em

âmbito nacional, de forma autônoma, com filiação e a contribuição de caráter voluntário, funcionamento à margem do sistema oficial.

A mencionada organização de Educação Física, posteriormente, Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física (FBAPEF) criada em 10 de dezembro de 1946, de caráter associativista, incorporou os requisitos citados por Boschi, na sua segunda formulação. No entanto, o formato sindical não foi gerado à época, o que foge às características comuns das demais representações de outras categorias. Eis que os sindicatos representativos dos profissionais de Educação Física vieram a se constituir a partir da década de noventa.

Quanto à posição assumida pelos estudiosos e teóricos marxistas, Labra (1993 p. 544) faz uma observação:

“Tais experiências por outro lado refutam alguns postulados de enfoque marxista, no sentido de que não necessariamente as clivagens e os interesses que perpassam a sociedade capitalista se baseiam somente nas relações de produção; não é a pura dinâmica da luta de classes o que anima a transformação dos interesses das pessoas e a organização em grupos específicos (...)”

Enfatiza-se, então, que são vários os tipos de organizações a que se vinculam os profissionais e que são de naturezas diferentes, podendo-se mencionar: associação – livre agrupamento de pessoas que têm objetivos comuns; sindicato – congrega profissionais que exerçam atividades ou profissões idênticas, realiza defesa de interesses econômicos pelo local de trabalho; conselho – agrupa profissionais semelhantes com o objetivo de fiscalizar o exercício profissional.

A procura de caminhos para a efetivação desta proposta indica que a mesma deva estar sedimentada na retomada da história da profissão no Brasil. Esta será correlacionada com a trajetória da institucionalização e desenvolvimento de associações que se fizeram e se fazem presentes, enquanto canais de articulação da profissão com o Estado e a sociedade civil, tendo importância como esferas para o exercício do poder de controlar,

fiscalizar, orientar, lutar por direitos, deveres e compromissos da categoria com o seu processo de desenvolvimento que está intrinsecamente vinculado ao desenvolvimento nacional.

O prosseguimento desta história alcança a etapa posterior às Associações de Profissionais de Educação Física com a instituição dos Conselhos Regionais, assim como o Conselho Federal de Educação Física, constituindo-se como o Sistema CONFEF/CREFs. Com essa nova forma de organização de entidade profissional e diante dos conceitos de estudiosos da sociologia das profissões, promovem-se sustentáculos para compreensão da trajetória da organização profissional. Um dos estudiosos dessa temática, Freidson constitui referência para muitos outros, incluindo-se os autores brasileiros.

Ao considerar os objetivos do presente trabalho, bem como a linha do tempo, em que cada momento o contexto se apresenta diferente foram aplicadas as entrevistas, e lançou-se mão da análise documental, como parte da metodologia qualitativa.

Problema, objeto e objetivos

O problema

Explicitação dos objetivos a serem conquistados pelos Profissionais de Educação Física no Brasil através da análise do percurso trilhado pelo movimento associativista ao longo do tempo e prospectivação das ações futuras, em seu novo formato de organização profissional.

O objeto

Percurso, percalços, conflitos e contribuições do movimento associativista na Educação Física para o processo de afirmação e regulamentação profissional.

Objetivo Geral

O presente estudo tem como objetivo geral:

- Desvelar os aspectos relativos às representações organizativas de caráter associativista dos Profissionais de Educação Física e Desporto, considerando os contextos sócio-históricos que influenciaram e influenciam a busca da legitimidade da profissão e o processo de regulamentação desta.

Objetivos Específicos

Registrar a dinâmica sócio-histórica do movimento associativista contribuindo com a apreensão de seu processo de profissionalização

Analisar os resultados das instâncias deliberativas das associações no seio da categoria, particularizando as transformações alcançadas pelas associações de forma efetiva na sociedade;

Verificar a diversidade dos espaços e funções profissionais e sua possível influência no tempo de consolidação da organização profissional;

Opções teórico - metodológicas

Uma relação interessada e continuada com o objeto da tese

Nossa experiência profissional na Educação Física vem se desenvolvendo através da docência no ensino superior e da efetiva participação em organizações representativas da classe de múltiplas naturezas e ao longo de décadas.– Desde o tempo de estudante e, posteriormente, na condição de profissional, fomos adquirindo experiência no trato com a diversidade de opiniões e embates de diversas naturezas no debate sobre a profissão e suas formas organizativas. Nessa última condição, participamos da estrutura sindical dos professores de ensino superior. Concomitante atuamos ao longo da nossa vida profissional nas organizações específicas dos profissionais de Educação Física, em nível municipal, estadual e federal, o que

nos permitiu acumular, ao longo dos anos, elementos da cultura material dessas organizações e das suas manifestações coletivas, como os congressos, atas, folhetos, cartazes, comunicados e outros documentos relevantes. Também nos permitiu participar nos debates e encontros, acumulando memória do processo e da cultura imaterial produzida, bem como dos intervenientes.

Tal militância tem permitido conhecer e compreender como e por que a história se modifica, de acordo com seus interlocutores e ao sabor das diferentes ideologias. A fragmentação do conhecimento histórico consolida representações que não contribuem para esclarecer o processo de afirmação e consolidação profissional da Educação Física, o que nos instiga analisar os desdobramentos ocorridos no processo de consolidação da profissão, bem como as modalidades de organização dos profissionais de Educação Física e suas pautas de discussão. Esclarecemos que este processo de consolidação tem como ponto culminante a conquista da Lei de Regulamentação Profissional na Educação Física no ano de 1998.

Como se depreende, nosso grau de familiaridade com o objeto é muito grande, contudo, sendo um participante ativo, não deixamos de ser sempre um observador atento e não deixamos agora de ser um investigador metódico e rigoroso que utiliza técnicas adequadas, especializadas e ancoradas em fidedigno suporte teórico, na utilização das *análises documental e de conteúdo*, e da *entrevista*. Esclarecemos que a observação direta abrangeu a participação do pesquisador nos eventos selecionados para análise (Congressos Brasileiros de Educação Física) e foi complementada pela análise documental e de conteúdo das entrevistas. Portanto compreendemos que a observação conforme Marconi & Lakatos (2009, pp. 192-193):

“É uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou ferramentas que se deseja estudar. A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não tem consciência, mas que

orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o pesquisador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social.”

Com estas explanações, situa-se a natureza em que se baseia a pesquisa atual, considerando-se o suporte teórico-metodológico, com ênfase na análise documental, de conteúdo e o recurso à entrevista.

Processo de Coleta de Informação

Além da análise bibliográfica que acompanha toda a tese, para a parte inicial do estudo empírico, no capítulo 2, procedemos à pesquisa documental, ancorada no estudo de documentos de naturezas várias (Anexo I), relativos às manifestações da vida coletiva da Educação Física, que foram sendo recolhidos e guardados ao longo dos anos, e que foram agora objeto de compilação, categorização e análise.

Para os capítulos subsequentes (Capítulos 3 e 4), foram considerados dois blocos de entrevistas. A fim de se registrar o processo histórico de organização profissional, fomos ao longo de toda a carreira docente universitária, a partir de 1983, acumulando documentos por vários anos, acompanhando as questões relacionadas ao associativismo e realizando entrevistas, para obtermos depoimentos significativos. Contribuiu de forma significativa para o aprofundamento destas questões termos ministrado, por vários anos a disciplina “Organização e Administração em Educação Física e Desportos”. Nesta foram desenvolvidos temas como a regulamentação da profissão.

Ao proporcionar aos alunos a condição de conhecer a temática e ainda discutir e optar entre ser favorável ou contra a regulamentação, ficou evidente que seria necessário a ampliação do tema considerando outros itens, tais como: a organização profissional, a formação, o mercado de trabalho, e o papel da pós-graduação. Para tal, seria necessário começar a indagar os profissionais de Educação Física, sendo feitos alguns ensaios por intermédio

de perguntas aos professores da Faculdade de Educação Física e Desportos da UFJF, porém ainda sem a amplitude necessária. Posteriormente, estas entrevistas se ampliaram e ocorreram em razão do interesse de estudos realizados e também pela possibilidade deste material ser apresentado em eventos científicos, como proposição destes estudos à candidatura em programas de pós-graduação. Ao longo deste caminho, muitas foram as contribuições de professores da área e até mesmo fora da área, para o aperfeiçoamento das perguntas. Estas entrevistas tornam-se importantes não só pelo seu conteúdo, mas também porque muitas entidades que, na década de 1980, participaram ativamente do movimento, não mais existem hoje.

A coleta de dados acima descrita constituiu-se em material do primeiro bloco de entrevistas, constantes no capítulo 3, que ocorreu através da realização de 12 depoimentos obtidos através de entrevistas semi-estruturadas (anexo 2) aplicadas individualmente em intervalos de reuniões de trabalho, de congressos científicos e em outros locais tais como hotéis e residências. Para diferenciar os dois blocos de entrevistas que se traduzem em dois produtos diferentes, utilizaremos no capítulo 3 o termo depoente (D). Os depoentes deste processo ocuparam a presidência da Federação Brasileira das Associações de Profissionais de Educação Física, ou nas Associações de seus respectivos estados e ainda aqueles que ocuparam cargos importantes referentes a área tendo de alguma forma contribuído para o processo de consolidação da profissão.

No quarto capítulo realizamos o segundo bloco de entrevistas (anexo 3) cujas condições de tempo e locais de realização serão detalhados abaixo.

Vários documentos importantes se perderam, porém, parte importante do acervo documental foi preservado por participantes do movimento associativista da Educação Física. Documentos em posse do autor foram utilizados, assim como se solicitou a algumas pessoas que participaram do movimento associativista a permissão para utilização de seus documentos particulares (anexo 1). Além das motivações expostas anteriormente, a luta pela preservação da memória da trajetória organizativa constitui-se também em um componente motivador desta pesquisa. Considerando a originalidade e

relevância para a reconstituição da história organizativa da Educação Física, resolvemos agregar estes materiais à tese como fontes primárias. Compreendemos, a partir de Mann (1979, p. 63) que as fontes primárias “proporcionam dados colhidos em primeira mão; quer dizer que são as coleções de dados originais produzidas pelas pessoas que os recolheram”.

Foram também realizadas visitas às bibliotecas situadas no Rio de Janeiro, à Biblioteca Nacional, Biblioteca da Escola de Educação Física do Exército e à Casa de Rui Barbosa, visto que o Rio de Janeiro foi a capital do país e, por consequência, os acervos estão lá em maior número.

Constituição do *Corpus* documental

Como foi referido, incluem-se no *Corpus* da análise documental os documentos (anexo 1) referentes às várias fases do associativismo, abrangendo o período da década de 1980 até 1998, tais como: atas, informativos, jornais, depoimentos referentes às entidades FBAPEF, às APEFs e formas de comunicação dos associados com ênfase na realização dos congressos da FBAPEF.

Definição do Grupo de pessoas a entrevistar e trâmites seguidos para o contato e consentimento

Para a definição do grupo de pessoas a entrevistar, foram considerados os presidentes dos Conselhos Regionais de Educação Física - CREF e o presidente do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF.

No que se refere ao universo do Sistema CONFEF/CREFs, elaborou-se um ofício que foi entregue, pessoalmente, a cada um dos então quatorze presidentes dos Conselhos Regionais presentes, na Reunião Plenária do CONFEF, e, para apenas um presidente ausente, foi repassada a um conselheiro do respectivo Conselho a incumbência de entregá-lo ao presidente. Nesse ofício, explicou-se a intencionalidade do autor da tese, bem como o fato de que a apresentação dos resultados finais resguardaria as identidades dos participantes respondentes, assim como das entidades envolvidas. As

entrevistas poderiam ser aplicadas somente aos Presidentes do CREFs e ao Presidente do Conselho Federal de Educação Física, que prontamente concordaram em responder a elas. Foi obtida aquiescência de treze presidentes que assinaram o ofício de recebimento mencionando expressamente seu “de acordo”. Apenas um dos conselhos não respondeu, sendo, posteriormente feito contato telefônico com o seu presidente, e, após as devidas explicações, este confirmou a resposta de não participação na pesquisa.

O Sistema CONFEF/CREFS constituía-se naquele momento de quatorze Conselhos que congregam ou não mais de um estado da federação, a saber: CREF1 - Rio de Janeiro e Espírito Santo; CREF2 - Rio Grande do Sul; CREF3 - Santa Catarina; CREF4 - São Paulo; CREF5 - Ceará, Maranhão e Piauí; CREF6 - Minas Gerais; CREF7 - Distrito Federal; CREF8 - Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima; CREF9 - Paraná; CREF10 - Paraíba e Rio Grande do Norte; CREF11 - Mato Grosso do Sul e Mato Grosso; CREF12 - Pernambuco e Alagoas; CREF13 - Bahia e Sergipe; CREF14 - Goiás e Tocantins. A sede do CONFEF está instalada no Rio de Janeiro.

A construção do Guião da Entrevista. Preocupações teóricas

No quarto capítulo como já referenciado, foi utilizada entrevista semiestruturada (Anexo 3), bastante recorrente em investigação social e que atende satisfatoriamente ao estudo. Constituída de dezesseis perguntas distribuídas nas seguintes categorias: Identidade Profissional, Representatividade, Gestão Democrática e Fatores de Desenvolvimento. Como o estudo aborda a organização profissional, as categorias elencadas justificam a sua adoção, assim como as subcategorias formação; intervenção; designação profissional, reconhecimento, representatividade profissional e social intermediação de interesses, desafios; possibilidades, ambiente interno e ambiente externo.

Validação do Guião da Entrevista

Antes da aplicação da entrevista aos peritos, foi aplicada a um colaborador profissional da área para ser testada e para se proceder aos ajustes necessários. As perguntas da entrevista foram, ainda, submetidas a três peritas, Professoras Doutoradas da Faculdade de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Juiz de Fora que, contatadas anteriormente, dispuseram-se a contribuir para o aperfeiçoamento deste instrumento de pesquisa. Houve o retorno das três Professoras com os devidos registros, propondo correções, substituições e acréscimos. Foi realizado o pré-teste através da aplicação da entrevista a um colaborador profissional da área para identificar a validade e alcance deste instrumento, e proceder aos ajustes necessários para sua finalização.

A realização da entrevista e a análise do seu conteúdo.

Num primeiro momento e na sua maior parte, as entrevistas foram realizadas-durante os intervalos das reuniões do Colegiado de Presidentes dos CREFs que ocorriam, sempre que possível, em sequência às reuniões plenárias do CONFEFe que são ordinariamente realizadas uma vez por mês. Essa situação exigia otimizar o tempo, para realizar em tempo hábil a coleta dos dados e atingir os objetivos propostos. Assim, todo o tempo foi aproveitado, incluindo-se momentos antes e após as refeições, para explicações sobre a aplicação do instrumento de pesquisa. Atentando-se ao calendário da Reunião Plenária do CREF6 - MG, iniciou-se a primeira entrevista na cidade de Belo Horizonte, instalada no Hotel Liberty, em 28 de julho de 2012. Essa entrevista, assim como as demais, ocorreu em clima de descontração, pois todos já se conheciam e estavam cientes do assunto. As entrevistas foram gravadas em aparelho digital, sendo rara a interrupção da gravação, e quando ocorria era a pedido do entrevistado que pedia mais tempo para refletir, ainda que conhecesse previamente as perguntas. A solicitação era atendida visando a tranquilidade do entrevistado e a fidedignidade das respostas. A entrevista que teve menor duração foi de 20 minutos e a mais

longa de 80 minutos. Considerando o total de 14 entrevistas e a duração de cada uma (vide quadro), a média de duração foi de 39 minutos e cinquenta e sete segundos. Os entrevistados consideraram as perguntas pertinentes, considerando-as importantes para o “Sistema CONFEEF/CREFs”.

Quadro 1 – Agenda de realização das entrevistas

CREF	Dia	Cidade	Local	Hora	Condição	Duração
CREF2	04.ago.2012	Brasília	Hotel	08h30	Boa	45h
CREF3	02.ago.2012	Brasília	Hotel	22h56	Boa	42h
CREF4	22.ago.2012	São Paulo	Residência	15h27	Boa	28h
CREF5	03.ago.2012	Brasília	Hotel	11h30	Boa	33h
CREF6	28.jul.2012	Belo Horizonte	Hotel	10h	Razoável	20h
CREF7	05.ago.2012	Brasília	Hotel	15h	Boa	64h
CREF8	03.ago.2012	Brasília	Hotel	13h25	Boa	35h
CREF9	21.ago.2012	Curitiba	Sede	16h15	Boa	53h
CREF10	05.ago.2012	Brasília	Hotel	13h31	Boa	20h
CREF11	04.ago.2012	Brasília	Hotel	09h53	Boa	31h
CREF12	05.ago.2012	Brasília	Hotel	12h57	Boa	26h
CREF13	05.ago.2012	Brasília	Hotel	12h15	Boa	35h
CREF14	04.ago.2012	Brasília	Hotel	21h28	Boa	42h
CONFEEF	06.ago.2012	Rio de Janeiro	Sede	11h45	Boa	80h

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor, locais variados, 2012.

Após a coleta dos dados obtidos através da entrevista e na sequência da pesquisa qualitativa em curso, demos início à análise de conteúdo. A pesquisa qualitativa traz, em seu caráter epistemológico, como premissa, uma partilha densa com pessoas, organizações, fatos e locais, para extrair do convívio os significados expressos, mas também os latentes, de difícil captação, apenas perceptíveis pela atenção e reflexão apurada das falas dos entrevistados. Após a realização das entrevistas, as mesmas foram transcritas e em seguida analisadas de acordo com as categorias e subcategorias e o referencial teórico. A abordagem considerou o mundo real, dilemas e questões, ocorrendo em

interação dinâmica e contínua entre coleta e análise de dados (Marschall & Rossman (1989); Straus & Corbi (1994); Chizotti (2006)).

Para finalizar, o caráter descritivo é inerente a este tipo de produção acadêmica que parte da elaboração inicial de uma revisão da literatura acerca do assunto, objeto de estudo da pesquisa, tendo como objetivo fornecer ao público melhor compressão do tema e do problema, pontuando subsídios para reflexão e discussão, levantamento e organização de informações dentro do contexto da realidade observada. Utilizam-se aqui preferencialmente documentos e a sua análise como critério da realidade contextual dos fatos observados e entrevistas. Assim, permite-se ao pesquisador, a partir da reflexão, contribuir com avanços e/ou descobertas, e preenchimento ou apontamento de possíveis lacunas em relação ao objeto de pesquisa escolhido.

Estrutura e organização do trabalho

A organização deste estudo abrange uma introdução, quatro capítulos e bibliografia incluindo livros, revistas, artigos, legislações, sites, além dos anexos constando os instrumentos de coleta de dados e os documentos que expressam a trajetória associativista da Educação Física.

Introdução

A introdução está organizada em quatro subseções. Constam a apresentação do tema da pesquisa, sua relevância, justificção e o método; a explicitação do problema, objeto e objetivos; a indicação das opções teóricas e metodológicas, que abrangem os procedimentos metodológicos e aportes teóricos relevantes para o direcionamento deste estudo, e a estruturação do trabalho organizado em capítulos.

Capítulo I – Origens, desenvolvimento e institucionalização de Educação Física

O capítulo I tratou do ideário das civilizações, em que corpo e movimento constituíram-se como patrimônio dos povos, nem sempre valorizados em momentos diferentes da história, abrangendo desde as origens da Educação Física passando pelas fases do renascimento e da era moderna explicitando as influências e contributos da(s) ginástica(s) e do desporto. Seguindo para o território brasileiro, foram pontuados alguns marcos importantes na história da Educação Física brasileira. Os primeiros momentos, abrangem o período colonial até o século XIX em que a Educação Física esteve sob a tutela de outras áreas (educação e medicina) e também ao sabor da vontade de políticos, militares, religiosos etc. No século XX, demonstramos o destaque ao higienismo e as várias reformas da educação brasileira onde a atividade de Educação Física passa a ser incluída. Esta foi contemplada na Constituição Federal de 1937 e logo em 1939 foi criada a Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil. Em seguida são apresentadas discussões relacionadas aos processos de formação dos profissionais de Educação Física no sistema de ensino, identificando-se as questões relacionadas ao currículo e as áreas de exercício profissional.

Capítulo II - O associativismo na Educação Física Brasileira: a constituição de um espírito e de um corpo coletivo e a luta pela regulamentação profissional.

Este capítulo contempla as referências teóricas e a análise documental relacionadas ao associativismo na Educação Física brasileira destacando a constituição de um espírito e de um corpo coletivo e a luta pela regulamentação profissional. Contempla as contribuições teóricas do associativismo e da ação coletiva como referências para a compreensão do processo organizativo na Educação Física. Abrange um resgate histórico do movimento associativista na Educação Física brasileira considerando as influências da Federação Internacional de Educação Física – FIEP e a trajetória inicial de criação das primeiras Associações dos Professores de Educação Física – APEFs e da Federação Brasileira das Associações de Educação Física – FBAPEF. Destaca a fase da redemocratização a partir da década de 1980, onde ocorre a

retomada do movimento associativista e a realização dos congressos da FBAPEF, a fim de identificar os embates, as lutas e as conquistas em torno da regulamentação da profissão de Educação Física no Brasil.

Capítulo III – Consolidação de um espírito de corpo: depoimentos da história vivida do associativismo na Educação Física Brasileira.

Este capítulo contempla as referências teóricas e a análise de depoimentos de sujeitos qualificados sobre o processo de consolidação de “um espírito de corpo”, a partir da história vivida do associativismo na Educação física brasileira. Aborda os contributos da sociologia das profissões para o entendimento do processo constitutivo da profissão de Educação Física, retomando seu percurso associativista, os temas debatidos nos congressos e a trajetória da regulamentação da profissão à partir dos depoimentos da história vivida sob a ótica de dirigentes associativos e profissionais que tiveram relevante participação neste processo de afirmação da profissão. Retoma o período histórico inicial do associativismo das APEFs na década de 1940, passando pelo processo de regulamentação, que culmina com a aprovação da Lei de regulamentação profissional em 1998, contemplando a criação do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, e as elaborações do seu Estatuto e do Código de Ética Profissional.

Capítulo IV - A profissão dita pelos porta-vozes das suas organizações. Perspectivas e desenvolvimento do sistema CONFEF/ CREFs.

Este capítulo foi organizado em três pontos, contemplando no primeiro ponto uma caracterização do perfil do Sistema CONFEF/CREFS, destacando sua história, características organizacionais. O segundo e o terceiro pontos estão relacionados à pesquisa de campo realizada à partir de entrevistas com os presidentes dos Conselhos Regionais e com a presidência do Conselho Federal onde pudemos abordar a profissão através de categorias analíticas como: Identidade Profissional; Representatividade; Gestão Democrática; Fatores de Desenvolvimento. Ao final apresentamos uma síntese analítica de cada uma dessas categorias com suas respectivas subcategorias,

correlacionando-as com as referências teóricas no intuito de se extrair as principais questões e desafios identificados.

Conclusão

Nesta seção retomamos o objeto e objetivos da tese a fim de identificarmos o nível de compressão e alcance dos mesmos. Procedemos a uma síntese de questões específicas e gerais que indicam as principais resultados e conclusões obtidas nesta tese. Ao final foram realizadas considerações sobre as dificuldades encontradas para a realização desta tese e sugestões para futuras pesquisas.

CAPÍTULO I

ORIGENS, DESENVOLVIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

CAPÍTULO I – Origens, desenvolvimento e institucionalização da Educação Física

Educação física: das origens ao renascimento

Origens

Desde as primeiras civilizações, dentre elas a egípcia e as do Oriente, como a chinesa e japonesa, a educação física já era praticada, como atesta Gifri (1989, p. 25):

“Desde as origens, no Egito, a cultura física e em particular o esporte em geral, que teve parte primordial na atividade cotidiana, foram parte integrante da educação geral: aos motivos religiosos (...) dava-se extraordinária importância ao físico e mesmo após a morte, tentava-se assegurar ao corpo uma longa duração, donde o embalsamento do cadáver.”

No Egito, a educação física do jovem merecia grandes atenções, sobretudo entre a nobreza e a família real. Os egípcios cultuavam a atividade a corpo livre, com precisas intenções médico-corretivas também localizadas.

Outrossim, existiam exercícios propedêuticos para as atividades atléticas-militares, com especial atenção à luta. Também particular atenção era dada à flexibilidade, à agilidade, à resistência muscular localizada; e com os pesos se trabalhava a distensão do tronco, visando maior flexibilidade e distensão da coluna. Também eram praticados exercícios de saltos à corda, tanto no Egito quanto na Grécia. Há relatos que falam de tiro à corda, jogo de bola, hockey e pulo a cavalo. (Grifi, 1989, p. 29)

A educação física na Grécia e na Roma antigas

As civilizações cretense, precursora da cultura grega, e etrusca, precursora da romana, tiveram manifestações esportivas. Todavia, podemos

afirmar que a história da Educação Física e dos esportes começa, verdadeiramente, na Grécia clássica.

Os exercícios físicos exerciam uma importância fundamental na vida dos gregos. Na visão de Grifi (1989), desde os tempos de Homero os gregos fizeram da ginástica um mito, mas somente em uma época posterior os jogos adquiriram significado religioso. Os jogos praticados eram o pugilato, a luta, o jogo de bola, o lançamento do disco, o tiro com o arco, a corrida e a dança. Devemos ressaltar, porém, que não existiu, em nenhum momento da vida grega, a maratona enquanto esporte, como hoje é conhecida. Embora o termo tenha origem em um grego que percorreu exatos 42 km para contar aos atenienses a vitória sobre os persas, trata-se de um fato histórico que, séculos mais tarde, deu origem à maratona enquanto esporte.

A educação Física em Esparta

Na visão de Grif (1989, p. 39-40), desde o século VII a.C. Esparta e Atenas tinham uma relação de corpo com critérios pedagógicos:

“Esparta baseou o seu ideal educativo no reforço do corpo e da moral dos seus cidadãos, para fazê-los bons soldados; Atenas preocupou-se, ao invés, de uma completa formação de personalidade humana. Conseqüentemente, os exercícios praticados pelos espartanos eram muito diversos dos exercícios atenienses. As atividades físicas espartanas ficaram ancoradas ao conceito de cidadão, isto é, soldado a serviço da pólis; as de Atenas procuraram a formação e o desenvolvimento das qualidades pessoais como a graça, a harmonia dos gestos, a habilidade e a destreza. A educação ateniense, em particular, era entendida como necessidade formativa: educação completa e integral, onde finalidade física e espiritual completavam-se reciprocamente.”

Tendo em vista objetivos tão diferenciados, é importante analisar cada formação social em separado, embora se trate da mesma civilização grega.

Em Esparta, a cultura fundamentava-se na guerra como tradição, e em uma época remota como o período entre os séculos VIII e VII a.C., a cidade de Lacômia classificou 46 atletas entre os 80 vencedores olímpicos. Mais tarde, por volta do ano 550 a.C., a educação física ficou relegada a solucionar os problemas militares, o que afastou os espartanos das atividades olímpicas.

A ginástica para os espartanos tinha o compromisso de fortificar o corpo, preparando-o para a guerra, e toda a educação era voltada para esse objetivo, procurando incutir nos jovens a força, a obediência, a superação de obstáculos.

A formidável herança deixada pelos gregos certamente alcançou também a Educação Física, pois a prática de exercícios era muito valorizada. Na época clássica, havia especialistas para o ensino de diversas áreas e, em Educação Física, chamava-se *pedótriba* ao professor de ginástica.

Cabendo ao Estado (ou seja, às cidades da região) a educação dos jovens, desde os sete anos as crianças ficavam sob a orientação de instrutores públicos, chamados *pedonomo* quando chefe, e *irene* quando era apenas um rapaz mais velho que os demais. Aos dezoito anos, os jovens transformavam-se em *irenes* e começavam a treinar o uso de armas, aos vinte eram admitidos na milícia e aos trinta tornavam-se plenos cidadãos de Esparta.

Nesse contexto, a ginástica militar era fundamental para o desenvolvimento dos cidadãos, embora também se considerasse o exercício físico uma atividade recreativo-esportiva, valorizando-se o prazer do jogo, da competição e o valor moral e religioso da ginástica.

A educação física em Atenas

A respeito de *Atenas*, pouca diferença havia entre ela e Esparta, no tocante à educação e aos esportes, até o século VI a.C. Mas na metade deste século (550 a.C.), consolidou-se a supremacia ateniense sobre as demais cidades gregas. As reformas políticas de Sólon vieram modificar o costume a respeito da educação, e a ginástica perdeu o caráter exclusivamente militar: em Atenas, tudo era voltado para o “civil”, como afirma Grifi (1989: 42).

Os Jogos Olímpicos já existiam desde o século VII a.C., e eram uma festividade que reunia atletas de todas as cidades gregas. O nome é devido à

realização dos jogos na cidade de Olímpia, onde havia um complexo desportivo para a realização de todos os jogos que eram praticados, com alojamentos, templos para a oração aos deuses antes e depois dos jogos etc. Para Olímpia afluíam os atletas de quatro em quatro anos, e conta a lenda que assim surgiu a História, ciência que significava, entre os gregos, “contar aos outros aquilo que se viu”. Quem ia - competir ou assistir – aos jogos olímpicos, retornava para a sua cidade natal e contava os resultados, as vitórias, como eram os atletas, quais os índices alcançados etc.

A partir do século VII a.C., surgiram outros jogos: Jogos Déléficos, Ístmicos e Nemeos. Em Atenas, ocorria uma das festas mais importantes, as Panatenéias, em homenagem à deusa Atenas, conforme Grifi (1989, p. 44):

“A grande festa panatéia continuou a crescer de importância e de esplendor a partir do período de Pisístrato em diante, tendo sido acrescentado competições musicais, poéticas e de novas competições gímnicas e hípicas. Os atletas participavam das competições gímnicas, divididos em três categorias: crianças, jovens (16-20 anos) e adultos, que se fundamentavam em corridas, pentatlo, luta, pugilato, pancrácio. Os vencedores recebiam como premiação um certo número de ânforas de óleo, feito com as olivas sagradas de Atenas. As competições hípicas consistiam de: competições de bigas, quadrigas, corridas de carros cerimoniais e de carros bélicos.”

Durante essa festa, desenrolava-se também uma competição de dança pírrica e uma espécie de campeonato de perfeição física coletiva: cada time apresentava jovens devidamente escolhidos pela estatura, robustez e beleza dos membros e aos vencedores, seja da dança ou do concurso, era dado em prêmio um boi. (Grifi, 1989: 44)

No século V. a.C., atribuía-se à educação física a função de formar a personalidade ideal grega, e o objetivo principal dos exercícios físicos era aumentar as forças corporais, dando simetria e harmonia às formas, tornando o

corpo mais capaz de enfrentar a ginástica militar e a guerra, ao mesmo tempo em que contemplava o ideal de beleza tão importante para os gregos.

Grifi (1989, p. 52) comenta que, para Platão, o belo e a ginástica militar se completavam:

“A própria ginástica foi entendida unicamente ou quase unicamente como preparação à guerra. Os exercícios físicos que Platão mencionou com o escopo de adestramento militar, compreendiam: a luta (momento privilegiado, pela preparação direcionada ao combate), a dança guerreira, o manejo das armas, as manobras táticas, as marchas militares, o tiro com o arco, a esgrima, as corridas atléticas em geral, como aquela do stadio e do duplo stadio. (...) A ginástica militar, na República, assim terminava, a fim de identificar-se com a ginástica no geral, a qual tinha, portanto, para Platão, um grande valor psicológico e ético, seja para o corpo, seja para o Estado.”

Na Grécia surgiram os ginásios, onde os jovens se exercitavam e competiam. No início, o ginásio consistia de uma simples pista para as corridas a pé e de áreas de solo de areia para a luta e o pugilismo, ambos ao aberto. Mais tarde, o ginásio aperfeiçoou-se com a construção de lugares para a luta e para a natação, próxima ao ginásio. Com o tempo, transformou-se em complexo arquitetônico. É importante ressaltar que nos ginásios, além do pedótriba, ali ensinavam também os mestres de música e da oratória, os gramáticos, filólogos e filósofos.

A educação física em Roma

Em Roma, a sociedade continuou praticando os esportes e atividades herdados dos gregos, e esta situação somente se modificou na Idade Média. A educação física romana tem suas origens nos costumes etruscos e também nos gregos. Entretanto, a ginástica não encontrou um campo fértil entre os romanos, apresentando um certo declínio.

A educação física tinha, em Roma, um caráter preciso e inconfundível, onde se privilegiava a preparação dos jovens, ficando o esporte em si relegado a um segundo plano. Eram valorizados os exercícios ligados ao vigor físico, ao manuseio de armas, à destreza de cavalgar, natação, tiro com arco, levantamento de peso, luta, salto, todas essas atividades voltadas para a guerra.

Segundo Paul Veyne (1989, p. 32), aos doze anos os destinos dos meninos e das meninas se separam: “somente os meninos, se pertencem a uma família abastada, continuam a estudar”. Conforme Veyne (1989, pp. 32-33) as meninas, casavam-se aos doze ou catorze anos:

“Nas famílias ricas, a partir desse momento, as moças são encerradas na prisão sem grades dos trabalhos de fuso, que serve para demonstrar que elas não passam o tempo fazendo o que não devem. Se uma mulher adquire uma cultura de salão – sabe cantar, dançar e tocar um instrumento (canto, música e dança estavam ligados) – tais talentos serão louvados e apreciados, porém logo se acrescentará que ela é uma mulher honesta. Por fim, cabe ao marido eventualmente cuidar da educação de uma jovem de boa família”.

Entre os romanos, praticava-se poucos esportes, mas dentre eles, tiveram maior divulgação a natação, a equitação e os jogos propriamente ditos: a *munda* (ou mosca cega), o *oscillatio* (balanço), e a bola.

Advento do Cristianismo e sua influência na educação física medieval

Especificamente em relação à educação física, o advento do cristianismo modificou a maneira de encarar o corpo, passando a considerar criticamente tudo que fosse material. Ao valorizar o lado espiritual, deixou-se de lado a ginástica e os esportes:

Assim, o exercício físico e os espetáculos ligados ao velho mundo pagão desapareceram: circos, anfiteatros e termas foram levados às ruínas, e Grifi (1989, p. 139) destaca que:

“Rejeitado pela ideologia dominante, o exercício físico foi utilizado na tradição educativa militar e no gosto pelo jogo, para reaparecer em uma sociedade nova, em lenta e fatigosa evolução. O medievo representa o ponto de partida para o nascimento dos jogos de equipe, para o nascer de uma infinita gama de jogos esportivos (sobretudo com a bola) e para o fomentar do espírito de provincial que, envolvendo toda a comunidade, dará início à expressão folclorística”.

A educação física medieval se baseava na preparação do futuro cavaleiro, e era extremamente rígida. O menino era educado até os sete anos no ambiente familiar e desde cedo começava a cavalgar e a executar exercícios que visavam fortalecer o corpo para a guerra e para as lutas, ao mesmo tempo em que um preceptor cuidava da instrução cultural. O exercício físico visava ensinar a correr, saltar, lutar, lançar pedras e hastas, atirar de esgrima e cavalgar.

Aos quatorze anos o *pajem* se tornava *escudeiro* e recebia um cavalo, esporas de prata, lança, escudo, elmo e couraça. O seu compromisso com o senhor feudal se tornava mais intenso, devendo atender a este senhor quando convocado para a guerra. Após um longo treinamento, por volta dos 21 anos, era nomeado *cavaleiro*, investidura que tinha um ritual preciso e importante, a qual terminava com uma prova de habilidade do novo cavaleiro, que deveria correr a *quintana*, prova eqüestre.

Os torneios medievais, também denominados *imaginariae bellorum prolationes* ou *belli praeludia*, eram muito importantes, e se difundiram sobretudo na França. Os torneios eram realizados em ocasiões de festas religiosas, de acontecimentos políticos e em casamentos. O senhor feudal desafiava um outro nobre, e se aceito o desafio, convocavam-se juízes responsáveis, publicavam-se editais e realizava-se o confronto.

Apesar de sua difusão, os torneios acabaram sendo proibidos no século XII pela Igreja Católica, perdendo então sua força e sendo substituídos pelas giostras, que eram combates menos violentos que os torneios, pois nelas eram utilizadas “armas corteses”, ou seja, desapontadas ou cobertas por uma defesa. Os cavaleiros corriam um em direção ao outro, no confronto, sem poder cair do cavalo e visando que o opositor caísse.

Importante registrar, que em 800 d.C. o Império Romano é dominado por um único monarca, Carlos Magno reinando todas as nações cristãs da Europa continental. Carlos Magno ordenou que em todos os mosteiros se ensinasse a ler e escrever. Era preciso contar com pessoas educadas para auxiliar na expansão territorial, então recorreu aos monges e sacerdotes convidando conforme Burns et all (2005, p. 231):

“(...) o beneditino anglo-saxão Alcuíno – aluno de um dos discípulos de Beda – para dirigir uma revivescência dos estudos no continente. Com o apoio ativo de Carlos Magno, Alcuíno ajudou a criar novas escolas para o ensino da leitura, dirigiu o trabalho de cópia e correção de importantes obras latinas, inclusive muitos clássicos romanos e inspirou a formulação de uma nova caligrafia clara, ancestral de nosso moderno alfabeto romano”

Talvez tenha sido este o seu mais notável feito, estimulando o renascimento medieval do saber. Pelas iniciativas por monges e clérigos de efetuar cópias de milhares de livros, quase todos os clássicos latinos sobreviveram na Europa chegando até os dias de hoje. Os estudos superiores eram também os objetivos das escolas episcopais da Idade Média. Cada vez mais era necessário dotar os clérigos de informações aprofundadas e, para isso, eram necessárias as bibliotecas junto às escolas. Também os árabes, na idade medieval, estabeleceram estudos superiores, que ocorriam nas mesquitas. Deve-se aos árabes não só contribuições no aperfeiçoamento de estudos superiores, como também o ensino da prática médica e o cultivo e estudo de plantas medicinais.

Nos tempos medievais, os estudos e a educação se sistematizaram, passando a existir sob a proteção da Igreja Católica. Cabia a esta controlar, gerir e dar o aval a todo o ensino, que era professado nos conventos e monastérios. Dessa maneira, só tinha acesso ao saber um grupo restrito de pessoas, que podia contribuir com seu sustento nos conventos.

Ali também residiam as pessoas desprovidas, como viúvas e órfãos, mas a regra geral era que se pagasse pelos seus custos. Não havia discriminação no sentido de que a educação fosse apenas para os descendentes da nobreza, pois desde que não fossem da classe camponesas, poderiam ter acesso aos estudos.

De início, havia os preceptores, mas isso só ocorria em famílias muito abastadas; com o passar dos tempos, o ensino foi se localizando nos conventos e monastérios, que concentravam os livros, as pessoas cultas e os grandes mestres.

A partir do século XIII as universidades passam a estudar as generalidades, adquirem independência, sendo que semelhantes às universidades de hoje com corpo organizado seguem pela ordem de fundação a de Bolonha (1119), Paris (1150), Oxford (1166), Cambridge (1200), Palência (1208), Salamanca (1218), Coimbra (1290) e muitas outras.

O Renascimento e a sua influência na educação física

O Renascimento trouxe profundas modificações no que diz respeito à educação física, pois se deixou de criticar o culto ao corpo, retomando-se os exercícios físicos e os jogos. A Igreja Católica foi obrigada a se adequar aos novos tempos, onde corpo e alma eram considerados ambos criação divina e, por isso, não deveriam ser criticados aqueles que cultuavam o corpo e os exercícios.

Grande importância tiveram os pedagogos renascentistas, que buscavam ministrar uma educação completa e harmônica para a formação do homem, desenvolvendo nele todos os aspectos de sua personalidade.

Dentre esses pedagogos, destaca-se Vergerio Pier Paolo (italiano da Universidade de Pádua, século XIV-XV), que sustentava a superioridade da

instrução pública sobre aquela privada e a necessidade de estudar o caráter do indivíduo para direcioná-lo para os estudos específicos. Situa-se nessa mesma época Vitorino de Feltre, considerado por Grifi “o verdadeiro criador da educação física”. Foi ele quem antecipou, com seus métodos pedagógicos, os princípios da educação física moderna. Convidado pelo duque de Mantua para educar seus filhos, ali criou uma verdadeira escola, no sentido pedagógico e humanista, que se transformou em um centro de educação que lembrava o ginásio grego e os colégios dos tempos modernos. Vitorino Rambaldoni, ou Vitorino de Feltre preocupou-se não somente com a instrução cultural, pois ali se lecionava as letras e os clássicos, mas também com os exercícios: *“segundo ele, todo bom cidadão devia estar em condições, em paz e em guerra, de defender o Estado, em caso de necessidade”*, afirma Grifi (1989, p. 159)

Outros educadores foram igualmente importantes, como Guarino Veronese – que defendeu a conciliação dos estudos e dos exercícios físicos (natação, passeios, caça, dança, jogo de bola); Leon Battista Alberti – que considerava fundamental o exercício para a saúde; e Enea Silvio Piccolomini – que escreveu um tratado pedagógico de caráter iminentemente militar, pois era dedicado ao duque da Áustria.

Merecem ainda menção Vegio Maffeo - que defendeu os exercícios para a psique; e Baldassar Castiglione - que escreveu uma obra sobre o perfeito cortesão, atribuindo importância à preparação física. Segundo Marinho (1957, p. 48) no renascimento os humanistas, redescobrem as culturas grega e romana e se surpreendem com o grau de evolução destas civilizações. Cita várias personalidades em diversas áreas tais como Erasmo na literatura, Galileu e Harvey nas ciências, Petrarca na poesia, Miguel Angelo na pintura, Leonardo da Vinci na escultura, pintura, arquitetura e engenharia e dezenas de outros.

A era moderna. Alguns contributos: a(s) ginástica(s)

Devemos aos gregos o termo “*Ginástica*” Segundo Tubino (2007, p. 871) a palavra ginástica vem do grego *Gymna-zen*, que significa “*exercitar-se*” e que tem a descrição de ser um conjunto de exercícios físicos que tem por objetivo melhorar o corpo humano. Desde Maffeo Vegio (Itália) no século XV considerado um dos precursores do denominado Humanismo Pedagógico ao século XX, com o surgimento após a segunda guerra mundial da denominada Calistenia desenvolvida pela Associação Cristã de Moços. (ACM) nos Estados Unidos, desfilaram várias linhas doutrinárias de que destacamos a ginástica sueca, francesa e alemã.

A ponte da ginástica antiga para a ginástica moderna foi proporcionada pelo italiano Jeronimus Mercurialis (1569) que ao publicar *Da arte gymnástica*, influenciou fortemente os posicionamentos seguintes da ginástica. Já no século XVIII (1712-1778), Jean Jacques Rosseau, considerado um dos maiores pedagogos do século XVIII, teve como seu contemporâneo o alemão Johan Bernhard Basedow (1723-1790) que fundou o Movimento Filantrópico Pedagógico influenciado por Comenius e Rosseau e foi responsável por inserir as aulas de ginástica no currículo escolar da Alemanha estimulando, ainda, as práticas da esgrima, equitação e dança de salão. A linha de pensamento de Basedow teve continuidade em Guts Muths cuja obra *Gymnastik fur die Jugend*, passou a ser considerado o pai da Ginástica Moderna.

Ainda segundo Tubino (2007, p. 871), “*na transição entre os séculos XVIII e XIX, a influência de Guts Muths foi decisiva no início das linhas doutrinárias de ginástica sueca, alemã e francesa...*”. A ginástica sueca tinha como característica o agrupamento da ginástica pedagógica, ginástica militar, ginástica médica e ginástica estética. Amoros defendeu a existência de quatro tipos de ginásticas: a civil, e industrial, a médica a militar e a cênica. Foi Amoros que provocou o aparecimento da Linha Francesa de ginástica. Mais tarde, a Linha Doutrinária Francesa substituiu o termo ginástica por Educação Física.

A *ginástica alemã* de fundo nacionalista, também substituiu o termo “Gymnastik” para o termo “Turnkunst”, tendo à sua frente Friedrich Ludwig Jahn, sendo o seu seguidor Adolph Spiess (1810-1858). Sendo mais conhecida por “Turn”, desta nasceu a atual *ginástica artística*. A *ginástica calistênica* consubstanciada na busca da estética e exercícios para a manutenção da saúde se incorporaram ao que hoje chamamos ginástica de academia. Também proporcionando a ginástica acrobática ao mundo esportivo, assim como visto acima, a ginástica foi incorporada pela Educação Física.

História da Educação Física no Brasil: alguns marcos importantes para afirmação da Educação Física

A educação física no Brasil Colônia

A guerra, a caça, a pesca eram as ações dos nativos quando Cabral descobriu a nova Terra de Santa Cruz. Por este conjunto de ações a utilização da força física e contato permanente com a natureza asseguravam a própria existência. O primeiro contato entre portugueses e os nativos ocorreu de forma amistosa. Para angariar a simpatia dos nativos, foi realizada pelo almoxarife Diogo Dias que segundo Marinho (s.d., p. 7) assim descreveu Pero Vaz de Caminha: *“Depois de dançarem fez-lhe ali, andando no chão, muitas voltas ligeiras e salto real de que eles se espantavam e riam e falavam muito”*. Segundo Marinho, esta atividade foi considerada a primeira aula de ginástica no Brasil.

Com uma imensa costa marítima e uma profusão de rios, era de se esperar que os nativos desenvolvessem grandes habilidades tanto na prática da natação, como também da canoagem, esta utilizada para a pesca mas não só, como indica Marinho se referenciando em escritas “Sobre o Brasil Antigo” do missionário Labatut, citado por Marinho (s.d., p. 12): *“É mesmo certo que entre os habitantes do novo país (colonos e índios) era praxe fazerem grandes corridas em suas habituais pirogas (embarcações) usadas pelos naturais espetáculos estes com que se recreavam em dias de descanso”*.

Quanto às corridas a pé, a utilização do arco e flecha, Frei Vicente de Salvador citado por Marinho (s.d., p. 14) em sua obra *“Do modo de guerrear do gentio do Brasil”* que os indígenas ao entrar na terra dos contrários *“levam as sua espíadas adiante, que são mancebos mui ligeiros”*. Era hábito de algumas tribos soltar prisioneiro, dar-lhe vantagem para fugir e instantes depois saíam a caçá-los, e quando o alcançavam o abatiam. O prisioneiro somente escapava se fosse muito forte e ligeiro na corrida. Quanto a equitação, apesar das controvérsias dos historiadores se os índios conheceram o cavalo, segundo Marinho, (s.d., p. 16) na Revista do Instituto Histórico em memória de Francisco Rodrigues Prado, afirma: *“que Guaicurus, índios que habitavam o sul de Mato Grosso, se fizeram temíveis pelo uso de cavalos”*.

É importante destacar que em 1548, segundo Bueno (2003, p. 45), o rei D. João III, atendendo solicitação do irmão do donatário de São Tomé, Pero de Gois para socorrer as capitanias podendo perde-las para os franceses entre outros problemas. O Rei, envia então uma esquadra ao Brasil sob o comando do fidalgo Tomé de Souza, este nomeado Governador-Geral do Brasil, trazendo um sólido corpo administrativo que desembarcando no Brasil (Bahia) em 29 de março de 1549 trazendo também os primeiros jesuítas, entre eles o padre Manoel da Nóbrega.

A missão do governador especificada numa espécie de “carta magna” do estado brasileiro, continha 41 artigos do Regimento Real assinado em 17 de dezembro de 1548. Entre as várias determinações, estava a autorização para atacar e punir indígenas hostis. Imerso em controvérsias sobre as ações empreendidas pelos jesuítas, é preciso antes esclarecer o que ocorria na Europa católica em geral em andamento desde 1545 em que conjugando dois fatos, as três décadas de espanto em função das teses de Martinho Lutero desafiando a Igreja Católica Apostólica Romana e a reação desta com a instalação do Concílio de Trento e o fortalecimento da Inquisição.

Entre as várias forças que incentivaram o fechamento cultural estava a Companhia de Jesus, e que tornando-se cada vez mais influente, logo depois todos os aspectos culturais da empresa colonial lusitana foram entregues aos jesuítas e assim, segundo Bueno (2003, p. 51): *“A inteligência brasileira viria a*

constituir-se submetida à direção exclusiva da Companhia de Jesus, sob a égide da Contra-Reforma e do Concílio de Trento como diagnosticou Wilson Martins.” Assim se explica que os avanços do humanismo renascentista e as reflexões filosóficas, foram barradas pelos padres jesuítas, no entanto seria praticamente impossível reconstituir a história do Brasil colônia não fosse os registros pormenorizados de cartas e relatórios dos padres jesuítas.

Segundo Marinho (s.d., p. 18) cumprindo uma cronologia foram publicados em Lisboa 4 livros pelos respectivos autores: Luiz Carlos Moniz Barreto, em 1787 com o título, “Tratado da Educação Física e Moral”, subtendiam-se assuntos como eugenia, hereditariedade, alimentação, higiene, puericultura, concepção, gravidez e parto, sendo que nas primeiras páginas dedica atenção da prática de Educação Física desde o berço as ações subsequentes pela cronologia da idade demonstrando alguns conhecimentos e fisiologia; Dr. Francisco de Melo Franco, mineiro, escritor de renome, formado pela Universidade de Coimbra, em 1790 de forma inédita junto à recém criada Academia Real de Ciências de Lisboa o livro, “Tratado de Educação Física dos Meninos para uso da nação portuguesa”, dividido em 12 capítulos, e que por influência de Rousseau, lamenta o afastamento da vida natural e preconiza a volta do homem à natureza; Dr. Francisco José de Almeida, em 1791, por ordem da Academia Real das Ciências publica outro tratado semelhante ao do Dr. Melo Franco, porém incluindo conhecimento sobre mecanoterapia sobre o que se conhece hoje de movimentos ativos e movimento passivos; novamente o Dr. Francisco José de Almeida em 1819 o livro “Elementos de Higiene ou Ditames Teoréticos para conservar a saúde e prolongar a vida”. O trabalho predomina a temática da higiene, mas consagra outros dois capítulos: *“influência do físico sobre a moral”* e *“influência da moral sobre o físico”*. Marinho, (s.d., p. 20).

A Educação física no Brasil no século XIX.

Antes da Independência

A trajetória da institucionalização e do desenvolvimento das associações traz antecedentes na área da educação ainda no Império, quando a Ordem Jesuítica no Brasil começou sua ação. No Brasil do século XIX, a educação continuou sendo reservada a um grupo de elite, pois, com o advento da sociedade capitalista e suas novas formas de produção, e principalmente com a ascensão da industrialização, separava-se definitivamente o trabalhador braçal do intelectual. Dessa maneira, muitos desses últimos tornavam-se filósofos, num mundo que privilegiava o contemplativo em oposição ao produtivo.

O Brasil acompanhava essa maneira europeia, com as famílias que aqui residiam, fossem de brasileiros ou de portugueses, valorizando o filho que podia ir estudar na Europa, destacando-se, no contexto sociocultural, da massa de brasileiros incultos, visto que desde os tempos coloniais o ensino e as escolas eram restritos no país. Para se adquirir o saber, era necessário, segundo Ribeiro (1982) que os interessados em cursar o ensino superior atravessassem o oceano para estudar na Universidade de Coimbra (Portugal).

Vários foram os motivos para que fossem criadas a Academia Real da Marinha em 1808 e a Academia Real Militar, objetivando a formação de Engenheiros militares e civis. Em 1809, na cidade do Rio de Janeiro, organiza-se o Curso de Medicina, visando à formação de médicos e cirurgiões para o Exército e a Marinha. Quase simultaneamente, são criados os cursos de Economia, Agricultura e Química. Esses cursos representam a inauguração do nível superior de ensino no Brasil, ainda que fossem organizações isoladas (não universitárias), com preocupação basicamente profissionalizante.

A situação no país só se transformou com a vinda da Corte Portuguesa, que trouxe para o Rio de Janeiro a Biblioteca de Lisboa e muitas pessoas cultas da nobreza junto com a família real. Assim, tornou-se urgente que fossem autorizadas escolas para todos, o que fez com que, na época do Império, fossem criadas escolas por todo o país. Em 1825, foi criado um curso

jurídico (superior) provisório na Corte e vários projetos foram apresentados para o ensino médico. Inspirando-se em autores populares do séc. XIX europeu, as crenças básicas do liberalismo e cientificismo (positivistas) tornam-se referências para mudar o Brasil, e já começam a propor a criação da Universidade Brasileira.

Após a Independência

Proclamada a Independência do Brasil, um deputado mineiro apresentou, em 1823, uma proposta indicando os meios de estimular os cientistas e “gênios” brasileiros e, ao mesmo tempo, foi elaborado um tratado completo de educação. Esse projeto prometia uma medalha distintiva a quem apresentasse um projeto ou plano para a Educação Física, moral e intelectual. O segundo prêmio, pecuniário, seria para quem apresentasse outro plano de educação para uma especificidade física ou moral ou intelectual.

Ainda na década de 1820, foi fixado o currículo para as escolas primárias e criou-se o ensino primário para o sexo feminino. Na década de 1830, o Ato Adicional estabeleceu que tanto a educação primária quanto a secundária ficariam a cargo das províncias, ficando sob a tutela do governo imperial somente o ensino superior, conforme comenta Romanelli (1991, p. 76)

O primeiro livro sobre Educação Física, editado no Brasil, data de 1828, sendo Joaquim Jerônimo o seu autor: “*Tratado de Educação Física – moral dos meninos*”. O autor entendia por educação a saúde do corpo e a cultura do espírito, entendendo a Educação Física como nos dias de hoje. Para esse educador, os meninos eram divididos em duas fases de evolução: do nascimento aos sete anos, e dos sete aos quatorze. Preconizava-se a ambidestria, e se dividiam os exercícios em duas categorias: a) os que excitam o corpo, por exemplo: corrida, dança, nado, luta, saltos etc.; e b) exercícios de memória, entre eles, xadrez etc. Esta obra trazia uma ressalva importante: considerava um erro colocar a educação moral em oposição à Educação Física, conforme atesta Marinho (1980a, p. 158)

Em 1834 criou-se, através de Ato Adicional, lei que delegava às províncias a prerrogativa de legislar sobre a educação primária, o que eximia o

governo da responsabilidade de assegurar educação elementar para todos. A descentralização da educação básica foi mantida quando se instaurou a República, e teve continuidade a política de descentralização da coordenação do ensino fundamental, o que perpetuou as falhas no sistema educacional brasileiro.

Assim que se instalou a Independência, criou-se, no Rio de Janeiro, em 1822, uma escola fundamentada no método lancasteriano de ensino, em que havia somente um professor para cada escola. Logo depois, assegurava-se a instrução primária gratuita para todos os cidadãos. Alguns cursos começaram a ser criados, a partir de 1825, como o Ateneu do Rio Grande do Norte, os cursos jurídicos de São Paulo e de Olinda, em 1827, as Faculdades de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia, como menciona Lacerda Nogueira (Nogueira, 1938, p. 15).

Outra obra editada em 1845 foi a tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, defendida por Manoel Pereira da Silva Ubatuba, intitulada *“Algumas considerações sobre a Educação Física”*, em que se destacou a necessidade dos exercícios para a saúde e o vigor. Outras teses sobre o mesmo tema se seguiram.

Em 1852, foi expedido um regulamento no Amazonas determinando que a instrução pública compreenderia a Educação Física, moral e intelectual, e o sexo feminino também deveria receber educação e instrução intelectual, porém modificadas e adequadas às estudantes jovens.

Em 1855, foi promulgado o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, e iniciou-se a reforma pedagógica do Colégio Imperial, posteriormente passa a se chamar Colégio Pedro II, instituindo-se exercícios de ginástica no currículo. A esse respeito, Marinho (1980a, p. 158) comenta que, no relatório anual do inspetor geral da instrução pública, consta:

“os exercícios ginásticos que desejo ver quanto antes introduzidos nas escolas promovendo a Educação Física da mocidade que as frequenta, sendo das necessidades bem urgentes do ensino público

primário, ainda ficaram adiados por falta de espaço e de acomodações nos prédios atuais”.

Marinho (1980a, p. 160) nos informa que em 1867, aparecem os “Estatutos Higiênicos sobre Educação Física, Intelectual e Moral do Soldado”, do Dr. Eduardo Pereira de Abreu, considerado como um trabalho que se destaca para além de seu tempo.

“Inicialmente o autor trata da importância da Educação Física para o soldado, admitindo dois modos de ministrá-la: em escola e isoladamente. Conclui pela vantagem das escolas desde que essas sejam homogêneas, não só em função da idade como também do exame médico. Nos capítulos que se seguem, aprecia a Educação Física através dos tempos e faz um estudo fisiológico desta modalidade de educação. Aponta ainda a influência considerável do físico sobre o moral do soldado. Demonstra, convincente, a necessidade imprescindível da íntima colaboração entre o médico e o instrutor. Classifica os exercícios em elementares e de aplicação, prevê a criação de escolas de natação, preocupa-se com a antropometria, tratando da espirometria e de quase todas as medidas desse gênero que se fazem na tropa e mostrando como devem ser tiradas conclusões desse exame. Tem-se a impressão de que o autor se encontrava avançado meio século em relação à época em que viveu.”

Em 1868, foi fundado no Rio de Janeiro o Clube Ginástico Português, e dois anos depois foi apresentada uma mudança para a educação física no Colégio Pedro II, que valorizava a Educação Física.

Já na segunda metade do século, era autorizado às mulheres também estudar e até mesmo lecionar, numa perspectiva condizente com as transformações de *fin de siècle*, que começavam a abrir espaço para o saber feminino. As escolas proliferaram, e era muito frequente que fossem para os dois sexos, embora com as dependências separadas, e um professor lecionando para os garotos e uma professora para as meninas. Ascendendo

junto a essas transformações, a mulher começava a ocupar seu espaço na sociedade, ainda que de maneira incipiente.

Ao final do século XIX, o principal acontecimento da época do Império foi o parecer de Rui Barbosa que, em 1882, discutiu o Projeto nº 224, intitulado *“Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública”*, segundo o qual a Educação Física deveria preceder as outras formas de educação. Conforme o parecer de Rui Barbosa, não havia o intuito de *“converter os alunos em acrobatas”*, mas sim em desenvolver na criança o vigor físico necessário ao equilíbrio da vida humana. Marinho, (1980b, p. 164), considera Rui Barbosa o precursor de ideias fundamentais na área da Educação Física, por preconizar os seguintes artigos:

- “a) - obrigatoriedade da Educação Física no jardim da infância, escola primária e escola secundária, inclusive os cursos industriais, de comércio e agricultura, como matéria de estudo, em horas distintas das do recreio e depois das aulas;*
- b) – instituição de exercícios militares para alunos do sexo masculino, a partir da escola primária;*
- c) – distinção entre os exercícios físicos para os alunos (ginástica sueca e para as alunas (calistenia), de modo que a mulher praticasse atividades compatíveis com as características de seu sexo, a harmonia das formas feminis e as exigências da maternidade futura;*
- d) – prática de exercícios físicos pelo menos quatro vezes por semana, durante 30 minutos, devendo ser professada a ginástica exclusivamente higiênica e pedagógica, sem caráter acrobático;*
- e) – valorização do professor de Educação Física, dando-lhe paridade, em direitos e vencimentos, categoria e autoridade, aos demais professores;*
- f) – preferência, nas nomeações e acessos, aos professores que tivessem habilitação no ensino da ginástica escolar, quando em igualdade com os demais;*

- g) – instituição de uma seção especial de Educação Física em cada escola normal;*
- h) – contratação de professores de Educação Física, de competência reconhecida, na Suécia, Saxônia e Suíça;*
- i) – dispensa dos exercícios somente para alunos que, por inspeção médica, fossem declarados incapazes;*
- j) – horário integral e dedicação exclusiva para os docentes do Liceu Imperial Pedro II, Liceus Gerais e Liceus Provinciais, que conferirem bacharelado em ciências e letras;*
- l) – instituição de um curso de emergência em cada escola normal, para habilitar os professores atuais de primeira de primeira letras ao ensino da ginástica, curso gratuito e com funcionamento à noite.”*

Esse conjunto de artigos justificou atribuir a Rui Barbosa o título de *Paladino da Educação Física no Brasil*.

Na década de 1880, foram fundadas diversas instituições voltadas para o esporte, tais como o Grupo de Mareantes, que realizou a primeira regata no Rio de Janeiro, fundação de clubes de ginástica, Jockey Clube em São Paulo etc. De todas essas instituições, sem dúvida, foi um marco a instalação da Escola Militar na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, que deu grande impulso ao desenvolvimento dos desportos aquáticos, onde, também, eram realizadas conferências sobre a Educação Física e os esportes.

Proclamada a República, em 1889, um dos primeiros atos do novo governo foi a criação de um Ministério da Instrução Pública. Em 1892, o Regulamento do Ginásio Nacional referia-se à Educação Física, e os professores do Ginásio ficavam incumbidos de realizar passeios e de ensinar jogos como a barra, o futebol, a peteca, o tênis, as corridas e outros.

Em 9 de maio de 1893, a instrução pública no Distrito Federal foi regulamentada, dando-se destaque aos esportes e jogos, inclusive para crianças nos jardins de infância.

A Educação Física no Brasil no século XX

No início do século XX, os *exercícios higiênicos* passaram a ser valorizados, pois se dava grande destaque ao higienismo, e à importância profilática e terapêutica do exercício contra doenças do aparelho respiratório, por exemplo.

Em 1905, o projeto do Deputado Federal Jorge Morais, sobre Educação Física, foi apresentado ao Congresso, com o intuito de criar duas escolas de Educação Física, uma militar e outra civil; o projeto foi aprovado, mas não colocado em prática. Considerava-se que não poderia haver desenvolvimento intelectual perfeito, se não fossem feitos exercícios, porque para Morais (citado por Marinho, 1980a, p. 169): *“o cérebro, órgão do pensamento, reflete a energia ou a debilidade de todo o organismo”*. No ano seguinte, foi criada uma cadeira de Educação Física no Amazonas.

Com a chegada da Missão Militar Francesa, na primeira década do século, criou-se, em 9 de março de 1910, uma Escola de Educação Física da Força Pública do Estado de São Paulo, o mais antigo estabelecimento especializado de todo o Brasil. Em 1915, Manuel de Bonfim (citado por Marinho, 1980a, p. 171) publicou *“Lições de Pedagogia”*, livro em que apregoava:

“A educação motora, ou ginástica, compreende os exercícios metódicos e próprios para desenvolver e apurar as energias do organismo. Essa expressão – educação motora – tem a vantagem de indicar desde logo que os exercícios de ginástica educativa visam diretamente, não somente aos órgãos musculares, mas a todo conjunto do aparelho motor da vida de relação, compreendidos aí todos os órgãos de inervação, e até mesmo os centros superiores de coordenação dos movimentos. A Educação Física positiva dirige-se por igual a todos esses órgãos e atividades, formando o que se poderia chamar a boa escola dos movimentos e do trabalho muscular. Corrige-se, assim, a noção estreita e falha – de que a ginástica tem por fim exercitar e educar os músculos tão somente. A

esse respeito, como educação, tem muito mais importância o que se obtém com a ginástica sobre o sistema nervoso, do que o simples desenvolvimento muscular. Para a boa compreensão desse postulado, convém definir explicitamente o objetivo da educação ginástica”.

A reforma Carlos Maximiliano (1915) incluiu na resolução que, quando o governo Federal considerasse oportuno, reuniria, em Universidade, a Escola Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, sendo que, em 7 de setembro de 1920, criou-se a Universidade do Rio de Janeiro. Na década de 1920, foi iniciado um trabalho junto a professores das escolas públicas, com o intuito de desenvolver a Educação Física nas escolas primárias, de forma mais racional. Nessa mesma época, a escola de preparação de monitores, mantida pela Liga de Esportes da Marinha, diplomou a primeira turma de monitores, em 1927.

Conforme Marinho (1980a) ao final da década de 1920, a *Reforma de Fernando de Azevedo* que originalmente foi Professor de educação Física no “Liceu Mineiro”, reorganizou o ensino primário, o normal e o profissional e estabeleceu, no Distrito Federal, que a Educação Física seria ministrada em caráter obrigatório a todos os alunos. Prevvia-se a criação de uma Escola Profissional de Educação Física, destinada a preparar professores dessa especialidade. Entretanto, a criação dessa escola não foi colocada em prática. Porém, o antigo Centro Militar é transformado em 1933, em Escola de Educação Física do Exército.

Até a época da Primeira Guerra, a educação ainda se manteve como um instrumento de elite, distinguindo-se dos demais setores da sociedade. Entretanto, as necessidades que a guerra gerou no mundo inteiro, em termos de mão de obra, forçaram a educação a se tornar um instrumento mais democrático, embora isto só tenha vindo a ocorrer no Brasil dos anos trinta.

Essa década foi de grande importância para a educação, porque a sociedade brasileira sofreu um surto de urbanização que lhe permitiu dar um grande salto, tanto em termos populacionais, quanto em termos qualitativos. Denota-se que os setores urbanos e industriais emergentes tinham necessidade de mais mão de obra especializada, exigindo que houvesse uma

transformação na educação que deixaria de ser privilégio das elites, para se tornar um meio acessível a todos. A 1ª de julho de 1929, realizou-se o *Congresso Brasileiro de Eugenia*, deliberando que a Educação Física fosse considerada fator eugênico, e apelou-se para que a classe médica, em bases científicas, escolhesse um método apropriado aos brasileiros e ao seu clima.

A educação foi tema de intensos debates nos anos 1930, com o propósito de definir como deveria ser organizada e qual seria o papel do Estado perante as novas exigências educacionais. Em torno da educação, três setores sociais travavam vários combates ideológicos e todos eles acreditavam que através da educação conseguiriam reformular o perfil da sociedade. Esses setores eram a burguesia urbana, ou seja, a classe média, a classe política que representava a elite do país, e as massas, em processo de busca de ascensão social. O que dava à educação a relevância política que ela já não mantém era a crença, por quase todos compartilhada, ou poder de moldar a sociedade a partir da formação de mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação.

Nesse contexto, surgiu uma nova proposta educacional, que procurava transformar a sociedade em suas bases, e essa proposta serviria tanto para a formação de uma mão de obra especializada e voltada para o mercado de trabalho, como para preparar outros setores da sociedade, sobretudo o contingente feminino, para maior escolaridade. Essa proposta tinha ainda a intenção de modificar o sistema educacional, buscando uma pedagogia mais adequada aos novos tempos que vivia a sociedade brasileira.

Ainda de acordo com Marinho (1980a), em 1930 foi criado o *Ministério dos Negócios da Educação e Saúde* sob a responsabilidade de Francisco Campos, e em 1934 a Constituição previu em seu artigo 150 a criação do Conselho Nacional e Estadual de Educação. Os decretos de números 19.851 e 19.852 de 11 de abril de 1931 empreenderam a reforma do ensino superior, que adotou como regra de organização o sistema universitário. Criou-se a Faculdade de Educação e Letras para dar a formação do magistério, problema que o país enfrentava há anos. Entre os itens do programa educacional, extraído do “Manifesto de 32”, escrito por Fernando de Azevedo, merece

ênfase o item VIII – a) para a defesa da saúde dos escolares, como os serviços médicos e dentários escolares (com função preventiva, educativa ou formadora de hábitos sanitários, e clínicas escolares, colônias de férias e escola para débeis), e para a prática da educação física (praças de jogos para crianças, praças de esporte, piscinas e estádios). Havia educadores que combatiam tanto a esquerda (comunismo) como a direita (fascismo) e ainda educadores católicos que queriam a educação subordinada à doutrina religiosa e educação em separado (masculino e feminino). As ideias novas propagam-se inclusive influenciando a criação da Universidade de São Paulo (1934).

A partir de 1931, o *ensino secundário* sofreu grandes reformas, sendo estabelecida a obrigatoriedade dos exercícios de Educação Física para todas as classes. Utilizava-se o método francês, que vigorou até 1944, sem qualquer modificação. Surgiu, naquele início de década, o primeiro órgão especializado, incumbido de dirigir a Educação Física no Estado de São Paulo: tratava-se do Departamento de Educação Física, subordinado à Secretaria dos Negócios de Educação Pública. Também, em outros Estados – Sergipe, Espírito Santo, Pernambuco – surgiram departamentos. Em 1932, o Regulamento de Educação Física foi aprovado, e passou a ser utilizado em todas as unidades do Exército, inclusive no Centro Militar de Educação Física. Esse regulamento e o Regulamento de Educação Física do Exército Francês ficaram mais conhecidos, como já mencionado, por “Método Francês”.

Surgiram duas revistas especializadas: a *Revista de Educação Física e Educação Física*, sob a orientação de Paulo Lotufo e Oswaldo M. Rezende.

De acordo com (Marinho, 1980a, p. 176), em 1935, foi criado o *Serviço Municipal de Jogos e Recreio*, em São Paulo, que apregoava:

“As aulas de ginástica na Escola Normal têm por fim proporcionar aos alunos o desenvolvimento harmônico do corpo e do espírito. O tédio e o cansaço serão a todo transe evitados por meio de jogos desportivos leves, coletivos ou individuais, acompanhados de preferência de cantos apropriados, de modo a se conseguir que as aulas transcorram em ordem, variadas, e alegres. Em síntese, o

preceptor terá em mente que o objetivo a ser atingido é assegurar a saúde dos educandos, sem visar à formação de atletas”.

Nesse ano, realizou-se o *VII Congresso Nacional de Educação*, promovido pela Associação Brasileira de Educação. O General Nestor Sezefredo dos Passos, Ministro da Guerra, elaborou um anteprojeto de lei para estudo contendo a criação de um Conselho Superior de Educação Física que ficaria subordinado ao Ministério da Guerra, a criação de um método nacional de Educação Física e a Escola Superior de Educação Física. Propôs-se estabelecer cinco divisões, compreendendo: a) alunos professores, masculinos e femininos; b) alunos instrutores do Exército, Marinha, Polícias e Bombeiros; c) alunos médicos civis, militares e navais; d) alunos monitores; e) alunos mestres de esgrima. Esse projeto não foi aprovado, recebendo críticas da Associação Brasileira de Educação, entre outras, a de prever uma centralização das decisões e a forte influência militar às ações da Educação Física.

A influência da Escola Nova

A partir de 1937 e até 1945, instaurou-se o governo de Getúlio Vargas e, na afirmação de Marinho (1980a, p. 179) *“pela primeira vez na nossa história da educação física passa a merecer destaque especial na Carta Magna do Brasil”*. Em 17 de abril de 1939, foi criada a *Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil*, situada no Rio de Janeiro, a qual preencheu uma lacuna de forma significativa, na organização educacional. A criação da escola pelo decreto-lei número 1.212 concretizou o ideal com que muitos sonhavam em relação à Educação Física.

Destaca-se entre os objetivos, o desenvolvimento de pesquisas para consequente formulação de métodos de Educação Física para atender às novas necessidades. Mais tarde, criou-se o *Instituto Nacional de Educação Física*. Nesse mesmo ano, foi instituída a Portaria Ministerial n. 161, que aprovou as “Instruções para o serviço médico de Educação Física nos estabelecimentos de ensino”, que completavam as normas estabelecidas pela

Portaria nº. 70, de 1931, Indicava-se o exercício físico para diversos casos de doenças e tratamentos. Muitos dos educadores liberais, adeptos do escolanovismo, vinham ocupando cargos na burocracia estatal, desde os anos 20, e a Revolução de 1930 não chegou a interromper esse processo. Os educadores Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e outros, influenciados pelos primeiros representantes dessa tendência: Montessori - na Itália, Decroly - na Bélgica e Cousinet - na França; continuaram o trabalho de disseminação da Pedagogia Nova, valendo-se dos cargos ocupados após a Revolução de 30.

Em 1930, Lourenço Filho publicou “*Introdução ao Estudo da Escola Nova*”, que trazia em seu bojo os princípios que iriam nortear a nova proposta pedagógica. Anísio Teixeira, um dos líderes do movimento da Escola Nova, acreditava nesse poder educacional.

A partir de 1932, esse grande educador e jurista continuou a obra de reformulação pedagógica do Distrito Federal, iniciada por Fernando de Azevedo em 1928. O pensamento de Anísio Teixeira e do movimento escolanovista era o que mais relacionava a educação com as novas emergências socioeconômicas que o país atravessava, procurando situá-la também nas polêmicas sobre a questão social.

Os ideais do movimento da Escola Nova eram liberais e influenciados por ideias norte-americanas e europeias e, pedagogicamente falando, pensava a educação em seus aspectos sociológicos e psicológicos, colocando no centro da aprendizagem o papel a ser desempenhado pelo aluno, e não pelo professor, como estipulava a pedagogia tradicional. (Romanelli, 1991)

Os escolanovistas defendiam a escola pública gratuita, a coeducação e o ensino laico, além de considerarem que o papel ideal do Estado no ramo educacional seria o de fornecer educação para todos. Entretanto, sabiam das dificuldades existentes para o Estado em obter o monopólio sobre a educação e, por isso, não descartavam, de início, a contribuição das instituições privadas, desde que estivessem sob vigilância e fiscalização do Estado, para que realmente pudesse se formar uma escola única. (Romanelli, 1991)

Essas posições ficam claras no “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”. O documento tem por objetivo imprimir uma direção mais firme ao movimento renovador e defini-lo de maneira mais clara, de modo que pudesse ser aproveitado por todos os segmentos ligados à educação. A respeito do Manifesto, afirma Fernando Azevedo (citado por Romanelli, 1991, p. 130) que:

“(...) neste período crítico, profundamente conturbado, mas renovador e fecundo, que sucedera a um longo período orgânico, de domínio da tradição e de ideias estabelecidas, a vida educacional e cultural do país caracterizou-se pela fragmentação do pensamento pedagógico, a princípio, numa dualidade de correntes e, depois, numa pluralidade e confusão de doutrinas, que mal se encobriam sob a denominação genérica de “Educação Nova” ou de “Escola Nova”, suscetível de acepções muito diversas”.

Para um país com as dimensões do Brasil, com sua grande diversidade social e cultural, não era tarefa fácil impor novas diretrizes pedagógicas que agradassem a todos. No entanto, opondo-se ao empirismo das reformas parciais, o Manifesto de 1932 surgiu como uma convicção abertamente definida da necessidade de se construir e aplicar um programa de reconstrução educacional de âmbito nacional. Em síntese, pensava-se na formação do indivíduo, fornecendo-lhe os meios de atuação na moderna sociedade urbano-industrial. (Romanelli, 1991)

Coerentes com seus objetivos, os escolanovistas não foram contra a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, em 1930, que tinha como ministro Francisco Campos, nem contra as reformas educacionais que partiriam do Ministério, em 1931, com o objetivo de sistematizar a educação em nível nacional. (Romanelli, 1991)

O Manifesto não questionava os novos rumos industriais a serem tomados pela economia nacional; e suas reivindicações liberais de escola pública, gratuita e obrigatória, coeducação e ensino laico, foram provas de apoio a uma nova ordem burguesa. Entretanto, tinham o mérito de demonstrar

um novo tipo de consciência para a época, concebendo a educação como um dos mais importantes temas sociais.

Esse documento apresentou a novidade de vislumbrar a educação como um problema social. Porém, não ficou apenas nesse ponto pois, para ele, o método científico aplicado aos problemas educacionais acabou levantando novas concepções de educação, segundo as quais é o educando, com o seu interesse, suas aptidões e tendências, que deve ser o centro da ação pedagógica, portanto, preconizava-se a mudança de métodos educacionais, fundamentando seu parecer sobre as novas perspectivas da psicologia. (Romanelli, 1991)

Nesse sentido, o Manifesto procurou denunciar a visão globalizante que o desenvolvimento trazia, encobrendo as questões sociais e culturais que urgiam por reformas que a educação poderia proporcionar.

Tratava-se, na realidade, de uma nova filosofia que procurava compreender e transformar a sociedade em suas bases e, nesse sentido, a Escola Nova era uma típica representante da pedagogia liberal, procurando incentivar a liberdade e o novo. Afinal, o papel da Educação necessitava de transformações, pois, conforme assinalou Maria Montessori, a respeito da pedagogia do século passado, ainda presente na década de 30, o mundo da educação é como uma ilha em que as pessoas, separadas do mundo, são preparadas para a vida sem contato com ela. (Romanelli, 1991)

Nesse contexto, a Escola Nova teve o seu papel de pioneira nas transformações em nível pedagógico e educacional, iniciadas na década de 1930, cujos debates permanecem vivos até os dias de hoje, visto que a educação não é uma área que se encerra numa fórmula, mas que exige uma constante evolução para acompanhar as mudanças sociais. De certa forma, pode-se afirmar que o Manifesto e a Escola Nova foram um divisor de águas para a formação dos professores no Brasil.

A Reforma “Francisco Campos”

Quando o governo provisório assumiu, foi logo estabelecendo condições de infraestrutura administrativa, criando-se novos ministérios. O Ministério da Educação e Saúde Pública foi instituído logo após a tomada do poder, em 1930. Esse Ministério foi a primeira das grandes realizações práticas: sua ação logo se fez sentir, através dos atos de seu primeiro ministro, Francisco Campos. A chamada “Reforma Francisco Campos” efetivou-se através de uma série de decretos, dentre os quais se destacaram:

1. Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931 - que cria o Conselho Nacional de Educação;
2. Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931 - que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário;
3. Decreto nº 19.852 de 11 de abril de 1931 - que dispõe sobre a organização da cidade do Rio de Janeiro;
4. Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931 - que dispõe sobre a organização do ensino secundário;
5. Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931 - que organiza o ensino comercial e regulamenta a profissão de contador, dentre outras providências.
6. Decreto nº 21.241 de 14 de abril de 1931 - que consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário.

O Ministro Francisco Campos era um apreciador do modelo educacional fascista europeu; defendia a falência do sistema liberal e seu princípio de neutralidade do Estado. Para o Ministro, o Estado deveria ter um papel missionário pedagógico e técnico, visando sempre atingir uma meta ideológica que era a manipulação e a condução das massas. Sua preocupação era a integração política e, para que isso acontecesse, era necessário arregimentar as massas em torno de um ideário comum, tendo em vista a crescente participação dos setores urbanos na política nacional dos anos 1930. (Romanelli, 1991)

Defendia, ainda, a criação de um mundo simbólico e irracional para as massas, para que estas não despertassem uma consciência política, o que facilitaria seu controle e sua condição, a fim de que, dessa forma, fossem dominadas no campo da política. Para Francisco Campos, a Igreja serviria apenas como uma aliada estratégica na construção de uma sociedade harmoniosa, a que o ministro sempre fazia referência. Sabia que a Igreja podia proporcionar os conteúdos e símbolos a partir da crença religiosa católica que era latente na sociedade brasileira. (Romanelli, 1991)

Nessa época, foi promulgado um decreto introduzindo o ensino religioso nos estabelecimentos de ensino primário, secundário e normal de todo país. A elaboração dos programas de ensino religioso, a escolha dos manuais e a preparação do currículo ficavam a cargo das autoridades religiosas. Também, caberia a elas a escolha do corpo docente, bem como sua vigilância, no que se referia à doutrina e à moral. Para que o ensino religioso fosse ministrado em um estabelecimento oficial, era necessária a presença de pelo menos vinte alunos em sala.

Francisco Campos justificou a introdução do ensino religioso nas escolas por meio de argumentos de ordem filosófica e pedagógica, pois, segundo ele, a finalidade essencial da escola é educar e não só instruir ou habilitar técnicos.

A partir da reforma Francisco Campos, propôs-se uma grande transformação da educação brasileira: era a primeira vez que uma reforma atingia profundamente a estrutura do ensino e, o que é mais importante, era pela primeira vez imposta a todo o território nacional. Era, pois, o início de uma ação mais objetiva do Estado em relação à educação. (Romanelli, 1991, p. 131)

Assim, a permanência de Francisco Campos à frente do Ministério da Educação consolidou um momento de luta entre os valores tradicionais da escola e as novas propostas da Escola Nova de Anísio Teixeira.

O ano de 1934 testemunhava, então, uma crise de hegemonia no poder que se refletia nas diversas opiniões de como deveria ser organizada a educação no país. Desse modo, a Constituição de 1934 atendia a alguns

princípios da Escola Nova, ao mesmo tempo em que procurava corresponder aos princípios defendidos pela Igreja Católica. (Romanneli, 1991)

A Constituição estipulava a escola leiga, a coeducação e a escola pública e gratuita. Além disso, o Estado daria direcionamento à educação nacional, institucionalizando, também, o ensino primário gratuito e de presença obrigatória. Tanto a União quanto os Estados e Municípios teriam de destinar parte de seus orçamentos à educação pública, concretizando, dessa forma, alguns anseios liberais escolanovistas.

Assim, percebe-se a importância das reformas empreendidas na década de 1930 para a Educação e para a formação de professores, e o contexto social em que se desenvolveria essa formação, sobretudo, a partir da Segunda Guerra Mundial, exige uma análise em destaque.

Pós 2ª Guerra...as escolas normais – magistério primário

Terminada a II Guerra Mundial em 1945, ainda que Getúlio Vargas em seu início manifestasse simpatia pelos países do Eixo, a situação mudou com a participação do Brasil na guerra a favor dos “Aliados”. Sob a primeira influência, em 1942, foi decretada a Reforma do Ensino Capanema, relativa ao ensino secundário, refletindo a ideologia neofascista. Essa reforma vigorou até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1964.

Até meados da década de 1950, foram poucas as mudanças, até que o intenso desenvolvimento econômico do País incitou transformações também na área educacional, mormente enfatizando a necessidade de uma nova Universidade, voltada para o novo contexto político e econômico do País.

De acordo com Teixeira, a escola normal de formação do magistério primário foi a que encontrou maiores dificuldades para se deixar assimilar pelo sistema federal, por esse sistema não manter escolas desse tipo.

Sendo o seu curso pós-primário, estendendo-se por sete anos, as escolas normais equipararam o ciclo inicial de 4 anos ao primeiro ciclo ginásial de controle federal, mantendo vocacional apenas o segundo ciclo. Esse ciclo vocacional foi então considerado como paralelo aos cursos técnicos das escolas federais, embora estas não mantivessem essa modalidade de curso.

Como a pressão social para a fusão dos dois sistemas continuasse forte, uma lei federal, em 1946, promulgada no período ditatorial, revogou o dualismo educacional, dispondo indiscriminadamente sobre todo o sistema educacional, desde o primeiro até o superior. Na década de 50, uma lei federal completou a integração, dispondo sobre a equivalência de todos os cursos médios, que passaram a dar direito a acesso ao ensino superior.

Nesses cursos médios, incluía-se o curso normal. Estava dado o passo para a sua descaracterização como curso vocacional de habilitação ao magistério primário, passando a ser uma modalidade de curso para acesso à universidade.

Perdeu-se a antiga caracterização de escola vocacional; e o mesmo sucedeu com as escolas normais regionais de quatro anos de estudos, que adaptaram seu currículo ao do primeiro ciclo do curso secundário.

Na visão de Teixeira (1966), deu-se, na realidade, uma integração dos cursos normais no sistema de educação secundária do país, fazendo-se as *escolas normais* um dos modos de educação secundária para acesso ao ensino superior. Era natural que se deixassem dominar mais pelo caráter de educação preparatória do que pelo da formação vocacional do mestre, pois os alunos desejavam também a nova oportunidade que a mudança lhes acenava, além da habilitação no magistério.

Considerando toda essa trajetória da institucionalização e desenvolvimento das associações com antecedentes na área da educação ainda no império, quando a Ordem Jesuítica no Brasil começou sua ação, conforme mencionado, há necessidade de reconhecer e narrar como na Educação Física ocorreu o processo de criação de associações profissionais e como estas possibilitaram e possibilitam aos profissionais representar e serem representados nos diversos espaços de negociação política, visando à valorização e ao reconhecimento de suas atividades, de seus princípios éticos, da forma de gestão, das suas atribuições e competências, bem como das suas potencialidades de inserção social.

A formação dos profissionais de Educação Física no sistema de ensino: currículo e as áreas referentes ao exercício profissional.

O Decreto - lei nº 1.212/39 que criou a Escola Nacional de Educação Física e Desportos estabeleceu a formatação dos cursos:

- superior de educação física;
- normal de educação física;
- técnico desportivo;
- treinamento e massagem;
- medicina da educação física e dos desportos.

O **curso superior de educação física** tinha a duração de dois anos contemplando disciplinas da área médica, desportos, formação pedagógica, e a formação geral, o que segundo o mencionado Decreto permite conhecer a estrutura curricular da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, integrado por dois anos, pelas seguintes disciplinas: 14 no primeiro e 12 no segundo

- primeira série: Anatomia e Fisiologia; Cinesiologia; Higiene Aplicada; Socorros de Urgência; Biometria; Psicologia Aplicada; Metodologia da Educação Física; História da Educação Física e Desportos; Ginástica Rítmica; Educação Física Geral; Desportos Aquáticos; Desportos Terrestres Individuais; Desportos Terrestres Coletivos; Desportos de Ataque e Defesa;
- segunda série: Cinesiologia; Fisioterapia; Biometria; Psicologia Aplicada; Metodologia da Educação Física; Organização da Educação Física e dos Desportos; Ginástica Rítmica; Educação Física Geral; Desportos Aquáticos; Desportos Terrestres Individuais; Desportos Terrestres Coletivos; Desportos de Ataque e Defesa.

E no que se refere à formação do **Técnico de Desportos**, que implicava em um curso com a duração de um ano, a estrutura curricular correspondia a 16 disciplinas:

Anatomia e Fisiologia Humana; Cinesiologia; Higiene Aplicada; Socorros de Urgência; Fisioterapia; Biometria; Psicologia Aplicada; Metodologia do Treinamento Desportivo; História da Educação Física e dos Desportos; Organização da Educação física e dos Desportos; Ginástica rítmica; Educação Física Geral; Desportos Aquáticos; Desportos Terrestres Individuais; Desportos Terrestres Individuais; Desportos de Ataque e Defesa.

A comparação entre os dois cursos permite evidenciar que a única disciplina diferenciada em relação ao Curso Superior de Educação Física é Metodologia do Treinamento Desportivo.

Para maior compreensão, ainda considerando o Decreto-Lei 1.212, o capítulo V que trata dos diplomas, em seu artigo 32, define os tipos de diplomas conforme os cursos relacionados acima da seguinte forma:

*“ (...) será conferido respectivamente o diploma de **licenciado de educação física, normalista especializado em educação física, de técnico desportivo, de treinador e massagista desportivo ou de médico especializado em educação física e desportos.**”*

Em seguida, no capítulo VI “*Das Regalias Conferidas pelos Diplomas*”, estabelece que a partir de 1º de janeiro de 1941, **será exigido para as funções de professor de educação física nos estabelecimentos oficiais de ensino primário em todas as capitais do país e outras cidades, porém, somente aquelas com mais de 50.000 habitantes em todo o país, a apresentação de diploma de normalista especializado em educação física.** Já em seu artigo 37, amplia estas exigências para as instituições não incluídas entre os estabelecimentos acima mencionados, mas que venham:

“a ministrar a educação física às crianças, aos jovens ou adultos, não poderão funcionar, em todo o país sem que os respectivos professores sejam portadores do diploma de licenciados em educação física ou do diploma de normalista especializado em educação física.”

O setor não escolar foi contemplado no artigo 38, porém, diferentemente do artigo 37 citado acima, estabelece que em todas as capitais do país e outras cidades, somente aquelas com mais de 100.000 habitantes, em todo o país, não poderão, a partir de 1º de janeiro de 1941, admitir ao provimento de técnico desportivo e de treinador e massagista desportivo para os desportos “(...) senão os portadores dos competentes diplomas conferidos na forma desta Lei.” Finalmente, o artigo 39, trata da exigência da assistência de médicos especializados em educação física e desportos, tanto para o sistema de ensino como para o setor não escolar, ou seja, as instituições desportivas em todo o país. Em suma,...uma pluralidade de profissionais entre os quais o professor de educação física

Os Currículos Mínimos dos Cursos de Educação Física e Desportos

A procedência de vários estudos em relação a ante-projetos, projetos, pareceres e resoluções sobre currículos estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação - CFE muitas vezes provocaram muitas confusões aos profissionais do setor escolar para todas as áreas. No caso dos profissionais, especialmente da Educação Física no Brasil, a existência da Secretaria da Educação Física e Desportos do próprio Ministério da Educação e Cultura (1983), ao promover encontros e seminários, muitas vezes conflitavam com as propostas do CFE. Estes conflitos ocorriam em grande parte pelo estabelecimento da definição dos papéis que são exigidos para os campos educacional, esportivo e também a área da saúde. Alcançando todo o setor educacional, em 20 de dezembro de 1961, foi estabelecida a Lei nº 4.024 contemplando as Diretrizes e Bases da Educação Nacional,

Especificamente para a Educação Física, em 17 de novembro de 1962, o Conselho Federal de Educação – CFE, aprovou o Parecer nº 298 do relator Clovis Salgado, que estabeleceu os *"Currículos Mínimos dos Cursos de Educação Física e Desportos"*. Os cursos superiores de Educação Física e os de Técnico Desportivo, com duração de três anos letivos, tinham na estrutura curricular um acréscimo com as disciplinas vinculadas à formação pedagógica e uma diminuição das integrantes da área desportiva.

Do Parecer nº 894/89 do relator José Borges dos Santos Resolução resultou a resolução nº 69/69 que reformulou o currículo mínimo, fixou a duração do Curso de Educação Física, estabeleceu que **a formação do professor de Educação Física a ser feita em curso de graduação, conferia o título de Licenciado em Educação Física e Técnico Desportivo**. Definiu também que a formação pedagógica ocuparia 1/8 do tempo reservado aos cursos respectivos e propiciaria mais duas escolhas pelo aluno para que obtivesse o título de técnico desportivo, considerando-se o elenco de disciplinas da área desportiva. Evidenciou-se ainda se uma melhor delimitação das áreas básica, profissionalizante e a exclusão da disciplina Educação Física Infantil. Embora caiba destacar que em relação a esta exclusão coexistia outra determinação legal - a Lei nº 4.024/61 da Lei de Diretrizes e Bases- que contemplava a obrigatoriedade da prática da Educação Física em todos os níveis e ramos da escolarização.

A retomada de aspectos apresentados anteriormente permite o entendimento do processo de desenvolvimento da Educação Física no Brasil. Assim, referenciando-se à Lei nº 4.024/61, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional identifica-se que em seu artigo 1 definiu os fins da Educação Nacional. Mas foi somente a partir de 1962, que o Conselho Federal de Educação - CFE aprovou dois currículos mínimos: um relativo à Licenciatura Plena em Educação Física e o outro, Técnico Desportivo, através dos Parecer nº 298, de 17 de novembro de 1962, produzido pelo Conselheiro Clóvis Salgado. Apesar da concomitância de dois cursos, tal qual o curso de Pedagogia como será visto, esta situação não perdurou, conforme é relatado

pelo Conselheiro José Borges dos Santos no Parecer nº 894, de 2.12.9, ao substituir o primeiro.

Desse segundo parecer originou a Resolução nº69/69, sendo que o último Conselheiro mencionado contou com a propositura dos representantes das Instituições do Ensino Superior dos Cursos de Educação Física, que **resultou na definição de um curso, porém com duas habilitações: Licenciado em Educação Física e o Técnico Desportivo.** Aqui também se vê que o profissional da educação Física atende a duas demandas: o sistema escolar e o sistema extra escolar.

Também se observa, que estes dois Pareceres que instituíram os currículos mínimos se encontram na área biológica. Esta situação resultou das primeiras influências do corpo docente dos cursos anteriores e das teses que foram defendidas nos cursos de medicina referentes à Educação Física.

Verifica-se que segundo a Resolução 69/69, a orientação de número cinco estabelece: *"Para assegurar a integração dos estudos e a unidade de orientação e nomenclatura, o reexame dos currículos mínimos ficará a cargo de quatro comissões especiais, coordenadas por uma Comissão Central"*. A Educação Física foi inserida no grupo, ao lado das áreas tais como: Ciências Biológicas (Licenciatura), Fisioterapia e Terapêutica Ocupacional, Farmácia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Enfermagem (Geral, Obstétrica, e de Saúde Pública), Odontologia, Obstetrícia.

No entanto, alguns autores consideram que a Educação Física deveria pertencer a área de Ciências Humanas, no sentido de atender os fins e objetivos da Educação, principalmente em relação ao currículo voltado para a área escolar.

Educação Física e Técnico Desportivo pertencentes à área biológica

A Indicação nº 8/68 do CFE, estabeleceu o curso de Educação Física e Técnica Desportiva ao lado dos cursos da área biológica. Para a **Licenciatura Plena**, a formação do professor de Educação Física e do Técnico Desportivo ocorreria concomitantemente. Para o técnico em nível de segundo grau, existiam dois currículos para formar: a) o professor de educação Física; b) o

Técnico de Desportos. Vê-se que a diferenciação entre os especialistas em Educação Física e o Técnico Desportivo procura mostrar uma coerência ao se pretender funções distintas.

Considerando o art 7º da Lei nº 5.692/71 que fixa as diretrizes e bases para o ensino do 1º e 2º graus: “Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e planos de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus...” houve o entendimento do Conselheiro Chagas, tomando-se a referência dos componentes adicionais ao núcleo comum, considerando que estão previstos no art. 7 da referida Lei. Assim entende-se que foi definido por critério de afinidade incluindo: nas Ciências, os Programas de Saúde; nos Estudos Sociais, a Educação Moral e Cívica; e em Comunicação e Expressão, a Educação Artística e a Educação Física. Assim, o Parecer nº 853/71 ficou delimitado que resultariam em *“três cursos de alta densidade e que se organizariam em correspondência com esses três campos, cada um deles culminando em habilitações específicas a nível de duração plena”*. Considerou-se ainda que nas séries iniciais existiria o professor único e, nas demais, os professores das áreas de estudo até o fim do 1º grau. Prosseguindo, com a afirmação do Conselheiro Chagas:

“Como, para esse fim, a educação Moral e Cívica pode integrar-se em Estudos Sociais e os Programas de Saúde em Ciências, é de se supor que ainda se tenham mestres à parte somente para a Educação Física e Educação Artística, embora esta última se inclua razoavelmente em Comunicação e Expressão, conforme as qualidades pessoais e de formação de quem a ministre”. (Parecer 853/71)

Cabe expressar as seguintes dúvidas: em primeiro lugar se os Programas de Saúde se encaixam em Ciências, que Ciências? Biológicas? Em segundo lugar, a Educação Física se encaixou na área de Comunicação e Expressão? Após o Parecer 853 de 1971, vamos encontrar em 1973, a Indicação nº 23/73 do Conselheiro Chagas onde encontraremos as suas

afirmações propondo plano de cursos e habilitações para as licenciaturas da área de educação geral no ensino de 1º e 2º graus. Nestas compreendem-se basicamente os três campos de conhecimentos, em que se classificam as matérias do núcleo comum, quais sejam: Ciências, Estudos Sociais, Comunicação e Expressão. Estas, distribuem-se em cinco cursos de licenciatura a saber:

- “1. Campo de Ciências*
 - Curso de Ciências*
- 2. Campo de Estudos Sociais*
 - Curso de Estudos Sociais*
- 3. Campo de Comunicação e Expressão*
 - Curso de Letras*
 - Curso de Educação Artística*
 - Curso de Educação Física”*

Caso a opção licenciatura única viesse a prevalecer para o campo da Comunicação e Expressão, não fica muito claro se a opção curso de Letras se tornaria uma habilitação, já que por afinidade, o Conselheiro considera apenas os cursos de Educação Física e Educação Artística. Evoluindo na idéia de que esses dois cursos viessem a se integrar numa só licenciatura, para tal hipótese poderiam ser consideradas então oito habilitações: Música, Artes Plásticas, Desenho, Artes Cênicas, Ginástica, Atletismo, Técnica Desportiva e Recreação. Estas habilitações ou especialidades não estão citadas aqui por acaso, pois foram estas habilitações propostas pelo Conselheiro para os dois cursos respectivos em separado. Explicam-se as especialidades indicadas para a licenciatura em Educação Artística, pois como afirma o Conselheiro; "se atende a uma antiga e procedente reivindicação de muitos dos que militam no terreno das artes" Chagas (1973)

Licenciatura curta em Educação Física específica para a escola

A Lei nº 4.024/61 define a obrigatoriedade da prática da Educação Física em todos os níveis e ramos da escolarização sendo regulamentada pelo

Decreto nº 69.450/71. Por solicitação do Coordenador do Programa de Expansão e melhoria do Ensino Médio – PREMEM, foi proposto o Plano de Licenciatura de Curta Duração em Educação Física, aprovado pelo Parecer nº 417, do dia três de junho de 1971. Este Plano propõe uma Licenciatura específica em Educação Física, em nível superior, de curta duração, em regime intensivo e para acelerar a formação de professores qualificados para atender à demanda dos novos ginásios. Aqui se verifica que diferentemente da **Licenciatura Plena** que permite a formação simultânea de professor e técnico, a **Licenciatura curta objetiva exclusivamente a formação do professor de Educação Física para atender às necessidades das crianças nas escolas de primeiro grau.**

O currículo da Licenciatura Plena foi elaborado para formar o especialista para atender a demanda nas escolas de segundo grau. Entre as várias indagações pode-se destacar: quem forma pelo currículo da Licenciatura Plena não poderia, ou não estaria apto a ministrar aulas no primeiro grau ? Neste caso deve-se considerar que a falta de integração do currículo pode gerar várias situações: o Técnico Desportivo, o Professor de Educação Física para atender o primeiro grau e o Professor de Educação Física para atender somente o segundo grau.

Acresce-se ainda o fato de que existiam os cursos de Educação Física ministrados pelos militares para atender as suas demandas. Estes cursos se constituíam diferenciados entre si seja na clientela atendida seja na carga horária estabelecida. Cabe esclarecer que os cursos da área militar não seguiam as determinações do CFE.

Considerando que a partir da década de 30 existiam duas Escolas de nível Superior em Educação Física não era ainda de se esperar, em termos quantitativos, que as primeiras turmas formassem atendessem às exigências legais quanto ao credenciamento profissional para suprir com qualidade as demandas previstas. É mesmo possível, que até 1950 a quantidade dos profissionais com a habilitação adquirida em Escolas superiores em cursos superiores não fossem suficiente para atender o sistema escolar conforme determinações legais. Assim várias Leis ou Decretos-leis: os de nº 5.343,

5.975, 6.936 todos da década de 40; o de nº 1. 043 de 21.10.69 foram instituídos para conceder equiparação aos monitores, instrutores as regalias dos licenciados portadores de diploma de curso superior. Apesar da exigência do Decreto-Lei nº 1. 043 de 21 de outubro de 1969 definir uma nova exigência visando a obtenção do registro de Professor de Educação Física - apresentação do certificado de conclusão do ciclo colegial - com a Lei nº 3. 177, de 11.06.77 foram estendidas as regalias conferidas pelo Decreto-lei nº 6. 936, de 06.10.44.

Pode-se perceber que em 1977, ainda se questionava se as Faculdades existentes formava número de profissionais suficientes para atender pelo menos as demandas do sistema escolar. É preciso também esclarecer que mesmo as Leis determinadas pelo Ministério da Educação desdobradas em resoluções do CFE sempre se admitiu o desenvolvimento do trabalho docente em situações de precariedade, ou seja: quando não houvesse o profissional habilitado. Tomando como exemplo a Lei nº 5.696/71 pode-se destacar o que está determinado no art. 77:

“Quando a oferta de professores, legalmente habilitados, não bastar para atender às necessidades do ensino, permitir-se-á que lecionem, em caráter suplementar e a título precário: a) no ensino de 1º grau, até a 8ª série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 4ª série do 2º grau; b) no ensino de 1º grau, até a 6ª série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 3ª série de 2º grau; c) no ensino de 2º grau, até a série final, os portadores de diploma relativo à licenciatura de 1º grau. Parágrafo único. Onde e quando persistir a falta real de professores, após a aplicação dos critérios estabelecidos neste artigo, poderão ainda lecionar: a) no ensino de 1º grau, até a 6ª série, candidatos que hajam concluído a 8ª série e venham a ser preparados em cursos intensivos; b) no ensino de 1º grau, até a 5ª série, candidatos habilitados em exames de capacitação regulados, nos vários sistemas, pelos respectivos Conselhos de Educação; c) nas demais séries do ensino de 1º grau e no de 2º grau, candidatos habilitados em exames de suficiência

regulados pelo Conselho Federal de Educação e realizados em instituições oficiais de ensino superior indicados pelo mesmo Conselho”.

Além disto, cabe evidenciar que fora do sistema escolar existiram as leis e decretos que deram aos militares a equiparação aos licenciados. A diferença desses para as leis da educação, é que os militares faziam seus cursos recebiam a equiparação e não mais precisavam de realizar cursos. Enquanto que no sistema educacional, diante da falta real de professores, permitia-se para lecionar aqueles que estivessem cursando alguma série e que fossem submetidos à exames de capacitação ou cursos intensivos.

Ainda havia outra situação relevante para o sistema educacional evidenciada pela análise do art. 78 da mencionada Lei nº 5.696/71:

“Quando a oferta de professores licenciados não bastar para atender às necessidades do ensino, os profissionais diplomados em outros cursos de nível superior poderão ser registrados no Ministério da Educação e Cultura, mediante complementação de seus estudos, na mesma área ou em áreas afins onde se inclua a formação pedagógica, observados os critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação”.

Essa situação explicitada ao permitir a busca de profissionais diplomados em nível superior, parece ser uma alternativa melhor que as situações anteriores, pois tem como ponto de partida uma situação com melhor qualificação. Mas alguns governantes pretenderam transformar esta Lei em resolução e permitir que as escolas a tomassem como uma diretriz. Esta possibilidade foi inicialmente idealizada para suprir precariedades visando configurar uma situação rotineira, mesmo com a exigência contida no art. 40, da Lei nº 5.692/71: "Será condição para exercício de magistério ou especialidade pedagógica o registro profissional, em órgão do Ministério da Educação e Cultura, dos titulares sujeitos à formação de grau superior".

Estendendo mais ainda, existe a **questão do Professor de Educação Física para atender o terceiro grau e no outro extremo os alunos da pré-**

escola. Para esta segunda demanda, há que ser mencionado o item previsto nas "Diretrizes Gerais de Implantação e Implementação da Educação Física na Educação Pré-Escolar e no Ensino de Primeiro Grau de Primeira a Quarta Série":

A partir da análise das características de crescimento e desenvolvimento da criança de 4 a 10 anos de idade e conseqüentemente de suas necessidades, de acordo com (SEED / MEC, 1982, p. 16) são apresentados os seguintes objetivos da Educação Física para as crianças desta faixa etária:

- Proporcionar as crianças, condições favoráveis ao seu desenvolvimento motor.
- Estimular o desenvolvimento da habilidade perceptiva para melhoria do controle motor.
- Estimular a aquisição de habilidades motoras básicas e específicas.
- Proporcionar à criança condições que favoreçam o desenvolvimento das habilidades de solução de problemas motores.

Assim podem ser percebidas as intenções do Coordenador do PREMEX, em atender as necessidades do 1º grau e também provocar de maneira rápida a formação de professores tendo em vista a criação dos novos ginásios, possivelmente pelo clima que se instalou no país devido ao tricampeonato alcançado pela seleção brasileira no México (1970) por ocasião do campeonato mundial de futebol.

Também é importante enunciar o fato de que o Parecer nº 417 do Coordenador do PREMEX foi aprovado em 03.06 e, em 12.08.71, a Lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Esta Lei define o ensino de 1º e 2º graus entendendo-se por ensino primário, a educação correspondente ao primeiro grau e por ensino médio, o de segundo grau. Aqui vale a pena repassar as considerações de Grispun (1999) sobre o Curso de Pedagogia em relação a mencionada Lei e também características deste curso, o que de certa forma contribui para o entendimento sobre as especificidades do Curso de Educação Física.

O curso de Pedagogia problemas similares à Educação Física

As discussões sobre o **Curso de Pedagogia** envolveram a busca da identidade do mesmo; a questão da disputa entre o generalista e o especialista; a extinção dos especialistas da educação; o seu bacharelado, quando o Decreto-lei nº 9.092/46 exige a modificação da situação referente a duração do curso em 4 anos para o bacharelado e 4 anos para a Licenciatura. No entanto, a maioria das Faculdades não referendou essa determinação, mantendo o esquema "3+1" como ficou conhecido por todos os professores.

Em 1969, o Curso de Pedagogia foi reformulado pela segunda vez apresentando oito habilitações; a controvérsia sobre a Psicologia e o campo da área da educação, ao definir para os especialistas em Orientação Educacional a caracterização desse campo na área da educação e não na de psicologia; a extinção do Curso de Pedagogia (tendo os educadores se manifestado contrários à mesma) transformando-o em programas que constituem a organização central do ensino da pesquisa e da extensão em áreas específicas como: Educação Infantil, o ensino de 1ª a 4ª séries, a educação de jovens e adultos e educação especial.

Cabe enfatizar que um dos pontos significativos da Lei nº 5.692/71 foi explicitado no Relatório do Grupo de Trabalho que a elaborou, através do projeto pedagógico. Este Grupo considerou que uma verdadeira revolução ocorreria no campo educacional a partir de sua implementação, fazendo um chamamento aos protagonistas: professores e especialistas. Assim é possível entender a valorização para os professores de Educação Física, expressa no art. 36: "tendo em vista a maior qualificação em cursos e estágios de formação, aperfeiçoamento ou especialização, sem distinção de graus escolares que atuam". Esta determinação resolveu o problema do professor de Educação Física que ministrava aulas para a 1ª a 4ª séries, ganhando menos em comparação ao profissional que ministrava aulas para a 5ª série em diante. Para o Curso de Pedagogia, o estabelecimento do "ensino profissionalizante" com caráter de terminalidade no 2º grau, significou a instituição obrigatória da orientação educacional, e para isso era necessário o especialista: "Orientador

Educacional". Além dos pontos já citados, a Indicação nº 22/73 do Conselheiro Chagas (1971) propõe:

“A estrutura dos cursos terá de ater-se ao princípio de uma formação a fazer-se em níveis que elevem progressivamente, ajustando-se as diferenças culturais de cada região do País, segundo estabelece o art. 19 da Lei nº 5.540/71. Em termos mínimos, conforme o art. 30 e parágrafos, esses níveis são os de : a) 2º grau, com 2.200 horas integralizáveis de dois a cinco anos letivos (art. 22 e parágrafo único), para exercício até a quarta série do 1º grau; b) mais "um ano letivo" sobre o nível anterior, para exercício até a sexta série; c) "licenciatura de 1 grau, obtida em curso superior de curta duração e para exercício até a oitava série; d) mais "um ano letivo" sobre o nível anterior, para exercício até a segunda série do 2º grau; e) licenciatura plena, para exercício até o final do 2º grau. Observe-se que, além de ser a formação progressiva, as habilitações são cumulativas, no sentido de que pode o menos quem pode o mais, desde que para um e outro possua "habilitação específica".

Aqui, na prática, temos situações reais conflitantes com a postura de alguns governantes que distorcendo a lei e para atender as crises financeiras contratava profissionais de nível superior para ministrar aulas de Educação Física nas series iniciais (1ª a 4ª série do 1º grau) percebendo vencimentos inferiores aos Profissionais de Educação Física que ministravam aulas da 5ª série em diante. Para essa situação não prevalecia o "quem pode o mais, pode o menos", no que se refere aos vencimentos, e de qualquer forma descumpria o art. 36 já citado da Lei nº 5.692/71.

Como vimos, ao curso de Pedagogia enfrentou problemas similares aos da educação Física quanto a questão do generalista versus especialista e também o desequilíbrio entre a carga horária do bacharelado e a licenciatura.

A **década de 70**, mesmo sendo um período difícil para os brasileiros quanto ao regime político, em meio às repressões aos cidadãos, representou para a comunidade da Educação Física um período de efervescência. O tri-

campeonato mundial de futebol alcançado pela seleção brasileira marcou o povo brasileiro, conforme foi mencionado anteriormente. E em decorrência deste fato, provavelmente, as autoridades passaram a considerar com mais importância o sistema desportivo e a prática da Educação Física Escolar.

Conselho Nacional de Desportos X Conselho Federal de Educação

Frente a este conjunto de ponderações esclarece-se que além as resoluções originárias do Conselho Federal de Educação, é necessário o entendimento de outras resoluções, leis ou documentos emanados de outras instâncias, não eram exclusivas do sistema educacional. Esta é uma situação muito específica da Educação Física diferentemente das demais Licenciaturas (Português, Matemática, Geografia etc.) que atuam na escola. É praticamente impossível, tratar da Educação Física no sistema escolar e não fazer referência à prática desportiva, que além de acontecer na escola, tinha uma organização exclusiva para se dedicar ao complexo sistema nacional desportivo.

Estas práticas desportivas foram contempladas na Lei de nº 6.251 de 8 de outubro de 1975 que instituiu normas gerais sobre desportos e foi regulamentado pelo Decreto nº 80.228 de 25 de agosto de 1977, desdobrou os ditame da Lei nº 6.251. O Decreto nº 80.228 define a existência do Conselho Nacional de Desportos (CND) e define competência para os Conselhos Regionais de Desportos (CRD), em seu artigo 15, que estes devem cooperar com o CND e “funcionar como órgão fiscalizadores, assessorando os governos dos Estados, do Distrito Federal ou dos Territórios.” No capítulo X “Do Desporto Profissional”, define em seu artigo 76 referente aos contratos efetuados com as entidades desportivas com os atletas profissionais e inclusive “os auxiliares desportivos especializados, técnicos desportivos”, serão registrados no CRD. Quanto aos técnicos estrangeiros em desportos estes só poderão ser contratados conforme determina o artigo 181, “com autorização prévia do Conselho Nacional de Desportos, salvo se se destinarem a serviço oficial.” Mais adiante, já em 1982, o Secretário de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, no uso da competência delegada pela portaria Ministerial nº 129, para baixar os atos e proceder às medidas

necessárias à regulamentação do Desporto Escolar, resolve no capítulo V sobre o “Técnico Desportivo Escolar”. Assim, no artigo 34 “Considera-se técnico desportivo escolar todo o profissional legalmente habilitado que, mediante qualquer vínculo empregatício ou remuneração por serviço temporário, esteja exercendo suas funções junto à equipes de atletas escolares em qualquer modalidade desportiva.” Para o exercício desta função privativa do professor portador de Licenciatura Plena em Educação Física e Desportos, portadores de Registro Técnico Desportivo nas modalidades que dirigem, mas no artigo 36 estabelece uma hierarquia diante da inexistência deste profissional permitindo pela ordem: Licenciatura Plena em Educação Física, Licenciatura de Curta Duração em Educação Física, Professor com habilitação de 2º grau em Educação Física e/ou Desportos, Professor com habilitação de 2º grau e com estudos adicionais de Educação Física. Porém as possibilidades de substituição se estende até o leigo conforme determina o artigo 37, “(...) poderá exercer em caráter precário a função: a) qualquer professor que exerça o magistério, com prioridade para o que tenha maior grau de habilitação legal; b) acadêmicos das escolas de educação física; c) leigos.”

Estas situações influenciaram ou direcionaram algumas das elaborações do Conselho Federal de Educação, ainda que por algumas vezes reclamavam das interferências dos órgãos específicos da Educação Física, ou mesmo das legislações empreendidas pelo governo. Tal fato, é evidenciado na manifestação da Conselheira Edília Coelho em seu Parecer de nº 540 de 10 de fevereiro de 1977:

“A tradição porém, tem colocado a Educação Física em situação “sui generis” nos contextos curriculares, de vez que muitos sistemas de ensino impõem-se de fora para dentro, com “programas” e supervisão específicas, num reflexo das próprias estruturas das Secretarias de Educação. Tal situação “privilegiada” lhe é sem dúvida desfavorável: não contribui para a valorização da Educação Física e pelo contrário, prejudica-a na medida em que a dissocia dos projetos educacionais concedidos pelos estabelecimentos, que devem ser exatamente estimulá-los a diferenciar-se na busca

individualizada que corresponde as diferentes realidades que se inserem.”

Esta situação conflituosa, também ocorreu mais tarde entre o Conselho Nacional de Desportos e o Ministério do Trabalho ao ser discutido o projeto de criação dos respectivos Conselho Federal e Regionais de Educação Física dispondo sobre o reconhecimento dos profissionais de Educação Física como veremos mais adiante.

As habilitações em nível de 2º grau e os atletas monitores

Na mesma linha, percebe-se na edição e aprovação do Parecer de nº 2.676 da Conselheira Eurides Brito da Silva do CFE ao estabelecer habilitação profissional de técnico de 2º grau em educação e desportos, por ter se baseado em estudos de Técnicos do Ministério da Educação : “...*cujo objetivo maior foi o de criar condições para o cumprimento da Lei nº 6.269, de 24 de novembro de 1975, instituidora de sistema de assistência complementar ao atleta profissional...*”, no artigo 5º no item “a) *complementar sua preparação profissional*”, conjugado com o item “b) *permitir-lhe o exercício de nova profissão ou de estabelecimento de negócio*”. No entanto, este parecer é novamente modificado e sob o novo nº 861/77, aprovado em 10 de março de 1977 contemplando em seu anexo I que o Técnico de Desportos em nível de 2º grau colaborará com o Licenciado em Educação Física, excluindo a sua ação a ser desenvolvida no ensino de qualquer grau.

Com esta restrição ao Técnico de Desportos obtendo seu título em nível de 2º grau, entendendo como prejuízo, tal não ocorreu com o atleta profissional de futebol que foi atendido pela Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976 em seu artigo 27, “Todo ex-atleta profissional de futebol que tenha exercido a profissão durante 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) alternados, será considerado, para efeito de trabalho, monitor de futebol”. Assim, se percebe que as exigências formais se multiplicavam para atender diversos profissionais para atuarem como professores ou técnicos desportivos dentro e fora do sistema

escolar, como também observamos nas diversas resoluções ou Leis que equiparavam os militares às exigências contidas nas resoluções do CFE.

Década de 80 – a efetivação bacharelado em Educação Física

Até aqui, este era o cenário em relação a formação para a Educação Física e os Desportos. Iniciando a década de 80, mudanças significativas ocorrem como vemos na afirmação de (Nascimento et al, 2003, p. 36)

“Ao mesmo tempo em que a década de 80 marca o início do processo de redemocratização do País, a Educação Física, enquanto área acadêmica, também busca discutir o processo de formação de seus agentes, os professores de Educação Física”.

Neste sentido, são realizadas reuniões nacionais de Coordenadores de Cursos de Educação Física, muitas delas com a participação e até sob os auspícios de órgãos do MEC. É neste contexto que, em 1987, o Conselho Federal de Educação publica a Resolução nº 03/87 – CFE que institui o Currículo Mínimo dos Cursos de Educação Física.” Nesta Resolução aos cursos superiores de Educação Física, estabeleceu-se dois tipos de formação: licenciatura e bacharelado.

É verdade, que mesmo antes desta divisão curricular, estes profissionais já ocupavam o mercado de trabalho, nas redes de ensino e fora da rede de ensino (clubes, academias, clínicas e iniciativas autônomas, além de outras modalidades). Após a resolução, os possuidores do título de bacharel somente poderiam exercer seu trabalho fora da rede de ensino, aos possuidores do título de licenciatura era permitido atuar na rede de ensino e fora da rede de ensino. Esta situação explica em parte o problema da inserção destes profissionais no mercado de trabalho. Basicamente, o tipo de conhecimento para estas intervenções profissionais era praticamente o mesmo, conforme o relator do processo Mauro Costa (Conselheiro do CFE) externou em seu parecer.

É preciso também esclarecer que o currículo mínimo proposto não determinava o rol de matérias como era previsto, e sim o estabelecimento de

áreas do conhecimento (Conhecimento filosófico, do ser humano, da sociedade e conhecimento técnico) dando autonomia para as Instituições de Ensino para a estruturação curricular da forma que melhor lhe parecesse. A Res. de 03, de 16 de junho de 1987, fixou os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena) e determina em seu *“Art. 1º A formação dos profissionais de Educação Física será feita em curso de graduação que conferirá o título de Bacharel e/ou Licenciatura Plena em Educação Física.”* E no Art. 7º *“Os graduados em Educação Física, bacharéis e/ou Licenciados através de cursos específicos realizados a nível de especialização, poderão habilitar-se à titulação de Técnico Desportivo.”* Reforçando a posição de Nascimento acima citado, segue a posição de Tojal (1989),

“De agosto de 1978 a março de 1987, foram realizados Encontros e Seminários em diversos Estados da União, reunindo Professores de educação Física; Técnicos Desportivos, Médicos e Acadêmicos, para discutirem as reformas necessárias no Currículo dos Cursos de Graduação em Educação Física.”

Tal afirmativa, reforça que a Res. 03/87 foi fruto de uma reflexão coletiva e não uma imposição por parte do CFE, pois em um desses encontros com a participação de especialistas de diversos estados, a proposta do encontro de Curitiba, em 30 de agosto de 1983 encaminhada ao Conselho Federal de Educação que, por portaria do seu presidente criou o grupo de trabalho composto de oito professores para apreciar e oferecer um parecer. Após diversos encaminhamentos às 95 Escolas de Educação Física do país para se manifestarem, em “08 de outubro de 1986, foi realizada uma discussão no plenário do Conselho Federal de Educação, à qual compareceram representantes da maioria das escolas, havendo manifestações favoráveis ao curso de bacharelado e à manutenção da proposta como estava.”

As duas instituições que primeiro implementaram o curso de bacharelado no país, foram a Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, ainda em 1985, mesmo sem a existência de legislação

Federal que o garantisse, e também o Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Viçosa, se tornaram pioneiras neste empreendimento. Tal busca de identidade própria, de maior autonomia, se efetivava, visto que havia um clima de maior liberdade pelo momento político de transição do governo militar para um governo civil. Este clima de liberdade, não era exclusiva dos cursos de Educação Física mas também para a representação política dos professores do ensino superior, que resistiu no período militar e se fortaleceu mais ainda ao início da década de 1990.

É de fundamental importância reconhecer que parte das discussões promovidas pelo movimento associativista também mereceram debates por parte dos professores universitários que discutiram ao longo do tempo, durante o governo militar, por intermédio de sua Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES). Esta abrigava também parte dos professores dos cursos superiores de Educação Física que atuavam na FBAPEF. Esta entidade ao expressar as reivindicações e lutas dos docentes das instituições de ensino superior nos planos educacional, econômico, social e político atuou também em conjunto com a FBAPEF.

Representando ao longo do tempo, o pensamento de forma democrática dos docentes, procurando dar respostas a todos os entraves para o bom desempenho de uma “universidade pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada” (ANDES, 2013: 16). Vale lembrar, que nas trilhas desta história, ANDES e FBAPEF ombrearam seus esforços em um dos momentos importantes para a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação na formação do “Fórum em Defesa da Escola Pública”, registrando seus nomes nas páginas da história, em provas irrefutáveis de suas ações colaboradoras para a construção de uma sociedade mais igualitária.

CAPÍTULO II

O ASSOCIATIVISMO NA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA:
A CONSTITUIÇÃO DE UM ESPÍRITO E DE UM CORPO
COLETIVO E A LUTA PELA REGULAMENTAÇÃO
PROFISSIONAL.

CAPÍTULO II – O associativismo na educação física brasileira: a constituição de um espírito e de um corpo coletivo e a luta pela regulamentação profissional

A história da Educação Física no Brasil, abordada no capítulo anterior culmina com a sua inserção no processo educacional, através da formação acadêmica e da ocupação correspondente, pois se verifica que esse espaço foi o gerador dos primeiros educadores na área na década de 1930. Imersa em tendências fundamentais que permearam o seu desenvolvimento, a Educação Física viveu e reproduziu a visão de que, nesse espaço, enquanto instrumento de domínio da mente, era reprodutora de valores da sociedade dominante. Apesar da mudança e da chegada à academia, a Educação Física não acompanhou os avanços da Pedagogia geral, nomeadamente quanto à compreensão do novo papel da escola, da educação e da relação pedagógica em geral “(...) acéfala, sempre no último vagão da história (...) permaneceu presa ao modelo de escola tradicional, centrando sua ação pedagógica nos valores militares de organização e disciplina” conforme Carmo (1985, citado por Gutierrez et al., 1998, p. 86).

Com esse nível de vinculação, pode-se apreender que inexistiam, ou precariamente existiam, associações que tivessem como finalidade defender os profissionais, visto que o reconhecimento da profissão estava atrelado às influências sociopolíticas do Estado, sendo utilizada como “massa de manobra”, considerando a “má formação de seus profissionais, bem como a carência de um corpo organizado de conhecimentos” (Gutierrez et al., 1998, p. 86).

Essa situação começou a sofrer alterações nos anos 1970, e principalmente nos anos 1980, quando a influência sociopolítica começa a dar espaço a abordagens sociológicas, antropológicas, políticas e filosóficas que, assim, cumpriram o objetivo de redimensionar os pressupostos teóricos orientadores da formação acadêmica e tornarem-se norteadores para dar novas funções à profissão.

Se no âmbito da educação, essas alterações foram declaradamente necessárias para a busca de uma identidade e de uma epistemologia para a Educação Física, numa dimensão crítica do seu papel social, pode-se inferir sobre as intercorrências que causaram no exercício da prática profissional. Também se pode supor que foi nessa conjuntura que segmentos da categoria se dispuseram a aglutinar interesses em defesa do exercício profissional, assumindo a ampliação das organizações associativas.

A expansão dos espaços ocupacionais e da heterogeneidade interna do campo da Educação Física.

É na década de 1970 que segmentos profissionais iniciaram a luta por uma identidade, preocupando-se com a definição de um campo de conhecimento contextualizado numa realidade histórico-social, assumindo que poderiam buscar caminhos que tornassem a Educação Física uma área de intervenção crítica na sociedade brasileira.

Embora os cursos de graduação em Educação Física continuassem voltados para a formação em licenciatura, ou seja, para preparação de professores que iriam trabalhar em sua grande maioria, nas escolas de primeiro e segundo graus, já começavam a ser sinalizadas as potencialidades de efetivação de caminhos direcionados para a ocupação de outros espaços ocupacionais.

O movimento de conquista de outros espaços ocupacionais desencadeou a discussão sobre o mercado de trabalho. Os professores ultrapassavam a ocupação pedagógica no sistema educativo e desenvolviam atividades com o objetivo de aprendizagem de modalidades esportivas, formação de atletas para competições, direcionados para a aptidão física. Embora a diversidade de espaços e funções possa ter sido uma das razões de dificuldades para a organização colectiva, à medida que outras profissões se organizam e começam a existir embates pelo espaço profissional, isso tornou

ainda mais necessário, a necessidade de o avanço no processo de organização do campo da Educação Física.

No final do século XX, as discussões desdobraram-se em perspectivas que apontavam estratégias para ampliar o papel da Educação Física, comprometendo-se com outros grupos sociais, e faixas etárias como crianças, terceira idade, deficientes, e outras áreas de atuação a exemplo de clubes acadêmicos, hotéis e acampamentos de férias, acompanhando o alargamento da prática desportiva-motora e o consequente alargamento do conceito de esporte, e a necessidade, internacionalmente estabelecida, de aprofundamento científico da Educação Física.

As consequências advindas dessa expansão de mercado de trabalho e da necessidade do reforço científico da Educação Física começaram a ser enfrentadas por segmentos da categoria que passaram a defender que deveriam ser constituídos os cursos de bacharelado e de pós-graduação que, além de atenderem as novas demandas profissionais, direcionariam a formação do pesquisador para a área.

É nesse espectro que se delineou a necessidade de organização da categoria em associações para a defesa de interesses éticos, políticos e profissionais, considerando que a Educação Física deveria estar respaldada por conhecimentos e por práticas que possibilitassem a ascensão ao status de ciência e de profissão comprometida com rumos democráticos.

As reflexões sobre formas de associativismo e ações coletivas, que apresentamos abaixo, se tornam importantes para que possamos ter elementos de análise sobre a trajetória da Educação Física na busca de posicionamentos mais amplos sobre a profissão que se expressam na construção de organizações coletivas e a luta pela regulamentação profissional.

Associativismo e Ação Coletiva: referências para a compreensão do movimento organizativo na Educação Física.

A questão do associativismo na sociedade sempre foi um aspecto importante em estudos e investigações, e sua análise em países em processo de democratização ou de redemocratização tem sido frequente nas abordagens sobre a retomada de ações coletivas e as relações que se estabelecem entre Estado e sociedade civil.

Compreendemos o associativismo como parte da dinâmica da sociedade se expressa por meio do encontro de um conjunto de pessoas com interesses comuns, e pode se apresentar através de organizações associativas de pessoas da mesma profissão, grupos de moradores ou amigos que partilham situações ou condições semelhantes etc. que buscam se organizar coletivamente em associações.

A experiência brasileira demonstra que o processo de redemocratização apresenta como um de seus elementos marcantes a descentralização político-administrativa, e vem sendo acompanhado pela criação de diversos espaços e experiências de participação de profissionais envolvidos em relação, principalmente, às definições

A discussão teórico-empírica e o acompanhamento de políticas públicas sobre democracia, associativismo, participação e cultura cívica feita por Labra & St.Aubyn (2002) destacou a importância de criar espaços de deliberação na esfera do Estado, onde a sociedade civil possa estar representada. No entanto, os autores concluíram que o alcance de uma cultura cívica não pode prescindir de maiores graus de igualdade socioeconômica entre os cidadãos, uma vez que essas duas questões constituem os meios mais adequados (e também considerados indispensáveis) para avançar no aperfeiçoamento da democracia substantiva. Nessa trajetória, o Brasil é citado como um exemplo “paradoxal de permanência de abissais iniquidades e, ao mesmo tempo, de importantes avanços em termos de uma democratização política conseguida a muito custo por grandes mobilizações populares”. Labra & St.Aubyn (2002, p. 546),

As questões acima conduzem à compreensão de que a constituição de associações civis vem sendo buscada como um recurso que pode possibilitar e ampliar a participação popular, a luta pela afirmação de identidades e a construção de solidariedades, contribuindo para o avanço da cidadania e da democracia. Nesse sentido, vêm sendo criadas diversas associações civis, e uma de suas características é a forte presença do trabalho voluntário em muitas dessas, tendo sua maior expressão em associações denominadas sem fins lucrativos, onde a ideia de coletividade encontra bastante ressonância.

Labra & St.Aubyn (2002) analisam que, após a primeira guerra mundial, a partir da influência do fascismo, foi implantado o corporativismo estatal, citando como exemplo os casos de países como Itália, Espanha e Portugal, e também o Brasil, que vivenciou essa realidade durante o período ditatorial do Presidente Getúlio Vargas, denominado Estado Novo (1937-1945).

Em outra direção, os autores mostram que na Europa central, no século XX, houve a constituição de arranjos institucionais de decisão com participação de representantes das organizações do capital, do trabalho e do governo, instaurando-se um formato de formulação de políticas que Schmitter (1974 citado por Labra & St.Aubyn, 2002) denominou “neocorporativo”, inaugurando uma nova corrente de análise nas ciências políticas e sociais, que se opõe à tradição pluralista norte-americana. A principal questão levantada pelos neocorporativistas foi o tema da governabilidade positiva resultante dos processos de incorporação dos interesses organizados em associações formalmente reconhecidas pelo Estado aos espaços de decisão de políticas públicas como produto de negociações e consensos entre os sujeitos coletivos.

Pluralistas e neocorporativistas

Os autores destacam que o longo debate entre pluralistas e neocorporativistas trouxe novos elementos para a compreensão da questão das associações de interesse, suas articulações aos espaços de poder e decisão do Estado e os modelos de elaboração das políticas. Os estudos provenientes desse debate e de outros embates confirmaram a importância da dimensão associativa, para o conhecimento das ações dos governos, seu

modo de condução e execução e dos beneficiários de suas decisões. No plano teórico, a associação passou a ser considerada uma base institucional adicional às concepções consagradas sobre as explicações da ordem social, aparecendo nesta nova perspectiva,

“(...) como um elemento de estabilidade, na medida em que a concertação seria o princípio que guia a ação coletiva dos interesses organizados, tanto no plano interno como nas vinculações ao Estado, ao tempo que é atenuado o papel dos partidos políticos na sua qualidade de “correntes de transmissão” das demandas da sociedade às arenas estatais” (Labra e St. Aubyn, 2002, p. 538).

Para ampliarmos nossa compreensão sobre o associativismo, consideramos fundamental analisar sua relação com a questão das ações coletivas. De princípio, é importante considerar que a ação coletiva está vinculada a um campo de ação, ou seja, ela sempre se relaciona a um determinado espaço e/ou grupo de interesses que concorrem para sua realização.

O pioneirismo de teorias de ação coletiva ocorreu nos Estados Unidos, contemporâneo ao desenvolvimento da Sociologia no país. Gohn (2004) mostra que a Escola Sociológica de Chicago e seus estudos sobre ação coletiva e interação simbólica tiveram grande expressão. Essa Escola tinha como objetivo central compreender os comportamentos e as ações coletivas, provenientes de tensões e conflitos sociais relacionados às crises nas instituições e debilidades sociais. O recurso de interpretação utilizado baseava-se no enfoque sociopsicológico, ou seja, tentava realizar uma síntese entre as Ciências Sociais e a Psicologia, destacando questões relativas às ações coletivas institucionais e não institucionais. A autora nos esclarece que:

“A ideia de anomia social estava sempre muito presente, assim como as explicações centradas nas reações psicológicas às frustrações e aos medos, e nos mecanismos de quebra de ordem social vigente. Estes elementos, aliados às ideologias homogeneizadoras, eram precondições importantes para emergência dos movimentos sociais”. (Gohn, 2004, p. 24).

A produção desta Escola se desenvolveu desde o fim do século XIX até meados dos anos da década de 1960, de maneira não linear, abrangendo diferentes fases, e os diversos enfoques teóricos, demonstram a sua heterogeneidade. No entanto, todas as linhas de pesquisa tinham como eixo estruturante as teorias da ação social e coletiva e a tentativa de compreensão dos comportamentos coletivos (Gohn, 2004).

As grandes linhas teóricas analisadas por Gohn

Seguindo a perspectiva de análise de Gohn (2004), encontram-se cinco grandes linhas teóricas de abordagem clássica que tratam os movimentos sociais e as ações coletivas, agrupadas de acordo com critérios estabelecidos pela autora. Destas, três foram considerados movimentos sociais, e as outras duas foram denominadas ações coletivas.

A primeira linha teórica sobre ações coletivas foi desenvolvida pela Escola de Chicago, principalmente no contexto do início do século XX, com pesquisas relacionadas a questões urbanas e aos movimentos sociais que se constituíram em torno de conflitos nas cidades. Em termos metodológicos, destaca-se o interacionismo simbólico de Hebert Blumer (citado por Gohn, 2004).

A segunda perspectiva desenvolveu-se durante os anos de 1940 e 1950, com as teorias referentes à sociedade de massas, onde as produções mais expressivas foram de Eric Fromm, Hoffer e Kornhauser (citados por Gohn, 2004), sendo este último responsável pela caracterização dos movimentos sociais como formas irracionais de comportamentos coletivos e antimodernos.

A terceira linha de pensamento se sobressaiu na década de 1950, com ênfase nas produções com abordagens sociopolíticas, em que se destacam os trabalhos de S. Lipset e Herbele (citados por Gohn, 2004). Essa linha articulava as classes e relações sociais de produção na tentativa de compreender tanto os movimentos revolucionários quanto os partidos políticos, do comportamento diante do voto e do poder político dos diferentes grupos e classes sociais. De acordo com Gohn (2004, p. 37), “a discussão básica se resumia à desarticulação da sociedade, desorientada pelas inovações da indústria ou pelo comportamento coletivo das massas”.

A quarta corrente combinou as teorias da Escola de Chicago com a teoria de ação social de Parsons. Suas análises abrangeram desde as formas mais elementares de comportamento coletivo até a estruturação de ações coletivas em grande escala. Retoma-se o enfoque psicossocial nas pesquisas, não considerando a relação entre estruturas e a política, enfatizadas pela corrente anterior.

A quinta corrente de abordagem clássica foi chamada de organizacional-institucional. Teve como principais expoentes Gusfield e Selznick (Citados por Gohn, 2004). Influenciou as teorias que substituíram o paradigma clássico, mas não construiu nenhuma teoria específica sobre os movimentos sociais. Sua retomada ocorreu nos anos de 1990.

Como se pode identificar, a partir das questões trazidas por Gohn (2004), as análises elaboradas pela Escola de Chicago, reconhecida instituição de ensino dos Estados Unidos, foram determinantes para a criação das teorias sobre a ação coletiva, e trouxeram contribuições fundamentais para a afirmação da Sociologia como disciplina científica. A característica que mais peculiarizou essa Escola foi o desenvolvimento e o estímulo dados aos estudos de pesquisa de campo e empíricos, direcionada à solução de problemas estruturais do espaço urbano. Nesse sentido, Gohn (2004) destaca como uma das principais contribuições, trazidas pela Escola de Sociologia de Chicago, a inovação no trato com as fontes documentais.

Também é importante ressaltar que, na concepção dessa Escola, o conflito social era considerado como inevitável e natural, pois era fruto dos confrontos entre os diferentes estratos sociais e culturais (Gohn, 2004). Desse modo, o papel das lideranças no processo de organização das ações coletivas era de grande relevância, mas também os conflitos eram compreendidos como educativos para a construção da criatividade dos participantes e em suas relações com o meio social.

A lógica da ação coletiva

A partir das questões até então abordadas, com base em Gohn (2004), pode-se identificar a contribuição metodológica e as reflexões desenvolvidas pela Escola de Chicago, para o amadurecimento teórico e empírico de pesquisas sobre a ação coletiva.

Buscando trazer novos elementos à análise das ações coletivas, é válido examinar atentamente a elaboração de Mansur Olson (1998) sobre a lógica da ação coletiva, em que faz uma abordagem mais particular sobre sua relação com os bens públicos e a teoria dos grupos. Essa escolha se justifica pelo fato de que Olson foi um dos grandes elaboradores das mudanças interpretativas nas ciências sociais norte-americanas, nos anos de 1960, com a criação de uma nova corrente interpretativa denominada teoria da mobilização de recursos (Gohn, 2004).

Esse autor se contrapõe ao campo de reflexão da sociologia interacionista clássica norte-americana, a partir de críticas relativas à inconsistência, superficialidade e fragilidade teórica das explicações pelo campo psicológico. Também, opunha-se à explicação sobre os comportamentos coletivos dos grupos sociais, discordando da ênfase dada pelo interacionismo simbólico da Escola de Chicago à identidade coletiva irracional das ações coletivas, formadas pelos sentimentos, descontentamentos e quebras de normas, todos individualizados (de origem pessoal) que moviam as ações em grupo.

O modelo de análise elaborado pelo autor vem sendo considerado utilitarista, pois procurava como fim, a realização de seus objetivos, implicando

decisões morais, políticas e econômicas para o indivíduo participante. Essa era uma lógica completamente racional, na qual os envolvidos estariam em constante interação dentro do grupo.

Olson (1998, p. 2) traz contribuições sobre a ação coletiva, enfatizando o comportamento racional diante de bens coletivos, porém, para além das aparências, afirma:

“A noção de que grupos de indivíduos agem para atingir os interesses comuns ou de grupo não só está longe de ser uma implicação lógica da premissa de que os indivíduos num grupo promovem racionalmente os interesses pessoais, como é, de facto, uma noção incompatível com esta premissa”.

O autor também admite que os indivíduos sejam egoístas e guiados por cálculos racionais, uma vez que os objetivos a serem alcançados com ações coletivas se direcionam para a melhoria de seu bem-estar individual.

Outro elemento considerado estratégico para os grupos é a adoção da filiação na organização. Como exemplo, tem-se a inscrição de certas profissões, em que o exercício profissional está condicionado às inscrições, em suas respectivas ordens profissionais. De um lado, a ação coletiva do grupo é fortalecida com as contribuições obrigatórias. Mas, em relação à sociedade, cabe analisar tanto os benefícios quanto os problemas, que a existência das Ordens Profissionais pode trazer, uma vez que a filiação compulsória é uma das formas de incentivo às ações coletivas.

Para Olson (1998), a opinião corrente, presente tanto no senso comum quanto em meios acadêmicos, sobre o grupo de indivíduos com interesses comuns é que os mesmos sempre atuam em benefício desses interesses, com o mesmo empenho com que o indivíduo isolado age em benefício dos seus interesses pessoais. Contudo, Olson (1998, p. 2) pondera que:

“(...) na verdade os indivíduos não agem com vista aos seus objetivos comuns ou com vista aos interesses do grupo (...) mesmo que todos os indivíduos de um grande grupo sejam racionais e egoístas e mesmo que todos se beneficiem, agindo como um grupo para atingir interesses ou objetivos comuns, esses indivíduos não agirão voluntariamente para conseguirem atingir esses interesses comuns ou de grupo. (...) a não ser que aja coerção que os force a isso ou a não ser que algum outro incentivo, alheio ao incentivo da concretização dos objetivos de interesse comum ou de grupo, seja oferecido aos membros do grupo individualmente, na condição de ajudarem a suportar os custos ou encargos envolvidos na concretização dos objetivos do grupo”.

De acordo com Olson (1998), trabalhadores dispersos e não-organizados não são capazes de criar um sindicato ou outra organização forte e de base nacional. Na busca de novas filiações, os sindicatos utilizam diferentes estratégias para atrair novos membros, entre elas, a filiação compulsória e os investimentos no trabalhador. Para o autor, a filiação compulsória é fundamental para a manutenção dos sindicatos como instituições duradouras e estáveis, e para seu processo de crescimento e fortalecimento político.

“Um trabalhador racional não irá contribuir voluntariamente para um (grande) sindicato que proveja uma benfeitoria coletiva, visto que ele sozinho não irá fortalecer perceptivelmente o sindicato e visto que iria desfrutar das vantagens das conquistas de qualquer sindicato tanto se o apoiasse quanto se não o fizesse”.(Olson, 1998, p. 105).

Justificando a questão da sindicalização compulsória, o autor mostra que não é verdadeira a ideia de que esse tipo de política sindical desrespeita a liberdade individual de seus filiados. Para Olson (1998), não se pode cair no equívoco conceitual que associa a falta de liberdade individual com a coerção utilizada na busca e manutenção de serviços de caráter (e interesse) coletivo.

Com relação aos grupos de pressão, há interessantes questões levantadas pelo autor sobre os lobbies de trabalhadores e lobbies de profissionais. Os trabalhadores encontram no sindicato o seu maior e mais importante espaço de organização, merecendo lugar de destaque nas discussões sobre grandes organizações de grupos de pressão. O estudo de Olson (1998) afirma que, somente quando os sindicatos deixaram a sua orientação exclusivamente política, que era típica dos primeiros sindicatos americanos, a favor da organização coletiva com o patronato, é que os sindicatos conquistaram alguma estabilidade e poder. “Na verdade, foi apenas quando os sindicatos começaram a negociar com o patronato, que possuíam a capacidade única para forçar os trabalhadores a aderir ao sindicato, que eles se desenvolveram”. (Olson, 1998, p. 125).

Além disso, o autor mostra que muitas das críticas sobre o aspecto coercitivo dos sindicatos são realizadas por membros de organizações profissionais que dependem tanto da coerção como os próprios sindicatos. Dessa forma, muitas organizações que representam profissões também se “vale dos frutos proibidos provenientes da adesão compulsória (Olson, 1998 p.126)”.

Analisando a trajetória de organizações de profissões de prestígio, como a medicina e o direito, afirma que nenhuma organização de professores de ensino superior conquistou até agora um poder semelhante, pois o elemento decisivo dessa situação se relaciona ao fato de que, na profissão acadêmica, as sociedades científicas são independentes das associações políticas (Olson, 1998).

Um dos grandes diferenciais trazido por Olson (1998) foi analisar as organizações associativistas como grupos de interesses. Em defesa de seus interesses, os grupos se organizam e se mobilizam, mas sempre a partir da realização de cálculos racionais, que apontem os possíveis ganhos e também os sacrifícios que o ato possa proporcionar.

Ao levantar o questionamento sobre o que leva os indivíduos a unirem-se, Monteiro (2004) recupera algumas antigas leituras da ação coletiva, destacando Olson e sua teoria da escolha racional. “(...) segundo a

interpretação orientada primordialmente por uma racionalidade funcional e por uma moral fundada sobre o interesse. Olson (1998) ao analisar a constituição de grupos de representação de interesses públicos ou privados, destaca as condições que concorrem para o seu desenvolvimento.

Segundo Monteiro (2004), Olson (1998) pretende estender sua interpretação a todo tipo de organizações que se dedicam a promover os interesses de seus membros, procurando explicar a dificuldade sempre presente de obtenção de adesões, mesmo considerando que as organizações defendam interesses muito concretos e sejam reconhecidamente eficazes e úteis. Dessa forma, afirma que uma organização de sucesso deve possuir estrategicamente um sistema de oportunidades (sanções ou incentivos) que favoreçam a participação. Portanto, a ação coletiva deve ter utilidade para seus membros.

Outro autor retomado por Monteiro (2004) é Charles Tilly que amplia a perspectiva de Olson, trazendo contribuições sobre a questão da dimensão política da mobilização e as mudanças nas formas de ação coletiva ao longo da história. A modernização trouxe transformações nas formas de ação coletiva com o surgimento de novos tipos de organizações e mobilizações. Substituem-se gradualmente as solidariedades comunitárias pelas associações voluntárias. As ações coletivas de caráter reativo e defensivo, típicas dos séculos XVII e XVIII, são substituídas por ações proativas ou ofensivas. Estas últimas, que influenciaram as ações coletivas nos séculos XIX e XX, possuem objetivos políticos obtendo maior participação em instancias de poder e influência.

A lógica da mobilização de recursos

Monteiro (2004, pp. 121-122) retoma as contribuições de J. Cohen e J. Jenkins, que resumem o enfoque do paradigma da mobilização de recursos, em alguns pontos partilhados por Olson, Tilly, dentre outros, com posições semelhantes quanto à concepção da ação coletiva:

1. Os movimentos sociais devem ser compreendidos nos termos de um modelo de conflito da ação coletiva;

2. Não existe diferença entre ação coletiva institucional e não institucional;
3. Ambas comportam conflitos de interesses;
4. A ação coletiva comporta a prossecução racional de interesses pelos grupos;
5. Os objetivos e as contestações são o produto permanente de relações de poder e não contam para a formação dos movimentos;
6. Isso depende, acima de tudo, das alterações nos recursos, da organização e das oportunidades para a ação coletiva;
7. O êxito evidencia-se pelo reconhecimento de um grupo como ator coletivo e pelo incremento dos benefícios materiais;
8. A mobilização comporta organizações de grande escala, objetivos específicos, formais e burocráticos.

Para Monteiro (2004), as ideias anteriormente apresentadas revelam por um lado o mérito desse paradigma quanto à importância dada às decisões estratégicas de cada indivíduo, às formas de organização e recursos disponibilizados na configuração de formas de mobilização coletiva, e, por outro, as limitações na explicação desses mecanismos da ação coletiva, tais como o negligenciamento das dimensões moral e simbólica que também interferem na participação.

“Para além de uma orientação estratégico-instrumental, a conjunção de interesses numa acção colectiva voluntariamente empreendida tem, em inúmeros casos, a suportá-la valores como os da solidariedade, da obrigação moral de agir em comum ou de disciplina colectiva, que são por todos os membros aceites, assim como a partilha de um universo simbólico que viabiliza o equilíbrio entre identidade individual e identidade colectiva. Um capital de confiança entre os membros de uma organização constrói-se não apenas a partir de interesses comuns, mas igualmente em torno de valores e identidades partilhadas.” (Monteiro, 2004, p. 122).

Ao questionar sobre a possibilidade de invenção de novas alternativas no espaço da sociedade civil, Monteiro (2004) traz algumas questões que consideramos relevantes.

A identificação de novas configurações da mobilização coletiva como portadoras da capacidade para suportarem a dinamização de renovados processos de deliberação democrática, no contexto de uma organização mais solidaria, revela, contudo, apenas umas das facetas da questão em causa. A outra parte do problema deriva da existência ou não de atores capazes de protagonizarem tal mudança, de se consolidarem como alternativa inovadora às políticas estatais.

Monteiro (2004) faz algumas indicações, com base na produção de Putnam, que, em 1995, publicou um trabalho sobre o declínio do capital social norte-americano, deflagrando nos setores político e intelectual dessa sociedade um grande debate, em que correlacionava o declínio do capital social dos americanos a sua capacidade de empenho cívico. Segundo Monteiro (2004), Putnam observou indicadores de baixa nos índices de participação pública, de participação nas reuniões escolares, de filiação religiosa e em associações de caráter cívico, demonstrado uma forte tendência de queda na participação nas últimas décadas.

Monteiro (2004, p. 297) buscou mostrar o surgimento de novas dinâmicas na sociedade civil, ou a sua renovação, num contexto em que “o “capital social” de cada sociedade se reverte, hoje, em inéditas e mais ecléticas formas de associação, longe, porventura, de grandes ideologias congregadoras, mas afastando o espectro do definhamento do universo associativo”.

Dessa forma, mostra que as grandes associações civis, os sindicatos e os partidos, que enfrentam dificuldades de militância, dão lugar a outras configurações de organizações em que a informalidade e a fluidez dos laços se impõem. Como exemplo, cita as organizações voluntárias sem fins lucrativos, ou aquelas ligadas ao chamado Terceiro Setor, que se sobressaem em vários países, em relação à adesão cívica das populações a esse tipo de agrupamento. Outros indicadores apontam a importância de sua representação

em áreas de intervenção como a educação, a saúde, os serviços sociais, a cultura e o lazer. Essas questões revelam importantes mudanças no comportamento associativo.

Os princípios de solidariedade, de reciprocidade, de exercício democrático e autônomo de gestão.

Em relação à coprodução de políticas públicas, foi identificado pelo autor supracitado, a partir de uma análise mais abrangente, que o mundo associativo continua a desenvolver alternativas que revitalizam valores em que a intervenção se direciona por princípios de solidariedade, de reciprocidade, de exercício democrático e autônomo de gestão, de responsabilização individual e coletiva. Como exemplo, o autor cita as iniciativas de economia social e de economia solidária, que se valem desses princípios nas experiências, conciliando, na intervenção, as dimensões econômicas, socioespaciais e sociopolíticas.

A relação entre autonomia, dependência e concertação também se constitui como uma importante reflexão do autor. O sentimento de absoluta autonomia (ou oposição) em relação ao Estado diminui, sendo substituído por discursos de concertação, a partir do reconhecimento do Estado como um ator fundamental na definição do tipo de ação associativa que será desenvolvida. Essas organizações dependem de estímulos do poder público, sob a forma de programas nacionais ou comunitários responsáveis pelo início de agrupamentos no seio da sociedade civil local, capacitados e com legitimidade para gerir tanto a formulação quanto a execução de intervenções concretas. Com esses acordos de cooperação com entidades públicas, as organizações se comprometem a cumprir um conjunto de normativos de serviço público, canalizando seu esforço para se efetivarem funções de mediação entre as comunidades locais e as instâncias reguladoras. Essa postura é definida pelo autor como de autonomia tutelada e que se desenvolve a partir da aceitação de uma orientação política e programática, delineada pelo poder público regulador. Para o Estado, essa orientação significa, essencialmente, uma oportunidade de descentralizar competências em termos de execução das políticas públicas.

Para as iniciativas associativas, a incorporação de tal princípio acaba por se traduzir em termos práticos numa gama de situações que vão desde uma tênue margem de autonomia até ao efetivo exercício em autonomia de uma intervenção técnico-instrumental.

Outra orientação estratégica tem sido a de uma autonomia negociada, em que as associações exigem do Estado outra postura que não a de direção e tutela, mas de parceria, com respeito ao caráter autônomo e alternativo do trabalho associativo e, ao mesmo tempo, que legitime a sua contribuição para formas mais solidárias de regulação social.

As associações civis vêm experimentando novas formas de ação coletiva e de organização da sociedade civil e se apresentam, hoje, assim como no passado, como espaços de construção reflexiva de identidades individuais e de recomposição de laços sociais. A experiência associativista de Portugal, analisada por Monteiro (2004, p. 304) demonstrou que:

“Na prática as interpretações de tais funções de construção assim como a incorporação de postura de mediação entre os órgãos do Estado e as comunidades conduzem as estratégias de ação mais uma vez pautadas pela ambivalência. De um lado, uma democracia representativa é aplicada na forma de trabalho com as estruturas representativas da população. (...) No oposto, a defesa de uma participação crítica, ou seja, a consolidação da figura associativa como lugar e exercício de empoderamento como ação dirigida para ir com as populações entendendo esta ação como a conjugação entre a conscientização e a participação conjunta nos processos que implicam decisão”.

Para finalizar, é importante destacar questionamentos trazidos por Monteiro (2004) sobre os desafios que se colocam ao associativismo, nas suas mais diversas formas de organização e ação coletiva, que se referem ao “peso de um projeto político autônomo” e à “construção de alternativas”. Um dos elementos principais se refere à questão da construção e ampliação da autonomia das organizações. Nesse sentido, o resgate da dimensão política e

da defesa de uma orientação política é vital para a superação da atual situação de fragilidade do mundo associativo.

Na proposta deste estudo, definiu-se trabalhar com autores que discutem a questão do associativismo e da ação coletiva nas suas diversas dimensões, para que se estabelecessem bases que dessem sustentação teórica para a pesquisa de tese. As contribuições trazidas pelas teorias sobre ação coletiva constituem referenciais importantes para pensar o campo de pesquisa, a partir de diferentes perspectivas analíticas, que possuem pontos de oposição e outros de convergência, formando um arcabouço teórico e conceitual considerado relevante para o amadurecimento da pesquisa e para a análise dos dados documentais e empíricos coletados na pesquisa de campo.

Antecedentes históricos do movimento associativista na Educação Física: O Associativismo da Federação Internacional de Educação Física, FIEP.

Frente ao conjunto de fatos históricos é praticamente impossível tratar as especificidades da Educação Física exclusivamente no complexo contexto brasileiro e não fazer referência, à gênese de uma organização de caráter internacional dedicada também às causas da Educação Física.

Destacamos as enormes influências que o país sofreu ao longo de sua história através de uma série de fatores que trouxeram ora avanços, ora retrocessos, dentre eles, a formação da composição racial conforme verificamos em Bueno (2003, p. 164):

“O caldeirão de raças forjou uma nova nação. (...) Depois de portugueses e africanos, foram os italianos aqueles que chegaram em maior número ao Brasil: 1,6 milhões em mais de cem anos (921 mil apenas entre 1886 e 1900). O segundo maior contingente de imigrantes veio da Espanha: 694 mil em meio século. Os alemães vêm a seguir, com 250 mil.”

Entre os anos de 1886 a 1914, quase três milhões de imigrantes vieram para o Brasil. Ainda segundo Bueno (2003, p 268), o fato de D. Pedro ser casado com a austríaca D. Leopoldina estimulou a preferência por imigrantes de origem germânica. Segundo Marinho (s.d., p. 40) muitas foram as sociedades de ginásticas criadas pelos alemães que se fixaram mais ao sul do país. Informa ainda, que Pedro Guilhermino Mayer, de nacionalidade alemã é nomeado contra-mestre da Escola Militar. Assim, o método alemão foi incorporado ao exército brasileiro contribuindo para o estabelecimento do “Novo Guia para o Ensino da ginástica nas Escolas Públicas da Prússia”, com a sua tradução e publicação por ordem do Ministro do Império. Mais adiante, tal método é contestado por Rui Barbosa em seu parecer sobre a “Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública”, e propõe em seu lugar a adoção do método sueco. Também o Deputado Dr. Jorge de Moraes em 1905 critica o método alemão e elogia o método sueco. Com a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial (1914-18), o caráter oficial da ginástica alemã é perdido, apesar da continuidade de sua prática nos estados do sul. Assim, em 27 de abril de 1921, o Presidente da República Epitácio Pessoa e o Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras assinam o Decreto nº 14.784 que trata do “Regulamento de Instrução Física Militar”, cujo conteúdo se adapta às teorias de Joinville, sendo que este regulamento entra em execução em 1922 sob a direta orientação da Missão Militar Francesa.

A influência da Federation Internationale d'Éducation Physique - FIEP

Se cada nacionalidade de imigrantes em suas vidas remontadas no Brasil influenciou na vida política e esportiva do país, é importante também registrar outro tipo de influência, esta, de forma organizada em prol da educação física de caráter internacional, uma organização mundial que teve sua fase embrionária antes mesmo da “Primeira Guerra Mundial”, que conforme Boletim da Federation Internationale d'Éducation Physique (2009. p. 196), assim registra:

“Durante o Congresso Internacional de Educação Física de Paris (França), realizado no período entre 30 de agosto a 6 de setembro de 1900, surge pela primeira vez a ideia de criar uma organização Internacional de Educação Física. É constituída uma “Comissão Internacional Permanente de Educação Física.”

Seus objetivos iniciais preconizavam discussões para a formação universitária de professores de educação física. Considera-se que a precursora da FIEP recebia o nome de “Institute International d’Education Physique” criada a 10 de julho de 1911, no congresso Internacional de Odensée na Dinamarca, objetivando o desenvolvimento da Educação Física Escolar. Com a Primeira Guerra Mundial em 1914, havendo a interrupção do “Institute International e d’Education Physique”, ressurgiu em 1923 o movimento de internacionalização da Educação Física com a criação da Fédération Internationale de Gymnastique Educative – FIGE, sendo esta oficialmente organizada em 02 de julho de 1923, durante o Congresso Internacional de Bruxelas. Tendo a sua frente o General Lefebre da Bélgica, como seu primeiro presidente. Importa ressaltar, que neste congresso, esta nova instituição reuniu Federações, Ligas e Uniões de vários países. A instituição ainda mudaria de nome, na vigência de seu segundo presidente o Coronel Eimar Nerman da Suécia, quando em Estocolmo, durante a realização de seu congresso, a FIGE passa a se denominar “Fédération Internationale de Gymnastique Ling” - FIGL. Em fevereiro de 1931 a FIGL publica o seu primeiro boletim, que se mantém até hoje, considerada uma das primeiras revistas especializadas da Educação Física do mundo. No período de 2 a 9 de agosto de 1935, sob a vigência de seu terceiro Presidente, o Major Joseph G. Thulin da Suécia, ocorre a Assembleia Geral de seu congresso em Istambul a aprovação de novo nome, que vigora até os dias de hoje, “Fédération Internationale d’Education Physique” (Boletim da FIEP, 2009).

A FIEP no Brasil

A história da FIEP no Brasil tem seu início, quando alguns professores brasileiros participam no período de 27 de julho a 13 de agosto de 1949 da II Linguíada de Estocolmo, em que participaram 1.450 congressistas de 60 países. Foi nesta ocasião, que o Major Thulin, designou como delegados do Brasil os professores Alfredo Colombo para a região do Rio de Janeiro e leste do Brasil; Sylvio José Raso para a região de Minas Gerais e norte do Brasil; Antonio Boaventura da Silva para a região de São Paulo e Oeste do Brasil tendo sido presidente da APEF-SP nos anos 1952/1953, e finalmente, Jacintho Francisco Targa para a região de Porto Alegre e sul do Brasil, que foi presidente da FBAPEF em dois períodos 1952 a 1954 e 1971 a 1973.

O presidente da FIEP, Major Thulin, é convidado pelos brasileiros para visita ao Brasil, tornando-se realidade em 1951, estendendo sua visita também para a Argentina, Chile e Uruguai. É também neste mesmo ano, que ocorre os primeiros cursos da FIEP no Brasil. Foi na cidade de Santos, em que o professor Johanson Curt da Suécia ministra o “Curso de Ginástica Sueca” obtendo a frequência de 300 participantes originários de diversos estados. É possível que a ginástica sueca tenha se fortalecido também pela ação do Prof. Alfredo Colombo que na década de 50 viaja para os Estados Unidos e Escandinávia, volta com ideias renovadoras, e 1956 durante o governo de Juscelino Kubitschek ocupando o cargo que o Professor Inezil Pena Marinho ocupava na Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde acreditava que o Método Francês estava ultrapassado e extinguiu a obrigatoriedade da prática nas escolas secundárias dando liberdade aos professores de Educação Física para que utilizassem métodos objetivos que atendessem a juventude estudantil.

Já em 1955 a FIEP possuía a filiação de duas entidades representativas: a Associação dos Professores de Educação Física do Distrito Federal (RJ) e a Federação de Associações de Professores de Educação Física (RJ). Em 1959, na vigência de seu novo presidente da FIEP o Professor Dr. Antonio Leal D’Oliveira, sucessor do Major Thulin, que é criado no Brasil o “Comitê Brasileiro da FIEP”, composto pelos professores Alfredo Colombo, Sylvio José

Raso, Antonio Boaventura da Silva e finalmente, Jacintho Francisco Targa, sendo que estes professores atuavam desde 1949. Houve influencia nas faculdades de Educação Física no Brasil, o “Manifesto Mundial da Educação Física - FIEP” que foi elaborado na década de 1960. Após 1951, as jornadas, cursos e congressos internacionais da FIEP florescem no Brasil. As organizações de alguns destes eventos, em algumas vezes, são promovidos em conjunto com a instituição governamental como foi o caso do “II Congresso Luso Brasileiro” ocorrido no Rio de Janeiro em 1963 que foi organizado pela Divisão de Educação Física com a colaboração da Associação dos Professores de Educação Física do Estado da Guanabara, hoje APEF-Rio.

O crescimento da FIEP no Brasil

Com a eleição do Dr. Pierre Seurin da França em 1970, a FIEP consolida sua atuação nas áreas da Educação Física, Esporte Para Todos e Científica, e que também neste mesmo ano o brasileiro General Jahir Jordão Ramos é eleito Vice-presidente para a América Latina. O crescimento da FIEP no Brasil é inquestionável, pois em 1990 ocorre a consolidação dos congressos internacionais em Foz do Iguaçu, como o maior congresso da FIEP.

A FIEP, sendo um organismo independente, não governamental, promotora do desenvolvimento das Atividades Físicas, Educativas, Recreativas, Lazer, Saúde e Esportes para Todos, contribuindo para o fortalecimento da profissão, ao comemorar seus 50 anos de Brasil em 1999, possibilita na abertura de seu congresso, a posse dos primeiros Conselheiros do recém-criado, Conselho Federal de Educação Física – CONFEF. Uma boa identificação da FIEP no Brasil é a afirmativa de Tubino, (1985, p. 5) do livro FIEP 60 anos no Brasil:

“Na transição das metades do século XX a Federation Internationale d’Education Physique (FIEP) iniciava suas atividades no Brasil pela ação de notáveis pioneiros da Educação Física que tiveram acesso na época ao desenvolvimento principalmente Suécia. Eles perceberam que a FIEP seria o primeiro grande passo pós guerra

mundial para retirar o atraso nacional em relação aos países europeus, principalmente a Escandinávia, embora os outros que participavam do conflito bélico também já apresentavam avanços significativos na área da Educação Física. Após esse primeiro impulso, a FIEP passou a agregar os maiores nomes da Educação Física brasileira, destacando-se a adesão de Jayr Jordão Ramos que mais tarde viria a tornar-se vice-presidente para a América Latina. Nomes importantes como Herbert Dutra, Inezil Penna Marinho e Aloyr Queiroz juntaram-se para levar a FIEP no Brasil a uma posição de muito destaque na América e no mundo.”

Reforça esta posição as afirmativas de Steinhilber, (1985, p. 7)

“(...) Contudo, considero que é oportuno nesta ocasião proceder ao resgate de diferentes ações e atividades proporcionadas por essa Entidade, que redundaram em saltos de qualidade para toda uma categoria profissional, despertando-a para que conseguisse vivenciar algumas quebras de paradigmas e avanços no tocante a significação social e científica, tanto da Educação Física bem como de seus Profissionais. Destaco que, considero a atuação dessa entidade associativista de âmbito mundial, como de fundamental importância e significação para as trocas de experiências e busca de saídas por que vem passando a Educação Física brasileira, representando mesmo uma adequada revolução no sentido de que, essa área consiga atingir o estágio de reconhecimento pela Sociedade, podendo assim respaldar todas as qualidades e competências nas investigações da categoria profissional da Educação Física.”

Este breve resgate histórico é uma referencia importante para compreendermos o processo associativo na Educação Física Brasileira, que encontra seus antecedentes na associação internacional desta categoria, na busca por seu reconhecimento e significado profissional e social. A participação

de profissionais de Educação Física do Brasil nestes espaços organizativos internacionais, certamente contribuiu para a constituição do movimento associativista profissional, que se inicia no Brasil na década de 1930, juntamente com a criação dos primeiros cursos superiores de Educação Física, como apresentamos no próximo tópico.

A trajetória do movimento associativista na Educação Física no Brasil.

A trajetória inicial: a criação das primeiras Associações dos Professores de Educação Física - APEFs, da Federação Brasileira das Associações dos Professores de Educação Física - FBAPEF e o processo de territorialização da organização associativista na Educação Física pelo país.

A obra de Boschi (1987, p.111), identifica no Brasil, que no período anterior a 1964 já havia associações de professores constituídas por várias disciplinas, onde se inclui a Educação Física. Para o autor a natureza destas organizações “evidencia que as reivindicações trabalhistas não estavam em questão, sendo mais o reflexo dos currículos definidos pelo Ministério da Educação para os níveis secundário e superior”

Ao analisar as associações de bairro e as associações de profissionais nos mostra que as mesmas não se constituem como novidade em relação às estruturas de representação de interesse, pois destaca que, do ponto de vista da análise, é o papel inovador que assumiram politicamente que as torna atraentes. A questão da autonomia em relação ao controle do Estado foi apontada como um elemento importante destas associações profissionais.

“Como desfrutam de considerável autonomia no que se refere ao Estado, as associações profissionais tiveram papel decisivo na ativação da luta ao nível dos sindicatos oficiais de determinadas categorias ocupacionais. Nesse sentido, funcionaram como canais estratégicos para a mobilização de tais categorias, ao mesmo tempo amortecendo os choques internos ao nível de seus respectivos sindicatos”. (Boschi, 1987, p.107)

Foi destacada a significativa presença de movimentos associativistas profissionais, antes da década de 60, confirmando que o associativismo profissional no Brasil não é algo recente. Também afirma a relevância destas associações na história das profissões, incluindo a Educação Física.

“ As associações também possuem um papel importante na história das profissões, pois, foi por intermédio delas que fatos relevantes aconteceram no sentido de atender, não só às carências dos profissionais, como também, às da sociedade; isso pode ser exemplificado, pela contribuição que proporcionaram para regulamentação de diversas profissões Soares (2004). Sendo assim, pode-se dizer que tais entidades representaram os interesses de outras profissões consideradas como tradicionais, e, constam nessa lista, os advogados, por meio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); os arquitetos, em razão do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), e o Clube de Engenharia” (Boschi, 1987, p. 112).

A fase inicial do movimento associativo

A trajetória do movimento associativista na Educação Física também demonstra esta busca pelo reconhecimento e regulamentação da profissão. Como vimos, a fase inicial do movimento associativo na Educação Física ocorre na década de 1930, período também de criação das primeiras faculdades de Educação Física no Brasil.

A primeira forma de associativismo construída foram as **Associações de Professores** de Educação Física – APEF. Estas são:

“(...) entidades associativas de caráter estadual e municipal que visam organizar a categoria profissional de Educação Física de nível superior com o propósito de desenvolver ações de natureza política, técnica e social no âmbito da Educação Física, dos esportes e das atividades físicas de saúde e de lazer” (Sartori, 2005, p. 787).

Como vimos acima, o movimento associativista na Educação Física no Brasil adota inicialmente a denominação de “associação de professores”. Isto revela a predominância, no movimento associativista, de professores de educação física no sistema educativo formal, nos seus diferentes graus de ensino: superior, médio e fundamental. No entanto, este associativismo congregava dentre seus filiados, membros dos cursos de graduação e profissionais inseridos nas mais diversas e recentes áreas de atuação, ligadas é certo pela dimensão pedagógica, mas não só em estabelecimentos de ensino fundamental e médio, mas também em outras áreas extra-escolares, tais como academias, clubes desportivos, etc.

A citação que define a APEF demonstra seu objetivo de organizar todas as categorias ocupacionais de Educação Física, formados em nível superior incluindo tanto os professores que se dedicavam ao ensino em estabelecimentos escolares, quanto os que estavam inseridos em outras áreas de atuação da Educação Física.

Também encontramos esclarecimentos sobre a particularidade da formação de graduação em Educação Física no Brasil, a partir da citação abaixo:

“Hoje se entende ter sido em virtude de na época os profissionais atuarem prioritariamente em unidades escolares, os cursos serem exclusivamente de licenciatura e os currículos voltados essencialmente à formação de profissionais para atuarem no ensino formal. Historicamente, a área era responsável por oferecer profissionais a um mercado pré-determinado: a escola”. (www.confef.org.br, recuperado em 10 de novembro de 2015).

Como veremos adiante a denominação destas associações tanto estaduais como de âmbito nacional ganhou inicialmente diferentes contornos, e ao longo do tempo foi se modificando na direção de uma denominação mais abrangente e comum às organizações associativistas.

O pioneirismo neste processo organizativo ocorreu com a criação da APEF de São Paulo em 1935. Na década seguinte foram criadas as APEF do Rio Grande do Sul - RS (1945) e do Rio de Janeiro - GB (Guanabara - GB posteriormente Rio de Janeiro - RJ) em 1946.

Estas três entidades pioneiras dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro foram a base para a criação, em 1946, da Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física – FBAPEF, que desde o seu início tem como uma de suas principais metas, a criação da Ordem ou Conselho Profissional da Educação Física através da regulamentação da profissão.

A história da associação do estado do Rio Grande do Sul (APEF/RS) demonstra que sua denominação original foi modificada algumas décadas depois designando uma abrangência maior dos seus associados. Veja-se que desde a sua fundação (1945) a APEF/RS se chamava: Associação dos Especializados em Educação Física e Desportos do Rio Grande do Sul, mas que a Assembleia Geral Extraordinária da APEF/RS de 1985 altera seus Estatutos e muda sua denominação, conforme citação de Sartori (2005, p. 787):

“Em 18 de outubro de 1985 com início às 19hs no Colégio Rosário em Porto Alegre a Associação dos Professores de Educação Física do Rio Grande do Sul, realizou uma Assembleia Geral Extraordinária com objetivo de alteração dos Estatutos visando sua adequação à nova realidade nacional da Educação Física e visando, principalmente a criação de Núcleos do Interior. Após amplos debates alguns pontos sobressaíram-se neste Estatuto: 1º) A denominação; Passa-se a denominar-se Associação dos Profissionais de Educação Física do R/S”

Os Estatutos em vigor na entidade registram em seu capítulo I, que esta mudança de nomenclatura passa a vigorar a partir de 1985. A partir de então, o “P” da sigla passa a designar **Profissionais** – uma categoria ocupacional mais ampla, onde se incluem Professores, sendo os professores, a categoria ocupacional mais restrita que esteve na sua origem, como vemos:

“- CAPÍTULO I Da Associação

Art. 1º - ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO RIO GRANDE DO SUL, denominada de ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO RIO GRANDE DO SUL no período de 23 de junho de 1984 a 18 de outubro de 1985, fundada em 20 de dezembro de 1945 sob a denominação de ASSOCIAÇÃO DOS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO RIO GRANDE DO SUL, é uma sociedade civil, com sede e foro na cidade de Porto Alegre e sua duração é por tempo indeterminado.”
(Anexo I, APEF-RS, 1985)

A Associação de Profissionais de Educação Física de Minas Gerais - APEFMIG, também realiza esta alteração em sua nomenclatura original, como podemos identificar no trecho da citação que selecionamos da Assembléia extraordinária, realizada no dia 18 de julho de 1988 que define em seu artigo Primeiro:

“A Associação dos Professores de Educação Física de Minas Gerais – APEFMIG, fundada em 29/03/80, em Belo Horizonte, reconhecida de utilidade pública no Estado de Minas Gerais pela lei 4.186, de 19/09/85 e no Município de Belo horizonte pela Lei nº 9.039, de 28/11/85, constituindo pessoa jurídica de direito privado, com natureza e fins não lucrativos e duração indeterminada, passa a denominar-se Associação dos Profissionais de Educação Física de Minas Gerais” (Anexo I, APEFMIG, 1988)

Não encontramos dados da APEF-SP, no que se refere à alteração de sua denominação, no entanto na esteira das demais APEF a denominação atual desta é Associação dos Profissionais de Educação Física.

O alargamento do âmbito e a mudança de nome da FBAPEF

A mudança de denominação também ocorre na FBAPEF, inicialmente registrada como Federação Brasileira das Associações dos Professores de Educação Física, e posteriormente alterada para Federação Brasileira das Associações dos Profissionais de Educação Física, conforme verificado em seu Estatuto.

A questão relativa à designação profissional será retomada no último capítulo quando poderemos identificar que esta discussão ainda se faz presente na profissão, no sentido de se encontrar um termo mais adequado à identidade profissional.

De acordo com Sartori (2005, p. 787) a expansão das APEF por todo país ocorre ao longo da segunda metade do século XX, e ao longo deste percurso, as funções destas entidades se relacionam a:

“organização da categoria profissional, cursos de aperfeiçoamento, realização de congressos, promoção de fóruns, deliberações e ações políticas coletivas, desenvolvimento de atividades sociais, prestação de serviços (seguro, consórcios, caixa de empréstimos, planos de saúde, etc.) bem como publicação de revistas e livros focalizando temas da profissão de Educação Física.”

Para que possamos compreender a história do processo associativo na Educação Física, consideramos importante pontuar algumas questões que ocorreram desde a década de 1940 até meados dos anos de 1980, quando em razão das mudanças políticas do Brasil no seu processo de redemocratização, também ocorrem significativas mudanças no movimento associativista da FBAPEF, onde a participação democrática na entidade passa a ser questionada e reivindicada por parte de seus membros e profissionais recém formados, como veremos posteriormente.

Nas décadas de 1940 e 1950, segundo Sartori (2005), as APEFs priorizaram suas ações em torno de aperfeiçoamento profissional avançado, voltado tanto para seus associados como para todos professores e profissionais de Educação Física não associados. Dentre as ações desenvolvidas destaca-se a realização de cursos no período de férias, também denominados “Estágios Internacionais”. Sob a liderança das APEF São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro foram oferecidos cursos com reconhecidos profissionais do exterior (França, Áustria, Iugoslávia, Itália, Suécia e Hungria) que marcaram sua influência no Brasil, na geração de escolas de pensamentos e tendências.

Como resultante deste período, destas contribuições e influências, ocorre a seguinte situação conforme Sartori (2005, p. 787).

“(...) a passagem do Método Francês- método de instrução de exercícios físicos oficializados pelo Ministério da Educação e Saúde para todo o território nacional desde a década de 1930 – para formas abertas de ensino e conteúdos mais voltados para esportes.”

No início de 1960, os cursos de alta qualidade oferecidos passaram a contar com professores brasileiros de destaque no campo da ciência e da tecnologia no Brasil ou em outros países da América do Sul, como os casos de Antônio Boaventura (ginástica), Julio Mazzei (futebol), Henrique Nicollini (natação) e Sylvio Raso.

Entretanto, há uma queda na influência das APEF na base de profissionais de Educação Física no Brasil, com a retirada de apoio aos cursos internacionais, por parte da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, uma vez que até então, em torno de 600 professores por ano participavam destes cursos, conforme Barros (2003) (citado por Sartori, 2005).

A expansão das APEF se relaciona fortemente com a possibilidade de oferecimento de cursos superiores que passam a se estender para a maior parte dos estados. Até o final da década de 1960 ocorre a ampliação da organização de APEF nos estados do Paraná e de Pernambuco, as quais

deram continuidade às ações de realização de eventos de caráter técnico-científico, especialmente programas de capacitação profissional nos anos de 1970. Mas é neste período, que se dá uma estagnação das atividades das APEFs, explicada por Sartori (2005), pelo retorno de professores brasileiros de pós-graduação (mestrado e doutorado) e pela criação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). Com estes fatos, abre-se a possibilidade de se estabelecer bases para fomentar um pensamento acadêmico mais direcionado a busca de soluções para problemas nacionais.

Na década de 1970 ocorre o processo de interiorização de APEF locais(municipais) principalmente no Sul do país (Paraná e Santa Catarina) acompanhando a tendência,que já pontuamos acima, de interiorização das Instituições de Ensino Superior em Educação Física.

A regulamentação da profissão como bandeira de luta.

Também neste período é realizado o Congresso de Educação Física, pela APEF – GB (atual RJ), onde a pauta da regulamentação da profissão passa a ser a principal bandeira de luta da categoria. De acordo com o CONFEF (www.confef.org.br, recuperado em 10 de novembro de 2015) como exemplo dessa preocupação foi realizado o III Encontro de Professores de Educação Física, organizado pela Associação dos Professores de Educação Física da Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro, em 1972.

Dentre as recomendações aprovadas, destaca-se a proposta de criação dos Conselhos Regionais e Federal de Educação Física, com o seguinte registro deliberativo que transcrevemos a seguir:

“4º. Tema: Conselhos Regionais e Federal dos Titulados em Educação Física e Desportos:1) É de interesse dos titulados em Educação Física e Desportos a criação dos Conselhos Regionais e Federal, reguladores da profissão.2) O código de Ética profissional é fundamental para as relações de trabalho entre os titulados em Educação Física e Desportos, tanto na área particular, como na oficial.3) Os participantes do III Encontro dos Professores de

Educação Física, ratificam o trabalho que foi executado no encontro anterior, sobre o problema da criação dos Conselhos Regionais e Federal dos titulados em Educação Física e Desportos, e solicitam providências junto às autoridades do executivo e legislativo federal” (www.confef.org.br, recuperado em 10 de novembro de 2015)

Foi somente em meados dos anos de 1980, que houve a materialização de ações para a busca de aprovação do projeto de regulamentação da profissão junto ao Poder Legislativo, questão debatida e acompanhada pela categoria profissional, tendo como espaço fundamental os Congressos Brasileiros de Educação Física que passam a ser realizados, de acordo com o CONFEF

“Algo debatido e discutido desde os anos 50 em diversos eventos, pelos formadores de opinião, pelos notáveis da área e pelas IES, tendo se transformado em ação efetiva apenas a partir da década de 80, quando então encontramos a questão da regulamentação profissional sendo efetivamente debatida e ações concretas dinamizadas”. (www.confef.org.br, recuperado em 10 de novembro de 2015)

Como veremos no item seguinte, a forma de condução do processo associativista das APEF e da FBAPEF é questionada e tensionada, e a realização dos congressos expressa o caminho percorrido em busca da revitalização e democratização da participação dos profissionais em suas entidades representativas onde a busca pela regulamentação profissional se reafirma e reforça o significado da construção coletiva feita pela categoria profissional.

A fase de redemocratização e de retomada do movimento associativista e a realização dos congressos da FBAPEF: embates, lutas e conquistas em torno da regulamentação da profissão.

Como já sinalizamos, a década de 1980 expressa a fase de revitalização da FBAPEF, tendo como liderança Inezil Pena Marinho, que leva a diante a proposta de uma Educação Física de criação nacional (sendo a capoeira escolhida como “método nacional”) e com prioridade para a regulamentação da profissão. O percurso para a aprovação da regulamentação da profissão teve seus percalços. Em 1985 o projeto chega a ser aprovado pelo congresso nacional, mas é vetado pelo presidente da República José Sarney, a despeito do Presidente do CND se mostrar favorável ao responder a solicitação de consulta do Ministério do Trabalho e este emitir posição desfavorável ao pleito dos profissionais de Educação Física de regulamentar a profissão. Apenas nos anos de 1990 é que a retomada para aprovação ocorre.

Outra questão importante a pontuar é que, foi também no início desta década a fundação da APEF de Minas Gerais (MG), que assumiu o modelo de organização em núcleos municipais. Em 1984 um dos marcos desta APEF juntamente com a FBAPEF foi a elaboração da Carta de Belo Horizonte que retomaremos no item seguinte. Na sua essência esta Carta:

“(...) reforçou o suporte da ética como base da regulamentação profissional e a necessidade de um desenvolvimento da Educação Física brasileira apoiado em bases educacionais e de pesquisas científicas. Este documento de produção coletiva foi gerado em proveito de uma articulação entre o Movimento Esporte para Todos e a nova Federação das APEF. Outro resultado deste apoio mútuo foi a criação de APEF nos Estados brasileiros ainda não cobertos por tais entidades”. (Anexo I, FBAPEF & APEFMIG, 1984),

Fazendo uma interpretação do desenvolvimento do associativismo nos anos de 1980, Sartori (2005) destaca que, a proposta de regulamentação e a busca de representatividade no contexto nacional comportaram avanços e

retrocessos, no que se refere á tentativa de mobilização dos profissionais de Educação Física como vemos em Sartori (2005, p. 787):

“Basicamente o conflito estabeleceu-se entre defensores da possibilidade de existência de uma categoria profissional específica e defensores da proposta de esvaziamento do movimento das APEF em face ao atrelamento ao movimento sindical. Confere-se ainda que neste período, havia APEF em funcionamento em quase todos os estados brasileiros. Entretanto, ao final da década e início dos anos de 1990, em virtude da derrocada do primeiro projeto de lei que visou a regulamentação da profissão, identificou-se um esvaziamento no movimento das APEF, resumindo sua existência às associações que sobreviviam do desconto em folha e que ainda realizavam eventos”.

Com o objetivo de dar visibilidade aos conflitos e embates, que se estabeleceram no processo de reconstrução democrática do movimento associativista, a partir de meados dos anos de 1980, apresentaremos no item seguinte elementos que configuram, por um lado a oposição à forma de condução política da FBAPEF e por outro, representaram uma retomada do processo de participação e organização da categoria profissional junto à entidade, principalmente no espaço dos congressos, mas que convergiram na luta pelo reconhecimento social e pela regulamentação da profissão no Brasil. Cabe esclarecer como veremos adiante no congresso específico que aprova a regulamentação da profissão que estes pontos de convergência se referem à busca de organização profissional que se direcionasse para a afirmação da identidade profissional.

Sementes da revitalização do processo de democratização do movimento associativista na Educação Física.

“A carta de Belo Horizonte”

Algumas referências são importantes, para permitir a compreensão e a explicação sobre a criação e o desenvolvimento das organizações profissionais, na área da Educação Física. Dessa forma, como já dito, identifica-se a década de 1980 como uma parte importante para a história da profissão.

É relevante, para a abordagem correta dos seus aspectos políticos e ideológicos, apreenderem o significado de suas particularidades, como o do processo organizativo da categoria que tem vínculos estreitos com a trajetória da vida política no país.

Associações e sindicatos sofreram ao longo da história diversas influências, e empreenderam ações às vezes conjuntas, às vezes separadas. A proposta de unicidade sindical, que ganhou força nos anos 1980, foi uma das situações que colocou em risco a sobrevivência da associação, questão que será mais bem esclarecida em outro momento. Pela característica de uma associação, de sua independência do Estado, podemos dizer que nos diferentes sistemas políticos, esta sobreviveu mesmo na época da ditadura, não ocorreu intervenção arbitrária que promovesse sua extinção, ao contrário, funcionou como um guarda-chuva abrigando, por exemplo, os servidores públicos federais que estavam proibidos de se representarem através de sindicatos. Tal afirmativa, ganha reforço como se vê em Boschi (1987, p. 71):

“É quase senso comum que, sob a vigência de regimes autoritários, dado o alto grau de coerção, a vida associativa tenderia a retrair-se. A observação do processo associativo brasileiro durante o regime militar como um todo fornece evidências contrárias a esta suposição. Tal como ressaltado em alguns estudos, verificou-se, principalmente a partir dos anos 70, um surto associativo de amplas proporções, não

só entre os empresários industriais, mas também nos setores médios e outros segmentos sociais”.

No que se refere aos profissionais de Educação Física, o associativismo representou um viés interessante, se adaptando às diversas situações, sofreu solução de continuidade, passou por momentos de baixa participação, mas também, realizou Congressos, que além de um volume considerável de profissionais obteve também boa representatividade dos diversos estados brasileiros. Certamente as sucessivas crises em diversas décadas: regime militar (a partir de 1964); milagre brasileiro (início dos anos 70); nova república (a partir de 1985), de uma forma ou de outra, interferiram nas condições de organização da categoria, que adotou o modelo extra-corporativo.

Ao tratar de associações torna-se imprescindível delinear o seu significado teórico na realidade brasileira. Boschi (1987, p. 62) ao se referir à estrutura corporativa, acrescenta características inerentes a este formato, qual seja, organizada em moldes funcionais e hierárquicos sob a tutela do estado, implantada nos anos 1930, obedece aos requisitos de uma legislação específica, pelo princípio da unicidade sindical, obrigatoriedade da contribuição financeira, independente de filiação, e chama de associações extra-corporativas, aquelas organizadas em âmbito nacional de forma autônoma, sendo a filiação e a contribuição de caráter voluntário, funcionando à margem do sistema oficial.

A mencionada organização de Educação Física criada em 10 de dezembro de 1946, de caráter associativista, incorporou os requisitos citados por Boschi na sua segunda formulação. O formato sindical não foi gerado, o que foge às características comuns das demais representações de outras categorias.

Enfocando então o interesse dos profissionais de Educação Física, ou seja; seus anseios enquanto profissão, é importante também observar outros interesses externos interagindo e contribuindo com o desenho da trajetória das estratégias associativistas. Havia no Brasil desde 1973 a preocupação com a democratização da prática das atividades físicas e esportivas que se traduzia na sigla EPT – “Esporte para Todos” que segundo Cavalcanti (1984, p. 15) “O

conceito Esporte para Todos foi formulado pela primeira vez em 1966, pelo Conselho da Europa, com a preocupação de promover o esporte na perspectiva da educação permanente e do desenvolvimento cultural.” A autora informa ainda, que enquanto movimento, surgiu na Noruega em 1967. Importa dizer, que no Brasil a exemplo da maioria de outros países que desenvolveram o esporte chamado não-formal, procurou implantá-lo em âmbito nacional. A autora cita o “Plano Nacional de Educação Física e Desportos (Brasil, MEC, 1976) que assim define: “centrou sua preocupação em desenvolver a aptidão física da população brasileira e em oferecer alternativas para a ocupação do tempo livre”. (Cavalcanti, 1984, p. 36). Considerando que o Brasil estava em busca da fundamentação teórica para o esporte não-formal, o quadro das necessidades do país veio ao encontro das necessidades da organização dos profissionais da Educação Física.

Como exemplo ilustrativo evidenciou-se que, percorrido mais de meio século, após a formatura da primeira turma de Educação Física, os profissionais da área, se organizaram, sempre em busca de variados objetivos. Vários eventos se consolidaram, e como mencionamos no item anterior, dentre tantos, destacamos o II CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPORTE PARA TODOS, realizado em Belo Horizonte, em julho de 1984. Durante este evento foram realizadas as reuniões plenárias das Associações de Professores de Educação Física – APEF, tendo ocorrido a eleição da Diretoria da Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física – FBAPEF. Na ocasião, foi elaborado um documento por expoentes da Educação Física, A CARTA DE BELO HORIZONTE (1984) onde se aborda 13 temáticas importantes, com sugestões para cada uma delas. Dentre estas temáticas ressaltamos o VIII item, "MOBILIZAÇÃO E ASSOCIATIVISMO EM EDUCAÇÃO FÍSICA" que diz:

“Considerando-se: que foi bastante longo o período em que grandes contingentes de profissionais estiveram alheios à participação dos problemas da classe; - que os profissionais não estão organizados para a reivindicação dos seus direitos, sugere-se: - que se promova ampla e permanente mobilização de professores e alunos em torno das Associações de Professores de Educação Física (APEFs), sindicatos, representações estudantis e outras formas de associativismo” (Anexo I, FBAPEF & APEFMIG, 1984)

Também consideramos importante destacar o III item que trata da relação entre a Educação Física e a Ética Profissional, onde sugere-se que:

“Todas as ações e relações entre os profissionais da Educação Física brasileira, e desses profissionais com a sociedade, na prestação de serviços, tenham como referencia a ética; que se criem meios para debate e reflexão, dos profissionais de Educação Física entre si e com a sociedade, para o desenvolvimento de um código de ética profissional da Educação Física”.

Como veremos no próximo capítulo, o caminho percorrido em torno da construção do código de ética profissional da Educação Física se inicia logo após a aprovação da Lei de regulamentação profissional em 1998, onde destacaremos a sua última versão publicada em 2015.

Além disto, mais adiante, o Conselho Federal de Educação - CFE - estabeleceu a Resolução 03/87 reconhecendo que os cursos superiores de Educação Física, teriam dois tipos de formação: *licenciatura* e *bacharelado*. É verdade, que mesmo antes desta divisão curricular, estes profissionais já ocupavam o mercado de trabalho, nas redes de ensino e fora da rede de ensino (clubes, academias, clínicas e iniciativas autônomas, além de outras modalidades). Após a resolução, os possuidores do título de bacharel, somente poderiam exercer seu trabalho fora da rede de ensino, aos possuidores do título de licenciatura, poderiam atuar na rede de ensino e fora da rede de ensino. Esta situação explica em parte o problema da inserção destes profissionais no mercado de trabalho. Basicamente, o tipo de conhecimento

para estas intervenções profissionais eram praticamente as mesmas, conforme o relator do processo Mauro Costa, externou em seu parecer.

Os profissionais que fazem parte da rede de ensino se vinculam aos sindicatos dos professores. Como já vimos, esta vinculação ocorre em sindicatos diferentes pelo local de trabalho (Federal, Estadual, Municipal e Particular), caracterizando já aqui, ações diferenciadas e até mesmo, às vezes, conflitos.

Os profissionais fora do sistema escolar se vinculam também a estes sindicatos, porém de forma espontânea, outros sindicatos que abrigavam trabalhadores dos clubes, advogavam para si a representação dos profissionais de Educação Física já que não havia sindicatos exclusivos dos profissionais de Educação Física fora do sistema escolar, a não ser dos donos de academia. Parte destes profissionais se vinculava também às associações, configurando então a dupla filiação. Outra variável que vale a pena destacar, se refere aos profissionais que detinham vários empregos para suas sobrevivências, e neste sentido, se este profissional optasse por todos os sindicatos, teria que contribuir para pelo menos três sindicatos. É importante ressaltar, que as associações abrigavam os profissionais que se vinculavam a diversos sindicatos, porém o inverso não é verdadeiro. A Associação se tornava então um espaço comum para os profissionais que se originavam de diversos sindicatos.

Verifica-se então que os profissionais de Educação Física, ao longo de sua existência enquanto categoria organizada estabeleceram metas, para alcançar suas aspirações

A Educação Física por possuir representações diferentes, ou seja: entidades de naturezas diferentes, ansiava por uma forma de organização que, de fato representasse sua autonomia frente a diversas categorias profissionais, e mais, que também se tornasse autônoma em relação à tutela do estado. A tutela do estado se configurava de diversas formas: - por imposição de políticas, através de leis, medidas provisórias, poder econômico, na promoção de eventos, projetos, prêmios, - no cerceamento de ações por mecanismos de órgãos reguladores governamentais. Este anseio da categoria recebeu

diversas interpretações pelos próprios profissionais da área: alguns afirmavam que os anseios escondiam intenções pouco nobres, outros, afirmavam que os anseios eram legítimos e plenamente justificados.

Considerando que a eleição da Diretoria da Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física – FBAPEF ocorrera em um evento governamental e por isso suscitava controvérsias no seio da categoria, o fato gerador foi positivo, tornando-se este fato histórico importante como uma semente que veio a germinar e fortalecer o movimento associativista de forma democrática, sucedendo nos anos subsequentes os congressos da FBAPEF.

No início dos anos de 1980 resgata-se a Federação Brasileira das Associações dos Professores de Educação Física - FBAPEF. Mediante uma atuação dinâmica e democrática motiva o surgimento de Associações de Professores de Educação Física – APEFs, em praticamente todos os Estados da União.

Nos Estados do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de Santa Catarina, de Minas Gerais, de São Paulo, dentre outros, ao longo da década de oitenta, as APEFs promoveram diversos Congressos. O objetivo era discutir os rumos da profissão. A necessidade de consolidar e conquistar a regulamentação recebeu aprovação em todos os estados.

Podemos demarcar que a segunda fase teve início na reunião entre os diretores, professores e estudantes de Escolas de Educação Física, realizada no dia 22 de novembro de 1983, na FUNCEF, em Brasília-DF, cujo propósito foi discutir sobre a problemática da atuação profissional em Educação Física, visando a criação de um órgão orientador, disciplinador e fiscalizador do exercício profissional.

Nesta reunião, coordenada pelo Prof. Benno Becker, à época, membro da Comissão de Pesquisa em Educação Física e Desportos do MEC-COPED, diretor das escolas de Educação Física da FEEVALE, Novo Hamburgo, RS, e secretariada pelo Prof. Laércio Pereira, o Prof. Benno apresentou um projeto elaborado, tendo como base os projetos de conselho regionais e federais da psicologia e medicina. Após discussão e debate, o projeto de lei foi aperfeiçoado.

Chegaram ao acordo, que a proposta seria de criação de Conselho dos Profissionais de Educação Física. Nesta oportunidade todos os presentes foram alertados a respeito da tramitação que o projeto teria na Câmara dos Deputados e da necessidade de cada um mobilizar os representantes políticos de cada estado, para a defesa e o acompanhamento do projeto. Designaram os Professores Benno Becker e Antônio Amorim para encaminhamento do projeto de lei ao Poder Legislativo.

O Projeto, já aperfeiçoado, foi apresentado pelo Prof. Benno Becker no encontro de diretores e/ou representantes de Escolas de Educação Física do Brasil, encontro este comemorativo dos cinquenta anos das Escolas de Educação Física da Universidade de São Paulo, cuja comissão executiva dos festejos era presidida pelo Prof. Walter Giro Giordano, quando na realização do debate sobre os temas “Criação de Conselhos Federal e Regionais de Educação Física” e “Regulamentação da Profissão”, realizado no dia 16 de março de 1984, às 15 horas, na sede da Escola de Educação Física na Universidade de São Paulo.

Do ano de 1984 em diante, iniciou-se de fato, ações concretas para a regulamentação da profissão.

A FBAPEF, que estava desativada, é resgatada quando durante o II Congresso de Esporte Para todos – EPT, na cidade de Belo Horizonte, em julho de 1984, é realizada a Assembléia Geral da FBAPEF e eleita a diretoria para reiniciar a gestão da entidade. Nesta ocasião dentre alguns pontos, é discutida a questão da regulamentação da profissão e deliberado que a entidade deve envidar todos os esforços nesse sentido. O Prof. Dr. Inezil Penna Marinho por delegação da FBAPEF para tratar da legalização da profissão informa sobre a impossibilidade de se criar Ordem ou Conselhos de professor de Educação Física, em razão de ser esta, substantiva da função de Professor. Segundo o jornal da APEF-DF de maio de 1985, quando foi entrevistado para responder a pergunta sobre a localização do projeto, este responde que:

“devido a entraves peculiares no Ministério do Trabalho, ou mudanças governamentais, greves, o processo resolveu adormecer em alguma gaveta (...) O Ministério do Trabalho para regulamentar uma classe profissional está sujeito a regras e leis. A primeira é que a lei não autoriza órgãos de classe com denominação de adjetivos. É preciso, para que os profissionais de Educação Física tenham a sua ‘ORDEM OU CONSELHO FEDERAL’, que disciplinem e defendam seus interesses profissionais, quando se tornarem uma profissão substantiva, como por exemplo ocorreu com os Biólogos, que criaram o seu Conselho Federal de Biologia (...) e para regulamentar a profissão o nome Professor de Educação Física deverá ser mudado”. (Anexo I, APEF-DF 1985, p. 3)

Então, o eminente Professor propõe que seja modificado o nome designatório de nossa atividade profissional para “*Cineantropólogo*”; “*Antropocinesiólogo*”; “*Kinesiólogo*” ou “*Antropocineólogo*”. A categoria foi consultada, e eles não concordaram com a mudança do termo. Culturalmente e tradicionalmente, a designação do profissional nas intervenções na área dos exercícios físicos e desportivos, é Professor de Educação Física. Identificado o impasse, surgiu a proposta de designarmos o interventor como “Profissional de Educação Física”. A designação foi aceita para vencer o impasse legal. Desta forma, passou-se a defender a regulamentação do Profissional de Educação Física.

Paralelamente, em 1984 foi apresentado o Projeto de Lei 4559/84 (Brasil/Leis-legislação, 1984) pelo Deputado Federal Darcy Pozza à Câmara dos Deputados. Dispunha sobre o Conselho Federal e os Regionais dos Profissionais de Educação Física, Desporto e Recreação. Foi, oficialmente, o primeiro projeto de regulamentação da profissão.

Em praticamente todas as instâncias deliberativas, até então, das APEFs e nos Congressos da FBAPEF, as decisões eram sempre no sentido da luta pela regulamentação. De acordo com o trâmite do projeto de apresentação de propostas para apresentação de substitutivos.

O Projeto de Lei nº 4559/84 (Brasil/Leis-legislação, 1984) foi aprovado pelo Congresso Nacional, em dezembro de 1989, sendo vetado pelo Presidente da República, José Sarney. Isso ocorreu no início do ano de 1990, baseando-se em parecer exarado pelo Ministério do Trabalho:

“O profissional de Educação Física é, antes de mais nada, professor e instrutor, estando, na maioria das vezes, ligado a um estabelecimento de ensino, naquela qualidade. Com a expansão do esporte no Brasil, ele vem sendo chamado a instruir equipes para competições internacionais. Pra tanto, está adstrito às normas específicas e sob supervisão do Conselho Nacional de Desporto. Em havendo esta estrutura administrativa, não se justifica, a nosso ver, a criação de um Conselho próprio, a exemplo dos órgãos fiscalizadores de profissão, o que viria a individualizá-la, o que não achamos oportuno, e o que não traria benefícios concretos aos profissionais”. (Governo Federal/Mensagem nº 11, 1990. P. 438)

Com este texto contido na mensagem nº 11, o Senhor Presidente José Sarney finaliza assim, a mensagem: “Estas as razões pelas quais resolvi vetar totalmente o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do congresso Nacional”. Assim, foi assinada esta mensagem em 5 de janeiro de 1990.

Em razão dessa decepção, as APEFs entram em colapso. O processo de desativação ocorreu inclusive no congresso da FBAPEF de 1990 na cidade de Belém do Pará.

Outras sementes do processo de democratização do movimento associativista na Educação Física

O 1º Encontro Nacional dos Professores de Educação Física

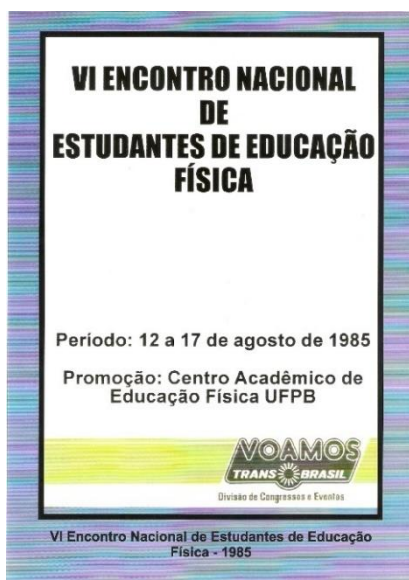


Figura 1 – VI Encontro Nacional dos Estudantes de EF – ENEEF.

Fonte: Centro Acadêmico de Educação Física UFPB, João Pessoa - PB. 1985.

Continuando a tarefa no sentido de dar maior compreensão da linha do tempo, referente ao movimento, é importante registrar a ocorrência de alguns eventos organizados por professores e alunos de Educação Física que contribuíram para fortalecer o movimento institucionalizado da FBAPEF. Estes acontecimentos nos permitem entender melhor o seqüenciamento dos fatos. Os primeiros alunos recém-formados que participaram do movimento chamado Encontro Nacional dos Estudantes de EF – ENEEF, ao se tornarem profissionais, sentiram falta de uma organização de caráter nacional que promovesse discussões entre os pares. A partir desse momento, vários informativos se sucederam e, como será apresentado adiante,

houve também um informativo de parte de profissionais que mantiveram uma organização entre seus componentes. Registramos abaixo o ofício da Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física ExNEEF, (1985), para a chamada para do VI Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física (Fig.1) e, no mesmo caput deste ofício, consta a chamada para o 1º Encontro Nacional dos Professores de Educação Física:

“Colegas: A Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física, através de sua regional Alagoas (C.A. 1º de Novembro); vem, através deste comunicado, divulgar a todos os estudantes e professores de Educação Física do País, a realização do VI Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física e do 1º Encontro Nacional dos Professores de Educação Física – EBEPEF, a se realizar de 08 a 12 de julho, em João Pessoa PB, na UFPB”. (Anexo I, VI ENEEF, 1985, s.p.)

Conforme se verifica no próprio ofício, o registro manual altera a data para o período final da 1ª quinzena de agosto. No teor do ofício, informa o tema que seria tratado no Encontro dos estudantes: “Perspectivas de uma Nova Prática” e no encontro do 1º EBPEF: “Regulamentação da Profissão e Organização das Entidades de Professores”. É válido notar que o chamamento aos alunos se caracterizava como um encontro já consolidado e aos professores, assim se justificava:

“(...) já o Encontro de professores é mais recente, nascido do desejo da categoria de discutir os seus problemas, de questionar a Educação Física, e de abrir novos caminhos para a organização dos professores de Educação Física no Brasil. Seu mérito é estar sendo articulado por diversas entidades e grupos de professores do País, com o apoio dos estudantes, numa demonstração de que a categoria está crescendo em termos de conscientização e organização”.(Anexo I, VI ENEEF, 1985, s.p.)

Assim, em um dos Encontros de Estudantes – ENEEF realizado em João Pessoa, promoveram (Anexo I, ExNEEF, 1985) o I Encontro Brasileiro de Professores de EF. Havia muitas dúvidas sobre a profissão, pelo que se depreende das propostas aprovadas, que passamos a apresentar:

Resoluções Aprovadas no 1º Encontro Brasileiro de professores de Educação Física - EBPEF

As resoluções aprovadas deliberaram a favor de:

- Reformulações dos estatutos das APEFs, passando por fóruns democráticos com ampla discussão da categoria.
- Abertura de votos aos estudantes associados com legislação permissiva, de acordo com a realidade de cada Estado.
- Pela não associação de “LEIGOS” nas APEFs.
- Realização de um amplo trabalho de regionalização em interiorização, com criação de sub-sedes das APEFs Estaduais, para atingir a categoria em todo o Estado.
- Unificação das diversas APEFs de um mesmo Estado.
- Busca de nova dinâmica de consulta às bases e de mobilização da categoria, trazendo professores e estudantes para a entidade.
- Que as APEFs encaminhem o debate sobre todos os temas que dizem respeito à Educação Física, e à mobilização, em termo das reivindicações levantadas pela categoria.
- Maior intercâmbio e integração das APEFs do País.
- Maior abrangência do trabalho das APEFs, articulando-se com outras entidades do magistério, e com o movimento sindical como um todo.
- Redefinição das funções do CND e CRD, para que eles fiscalizem o exercício da profissão.
- Que seja revogada a lei que institui o curso profissionalizante em nível de 2º grau, formando técnicos em Ed. Física e técnicos esportivos, por entender que o número de formandos das faculdades de Educação Física atende ao mercado de trabalho e que nos locais onde haja maior necessidade de mão de obra sejam criadas faculdades mantidas pelos governos ou por fundações particulares.
- Que seja implementada a Educação Física desde a pré-escola por professores de Educação Física com licenciatura plena.

- Que se tornasse pública a portaria 3654/24/11/77 do Ministério do Trabalho, que regulamenta e inclui a Educação Física na classificação brasileira de ocupações, através de um documento de consulta ao Ministério do Trabalho encaminhado pela Comissão Executiva do respectivo Encontro.
- Que o projeto de reformulação dos cursos de Educação Física que se encontra no momento para ser vetado em nível de Conselho Federal de Educação, apresentado pela Secretaria de Educação Física e Desporto–Ministério da Educação (SEED-MEC) retornasse para ser discutido em nível Nacional, por todos os professores e estudantes de Educação Física, e que depois de ser analisado e, ou reformulado, seja novamente examinado pelo referido conselho, sendo informadas as possíveis modificações subsequentes.
- Que o vestuário esportivo (necessário), utilizado pelos alunos nas aulas de Educação Física, seja reconhecido como material escolar e, como tal, redistribuído pela FENAME.

Reconhecendo o documento acima como propositivo, foi também aprovada a “Moção de Repúdio” contra a decisão da secretaria de Educação do estado do Paraná como se verifica:

“Contra a decisão da secretaria de Educação do estado do Paraná, que retirou arbitrariamente os exames médicos-biométricos das Escolas Estaduais sem consultar os professores de Educação Física nem o Conselho Estadual de Medicina”.(Anexo I, EBPEF, 1985)

Por esse documento, percebem-se, visivelmente, as preocupações de seus participantes: as proposições de alterações dos estatutos das APEFs e o seu fortalecimento; reformulações de órgãos governamentais, tais como o Conselho Nacional dos Desportos – CND; eliminação de cursos específicos de Educação Física em nível de segundo grau; a divulgação da portaria do Ministério do Trabalho que regulamenta e inclui a Educação Física na classificação brasileira de ocupações; as questões curriculares; a fiscalização da profissão pelo Conselho Nacional do Desporto. Os participantes do evento,

sabedores do encontro programado pela Federação Brasileira dos Profissionais de Educação Física – (FBAPEF), 1985 em Brasília para o mês de setembro e no mesmo ano, forma uma comissão composta por dois professores e alunos para levarem o texto aprovado no sentido de contribuir para com o movimento. Em relação ao documento do VI Encontro dos Estudantes, boletim nº 3 (anexo I, ENEEF, 1985), em que versou sobre o conteúdo dos trabalhos apresentados, destaca-se um dos pontos abordados sobre mercado de trabalho após a exposição do Professor Paulo Rubem:

“(...) com respeito a criação dos Conselhos Regionais houve divergências sobre a divisão ou não da categoria dos professores, já que existem sindicatos de professores e os Conselhos poderiam de certa forma isolar os professores de Educação Física. No entanto, também foi levantada a necessidade da existência desses Conselhos para que haja fiscalização no exercício da profissão. Então, a função dos Conselhos deve ser a de levantar os problemas da Educação Física e usar a força dos sindicatos quando a necessidade exigir uma atuação política intensa”. (Anexo I, VI ENEEF, 1985, s.p.)

No dia 11 de setembro de 1985 (Anexo I, FBAPEF, 1985) houve a abertura do evento, contando com a participação do presidente da FBAPEF, o Sr. Valter Giro Giordano diversos presidentes de APEFs estaduais, autoridades governamentais (Presidente do INEP, Presidente do CEDATE (Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação do Ministério da Educação), professores representando a SEED, tendo sido convidado inclusive o sr. Ministro da educação que não pode se fazer presente. Após a abertura, o presidente da APEF do estado da Paraíba e também presidente da Regional Nordeste, professor Ivaldo, apresentou os componentes da comissão representativa do IV ENEEF e I EBPEF. Houve um impasse sobre a presença dos membros da comissão e encaminhou-se que poderiam participar das reuniões, porém, sem direito às intervenções. Havia desconfiança de que os membros da comissão eram inimigos, pois diziam que faziam um movimento

paralelo às instâncias da FBAPEF. No entanto, o professor Ricardo, de São Paulo, membro da comissão, entregou o documento originário do evento do I EBPEF e fez os esclarecimentos. O fato é que, após essa reunião em Brasília, a FBAPEF promoveu seu I Congresso na cidade de Tramandaí, no Rio Grande do Sul (Anexo I, FBAPEF, 1986). Foi um fato histórico, pois até então a instância máxima deliberativa era o Conselho formado pelos presidentes das APEFs estaduais. Vale ressaltar o folheto da Associação dos Professores de Educação Física circulou entre os professores da APEF-RS e se intitulava, “OPOSIÇÃO APEF/Rs”, pois fazia menção ao congresso de Tramandaí e assim, o folheto da APEF-RS, trazia os seguintes chamamentos:

“É importante que Professores e alunos organizem-se na mobilização de uma Frente de Oposição à política atual da diretoria (...) Em função do programa apresentado, estamos chamando uma Frente de Oposição com todos que estão contra a política da atual diretoria. Convocamos os companheiros a participar da primeira Assembleia da Oposição que se realizará após a Plenária de domingo (Abertura do Congresso). Como plataforma mínima apresentamos: - Contra o imobilismo. Por uma entidade combativa, que organize os professores para a luta! – Fora o burocratismo da entidade! Por uma APEF democrática, onde quem decida sejam as bases! Por uma grande mobilização nacional pela regulamentação da profissão! – Fim à exploração da categoria! Por um piso salarial de 2,5 salários mínimos”. (Anexo I, APEF-RS, 1986)

Considerando que esse documento aborda as especificidades da APEF-RS, registra-se, aqui, outro documento, da APEF-RS, porém este se refere a FBAPEF. Havia intensa mobilização para atuação no movimento “APEFIANO”, pelo que se depreende em tais documentos que objetivavam alcançar vários professores que estavam insatisfeitos com as suas respectivas diretorias. Tinham a intenção de fazer valer seus pontos de vista diante da pauta estabelecida pelas respectivas entidades. No caso do documento da APEF-RS, referente a FBAPEF, verifica-se:

“Em dezembro, após constatarmos a necessidade de realizar uma reunião dos professores que se opõe à atual diretoria da FBAPEF, encaminhamos correspondências aos companheiros de vários estados (...) A indefinição da diretoria da FBAPEF abre caminho para uma influência mais decisiva dos professores e das APEFs que se opõem à atual política da FBAPEF. (...) E é exatamente na definição da pauta que devemos introduzir determinados itens que garantirão um avanço maior da democratização da FBAPEF e uma possibilidade maior de influência dos setores de oposição na definição da política a ser seguida pela entidade. (...) A seguir listaremos os pontos que discutimos em nossa reunião em Porto Alegre como importantes de serem incluídos na pauta do conselho. I – Critérios para eleição de delegados. (...) II – Reforma estatutária. (...) III – Pauta do Congresso. (...) IV – Sugestões para o regimento interno do Congresso”. (Anexo I, APEF-RS, 1986)

Em relação ao ponto “Pauta do Congresso”, foram considerados importantes a definição sobre política sindical, educacional, nacional e de governo, sendo acrescentado o ponto pelos líderes do movimento Encontro Brasileiro de Professores de Educação Física - EBPEF, “Definição de um plano de lutas da categoria onde entrariam as discussões de regulamentação da profissão, mercado de trabalho, etc.” (Anexo I, EBPEF, 1986), Já o documento, “Relatório II EBPEF/CONSELHO DE ENTIDADES FBAPEF JUL/86”, (Anexo I, EBPEF, 1986), emitido pelos líderes do movimento Encontro Brasileiro de Professores de Educação Física, conforme observação final, houve o pedido de desculpas pelo atraso para sua circulação e solicita a todos que estiveram nesse encontro na cidade de Curitiba, capital do Paraná, no período de 18 a 22 de julho de 1986, que divulgassem entre os professores e estudantes de seus respectivos estados. Tal solicitação tinha razão de ser não somente pela simples divulgação, mas porque o evento não mais aconteceria, pois várias pessoas reiteradamente questionavam a falta de comunicação do encontro às APEFs e Instituições de Educação Física, pois tais pessoas não sabiam o

porquê desse encontro e o porquê da existência de um movimento em oposição a FBAPEF e as APEFs.

Nesse sentido, os organizadores do evento EBPEF (1986) resolveram acabar com a instância “EBPEF” como se verifica na afirmativa:

“Foi então que decidimos que a partir de então o “EBPEF” deixaria de existir com esse nome, passando a constituir-se de forma clara num espaço de organização dos setores que se opõem à política desenvolvida pela FBAPEF e pela maioria das APEFs.” (Anexo I, EBPEF, 1986)

Ainda neste EBPEF (1986) foi feito o relato do Conselho de Entidades da FBAPEF realizado na cidade de Belo Horizonte no período de 24 a 26 de julho, contando com a presença das APEFs: “MG, DF, SE, AM, SC, SP, PR, PA, PE, RJ, PB, CE, RS, MT, MS e ES”, e também alguns militantes, agora denominados “Movimento de Oposição à Diretoria da FBAPEF” (Anexo I, MODF, 1986). Durante a realização do Conselho, foram discutidos vários assuntos entre os quais merece destaque:

“a regulamentação da profissão; regimento eleitoral 86/87; homologação do novo estatuto; atuação do professor de Educação Física na pré-escola e 1 a 4 séries; inclusão de um artigo relativo à Educação Física na Constituição brasileira.”

Nesse Conselho, a eleição da diretoria provisória da FBAPEF foi antecedida de muitas discussões quanto às interpretações sobre os critérios eleitorais, do estatuto da FBAPEF. Segundo os militantes da oposição, MODF (1986a) que desejava inscrever uma chapa, encaminharam um documento à mesa do Conselho, solicitando a retirada da chapa, informaram que: “Como havíamos decidido durante o Encontro de Curitiba, não deveríamos participar de um processo onde regras mínimas de democracia não fossem garantidas”. (anexo I, MODF, 1986a)

Sucederam vários documentos que circularam pelo país pelo grupo que se intitulava progressista e de oposição à política desenvolvida pela

FBAPEF e pela maioria das APEFs, documentos estes que repetiam argumentos sobre a inoperância dos dirigentes da FBAPEF, assim como a falta de democracia. Apesar das críticas, o boletim de oposição nº 13, (anexo I, MODF, 1986b) “Educação Física já”, considera que a proposta aprovada no I Congresso da FBAPEF facilitou a participação dos professores e alunos em torno do projeto de criação dos Conselhos, apesar das limitações que a categoria enfrentaria na tramitação deste projeto no Congresso Nacional e que seria esta a última oportunidade de garantir à categoria a possibilidade de conhecer o conteúdo do projeto e propor emendas, e com o título “a luta começou” (Anexo I, MODF, 1986c) explicita: “Quem não gostaria que a nossa profissão fosse regulamentada? Acreditamos que ninguém. Ou talvez muito poucos.” Mas considera que essa discussão precisa ser ampliada, e que, com a proposta aprovada em Tramandaí, o objetivo é superar as limitações dessa discussão. Em junho de 1987, o grupo de oposição MODF (1987a) emite o comunicado: “Um Programa para a FBAPEF II Congresso – Fortaleza”, com os seguintes subtítulos: porque elaboramos esta tese?; o que será o II congresso?; nem tudo está perdido; estatuto; política educacional; regulamentação da profissão; situação profissional; constituinte; reestruturação da FBAPEF. O MODF (1987a, s.p.) chama a atenção para o conteúdo dado no subtítulo “regulamentação da profissão”, em que se noticia que o projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e passa a tramitar no Senado, mas considera que a maioria dos professores desconhece a existência de seu conteúdo e afirma:

“Aprová-lo, sem que isso signifique um processo de amadurecimento é uma temeridade. Mais temerosa ainda é a redação do Projeto quando prevê nos artigos 40 e 41 que o primeiro Conselho Federal será eleito pela APEFs, devendo esse indicar os primeiros Conselhos Regionais. Se falarmos na pouca legitimidade e ausência de qualquer representatividade da maioria das APEFs, tudo que podemos esperar de suas diretorias nesse caso, será uma generosa troca de gentilezas.” (Anexo I, MODF, 1987a)

A seguir, tece várias considerações sobre a desmobilização dos professores, da ausência de debates promovido pela FBAPEF, da falta de encaminhamento por parte desta referente a resolução aprovada no congresso de Tramandaí. Considera importante a promoção de discussões para que surjam propostas de modificações, para que, ainda no Senado, essas modificações sejam introduzidas e finaliza com a seguinte afirmativa: “Só assim, entendemos, será possível que os Conselhos Federal e Regionais dos profissionais de Educação Física, tenham legitimidade para exercer a função que lhes será delegada. Sendo assim, nada a opor”. (Anexo I, MODF, 1987a, s.p.)

Finalmente, durante a realização do II Congresso da FBAPEF na cidade de Fortaleza, o grupo de oposição (Anexo I, MODF, 1987b, s.p.) emite o seguinte documento que teve como título “A FBAPEF representativa e de luta, você pode construir – reunião aberta para formação de chapa” (...), assim fundamentada:

“Com essa prática nos colocamos em discordância em relação aqueles colegas que hoje dirigem a FBAPEF, a sua prática do monopólio das decisões, do autoritarismo dos debates e da falta de compromisso com as resoluções coletivas, tem contribuído para nos colocar em condições de trabalho cada vez piores”.

Nesse documento, esse grupo conseguiu articular 22 professores distribuídos entre os seguintes estados: Rio de Janeiro, 6 delegados; Rio Grande do sul, 6 delegados e um congressista; Espírito Santo, 1 delegado e dois congressistas; Mato Grosso do Sul, um delegado; Bahia, um delegado; Alagoas, um delegado e dois congressistas; Pará, um delegado.

Esse contingente de pessoas assinou o documento em questão. Ao final do documento, conclama todos os congressistas para a primeira reunião aberta às 11 h, junto à entrada dos alojamentos do ginásio “Paulo Sarasate”, e a segunda reunião para as 16 h30 min no mesmo local. É importante destacar os dois aspectos da condição de participação como delegado ou congressista, pois, na hora da votação, somente votam os delegados, e assim o contingente

maior de delegados, que se posiciona diante de uma proposta, saem vencedores. Importante destacar também que nesse documento ocorreu o chamamento para a discussão da regulamentação da profissão e a responsabilização aos professores de Educação Física para a mobilização para o alcance do sucesso, como se observa:

“Encaminhar a regulamentação da profissão, entendendo que sua aprovação depende da mobilização dos professores de Educação Física e esta depende do conhecimento e da responsabilidade de todos nós sobre o conteúdo do projeto de tramitação.” (Anexo I, MODF, 1987b)

Após o II Congresso da FBAPEF, realizado em Fortaleza, o grupo de oposição emite uma circular com data de 29 de fevereiro de 1988, sobre o assunto, “Circular Finanças” em que aborda dois assuntos importantes: a situação financeira e a ausência de ações por parte da diretoria eleita da FBAPEF. Com esta circular fica claro para o MODF (1988a) que a chapa que representou o grupo de oposição não obteve sucesso, como se depreende,

“(...) No caso da FBAPEF a situação é ainda mais grave. O que pensávamos que seria o momento de avanço da entidade, foi um retrocesso. A Diretoria eleita há mais de 7 meses até o momento não justificou nem mesmo porque teria se candidatado, nem tampouco porque assumiu no II Congresso, a responsabilidade de organizar uma categoria no momento de crise vivido pelo país, principalmente pelos trabalhadores”. (Anexo I, MODF, 1988a)

Evidencia-se, também, nessa circular, aspectos pelos quais a sociedade brasileira estaria passando, no que se refere ao arrocho salarial, desemprego e violência. Lamenta ainda que a Educação Física não tenha especificidades incorporadas pelo movimento sindical, assim como as APEFs “não mobilizam seus professores, não discutem seus problemas” e, ao afirmar que, “Temos mantido um relativo grau de organização, mesmo depois da derrota eleitoral no II Congresso, responsável pela elaboração de 2 boletins – estamos lançando o

terceiro – e pela realização da reunião no Rio”, explica as ações necessárias para a produção de bolsas, camisas e adesivos, no sentido de manter o movimento e também a instituição de uma campanha de contato com militantes e simpatizantes da oposição, para que contribuam com uma determinada quantia estipulada por cada um, prometendo que, a cada boletim, a prestação de contas seria feita. Essa ação se confirma conforme exposto em uma das partes desta circular pelo MODF (Anexo I, 1988a): “Nossa reunião, realizada de 4 a 7 de fevereiro, no Rio, além de decidir sobre muitas formas de ação a desenvolvermos nos próximos meses, decidiu que devemos desenvolver uma intensa campanha financeira, (...)”

Passado algum tempo, verifica-se no “Boletim da Oposição à Diretoria da FBAPEF” (Anexo I, MODF, 1988b) que as finanças do grupo enfrentavam problemas:

“Continuamos com problemas financeiros sérios se levarmos em conta que, conforme decidimos na reunião de fevereiro deveríamos produzir ainda até o Congresso as cartilhas de academias e APEFs independentes, Bolsas, Adesivos o Boletim n. 5. Esperamos que os companheiros regularizem suas contribuições”.

Esse boletim trouxe os seguintes títulos: O que é o Congresso Brasileiro de Educação Física?; Conselho de Entidades; Esporte em dívida com a democracia do Rio de Janeiro; Finanças?. Sobre o congresso, o boletim registra várias indagações para, ao final, conclamar a categoria para participar do evento, afirmando ainda que o Congresso, além de ser o fórum máximo de decisões e deliberações da categoria, presta-se, também, para aumentar o currículo, viajar, conhecer pessoas, confraternizar, obter lazer, atualizar e trocar experiências entre os profissionais.

Quanto ao Conselho de Entidades CE/FBAPEF (1988), aconteceram várias tentativas para sua convocação, que foram infrutíferas, até que, por iniciativa das APEFs do Rio Grande do Sul e Bahia em reunião aberta com os professores na ocasião do Congresso de Tramandaí, houve o contato telefônico com o Presidente da FBAPEF. Foi feito contato telefônico com o

presidente da FBAPEF, o qual alegando problemas pessoais passou o poder a vice-presidente para convocar um Conselho em seu nome.

O CE/FBAPEF (1988) foi então marcado para o período de 20 a 22 de maio, em Ouro Preto FBAPEF (1988) com a seguinte pauta: Avaliação da FBAPEF referente às competências contidas no estatuto respectivamente aos artigos 20, (Da Diretoria coletivamente; 21 (Do Presidente); 22 (Do Vice-presidente); 23 (Vices-Presidentes Regionais); Deliberações do II Congresso Brasileiro (alternativas e solução pelo não encaminhamento das mesmas); Organização do III Congresso Brasileiro; Reformulação estatutária.

No CE/FBAPEF (1988) de Ouro Preto, diante da afirmativa do Presidente da FBAPEF de que o estatuto aprovado pelo II Congresso não foi registrado, houve várias interpretações para esse fato, até que se decidiu pela consideração do estatuto aprovado em Fortaleza, pois foi resultado das discussões da categoria, obtendo sua aprovação no mesmo. Diante dessa nova consideração, as APEFS do Rio e de Santa Catarina, como não realizaram assembleias prévias, perderam o direito de votar no Conselho, ficando as APEFS MG, BA, RS, PE com o direito de voto. Diante da inoperância da diretoria da FBAPEF, e estando presentes apenas dois membros da mesma, foram aprovados os seguintes encaminhamentos pelo CE/FBAPEF (1988) em caráter indicativo:

“O CE enviará, a todos os membros da FBAPEF, correspondência solicitando que enviem a todas as APEFs, relato de suas atividades e sugerindo a renúncia de seus cargos; (...) não permitir uma reforma mais ampla dos estatutos no próximo CE. O próximo CE será realizado em Recife, nos dias 16 e 17, anteriores ao III Congresso” (Anexo I, CE/FBAPEF, 1988)

O comunicado MODF (Anexo I, MDOF, 1988c) “Teses da Oposição à Diretoria da FBAPEF – III Congresso Brasileiro de Educação Física” com os seguintes títulos e subtítulos: “1. Na onda do individualismo e da omissão; 2. Sobre as resoluções do congresso; 3. Academias, garantir os direitos trabalhistas; 4. Regulamentação sem participação não é solução. 5. Formação

profissional: exigir no mínimo, currículo mínimo”, apresenta considerações e críticas.

O primeiro título faz críticas a diretoria eleita da FBAPEF, assim como algumas APEFs, em relação aos descompromissos com as decisões e encaminhamentos do movimento. Faz críticas ao Presidente da FBAPEF: “(...) representa o pensamento do conjunto da chapa liberal-conservadora articulada às pressas para concorrer às eleições, sem um programa amadurecido nas discussões, sem um perfil político de atuação claro”. (Anexo I, MDOF, 1988c) Faz menção ao Conselho de Entidades da FBAPEF na cidade de Ouro Preto – MG, para a superação do imobilismo da atual diretoria da FBAPEF, bem como de algumas APEFs, e construção de uma organização forte, comprometida com as lutas regionais e nacionais dos professores de Educação Física e do conjunto dos trabalhadores, uma entidade que seja representativa e de luta. Chega mesmo a defender a destituição da diretoria da FBAPEF como se depara na afirmativa: “Nesse sentido, a posição indicada no Conselho de Entidades de Ouro Preto, sugerindo a destituição da atual diretoria da FBAPEF é consequente” (Anexo I, MDOF, 1988c). Volta a externar posição sobre a regulamentação da profissão, considerando as diretorias das APEFs arbitrárias e por consequência suas decisões futuras como se depreende: “Não é possível a um movimento que acumulou forças para reivindicar e garantir a eleição da diretoria da FBAPEF em Congresso, deixar a mercê das diretorias de APEFs a possibilidade de eleger o I Conselho Federal de Profissionais de Educação Física”. (Anexo I, MDOF, 1988c)

Passado o III Congresso da FBAPEF, realizado na cidade de Recife, com o título “Manifesto aos professores e estudantes de Educação Física”, (MODF 1988d) obteve-se assinaturas para o manifesto, emitido em outubro de 1988. Constou do manifesto o slogan: “Para acordar a FBAPEF” e ainda, os títulos: “O III Congresso não acha uma saída; O movimento é derrotado” (Anexo I, MODF, 1988). O grupo de oposição manifesta-se sobre o evento, trazendo uma retrospectiva dos últimos acontecimentos, porém, acrescentando as ações do Presidente da FBAPEF, alternando os rumos dos acontecimentos, conforme se verifica:

“Surpreendentemente, poucos dias depois da convocação realizada pelas APEFs, a diretoria da FBAPEF, na pessoa de seu presidente, aparece e convoca outro Conselho para a véspera daquele, com uma pauta completamente diferente.” (Anexo I, MODF 1988d). Relata, ainda, que, em Recife, o Conselho de Entidades, convocado pelo presidente, não acontece em função da falta de quórum, e só no dia seguinte inicia-se o Conselho realizado em turbulenta reunião considerando os itens: aprovação da Comissão de credenciamento, regimento do congresso e a unificação de todos os preços da taxa de inscrição cobrados pelos organizadores. Tais aprovações ocorreram sem a concordância da diretoria: “A diretoria da FBAPEF perdeu todas as posições que defendeu no Conselho e iniciou um ataque frontal, com críticas públicas às decisões tomadas democraticamente neste Conselho.” (Anexo I, MODF, 1988d).

Em função do parecer da comissão de credenciamento de que as APEFs não cumpriram integralmente com as obrigações estatutárias, seus delegados não poderiam votar, tornando o congresso não deliberativo, havendo o posicionamento da diretoria da FBAPEF neste sentido. Diante do impasse e de inúmeras tentativas de negociação, no último dia do congresso, a diretoria ao final da tarde dá por encerrado o III Congresso. No entanto, permaneceram os delegados em discussão sobre tal atitude, quando chega ao recinto o oficial de Justiça comunicando que por decisão da justiça pernambucana, a diretoria da FBAPEF, estava obrigada a instalar o III Congresso da entidade. Este comunicado do oficial de justiça decorreu de ação da delegação da APEFMIG, solicitantes da ação judicial ensejando que os delegados da APEFMIG deveriam ser credenciados para que o Congresso tivesse início.

Com a recusa da direção da FBAPEF, o oficial de justiça instalou o Congresso. Os delegados da APEFMIG iniciaram o credenciamento dos demais delegados, de acordo com as exigências do estatuto, e após essa etapa os presentes deliberaram sobre a convocação de um Conselho de Entidades para final de setembro, além de aprovar, como sede do próximo Congresso, a cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina.

Segundo o “Manifesto aos professores e estudantes de Educação Física”, (Anexo I, MODF, 1988d), a participação de delegados diminuiu do II para o III Congresso: “(...) o II Congresso contou com 150 delegados credenciados e o III Congresso poderia ter credenciado cerca de 80 delegados.” Como se observa, a diretoria da FBAPEF não foi destituída, apesar das deliberações do Conselho, no encontro da Regional Sul da FBAPEF, realizado em novembro de 1988, na cidade de Florianópolis. Nesta ocasião aconteceram discussões para que o Presidente da FBAPEF convocasse o Conselho. Segundo a “Circular da Oposição à diretoria da FBAPEF” (Anexo I, MODF, 1988e), novamente as APEFs, do PA, MS BA, SP, ES, AL, MG, SC E AC, responderam a iniciativa tomada pela APEF-RS de convocar para o período de 21 a 23 de abril de 1989 o Conselho da entidade para a cidade de Vitória, capital do Espírito Santo. Após longa espera e muitos contatos com a APEF-SC, a APEF-RS resolveu encabeçar a convocação deste Conselho por intermédio de uma circular. Como pontos de pauta para esse Conselho, constaram: “IV Congresso da FBAPEF; financiamento, programação; condições de participação diante do Estatuto; Associativismo; avaliação do movimento das APEFs e FBAPEF; assuntos gerais.” (Anexo I, APEF-RS, 1989)

A circular da APEF-RS (Anexo I, APEF-RS, 1989) fazia menções sobre o descompromisso da diretoria da FBAPEF para com o movimento, visto que as informações não circulavam, e não houve posicionamento para a realização do conselho, especificando a inércia por um ano sem discutir pontos importantes tais como:

“(...) chamar os professores a se mobilizarem para defender bandeiras já tão antigas da Educação Física, como Regulamentação da Profissão, garantia da qualidade de ensino nas Universidades e até mesmo para a elaboração da Constituintes estaduais e Leis complementares (...).”

O Movimento de Oposição emite uma circular que trouxe como tópicos: “Introdução; avaliação do movimento; IV Congresso e Sindicalização”, (Anexo I, MODF, 1989a), colocando suas esperanças para que o IV Congresso se

realizasse no sentido de se reconstruir o movimento; a necessidade de se garantir um programa de ação, destacando pontos importantes como “a Educação Física curricular, a garantia dos direitos trabalhistas a regulamentação da profissão, a atualização da legislação da Educação Física face a nova política do país.”

São pontos já considerados e extremamente discutidos, mas chama a atenção, o ponto sobre “Sindicalização”, ao dizer que a promulgação da Constituição de 1988 que trouxe conquistas como a possibilidade do servidor público poder se sindicalizar, trazendo também para os professores de Educação Física a discussão da Extinção das APEFs.

Faz esclarecimentos sobre a filiação dos professores de Educação Física aos sindicatos da rede particular, da rede pública e também do ensino superior e emite sua opinião:

“Logo, a possibilidade de sindicalização dos professores públicos e a consequente transformação de suas associações em sindicatos assim reconhecidos ou mesmo a construção nos estados de sindicatos unitários dos trabalhadores da Educação que reúnem o conjunto desses, não parecem a solução que justificaria a extinção das APEFs e da FBAPEF. Os aspectos gerais da luta desses sindicatos permanecerão, assim como a particularidade da ação das APEFs e da FBAPEF. Me arriscaria a dizer que, uma proposta desta natureza pela falta de conteúdo que encerra só pode ser fruto da ausência da capacidade de professores que até hoje estiveram nas direções dessas associações e não souberam o que fazer com elas. A saída que precisamos é outra: é definir claramente os compromissos que precisamos, e estabelecer mecanismos de mobilização e de luta para aglutinar os professores de Educação Física” (Anexo I, MODF, 1989a).

É importante ressaltar sobre os trabalhos da Assembléia Constituinte de 1988 que segundo Boschi (2011, p. 26), a “Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte, onde havia uma comissão Temática do Desporto; (...) foram

apresentadas aproximadamente 5.300 emendas, das quais 1.100 foram consideradas adequadas”. Ainda Boschi (Comunicado Pessoal) “... a FBAPEF juntamente com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, as entidades profissional e científica convidadas entre os quatorze que apresentaram contributo ao texto que veio a ser dados aos artigos 205 a 214 – Educação, 215 e 216 – Cultura e 217 – Desporto”.

Em 16 de julho de 1989, de fato, ocorre na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina o IV Congresso Brasileiro de Profissionais de Educação Física da FBAPEF (1989) tendo como anfitriões a Associação dos Profissionais de Educação Física do Estado de Santa Catarina que apresenta no primeiro dia 16/07/1989 a sua programação oficial. Encerra-se uma fase e inicia outra com a eleição de nova diretoria, visto que os membros da diretoria anterior não se constituíram em chapa para disputar as eleições no IV congresso. Também os “Boletins de “Oposição à diretoria da FBAPEF” parecem ter deixado de existir, no entanto, circulou em setembro de 1989 o “Boletim da Oposição à diretoria da APEF-RIO”, (Anexo I, MODF, 1989b) que trazia textos sobre a situação da APEF-RIO, mas também situações referentes à FBAPEF e outros temas, entre estes, destacam-se três: “FBAPEF: o futuro chegou!”, “FBAPEF SUDESTE” e “A FBAPEF e a LDB”. No primeiro tema, registram-se os nomes de toda a nova diretoria da FBAPEF, e o MODF (Anexo I, MDOF, 1989b) faz algumas considerações:

“(...) o IV congresso da FBAPEF, entre os dias 16 a 21 de julho, em Florianópolis, passou a limpo a trajetória dos militantes das APEFs e da FBAPEF e não teve complacência. Rejeitou os métodos e os responsáveis por eles que vinham substituindo-se nas diretorias da FBAPEF ou apoiando-as e elegeu uma diretoria composta de professores que apesar de não estarem nas diretorias da FBAPEF, foram responsáveis pela sustentação de nosso movimento durante esses anos. (...) Foi inscrita apenas esta chapa para a eleição da FBAPEF na qual participam militantes de quase todas as APEFs presentes ao Congresso. A chapa única foi consagrada pela grande

maioria dos delegados, restando a uma parcela inexpressiva comprometida com as práticas das direções anteriores a possibilidade de anular o voto”.

Quanto ao segundo tema, registra-se um dos objetivos da região sudeste: “integração e articulação das APEFs da região para discussão, com troca de experiências e de propostas, dos trabalhos das APEFs, assim como o funcionamento destas (estatuto, arrecadação, nº de sócios).” Finalmente, o MODF (Anexo I, 1989b), aborda o terceiro tema, “A FBAPEF e a LDB” contemplando:

“(...) No congresso ficou estabelecido que cada APEF deveria encaminhar, juntamente com a FBAPEF, o processo de discussão sobre o projeto da LDB com a comunidade da Educação Física. Estamos aguardando a convocatória da APEF-RJ para o debate sobre a LDB. Contamos com sua participação”.

Pelos registros acima, depreende-se que deixou de existir a circulação dos boletins de oposição à diretoria da FBAPEF, visto que parte de seus membros passaram a fazer parte da nova diretoria da FBAPEF.

O texto revela que este movimento de oposição após disputas internas, acerca da forma de gestão da entidade, considerada pouco democrática, e a sua inoperância, com fragilidades de mobilização e organização das bases do movimento, consegue conquistar a direção da entidade. Este processo traz aprendizados para o amadurecimento do movimento associativista na Educação Física. Em princípio, promoveu a necessidade de mobilização e organização de profissionais, que se agrupam e passam a representar parte do coletivo de profissionais pertencentes à FBAPEF. A partir do diálogo estabelecido em torno de questões que unificavam os interesses e críticas à direção da entidade, foram definidas pautas e formas de atuação deste grupo.

Após várias tentativas, algumas frustradas, este grupo consegue disputar o poder eleitoral da entidade e sair vitorioso, conseguindo eleger uma chapa que os representasse. A partir deste momento, passam a assumir a

responsabilidade de direção, se tornando situação. Ocorre, portanto, o encerramento do grupo de oposição.

A seguir apresentaremos os registros documentais dos congressos (Anexo 1) que foram realizados pela FBAPEF desde o I, em 1986, até o seu X congresso, em 1998, que encerra a conquista da regulamentação da profissão e elege a diretoria responsável pela direção do CONFEF.

Os Congressos da FBAPEF: contributos para a afirmação profissional da Educação Física no Brasil.

Considerando ser importante a informação à priori sobre a instância máxima da FBAPEF, verificamos que após sua criação, uma das datas importantes de reformulação de seu estatuto, destacamos a data de 7 de julho de 1984 na cidade de Belo Horizonte quando foi aprovado em “Assembleia Geral” com o nome de “Federação Brasileira de Associações de Professores de Educação Física”, (Anexo I, FBAPEF, 1984). Apresentamos abaixo referente ao capítulo III “Dos Poderes Administrativos o artigo 8º - São Poderes da Federação: a). A Assembleia Geral; b) A Diretoria; c) O Conselho Fiscal.” Conforme se verifica em seu artigo 9º a “Assembleia Geral” é a instância máxima recebendo a seguinte redação: “Art. 9º - A Assembleia Geral, é constituída por reunião dos representantes das Entidades filiadas, em pleno gozo de seus direitos, é o poder máximo da Federação”. Tanto o nome registrado inicialmente, como também as suas instâncias deliberativas, estas vão sofrer alterações ao longo dos anos demonstrando a sua evolução para atender as exigências de seus diferentes momentos históricos.

I Congresso da FBAPEF(1986)

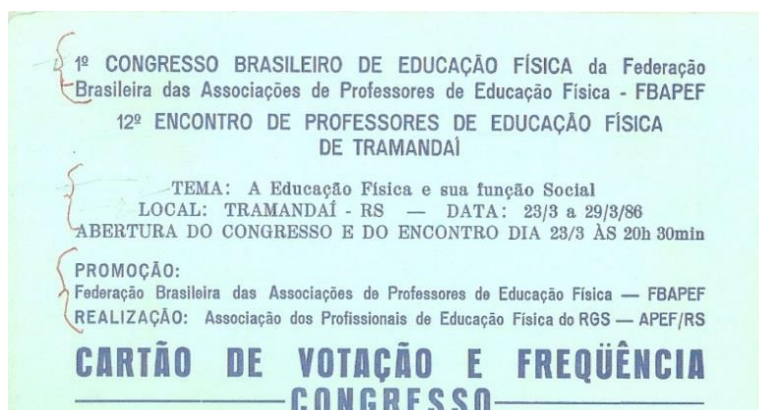


Figura 2 – I Congresso Brasileiro de Educação Física da Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física – FBAPEF.

Fonte: APEF / RS – FBAPEF, Tramandaí, RS. 1986.

O primeiro congresso brasileiro de Educação Física da Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física – FBAPEF, juntamente com o décimo segundo encontro de professores de Educação Física de Tramandaí ocorreu nessa cidade, no estado do Rio Grande do Sul, com o tema “Educação Física e sua função social” no período de 23 a 29 de março de 1986 (Fig. 2). Segundo o boletim de número 13 e 14 – março / junho de 1986 da APEF RS (Anexo I, APEF-RS, 1986), constou na ata a participação de representantes de todos os estados do Brasil e professores franceses, ingleses, austríacos, uruguaios, argentinos, totalizando 1.200 participantes.



Figura 3 – Passeata de professores e estudantes a favor da regulamentação da profissão.

Fonte: fotografado por Raquel Takayama, Tramandaí, RS, 1986 .

Neste evento, registrou-se a passeata de professores e estudantes a favor da regulamentação da profissão (Fig. 3). Esta foi uma das propostas mais debatidas durante o evento, e que demonstrou ser uma forte bandeira do movimento em função da passeata e também de algumas das diversas propostas que foram votadas e aprovadas na plenária final. Como se constata no boletim citado acima, o documento final do congresso propõe debate em nível nacional da sociedade com classe acadêmica (professores estudantes), para rever os critérios, do teste de habilidade específica referente ao ingresso nas Escolas Superiores de Educação Física, para dar condições de inserção dos deficientes; promoção por parte da FBAPEF/APEFs e de outros órgãos de um seminário sobre Constituinte e Educação Física em nível Nacional, ainda no corrente ano; aperfeiçoamento da organização do congresso nos aspectos da participação dos inscritos, com o cuidado de não haver superposição das atividades; desenvolver ações para aproximar as Instituições de Ensino Superior – IES das APEFs; aproximação da executiva dos estudantes; aprovação de oito pontos como encaminhamentos de luta para a regulamentação da profissão, do projeto sobre a regulamentação da profissão do deputado Darci Pozza, assim como o substitutivo do Deputado Márcio Braga; questões mais gerais da vida política do país.

O documento final foi assinado “pelos Coordenadores do I Congresso Brasileiro de Educação Física: Prof. Paulo Egon Wiederkehr e Prof. Airton Negrine, sendo importante destacar os 8 pontos da regulamentação da profissão (Anexo I, APEF-RS, 1986) sendo aprovados os seguintes encaminhamentos de luta para Regulamentação da Profissão:

- 1) Manter a tramitação no Congresso Nacional do Projeto Lei do Deputado Darci Pozza, e o substitutivo do Deputado Márcio Braga;
- 2) que a FBAPEF elabore um boletim esclarecendo toda a discussão para os professores do Brasil. Este boletim deverá ser remetido 30 dias após o Congresso;

- 3) que as APEFs Estaduais e dos Territórios deverão reunir recursos financeiros para divulgar esse boletim que convocará a categoria para reuniões regionais sobre discussão do tema até 15 de maio de 1986;
- 4) Os boletins das Apefs deverão conter cronograma com as datas e locais das reuniões, além de uma cópia do projeto de Lei em tramitação. Sugere-se que as reuniões devam ser realizadas em âmbito escolar, municípios e regiões;
- 5) Que as APEFS realizem assembleias até 30 de junho de 1986, com os seguintes pontos de pauta:
 - I) Regulamentação da profissão;
 - a) concepções filosóficas da Educação Física;
 - b) definição da área de abrangência dos profissionais de Educação Física;
 - c) código de ética.
 - II) Projeto de Lei que cria os Conselhos Federal e Regionais de Educação Física.
- 6) Durante o mês de julho/86, realizar reunião do Conselho de Entidades da FBAPEF com a seguinte pauta entre outros assuntos:
 - I) Informe aos estados;
 - II) Deliberação com os pontos de pauta discutidos nos estados;
 - III) Encaminhamentos das emendas, resultante das discussões, para tramitação no Congresso Nacional.
- 7) Encaminhamento de mobilização nacional com edição de Boletins Informativos para todos os professores dos estados;
- 8) Dia Nacional de Luta, pela aprovação do projeto da categoria, com manifestações públicas, das quais serão tirados documentos exigindo a aprovação do projeto a ser enviado ao Congresso Nacional. Data: entre 15 e 30 de setembro de 1986 – Sugestão: dia 27/09/86.

Outro tópico que merece destaque é o desejo de aproximação da executiva dos estudantes, diferentemente da atitude adotada em 1985, quando ocorreu a reunião da FBAPEF, em setembro de 1987, em Brasília. Vale ainda ressaltar que o grupo que atuou no I encontro em João Pessoa, em 1985, encontrava-se no I congresso da FBAPEF. Parte desse grupo ainda efetuou o segundo encontro, mas em número inferior, já que os outros participantes ausentes entenderam que o espaço institucional da FBAPEF estava se democratizando. Ainda que o I congresso da FBAPEF significasse um grande avanço, houve algumas reações de descontentamento pelo fato de a apresentação de todas as propostas aprovadas pela plenária final passarem obrigatoriamente pelo crivo dos presidentes das APEFs estaduais.

Para a realização do congresso seguinte, foi apontada a cidade de Fortaleza. Havia o desejo de que as propostas aprovadas em plenária final tivessem a validade dos delegados votantes do congresso e não pelo Conselho de Entidades (Presidentes de APEFs). Por sua vez, o termo “delegado” representava os profissionais que seriam eleitos em seu estado e proporcionalmente ao número de filiados da APEF daquele estado se constituíam na delegação da respectiva APEF.

Conselho de Entidades. 24 a 26 de julho de 1986. Belo Horizonte – MG.

A ata do Conselho de Entidades (Anexo I, FBAPEF/CE, 1986), registra em seu desfecho a manifestação do então presidente Walter Giro Giordano agradecendo às APEFS, aos membros da diretoria da FBAPEF, ao Coronel Ribeiro, o professor Lamartine, e a todos pela atenção e colaboração. Reafirma sua disposição de contribuir com o movimento como Vice-Presidente da região sudeste. Reconheceu o esforço da APEFMIG que realiza este Conselho de Entidades e se disse honrado em atuar os quatro anos de gestão com a participação mútua das APEFs. Neste sentido o conselho delibera que para a elaboração do regimento eleitoral com prazo até 15 de setembro do corrente ano para que as APEFs remetam suas propostas para a FBAPEF o qual foi aprovado por unanimidade. Foi também aprovado por unanimidade que a

FBAPEF elabore dois manifestos, um endereçado a todos os sócios sobre as realizações da entidade e outro endereçado a todos os membros da oposição que segundo um dos participantes manifesta que há grupos interessados na desarticulação da FBAPEF. O professor César sugere uma moção de reconhecimento da extraordinária colaboração do Professor Lamartine Pereira da Costa, enquanto dirigente do “Esporte Para Todos” no sentido de permitir a reunião das APEFs em Belo Horizonte no ano de 1984 e consequente reativação da FBAPEF. A seguir a reunião é encerrada pelo professor Vicente Paulo Rocha que lavra a ata.

Conselho de Entidades. 12, 13 e 15 de julho de 1987. Fortaleza – CE

A ata do Conselho de Entidades no dia 12 de julho (Anexo I, FBAPEF/CE, 1987), registra a presença das representações das APEFs de Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Norte. Nesta reunião é minuciosamente discutido o estatuto da FBAPEF. Ainda que no I congresso o termo “Conselho” tenha sido utilizado e até mesmo exercitado pelo que se verificou no Conselho de Belo horizonte, não resta dúvida das alterações que se consolidaram democratizando as instâncias da entidade pois contrariamente ao estatuto de 1984 em que a “Assembleia Geral, é constituída por reunião dos representantes das Entidades filiadas, em pleno gozo de seus direitos, é o poder máximo da Federação”, o estatuto aprovado no Conselho de Entidades na cidade de fortaleza, consolida a posição estabelecendo o congresso como sua instância máxima e o Conselho de Entidades passa a ser uma instância intermediária, sendo composto pelo Presidente da FBAPEF, os demais presidentes das APEFs ou seu substituto legal e mais um delegado de base eleitos em assembleias geral estaduais das APEFs. Outra mudança aprovada é o caput do artigo 1º que detinha o nome de “Federação Brasileira de Associações de **Professores** de Educação Física”, (grifo nosso), para, “Federação Brasileira de Associações de **Profissionais** de Educação Física”.

II Congresso da FBAPEF (1987)



Figura 4 – II Congresso Brasileiro de Educação Física. FBAPEF.

Fonte: APEF – CE / FBAPEF, Fortaleza – CE, 1987.

Com efeito, no período de 12 a 18 de julho de 1987 ocorreu o II Congresso da FBAPEF na cidade de Fortaleza com o tema: “A Educação Física no 3º Mundo” (Fig. 4). Estavam previstas as atividades: apresentação de temas livre; painéis 1: Pedagogia Movimento e Miséria; 2: Sindicalismo Brasileiro; 3: A Política do Esporte e Lazer no Serviço Público; os temas abordados nos trabalhos de grupos foram: Política Educacional - Qualidade do Ensino nas IES de Educação Física, Legislação Escolar; Política Associativa – Reestruturação da FBAPEF, Regulamentação da Profissão; Política Social – Constituinte, Política de Esporte e Lazer no Serviço Público; Discussão da reforma estatutária; debate entre as chapas concorrentes à nova Diretoria da FBAPEF; Eleições; Plenária Geral (Anexo I, FBAPEF, 1987).

Como se observa, na programação, estava prevista a eleição de nova diretoria para a FBAPEF. Nesse sentido, é importante destacar os documentos de apresentação de cada chapa, (Anexo I, Chapa 1, 1987) e (Anexo I, Chapa 2, 1987), concorrente à Direção, comparar as propostas para entender o momento não só da categoria, mas o contexto nacional ao identificar ações ou proposições nessa direção.

A chapa 1 foi encabeçada pelo professor João Bosco e na introdução do texto assume que faz oposição aos encaminhamentos atuais da FBAPEF, justifica a candidatura, colocando-a como projeto político em defesa dos interesses da maioria da população; explicita que os feitos da entidade foram realizados pelos milhares de professores. A chapa 2, tendo a sua frente o professor Emílio, explicita que o grupo participante da chapa promoveu as mudanças da entidade; enfrentou o autoritarismo das diretorias; exigiu o

encaminhamento das resoluções dos fóruns da FBAPEF e destacou também, no documento, análises sobre o comportamento de grupos ali presentes, reconhecendo que um deles trabalhou para a democratização do evento e, infelizmente, optaram por somarem-se às forças do passado e ainda outros que não se posicionaram. Observa-se, aqui, novamente, a pulverização de grupos que se aglutinam formando novo conjunto.

Quanto às propostas das chapas, destacam-se aquelas de caráter específico e as de caráter geral. A chapa 1 apresentou suas propostas de caráter específico: articulação com entidades culturais, educacionais e científicas; defesa dos direitos e das garantias conquistadas para todos profissionais; melhoria da qualidade da formação profissional; aperfeiçoamento das relações internas; exigência de respeito por parte do MEC/CFE das posições da categoria e regulamentação da profissão imediatamente. A chapa 2 apresentou as seguintes propostas específicas: estimulação dos estados para que realizem congressos estaduais; interiorização das entidades; aproximação da FBAPEF do sindicato dos professores; suspensão da resolução do CFE que extingue o currículo mínimo das faculdades de Educação Física; divulgação sobre a regulamentação da profissão e realização de amplo debate nacional.

Em relação às propostas de caráter geral, observa-se que as duas chapas estavam atentas para a realidade do país e se preocupavam com sua situação, pois destacaram a importância da democratização da constituinte em curso; da campanha das diretas-já para presidente da república; fim da censura; direito de greve; defesa do ensino público. Identifica-se aqui que o país estava em transição do regime da ditadura para o sistema democrático e que também havia transformações curriculares que se diferenciavam dos demais currículos das licenciaturas do sistema de ensino, ao propor a extinção do currículo mínimo. Para a regulamentação da profissão, a chapa 1 se posicionava francamente a favor, enquanto a chapa 2 se posicionava a favor de amplo debate nacional, porém sem se posicionar contra ou a favor. A chapa 1 saiu vencedora do pleito, e é difícil dizer que foi em função de suas

propostas, visto que houve também um debate público entre as chapas concorrentes.

As deliberações do conselho de entidades e também a ordenação da pauta com a participação de 188 delegados neste evento, para o II Congresso da FBAPEF, (1987) constou entre outros, os pontos: “discussão estatutária, política associativa, reestruturação da FBAPEF e regulamentação da profissão”. Ao final foi dada a posse a chapa 1, vencedora do pleito, sendo aprovados os seguintes a reforma estatutária estabelecendo o quórum para a necessidade da presença de 30% dos congressistas delegados credenciados, realização do congresso no mês de julho, a composição do conselho de Entidades e outros. É importante destacar, que estas alterações estatutárias deveriam ser registradas em cartório como se depreende na ata do II congresso da FBAPEF, (Anexo I, FBAPEF, 1987): “A diretoria de FBAPEF terá o prazo de 6 (seis meses) após a data do registro, do presente estatuto no respectivo cartório, para elaborar o regimento interno, a ser aprovado pelo Conselho de Entidades”.

Esta proposição foi aprovada por unanimidade. Há de ressaltar que em relação ao nome e sede da FBAPEF, foi aprovada a seguinte redação, (Anexo I, FBAPEF, 1987) :

*“Art. 1º A Federação Brasileira das Associações de **Profissionais** (grifo nosso) de Educação Física (FBAPEF) fundada em 10 de dezembro de 1946, é uma sociedade civil de direito privado, com natureza e fins não lucrativos com personalidade jurídica distinta das entidades que lhe são filiadas com duração indeterminada, tendo sua sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, com base em todo território brasileiro”.*

Ficou também registrado e aprovado que, FBAPEF, (1987): “Embora com sede no Distrito Federal, a Federação funcionará administrativamente na unidade federativa na qual o presidente tenha o seu domicílio.” A rigor, este foi o primeiro congresso que atuou com as suas instâncias (Conselho de Entidades e a plenária deliberativa do

Congresso) consoante o seu estatuto. Além deste exercício, avançou-se bastante nas discussões principalmente sobre a reforma estatutária.

Conselho de Entidades. 20 a 22 de maio de 1988. Ouro Prêto-MG

O anúncio do Conselho de Entidades de Ouro Prêto, conforme já relatado pelo Movimento de Oposição à Diretoria da FBAPEF – MODF, foi realizado após várias tentativas de contato com o presidente da FBAPEF até ser marcado para o período de 20 a 22 de maio de 1988 na cidade de Ouro Prêto em Minas Gerais. Constou em sua pauta a avaliação da FBAPEF referente às competências contidas em seu estatuto, as deliberações do II Congresso realizado em Fortaleza e a organização do III Congresso da FBAPEF. Em caráter indicativo, o Conselho de Entidades sugere que os membros da FBAPEF façam um relato de suas atividades e efetuem suas renúncias aos cargos ocupados devido à inoperância constatada até aquele momento. Também indicou que o próximo Conselho de Entidades seja realizado nos dias 16 e 17 anteriores ao III Congresso da FBAPEF na cidade de Recife. Os encaminhamentos do Conselho de Entidades de Ouro Prêto não surtiu o efeito desejado, ou seja, promover ações imediatas por parte da diretoria da FBAPEF, ao que tudo indica, pois em 18 de junho de 1988, (data da Assembléia Extraordinária da APEFMIG) nada foi feito pela diretoria da FBAPEF, como se depreende em sua ata, (Anexo I, APEFMIG, 1988):

“ (...) aguardará os desdobramentos dos encaminhamentos dados pelo Conselho de Entidades dados em Ouro Prêto às APEFs e a diretoria da Federação Brasileira das Associações de Profissionais de Educação Física como condição para um posicionamento conclusivo”

Tal situação, indica uma crise no movimento associativista e de consequências nada satisfatórias para o avanço de suas pautas. Ainda assim, a indicação da realização do Conselho de Entidades da FBAPEF para a cidade de Recife foi acatada pela diretoria como veremos adiante.

Conselho de Entidades. 12, 13 e 15 de julho de 1988. Recife – PE

Inicia-se em conturbada reunião, o Conselho de Entidades FBAPEF/CE (1988) na cidade de Recife, em virtude dos indicativos do Conselho de Entidades realizado na cidade de Ouro Preto – MG. Para cumprir a missão de credenciar os delegados das APEFs dos estados, foi instituída uma comissão de credenciamentos. Esta foi composta pelo Coordenador Administrativo do III Congresso Brasileiro de Educação Física e Vice-Presidente Regional Nordeste II da FBAPEF, pelo Secretário Geral do III Congresso Brasileiro de Educação Física e Membro efetivo do Conselho Fiscal da FBAPEF e pelos representantes legais das Associações dos Profissionais de Educação Física de MG, PA, RS, após análise do estatuto da Federação Brasileira de Profissionais de Educação Física nos seus artigos 4º, artigo 6º alínea “f” e inciso 2º, artigo 8º e inciso 1º, artigo 9º e inciso 3º, constataram que as APEFs (RS, PE, AL, BA, RJ, DF, PA, MG, SP e SC) presentes ao III Congresso Brasileiro de Educação Física, que apresentaram documentações para seus respectivos credenciamentos, não cumpriram com suas obrigações Estatutárias. Esta situação se prolongou durante a realização do congresso como veremos adiante.

III Congresso da FBAPEF (1988)

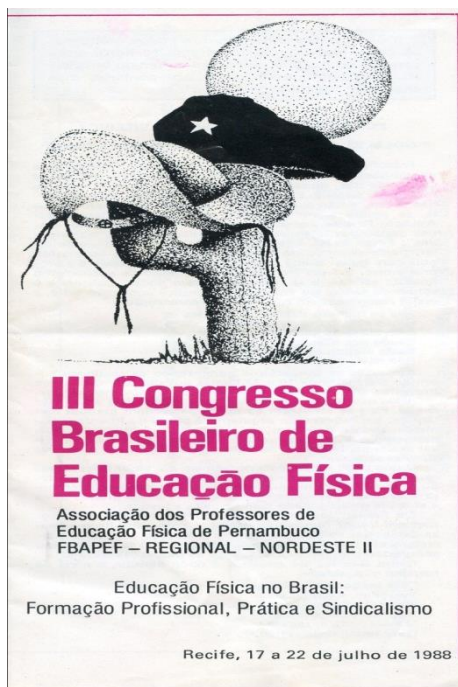


Figura 5 – III Congresso Brasileiro de Educação Física. FBAPEF

Fonte: APEF – PE / FBAPEF, Recife, PE 1988.

O III Congresso Brasileiro de Educação Física, ocorreu em Recife, realizado pela Associação dos Professores de Educação Física de Pernambuco e da Regional Nordeste II, com o tema geral “Educação Física no Brasil: Formação profissional, prática e sindicalismo, no período de 17 a 22 de julho de 1988, na cidade de Recife, com a seguinte programação: palestras; trabalhos em grupos; painéis; mesa redonda; fórum regional; fórum nacional, com abordagem dos seguintes subtemas: formação profissional e a realidade brasileira; o currículo das ESEFs e suas implicações sociais; melhoria da qualidade profissional, através da participação das entidades representativas e

dos discentes, nas ESEFs; a Educação Física escolar na construção do saber crítico; o profissional de Ed. Física e a democratização social; academias: questões trabalhistas, éticas e sociais; sindicalismo, associativismo e sociedade; legislação: Federal, Estadual e Municipal. No início do Congresso, a diretoria da FBAPEF (Anexo I, FBAPEF, 1988) apresenta aos participantes o seguinte comunicado:

“Por deliberação do Conselho de Entidades, foi constituída uma comissão de Credenciamento, que após analisar a documentação das APEFs, encaminhou a esta diretoria um relatório, em anexo, que configurou o impedimento legal do credenciamento dos delegados daquelas entidades.”

Acrescenta que as plenárias teriam seu tempo ocupado e reprogramado, para ampliação dos trabalhos em grupo e que a comissão Técnica de posse do relatório geral dos grupos, deverão constar as propostas aprovadas por maioria

simples dos participantes de cada grupo. Estes elaborarão um documento resumo das propostas, sendo o mesmo encaminhado as APEFs impreterivelmente até o dia 30 de agosto do presente ano. Seguem outros encaminhamentos, porém, esclarece-se que não haveria deliberações por parte dos delegados.

A delegação da APEFMIG – Associação dos professores de Educação Física de Minas Gerais, tendo comparecido a este Estado de Pernambuco a fim de participar do III Congresso Brasileiro de Educação Física, fica impedida, (assim como as demais APEFs) pela Comissão e pela Diretoria da Federação Brasileira de Associação de Professores de Educação Física – FBAPEF de se credenciar para o referido Congresso. As alegações indicam a falta de cumprimento estatutário, para fazer fim ao tal credenciamento, que lhe daria o direito de ter voto, quando da instalação do prefalado Congresso. A delegação da APEFMIG, em ação silenciosa e unitária constitui advogado de defesa no sentido de se credenciar. O advogado de defesa, após tomar conhecimento da causa, exara defesa para a APEFMIG (Anexo I, APEFMIG, 1988a) conforme seu Parecer:

“Diante do impedimento alegado para o credenciamento, examinei os estatutos da Federação e toda documentação exigida pelo mesmo para ter o direito ao credenciamento, ora negado, nada encontrei que pudesse a Federação negar tal credenciamento. Finalmente, o não credenciamento da APEFMIG nos parece apenas um aspecto puramente político, não tendo nada a ver com o sentido legal. Conclusão: Tem, data vênia, a APEFMIG todo direito legalmente constituído para o desejado credenciamento. Este é o meu parecer.”

Em seguida, obtém do Exmo. Sr. Célio de Castro Montenegro, Dr. Juiz de Direito da Vara Cível da Capital, sob o número 00188019615 – 8 concede liminar favorável à APEFMIG (Anexo I, APEFMIG, 1988b): “Defiro a liminar, ante a possibilidade de Ocorrência de Prejuízo – irreparável para os

Requerentes. Oficie-se ao Presidente da Federação apontada. Cumpra-se. RE 22.07-88”.

Houve recusa do presidente da FBAPEF de atender a liminar da justiça e coube ao oficial de justiça destinar o comando da abertura da plenária da FBAPEF aos delegados da APEFMIG que por sua vez proporcionaram a luz do estatuto da FBAPEF, o credenciamento das demais APEFs que possuíam legalidade para tal. Em seguida, em exaustiva reunião, aprovaram o pleito da delegação da APEF de Santa Catarina para sediar o IV congresso da FBAPEF para a cidade de Florianópolis.

Conselho de Entidade. 21 a 23 de abril de 1989. Vitória – ES.

As confusões ocorridas no III Congresso e suas consequências se confirmam pelo documento “avaliação do Movimento” exarado pelo Conselho de Entidades da própria FBAPEF, reunido na cidade de Vitória – ES. Extraem-se do documento interessantes dados que permitem avaliar melhor a situação, visto ter ocorrido com razoável tempo, permitindo uma avaliação mais serena e distante do calor das emoções do referido Congresso:

“Constatamos a dificuldade de mobilização colocada por algumas APEF’s e que a superação destas dificuldades tem sido tratada individualmente em nível de cada estado; Constatamos a situação de desestruturação, indefinições e consequente insegurança em que se encontra o movimento nacional, fruto principalmente da inoperância da diretoria da FBAPEF desde sua posse, que apesar de não a considerarmos como única responsável pela desarticulação em que nos encontramos, avaliamos que esta contribuiu muito para esta situação; (...) Avaliamos que o Conselho de Entidades da FBAPEF, neste momento, deve assumir a direção administrativa e de organização do movimento, assim como a direção política deste.”
(Anexo I, FBAPEF/CE, 1989)

Observa-se, no documento acima citado, que o Conselho de Entidade chamou para si a responsabilidade de conduzir a entidade nacional, principalmente por conta da inoperância da diretoria da FBAPEF sem colocá-la como a única responsável.

“Para isto, este próximo Congresso deve eleger questões centrais de luta dos profissionais, entendendo que nossos Congressos tem pecado pelo excesso de propostas discutidas e principalmente pela falta de encaminhamentos concretos a nível nacional da totalidade delas. Com este objetivo em mente, acreditamos ser necessário eleger dois ou três pontos centrais de luta para o próximo período 89/90. Foi avaliado também que o movimento específico dos profissionais de Educação Física deve estar sempre ligado e inserido no movimento mais geral dos trabalhadores da educação, e na luta em defesa do ensino público, gratuito e de boa qualidade. Assim como inserido no movimento geral da classe trabalhadora”. (Anexo I, FBAPEF/CE, 1989)

Observa-se a mesma configuração de grupos, porém com ausência de parte da diretoria da FBAPEF, visto que o conselho de entidade era o mesmo que vivenciou o episódio de Recife. Acresce-se, ainda, que no próximo congresso as questões mais gerais voltarão a ser discutidas, mas define-se como objetivo principal eleger dois ou três pontos centrais, para serem discutidos e encaminhados, visto que os congressos da categoria têm pecado pelo excesso de propostas e estas têm provocado difícil encaminhamento. Outro ponto importante abordado no documento é a questão do sindicalismo do serviço público que pode vir a provocar o redirecionamento da entidade, devendo ser bastante discutida e aprofundada no seio do movimento. Ainda, durante a realização do congresso de Recife, a APEF de Santa Catarina se colocou à disposição para sediar o IV Congresso da FBAPEF. A APEF Santa Catarina, recentemente criada, já demonstra sua inserção no movimento nacional, ao mostrar arrojo em organizar o evento, mesmo depois de todos os conflitos ocorridos no III Congresso. Assim, para o período de 16 a 21 de julho

de 1989, a Associação dos Profissionais de Educação Física do Estado de Santa Catarina apresenta a programação oficial do IV Congresso Brasileiro de Profissionais de Educação Física. Para participar desse evento, a APEF-SP (1989), formula uma carta aberta aos participantes do IV Congresso da FBAPEF, (emitida em 23 de junho de 1989), em que faz menções aos episódios anteriores, manifestando suas preocupações e assume compromisso público para a reconstrução e gestão da Federação, desde que se atenham a dez princípios especificados na carta, entre tantos, a revisão estatutária, elaboração do regimento interno e “Repúdio a quaisquer tipos de composição eleitoral que contemple interesses pessoais, político-partidários e que inviabilize a estrutura organizacional da Federação”.

IV Congresso da FBAPEF(1989)



Figura 6 – IV Congresso Brasileiro de Profissionais de Educação Física da FBAPEF.

Fonte: APEF- SC. FBAPEF, Florianópolis, SC 1989.

O IV Congresso Brasileiro de Profissionais de Educação Física da FBAPEF tem como anfitriões a Associação dos Profissionais de Educação Física do Estado de Santa Catarina tem o seu início no dia 16 de julho de 1989 com a seguinte programação oficial (Anexo I, FBAPEF, 1989a): Aprovação dos regimentos. Solenidade de abertura. Conferência: Educação Física Brasileira: Ação Política, Filosofia e Práxis. Prof. Dr. Miguel Arroyo/MG; Atividade sociocultural. Reunião de Pequenos Grupos: Avaliação do movimento. Painel: Formação Profissional: Uma Nova práxis. Prof. Ms. Apolônio Abadio do Carmo/MG; Prof. Moacir Barreto da Silva Júnior/RJ. Conferência: Visão Política, Social e Filosófica do Corpo. Prof. Ms. João Paulo Subirá Medina/SP. Reunião de Pequenos Grupos de Legislação da Educação Física. Painel: Constituição e Estrutura Sindical. Central Única dos Trabalhadores – José Olívio de Miranda

Oliveira/SP. Corrente sindical Classista. - Confederação nacional dos Trabalhadores em Educação – Ideli Salvatti/SC. Intervalo. Painele: Educação Física Face a nova Constituição LDB Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – Mariza Abreu /RS. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Prof. Msc. Apolônio Abadio do Carmo/MG. Painele: A regulamentação da profissão. Prof. Jorge Steinhilber/RJ e Prof. Emílio Araújo/RJ. Painele: Teoria e Prática da Educação Física. Prof.Ms. Lino Castellani Filho/SP. Prof. Dr. Eleonor Funz/SC E Prof. Neise Gaudêncio Abreu/RJ. Reunião de Pequenos Grupos: Regulamentação da Profissão. Intervalo. Plenária Final: Regulamentação Estatutária FBAPEF. Intervalo. Debate entre Chapas – Eleições Atividade sócio-cultural. Sexta – Feira – 21/07/89. Exposição do ENEF – Acad. João Soriano/PE. Intervalo. Exposição do CBCE: Prof. Ms Lino Castellani Filho/SP. Intervalo. Plenária Final. Intervalo. Plenária Final – posse nova Diretoria Plano de Ação. Atividade sócio-cultural.

Os temas eleitos para o IV congresso, antes de ser discutidos pelos grupos foram desenvolvidos em painéis com os temas: avaliação do movimento; LDB; regulamentação da profissão; sindicalismo e formação profissional.

O IV CONGRESSO DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, reunido em Florianópolis, Santa Catarina, de 16 a 21 de julho de 1989, aprova moção de repúdio contra as autoridades governamentais brasileiras pelo descaso com que tem sido tratada a Educação em nosso País, comprovada esta intenção:

“(...) pela ausência de acesso democrático à escola, pela falta de condições que garantem a permanência das crianças na escola, pelas más condições de trabalho (espaço físico inadequado, carga horária excessiva do docente, baixa remuneração) e ainda pelo tratamento desumano dispensado ao Magistério em geral, que o empurra para uma situação de pauperização, contribuindo assim de forma decisiva para empobrecimento da qualidade da Educação e das condições de vida do povo brasileiro”. (Anexo I, FBAPEF, 1989b)

Foram aprovadas propostas importantes as seguintes temáticas: para currículos escolares a inclusão de artigos no sentido de se tornar obrigatório da prática da Educação Física e para o terceiro grau (ensino superior) obrigatoriedade de oferta e opcional para o aluno; atuar junto aos sindicatos para promoção de fóruns de discussões sobre as Leis de Diretrizes Brasileira para a Educação; solicitação de entrada da FBAPEF no Fórum Nacional da Educação; que as aulas de Educação Física para as séries iniciais (1ª a 4ª série) sejam ministradas por professores de Educação Física; alterações estatutárias; abrir discussões sobre o caráter da FBAPEF E APEFs no sentido de se integrar ao movimento geral dos trabalhadores, em especial, os trabalhadores da educação.

Conselho de Entidade. 09 e 10 de dezembro de 1989. Belo Horizonte – MG.

Os representantes das APEFs dos estados (Alagoas, Minas Gerais, Pará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) se deslocaram para a reunião do Conselho da FBAPEF em Belo Horizonte. Não houve “quorum”, então participaram da reunião da Diretoria da FBAPEF em Belo Horizonte onde foram realizadas as discussões. Posteriormente, há a emissão da circular em 14 de março de 1990, pela diretoria da FBAPEF de número 004/90, encaminhando as deliberações tomadas pela diretoria, já que o Conselho de Entidades, convocado para os dias de 9 e 10 de dezembro, não se efetivou em função da ausência de quorum. Entre as discussões e decisões tomadas, constaram neste documento: a organização e o tema central do V Congresso; regimento interno da entidade; avaliação da atuação político-administrativa da entidade; política financeira da entidade; convocação do Conselho de Entidades e da Diretoria para os dias 5 e 6 de maio de 1990, na sede da APEF-SP.

Conselho de Entidade. 05 e 06 de maio de 1990. São Paulo – SP

Para este Conselho é enviado o ofício circular de nº 005/90, (Anexo I, FBAPEF, 1990) com os seguintes pontos de pauta: “1) Lei de diretrizes e Bases do Desporto (Projeto em tramitação em Brasília; 2) Estatuto e Regimento Interno da FBAPEF; 3) Regimento do V Congresso Brasileiro de Educação Física, (informes e acertos finais); 4) Assuntos gerais.” A diretoria da FBAPEF solicita o comparecimento de todos, destacando os contexto específico da categoria e o momento atual vivido pela sociedade brasileira sendo considerado um importante momento histórico.

V Congresso da FBAPEF(1990)

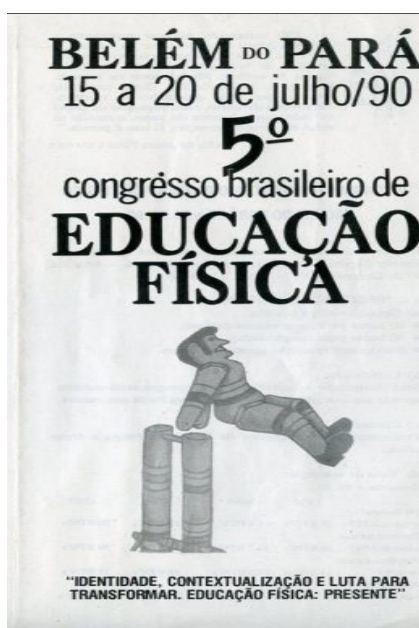


Figura 7 – V Congresso Brasileiro de Educação Física. FBAPEF.

Fonte: APEF-PA / FBAPEF, Belém. PA 1990.

Ao completar um ano de gestão, a diretoria da Federação Brasileira de Associação de Profissionais de Educação Física, juntamente com as Entidades Filiadas, fizeram acontecer o 5º Congresso Brasileiro de Educação Física, em Belém/PA, de 15 a 20 de julho de 1990. A programação do V Congresso FBAPEF (1990) constou de cursos e 4 mesas redondas, (1.Currículo e Formação Profissional; 2.Tendências Pedagógica e Prática Profissional; 3.Caráter da FBAPEF e a unificação, FBAPEF/CBCE/CNTE; 4.Política da Educação Física e do Desporto no Brasil), a palestra com o tema: Conquistas legais nos processos constituintes e encaminhamentos. Como se vê, o tema regulamentação da profissão não entrou

na programação. Em função dos problemas ocorridos sobre credenciamento dos delegados das APEFs estaduais, a diretoria da FBAPEF passou a fazer conferência das documentações com antecedência, como se verifica na emissão de seu relatório sobre credenciamento das delegações (Anexo I,

FBAPEF, 1990a), em 4 de julho de 1990. Referente ao pedido de credenciamento da APEFMIG, esta, atendeu aos cinco itens exigidos:

“1.Comprovante de ordem de pagamento à FBAPEF; 2. Relação nominal dos delegados representantes; 3. Ata da assembleia geral que elegeu os delegados, constando os nomes deste e seus respectivos suplentes, além das propostas a serem defendidas no congresso; 4. Listagem de assinaturas dos associados presentes à assembleia; 5. Documento comprobatório de convocação da assembleia, e a relação nominal de todos os associados quites com a tesouraria acompanhados da respectiva data de filiação.” (Anexo I, FBAPEF, 1990b)

Constava na documentação de pedido de credenciamento da APEFMIG ao V Congresso da FBAPEF, proposta sobre a regulamentação da profissão deliberada em seu congresso estadual:

“Informar um maior número possível de profissionais de educação física e amadurecer a questão da regulamentação da profissão, para só então tomar algum posicionamento a respeito da mesma. Esse processo deverá ocorrer até o VI Congresso Brasileiro de Educação Física em 1991”. (Anexo I, APEFMIG, 1990)

Segundo o documento da diretoria da FBAPEF (Anexo I, FBAPEF, 1990b) o congresso de Belém foi construído de forma democrática, ao longo de um ano, a sua realização foi mais um marco histórico no Movimento Apefiano e acrescenta:

“Cerca de quinhentos congressistas, representando vinte e um Estados da Federação, efetivaram debates sobre o contexto social, político e filosófico da sociedade brasileira, analisaram criticamente a Educação Física e suas consequências sociais, assim como aprovaram propostas e encaminhamentos sobre as temáticas do Congresso, que se constituem, hoje, na proposta política dos

profissionais de Educação Física do País, a ser encaminhada por estes através da sua organização em nível dos Estados, as APEF's, e a nível nacional, pela FBAPEF. As propostas aprovadas neste evento constaram dos seguintes pontos: currículo e formação profissional; o caráter da FBAPEF e a unificação; a regulamentação da profissão; política da Educação Física e do Desporto no Brasil e conquistas legais nos processos constituintes; reforma estatutária e assuntos gerais”.

A seguir são destacados os pontos aprovados. Sobre “currículo e formação profissional” estabelece:

“Que a direção da FBAPEF, juntamente com a direção do ENEEF (SENEEF), do CBCE, ESEFs e entidades sindicais, encaminhe uma ampla discussão de âmbito nacional em torno de uma avaliação dos novos currículos implantados e em implantação, com o sentido de ratificar ou construir uma proposta básica de currículo das ESEFs.” (Anexo I, FBAPEF, 1990b)

Sobre o “caráter da FBAPEF e a unificação”, o 5º CBEF compreende a importância da unificação orgânica da FBAPEF à CNTE, recém-fundada, e, por isso, encaminha ao conjunto das afiliadas e seus associados o seguinte cronograma de discussão:

“a) A diretoria da FBAPEF deve publicar 2 (dois) materiais, um em setembro, outro em novembro, sobre a fusão da FBAPEF e das APEFs à CNTE e aos sindicatos; b) Realização de um Conselho Deliberativo, em fevereiro, para avaliar a discussão em cada Estado. c) O relatório desse Conselho Deliberativo deverá ser posteriormente debatido em cada Estado e o último Conselho Deliberativo, anterior ao VI congresso Brasileiro de Educação Física, definirá o caráter desta discussão no próximo Congresso. d) Que as APEFs, durante essas etapas, realizem fóruns de discussão sobre a Unificação.” (Anexo I, FBAPEF, 1990b)

Em relação ao tema “Regulamentação da profissão” aprovou-se:

“Não à regulamentação da profissão. A FBAPEF elaborará um documento fundamentando o porquê da não regulamentação e que este seja enviado para a Câmara Federal, Senado Federal e para as APEFs. Que as APEFs divulguem esse documento da seguinte forma: a) reproduzir em grande quantidade e divulgar para seus associados; b) divulgar nos fóruns locais de seus Estados; c) divulgar em programas de rádio e televisão. Que a FBAPEF encaminhe discussão sobre regulamentação de cada espaço específico onde os profissionais de Educação Física estão atuando (academias, clubes, escolas e outros espaços que sejam levantados).” (Anexo I, FBAPEF, 1990b)

Em relação ao tema, “Política da Educação Física e do Desporto no Brasil e conquistas legais nos processos constituintes”: “Que a FBAPEF continue garantindo a participação de seus representantes no Fórum Nacional em defesa do Ensino Público com mobilização especial na etapa da votação da LDB no Senado.” (Anexo I, FBAPEF, 1990b)

Ainda houve encaminhamentos para diversas situações tais como: enviar, junto ao ofício dirigido ao Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, uma solicitação de apoio que garanta os princípios já contemplados na LDB; reformar o estatuto para que seja acrescido um parágrafo único ao artigo 17 com o seguinte texto: “Os membros da diretoria não recebem remuneração pela função que exercem” e tratou ainda de assuntos gerais.

Houve encaminhamentos para a FBAPEF, junto com as APEFs, para buscar articulação com diretórios e centros acadêmicos e os docentes das ESEFs para politização e inserção destes no Movimento “Apefiano”. Que os associados se integrem na luta conjunta com os trabalhadores da Educação, assim como os demais trabalhadores. Houve a proposta indicativa para que a sede e a data do Próximo Congresso Brasileiro de Educação Física sejam definidos na próxima reunião do Conselho de Entidades, mediante projetos apresentados pelos Estados, tendo sido já relacionados os Estados de Minas Gerais e Alagoas.

Aprovação do projeto de Lei 057/86 da Regulamentação da Profissão em 1989 no Congresso Nacional e o veto do Presidente Sarney: contradições entre os pareceres do Ministério do Trabalho e do Conselho Nacional do Desporto, e com as deliberações do V congresso da FBAPEF.

Conforme informamos neste capítulo, havia o projeto de Lei que dispõe sobre o reconhecimento dos profissionais em Educação Física e cria seus respectivos Conselhos Federal e Regionais recebendo o nº 4.559/84, posteriormente recebeu o nº 57 de 1986. Este projeto foi discutido nos congressos da FBAPEF e possuía 44 artigos. Tendo passado por todas as comissões do Congresso Nacional foi aprovado tanto na Câmara dos Deputados como no Senado. No entanto, ao ser enviado para sanção presidencial não conseguiu lograr êxito sendo totalmente vetado pelo Presidente Sarney em 05 de janeiro de 1990. Havia ainda a possibilidade de derrubada do veto pelo Congresso Nacional. O informativo da APEFMIG, repassando as informações da FBAPEF apresenta a seguinte redação: “22/JAN/1990 – em plenário do Congresso Nacional é votado e aprovado o veto do Presidente da República com 136 SIM, 112 NÃO e 09 abstenções.” APEFMIG (1990).

Apesar do V congresso da FBAPEF discutir a temática da regulamentação da profissão e decidir “Não à regulamentação da profissão”, no mesmo tópico que tratou sobre esta questão encaminhou como já vimos encaminhamentos da discussão sobre regulamentação de cada espaço específico onde os profissionais de Educação Física estão atuando como academias, clubes, escolas e outros espaços. Esta contradição conforme informações da FBAPEF, foi repassada pelo mesmo informativo acima citado da APEFMIG (Anexo I, APEFMIG, 1990):

“2. Respeitando decisão do V CBEF, esta entidade mantém cronograma de discussão da sobre Regulamentação Profissional. 3. O Conselho de entidades considera importante e solicita às APEFs que mantenham junto aos seus associados a discussão sobre a questão, buscando o aprofundamento em torno da Regulamentação

Profissional. 4. Estamos caminhando subsídios para discussão e confirmamos cadernos 2 e 3 respectivamente dos meses maio e junho, com matérias assinadas. 5. O conselho de Entidades recomenda a ampliação das discussões em torno do “o que” e “como” regulamentar, junto a outros profissionais que já tenham a sua profissão regulamentada buscando também, na prática de outras profissões, elementos norteadores para a nossa posição.”

Duas questões importantes devem ser observadas: a primeira em relação ao episódio do veto do presidente Sarney. Foi publicado no Diário Oficial, pág. 438 Seção I, a mensagem nº 011 do presidente da República José Sarney endereçada ao Senhor Presidente do Senado Federal (Anexo I, Mensagem n. 011, 1990) sobre o que “dispõe sobre o reconhecimento dos profissionais de Educação Física e cria seus respectivos Conselho Federal e Regionais” cita a manifestação do Ministério do Trabalho em que vincula o profissional de Educação Física ao Ministério da Educação como se depreende: “O profissional de Educação Física é, antes de mais nada, professor e instrutor, estando, na maioria das vezes, ligado a um estabelecimento de ensino, naquela qualidade.” (Anexo I, Mensagem n. 011, 1990). Em seguida vincula o profissional de Educação Física ao Conselho Nacional de Desporto como se vê na sequência do despacho: “Com a expansão do esporte no Brasil, ele vem sendo chamado a instruir equipes para competições internacionais. Para tanto, está adstrito às normas específicas e sob a supervisão do Conselho Nacional de Desporto.” (Anexo I, Mensagem n. 011, 1990) Finaliza a argumentação de que regulamentação não traria benefícios aos profissionais, “Em havendo essa estrutura administrativa, não se justifica, a nosso ver, a criação de um Conselho próprio, a exemplo dos órgãos fiscalizadores de profissão, o que viria individualizá-la, o que não achamos oportuno, e o que não traria benefícios concretos aos profissionais”. Assim o Senhor presidente da Republica faz sua redação final: “Estas as razões pelas quais resolvi vetar totalmente o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional”. (Anexo I, Mensagem n. 011, 1990)

É estranho que a representação do Ministério do Trabalho defina que o projeto da regulamentação não traria benefícios ao profissional e também cite o Conselho Nacional de Desporto sem considerar as manifestações deste mesmo conselho que, ao receber em 1988 o processo nº 24.000.007835/85, responde a este processo, no mesmo ano (1988), com argumentos em linha contrária ao Ministério do Trabalho, como se depreende a seguir nas diversas passagens exaradas pelo Conselho Nacional de Desporto – CND (1988) quanto aos anseios da categoria:

“Devemos inicialmente, reconhecer que o presente pleito da Federação Brasileira de Associação de Professores de Educação Física é uma das manifestações que se insere no amplo movimento das aspirações às mudanças e inovações há muito reclamadas pelos profissionais da área e principalmente, pelos dirigentes dos Cursos de Educação Física do país”. (Anexo I, CND, 1988).

Quanto ao fato de o professor de Educação Física atuar no estabelecimento de ensino a resposta do CND ressalta o Parecer 215/87 do Conselho Federal de Educação:

“O efeito mais contundente deste movimento é o Parecer 215/87, do Conselho Federal de Educação, que estruturou o referido curso dando-lhe nova caracterização (...) Por outro lado, as mudanças e inovações que ocorrem, atualmente com o currículo pleno do curso de Educação Física, em busca da definição de nova profissiografia do educador físico, estão intimamente relacionadas com o desenvolvimento e cultivo das práticas das mais variadas modalidades esportivas do País.” (Anexo I, CND, 1988).

A argumentação do CND se estende em 3 folhas em intensas argumentações favoráveis à aprovação do projeto de regulamentação da profissão e para finalizar, destacamos o seguinte posicionamento:

“(...) A regulamentação desta profissão, com a consequente criação dos Conselhos Regionais e Federal, está centrada no contrato ético-social que deve prevalecer entre os profissionais da Educação Física e a Sociedade Brasileira. Este contrato supõe a preservação e a defesa dos interesses coletivos da sociedade que dependem da qualificação profissional e das condições de seu exercício; envolve a atualização e a diversificação das especialidades exigidas pelo mercado de trabalho (...) não podemos desconhecer que a educação física e os desportos estão presente em todos os setores das atividades humanas, organizadas, formal e informalmente através de instituições que contribuem com o desenvolvimento nacional (...) Neste sentido, a FBAPEF, entidade da sociedade civil que se propõe a colaborar com os objetivos da educação física e dos desportos aqui expostos, deve merecer apoio do estado(...)” (Anexo I, CND, 1988).

A segunda questão a ser considerada, se refere a decisão do V congresso da FBAPEF sobre as propostas contraditórias sobre a regulamentação da profissão. Não foram encontrados registros da votação efetiva sobre a regulamentação da profissão quanto às propostas originárias dos estados de maneira geral. Esta informação seria interessante para a identificação da quantidade de delegados de cada estado para sabermos se houve alguma predominância da região, visto que a cidade de Belém do Pará dista mais de 3.000 Km da cidade do Rio de Janeiro ou São Paulo e mais distante ainda de Porto Alegre no Rio Grande do Sul. De qualquer maneira, as repercussões sobre as deliberações do V congresso da FBAPEF se evidenciaram, como veremos a seguir.

Conselho de Entidade, de outubro de 1990. Rio de Janeiro – RJ.

O ofício de n. 013 de 28 de agosto de 1990 emitido pela diretoria da FBAPEF convoca o Conselho de Entidades para a cidade do Rio de Janeiro para discutir e deliberar sobre a seguinte proposta de pauta: “ Análise de

propostas para sede e data do 6º Congresso Brasileiro de Educação Física; Avaliação do 5º CBEF; Avaliação financeira da Entidade e estabelecimento de prioridades; assuntos gerais”. Por imposição estatutária é lembrado a todos a necessidade de se discutir a pauta com antecedência para poder votar na reunião do Conselho de Entidades e convida para participar da reunião da Diretoria da FBAPEF. Não se tem registro se a reunião do CE da FBAPEF ocorreu na cidade do Rio de Janeiro visto que a associação representativa do estado do Rio, a APEF-RJ indicada para receber o CE da FBAPEF se manifesta contra a decisão do V Congresso da FBAPEF realizado em Belém sobre a regulamentação da profissão como veremos a seguir.

Pedido de desfiliação da APEF-Rio da FBAPEF

Devido às deliberações do V Congresso da FBAPEF em Belém, em particular sobre a temática da regulamentação da profissão, a APEF-Rio emite ofício de nº 17/90 com o seguinte teor:

“Recebemos dia 28-08-90 as propostas aprovadas no V Congresso Brasileiro e que constituem, hoje, a proposta política dos Profissionais de Educação Física do país, com bastante preocupação. Vale ressaltar que nos últimos três congressos brasileiros, a proposta de regulamentação da profissão foi aprovada, e várias vezes ratificada, como ponto fundamental da política para os profissionais de Educação Física do país. (...) Em reunião da diretoria, no dia 13-09-90 tomamos a decisão de solicitar nossa desfiliação da FBAPEF.” (Anexo I, APEF-Rio, 1990)

A temática regulamentação da profissão também foi uma preocupação da APEFMIG, pois havia deliberado em seu III Congresso realizado no período de 15 a 17 de de junho de 1990 como se segue:

“Informar um maior número possível de profissionais de Educação Física e amadurecer a questão da regulamentação da profissão para só então tomar algum posicionamento a respeito da mesma. Este

processo deverá ocorrer até o VI Congresso Brasileiro de Educação Física em 1991.” (Anexo I, APEFMIG, 1990)

Tal situação foi repercutindo ao longo do tempo entre elas, o esvaziamento da participação nos eventos da FBAPEF por parte das APEFs estaduais. Outro assunto, este, tratando da própria existência da FBAPEF em função da proposição de unificação/extinção desta entidade passando todo o contingente dos profissionais de Educação Física para o comando da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação – CNTE, foi evidenciado, como veremos mais adiante.

Conselho de Entidades da FBAPEF – Cuiabá - 22 e 23 de fevereiro de 1991.

Dando continuidade às discussões das propostas aprovadas no 5º Congresso de Educação Física, realizado em julho/90, em Belém/PA, ocorre a reunião do Conselho de Entidades da FBAPEF, em Cuiabá, nos dias 22 e 23 de fevereiro de 1991, FBAPEF (1991), referentes ao caráter da FBAPEF e a unificação orgânica da FBAPEF à CNTE. Conforme o documento “anexo 4”, (Anexo I, FBAPEF, 1991) os relatos por parte dos representantes dos Estados, presentes a reunião, constata, basicamente, três situações referentes ao nível das discussões: a quase completa desinformação sobre a questão; a questão discutida com superficialidade; a questão amplamente discutida. Explicita que:

“As posições refletidas, a partir das discussões, da mesma forma, se diferenciam, chegando a apresentar, claramente, antagonismos que levam às propostas contrárias entre si no tratamento da mesma questão (...) um estado considerando a discussão já bem amadurecida, encaminha ao seu Congresso Estadual, proposta de extinção do movimento Apefiano, entendendo que as questões acadêmicas e pedagógicas da Educação Física devem ser encampadas pelo CBCE e as questões políticas, pelos sindicatos; (...)” (Anexo I, FBAPEF, 1991)

Três estados apontam dificuldades para o amadurecimento dessa questão e manifestam suas posições. Apontam a ausência de documentos mais esclarecedores sobre a Unificação e a preocupação em tomar uma decisão que contrarie a base. Há o entendimento de que, tendo em vista que a maioria dos profissionais daquele Estado já são sindicalizados, o ponto em questão estaria equivocado, ou seja, não se trata de unificação, mas sim de extinção da APEF. Outros dois estados manifestam que a discussão não foi efetiva no estado, mas adianta que parte da diretoria é contrária à unificação. E no segundo estado a questão se torna confusa, pois as pessoas se prendem às questões afetivas em relação à organização de sua categoria, e também apontam a inoperância local do Sindicato dos Professores. Considerando esses posicionamentos, os presentes desenvolveram as discussões e produziram as posições citadas a seguir:

- “1. a necessidade de analisar a Educação Física pelo princípio do modelo de trabalho existente no mundo capitalista;*
- 2. impõe-se a reflexão: se a proposta de extinção da Entidade vai se dar pela necessidade de incorporação aos movimentos mais amplos ou por impossibilidade de autosustentação;*
- 3. questiona-se: porque é possível a existência do CBCE e não da FBAPEF?*
- 4. é necessário que o professor de Educação Física se entenda enquanto trabalhador, para que possa entender e valorizar os movimentos mais gerais dos trabalhadores;*
- 5. a formação universitária é uma grande responsável pelas limitações dos professores de Educação Física; temos que ter esta percepção e encontrar mecanismo de esclarecimento junto à categoria, a fim de que as decisões tenham o peso da vontade da base;*
- 6. o corporativismo deve ser superado sem emotividade; é imprescindível a participação dos professores de Educação Física nos sindicatos; é preciso vontade política.” (Anexo I, FBAPEF/CE, 1991)*

Estes pontos de pauta, conforme decisão do 5º Congresso Brasileiro, subsidiaram a definição do caráter dessa discussão para o próximo Congresso, ficando definido como tema do 6º Congresso Brasileiro de Educação Física: “O professor de Educação Física, um trabalhador em questão”; e, como temas para debate: “A FBAPEF e as APEF’s: balanço crítico, impasses e perspectivas” – Mesa redonda na qual serão apresentadas teses sobre a questão; e Unificação-relatos da prática” – Mesa Redonda, onde outras Entidades farão sua exposição sobre o processo de Unificação por elas vivenciado.

VI Congresso da FBAPEF(1991)

CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
BH - 91
O profissional de Educação Física
Um trabalhador em questão

Realização:

- Federação Brasileira de Associação de Profissionais de Educação Física – FBAPEF
- Associação dos Profissionais de Educação Física de Minas Gerais – APEFMIG

Promoção:

- Scout Promoções – Av. Prudente de Moraes, 621 sala 712 – CEP 30.380 – Fone: (031) 344-9971 FAX (031) 344-0322

Data:
De 28 de julho a 02 de agosto de 1991

Local:
Ginásio do Mineirinho
Av. Antônio Abrahão Carmo, 1.000
Pampulha – Belo Horizonte – MG.

INFORMAÇÕES GERAIS

1 – Inscrições:
Podem ser feitas:
– Diretamente na Scout Promoções (Av. Prudente de Moraes, 621 - sala 712), até o dia 26 de julho
– Pelo correio com cheque nominal à Scout Promoções Ltda. através de carta registrada.
– Na secretaria do evento, no Mineirinho nos dias 27 e 28 de julho de 1991.

Taxa de inscrição no Congresso:

	Acadêmicos e Sócios de APEF's	Não Sócios de APEF's
Até 30/05	6.000,00	10.000,00
De 30/05 a 20/06	8.000,00	13.000,00
De 20/06 a 20/07	9.000,00	14.500,00
Após 20/07	10.000,00	16.000,00

Taxa de inscrição nas oficinas:
– Oficinas de 4 horas: 1.000,00 por oficina
– Oficinas de 8 horas: 2.000,00 por oficina

OBS: Para inscrição na condição de sócio da APEF o congressista deverá comprovar que está quite com a entidade no ato da inscrição.

2 – Hospedagem:

- Mineirinho:
Alojamento
Valor da diária em maio/91 Cr\$ 316,00
Reservas: (031) 441-6133
- Apartamentos para 4 pessoas
Valor da diária em maio/91: Cr\$ 2.110,00
Reservas: (031) 441-6133
(Garantia de Reservas para o Mineirinho e Mineirinho, até o dia 10/06)
- Hotéis:
1) ** Hotel Itáliaia (031) 212-3300

PROGRAMAÇÃO

Conferência Inicial:
“A escola pública, os trabalhadores em educação e a ordem social vigente”
– Prof. Carlos Roberto Jamil Cury – UFMG

Mesa Redonda (1):
“A FBAPEF e as APEF's: balanço crítico, impasses e perspectivas.”
– Diretoria da FBAPEF
– Representantes de diferentes teses sobre o movimento.

Mesa Redonda (2):
“Unificação Sindical: Relatos da prática.”
– Representante do CPERS – Sindicato R.S.
– Representante do SIND-UTE/MG
– Representante da Associação Brasileira de Geógrafos – Seção Belo Horizonte
– Presidente da ANPAE

Mesa Redonda (3):
“Políticas públicas em educação física e desporto.”
– Professor Paulo Rubens Santiago – UFPE
– Professor Eduardo Dias Manhães – SUDERJ
– Representante da Secretaria de Desporto da Presidência da República.

Debate:
A Educação Física e o Desporto para portadores de deficiência e o Estado.
– Prof. Pedro Américo Sobrinho – UFMG.
– Prof. Apolônio Abadio do Carmo – UF Uberlândia
– Representante da Coordenadoria de Educação Especial – S.N.E.B/MEC.
– Representante do Departamento de Desporto das pessoas portadoras de deficiência – Sec. dos Desportos da Presidência da República.

OFICINAS DE 4 HORAS

- 1 – Atividades físicas em ambientes tropicais
– Prof. Emerson Silami Garcia – UFMG
- 2 – Organização do trabalho escolar
– Prof. Álvaro Luiz Moreira Hyppólito – UFPEL/RS
- 3 – Paradigmas científicos e pesquisa em Educação Física no Brasil.
– Prof. Sílvia Sanches Gamboa – UNICAMP
- 4 – Educação Física para deficientes.
– Prof. Pedro Américo de Souza Sobrinho – UFMG
- 5 – O Movimento Corporal Humano e a Educação Física.
– Prof. Paulo Guiralde Jr. – UF Uberlândia
- 6 – Desporto, Estado e Sociedade.
– Prof. Valter Resende – U.F. Marília

Figura 8 – VI Congresso Brasileiro de Educação Física. FBAPEF.

Fonte: APEFMIG / FBAPEF, Belo Horizonte, MG. 1991.

Sob o tema “O Profissional de Educação um trabalhador em questão”, é realizado pela Federação Brasileira de Associação de Profissionais de Educação Física – FBAPEF e a Associação dos Profissionais de Educação Física de Minas Gerais – APEFMIG, no período de 28 de julho a 02 de agosto de 1991, na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais, o VI Congresso Brasileiro de Educação Física, (Fig. 8). Esse congresso teve uma diferenciação organizacional dos demais, pois foi contratada a “Scout Promoções” que promoveu a parte logística e o marketing do evento, cabendo a condução dos trabalhos acadêmicos e políticos pela direção da FBAPEF E APEFMIG. É preciso atentar para o tema do Congresso: “O Profissional de Educação um trabalhador em questão”, que se diferencia do que foi aprovado na reunião do Conselho de Entidades da FBAPEF, em Cuiabá, nos dias 22 e 23 de fevereiro de 1991, qual seja: “O Professor de Educação Física, um trabalhador em questão”. Esta situação remete a reflexão sobre o que já se configurava em 1984 por ocasião da elaboração da carta de Belo Horizonte, em que Inezil Penna Marinho chama a atenção para a dificuldade em se manter a denominação “Professor”, no sentido de se regulamentar a profissão. A programação deste Congresso (Anexo I, FBAPEF, 1991) se configura como se segue:

“Conferência inicial: “ A escola pública, os trabalhadores em educação e a ordem social vigente” Prof. Carlos Roberto Jamil Cury – UFMG. Mesa Redonda (1): “A FBAPEF e as APEFs: balanço crítico, impasses e perspectivas.” Diretoria da FBAPEF. Representantes de diferentes teses sobre o movimento. Mesa Redonda (2): “ Unificação Sindical: Relatos da prática.” Representante do CPERS – Sindicato R. S. Representante do SIND – UTE/MG Representante da Associação Brasileira de Geógrafos – Seção Belo Horizonte Presidente da ANPAE. Mesa Redonda (3): “Políticas públicas em educação física e desporto.” Professor Paulo Rubens Santiago – UFPE. Professor Eduardo Dias Manhães – SUDERJ Representante da Secretaria de Desporto da Presidência da República. Debate: A Educação Física e o Desporto para

portadores de deficiência e o Estado. Prof. Pedro Américo Sobrinho – UFMG. Prof. Apolônio Abadio do Carmo – UF Uberlândia. Representante da Coordenadoria de Educação Especial – S. N. E. B/MEC. Representante do Departamento de Desporto das pessoas portadoras de deficiência – Séc. dos Desportos da Presidência da República. Trabalhos em Grupo. Plenárias. Eleição da Diretoria da FBAPEF.”

O órgão informativo da APEF-DF “Movimento”, de número 01/1992, publica na íntegra as deliberações do VI Congresso da FBAPEF realizado em Belo Horizonte das quais se destacam:

“Que a FBAPEF e as APEFs mantenham a sua organização, ampliando a discussão sobre a unificação, buscando obter maiores informações sobre a estrutura e o funcionamento de outras entidades Sindicais e Científicas; encaminhar o processo da reforma estatutária para o VII congresso; referendar o conjunto de deliberações do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública; estabelecer estratégias para a elaboração da política de Desporto Nacional (LDBD) e consequentes definições de propostas de modificação do “Projeto Zico” e finalmente expressa no manifesto “a necessidade de fortalecimento do Movimento Sindical conclamando a todos os profissionais de Educação Física do país, a necessidade do engajamento nos sindicatos dos Trabalhadores em Educação, comprometidos com a defesa do ensino público, gratuito, laico, democrático e de boa qualidade”. (Anexo I, APEF-DF, 1992)

A eleição da nova Diretoria da FBAPEF ocorre sem disputa pois somente uma chapa se inscreveu. A decisão de manter a organização da FBAPEF supera uma etapa importante, e a regulamentação da profissão foi evidenciada principalmente pelas APEFs estaduais. Como visto, não houve a efetivação da unicidade sindical, mas sim o chamamento para o fortalecimento sindical, porém mantendo a organização associativista da FBAPEF e suas entidades filiadas, as APEFs.

Conselho de Entidades. 15 e 16 de setembro de 1991. Uberlândia - MG

A nova Diretoria convoca através do ofício de nº 009/91, (Anexo I, FBAPEF 1991), o Conselho de entidades da FBAPEF para os dias 15 e 16 de setembro de 1991, em Uberlândia, dá seguimento às deliberações do VI Congresso. Um dos encaminhamentos interessantes desse Conselho foi a construção do quadro de avaliação do movimento das Apefs, registrados e efetuados no anexo 7: Apefs ativas: “PA, AP, AC, PI, AL, MT, MS, DF, MG, SC, RS. Ativas e distantes da FBAPEF: MA, BA, GO, SP, RJ. As Apefs as quais não se tinha notícias: RR, TO, AM, RO, CE, RN, PB, PE, SE, ES, PR”. Em função deste quadro, a Diretoria da FBAPEF delibera para os ocupantes dos cargos de Vices-Regionais: “Terão autonomia para mobilizarem sua região (...) deverão fazer uma reunião mensal em sua região”, estabelece ainda que a Diretoria fará reunião mensal por telefone. Antes da realização do VII Congresso, a diretoria convoca mais duas reuniões do Conselho de Entidades: no período de 21 a 23 de fevereiro de 1992 em Maceió, e no período de 23 a 25 de julho de 1992 em Cuiabá.

Conselho de Entidades. 21 a 23 de fevereiro de 1992. Maceió – AL

O ofício circular de nº 14/91 (Anexo I, FBAPEF, 1992) faz a convocação do Conselho para os dias 21, 22 e 23 de fevereiro na cidade de Maceió, capital do estado da Alagoas com a seguinte pauta e respectivos sub itens:

“1) Informes e encaminhamentos (Fichas de cadastros, LDB e LDBD, finanças e propostas de Reforma Estatutária para a FBAPEF); 2) Informes das Vices-Regionais. (Encontros Regionais, APEFs a serem mobilizadas; 3) VII Congresso Brasileiro de Educação Física; 4) Assuntos Gerais”.

A seguir como demonstrou o documento anexo da FBAPEF o Conselho aprovou em relação a reforma do Estatuto, alterar a expressão “Vice-Regional” para “Coordenado Regional”; manter os cargos de 1º Secretário e 1º Tesoureiro reformulando suas funções e definições para garantia do quórum no

congresso da FBAPEF. A periodicidade do congresso passa a ser de 2 em 2 anos intercalado com os fóruns de caráter regional (APEFs Estaduais) ou os congressos do CBCE e a definição de que somente os delegados poderão votar. A realização do congresso de dois em dois anos ocorreu pelo que se depreendeu, em função das sucessivas ausências de várias APEFs e como sugestão para superar esta situação. Outro indicativo, foi a solicitação para o envolvimento dos Vices-Regionais em busca de contato com as APEFs ausentes das instâncias deliberativas da FBAPEF. Outras sugestões foram registradas, para a realização do VII Congresso Brasileiro de Educação Física, tais como: oficinas, mesas redondas e estratégias de organização e avanço do Movimento. Os temas propostos foram os seguintes: planejamento, conteúdos e metodologia; legislação; Educação Física Escolar; tendências pedagógicas; esporte na escola; avaliação na Educação Física; ensino da Educação Física em turmas mistas; Educação Física no ensino noturno; políticas públicas de Educação Física e do Desporto; formação profissional.

Conselho de Entidades. 23 a 25 de julho de 1992. Cuiabá – Mato Grosso

Em conformidade com o artigo 15, alínea do Estatuto, a diretoria da FBAPEF convoca o Conselho de Entidades da FBAPEF, (Anexo I, FBAPEF, 1992) para o período de 23 a 25 de julho de 1992 em hotel fazenda com a seguinte pauta: “1. Relato da situação das APEFs; 2. VII Congresso Brasileiro de Educação Física. 3. Reforma Estatutária da FBAPEF; 4. Regimento do VII Congresso; 8º Congresso Brasileiro de Educação Física; 6. Assuntos gerais.”

Conforme se verifica no relatório a conferência e análise de documentação para efeito de credenciamento de delegados para participação no Congresso da FBAPEF exigiu detalhamentos de itens de caráter organizativos para credenciamento das respectivas APEFs estaduais desde a data de registro de expedição pelo correio, a data de abertura do envelope para conferência e análise, o comprovante de ordem de pagamento à FBAPEF e quitação de débitos. Também se considerou importante a relação nominal dos delegados representantes e respectiva ata da Assembleia que elegeu os

delegados, constando os nomes dos delegados seus respectivos suplentes e as propostas a serem defendidas no VII congresso. A extensa lista de exigências prossegue com a especificação da listagem de assinaturas dos associados presentes à Assembleia, o documento probatório de convocação da Assembleia e a relação nominal de todos os associados quites com a tesouraria, acompanhados de respectiva data de filiação. Estes detalhamentos foram sendo aperfeiçoados ao longo do tempo desde o episódio do III Congresso da FBAPEF o que demonstrou grande empenho do movimento para sua efetiva organização e a valorização da democracia. No entanto, a falta da participação das APEFs pelos registros históricos apontam para a falta de sua principal bandeira, qual seja a regulamentação da profissão.

VII Congresso da FBAPEF

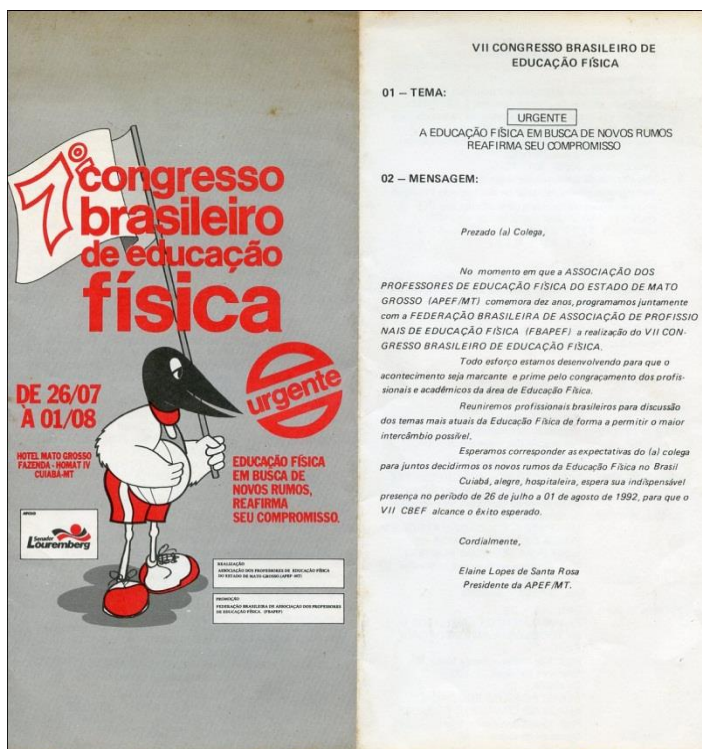


Figura 9 – VII Congresso Brasileiro de Educação Física. FBAPEF.

Fonte: APEF – MT / FBAPEF. Cuiabá, MT 1992

O 7º Congresso Brasileiro de Educação Física realizou-se em Cuiabá, capital do Mato Grosso, de 26 de julho a 01 de agosto de 1992 (Fig. 9) com o seguinte tema: “Urgente – A Educação Física em busca de novos rumos, reafirma seu compromisso”. (Anexo I, FBAPEF, 1992).

Constou na programação oficial deste evento a sessão de abertura com uma conferência, a execução de oficinas, 3 mesas a saber: Políticas

Públicas da Educação Física e Desportos, Formação Profissional e Estratégias de Organização dos Profissionais de Educação Física e a Reforma Estatutária

da FBAPEF. Constou, ainda, a apresentação de temas livres, Trabalhos em Grupos; relato das Apefs e a realização de duas plenárias finais nos dois últimos dias. O evento foi realizado em um hotel fazenda, pela primeira vez fora das instalações em que tradicionalmente ocorriam, ou seja, nos ginásios poliesportivos.

Nas deliberações aprovadas do documento final, (Anexo I, FBAPEF 1992a) constam os pontos relativos ao projeto da LDB, no sentido de a entidade reafirmar o compromisso de aprovação do mesmo, a partir das definições emanadas do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, assumindo, também, todas as tarefas necessárias para obtenção de tal êxito; a emissão para as APEFs estaduais a base do projeto de LDBD e as propostas aprovadas com retorno até a realização do Conselho de Entidades a ser realizado em novembro de 1992. Quanto às ações referentes às aulas de Educação Física da pré-escola à 4ª série, deliberou-se encaminhar às Apefs a discussão da atuação do Profissional de Educação Física e a luta para retirar a obrigatoriedade do professor regente de classe não habilitado de ministrar essas aulas.

Em relação ao ensino superior, as deliberações propõem às APEFs estaduais que se aproximem das IES na discussão dos seus currículos, ementas e na definição do perfil do profissional de Educação Física. Também manifesta preocupação em analisar a produção científica dos mestrados e periódicos referentes ao período de 1975 a 1984 na área da Educação Física e áreas correlatas (Sociologia, Filosofia, História, etc...), com o objetivo de explicitar o grau de comprometimento das mesmas na perspectiva de transformação da realidade social. Propõem também, que as Apefs estaduais efetuem eventos conjuntos com o CBCE. Sobre a temática unificação dos trabalhadores em Educação, dá prosseguimento aos encaminhamentos acertados no VI congresso da FBAPEF em Belo Horizonte, indicando a obtenção de informações sobre as estruturas das entidades sindicais, em nível nacional e das científicas do CBCE. Os resultados dos debates do VII congresso ainda trazem severas críticas ao governo do presidente Collor e propõe ao CBCE a formulação conjunta de moção de repúdio à políticas

públicas do governo Collor, à Olimpíada Brasília 2000 e a sua secretaria de Esportes. Sobre a reforma estatutária, promove alterações sobre os aspectos financeiros relativos aos repasses das APEFs estaduais estabelecendo que sejam feitos repasses mensais de 10% da arrecadação das mesmas à FBAPEF. Aprova nova proporcionalidade de 5 associados para obtenção de um delegado, quando se tem até cem associados, e de 101 A 1000 sócios, de mais 2 delegados. A FBAPEF aprova a realização de seu congresso de dois em dois anos como também substitui o termo vice-presidentes para coordenadores regionais. Aprovou-se ainda a prorrogação da diretoria em vigência, por mais um ano, e mandato tampão com membros do Conselho de Entidades a ser definido em uma reunião extraordinária.

No Boletim, FBAPEF – Representativa e de Luta. Gestão 91-93. Fevereiro de 1993 (Anexo I, FBAPEF, 1993), diversas notícias, entre elas:

“FBAPEF – balanço da gestão”; “Documento final das deliberações do VII Congresso da FBAPEF, realizado em Cuiabá”; “A nova LDBD (Projeto Zico)”; “A FBAPEF no XXIV Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE”; “Moção de repúdio à política pública do governo Collor, a Olimpíada Brasília 2000 e a Secretaria dos Desportos da Presidência da República”; “Foi aprovado na Câmara do Deputados dia 26-01-93 o PL 965-91 (Projeto Zico); “Informes gerais sobre a tramitação da LDB”; “LDB – Histórico”.

Algumas das notícias elencadas no boletim acima foram desdobradas no Conselho de Entidades da FBAPEF como veremos a seguir.

Conselho de entidade. 04 a 06 de dezembro de 1992. Florianópolis – SC.

A Diretoria realizou, ainda em 1992, no período de 04 a 06 de dezembro em Florianópolis – SC a reunião do Conselho de entidades da FBAPEF. Constatou do ofício circular nº 018/92 a convocação às APEFs, com a seguinte pauta:

“1. Avaliação do 7º Congresso; 2. Cadastro dos associados das APEFs; 3. Lei de Diretrizes e Bases do Desporto; 4. VIII Congresso – análise dos projetos; 5. Caderno de Encargos para organização de Congresso da FBAPEF; 6. Assuntos Gerais.” (Anexo I, FBAPEF, 1992b)

Como resultado da reunião foram enviados disquetes para as APEFs para fins de cadastro. Foram indicadas as APEFs de São Paulo e Brasília em virtude de nenhuma APEF se apresentar para sediar o próximo congresso devendo discutir o assunto novamente no próximo Conselho. Realizou-se a leitura e discussão do Projeto de Lei 965 sobre Desporto e elaborado um substitutivo para ser apresentado ao Secretário de Desporto Márcio Braga do governo federal. A FBAPEF solicita às APEFs que enviem telegrama aos deputados de seus respectivos estados com finalidade de apoiar o projeto elaborado pela FBAPEF. Foi elaborado o caderno de encargos contendo os objetivos, a estrutura física, os recursos humanos, materiais e financeiros para que as APEFS se balizem para sediar o congresso da FBAPEF. Foi feita a revisão do estatuto com intenção de registro em cartório. A discussão do Regimento foi adiado para a reunião seguinte do conselho e finalmente foi realizada a avaliação da reunião do conselho com a solicitação de que todos atentem ao cumprimento dos horários estabelecidos para o desenvolvimento dos trabalhos. Foi indicada a cidade de Brasília para sediar o próximo Conselho com data prevista para o período de 1º a 3 de maio de 1993.

Conselho de Entidade. 10 a 13 de junho de 1993. Brasília – DF.

O Conselho de Entidades convocado para o mês de maio não aconteceu tendo sido realizado no período de 10 a 13 de junho. Em seus resultados encontramos as seguintes informações, (Anexo I, FBAPEF, 1993): “mandato tampão da diretoria da FBAPEF gestão 93/94 e plano de ação já enviado para as APEFs”, informação esta apresentada pelo seu boletim FBAPEF Representativa e de Luta, Gestão 91/93 – Dez/93. Deste boletim destacamos, também, duas informações importantes: a promoção, em 24 de junho do

seminário, “A Educação Física e o Desporto Escolar na LDB. LDB (Projeto Zico) e Lei Orgânica do DF: Avanços ou Retrocessos?”; a segunda informação trata do “Congresso SESC de Ginástica”, realizado na cidade de Santos – SP, em julho de 1993, para discutir a temática da Regulamentação da Profissão, sendo a FBAPEF representada por seu presidente Ednaldo Filho e representantes das APEFs, Rio e São Paulo, respectivamente os professores Ernâni Contursi e Maria Cleide. As discussões sobre as Leis para o Desporto estavam em efervescência, e a questão da regulamentação da profissão continuava na pauta das APEFs estaduais, como vimos.

Conselho de Entidade .1993. 03 e 04 de setembro. Brasília - DF.

O of. Circular de nº 09/93, emitido em 13 de setembro de 1993, (Anexo I, FBAPEF, 1993), encaminha as deliberações da reunião do Conselho de Entidades realizado em 03 e 04 de setembro de 1993, em Brasília, contendo a organização do VIII Congresso com previsão de realização nessa mesma capital, para o período de 17 a 23 de julho de 1994. Manifesta também um alerta sobre as discussões sobre a LDB e a LDBD, e a preocupação da falta da presença das APEFs: “(...) estamos ressentindo a ausência de participação da maioria de nossas filiadas.”

Como já visto, desde o Congresso da FBAPEF na cidade de Florianópolis, as discussões sobre a organização interna do movimento prosseguiu, assim como houve cumprimento das convocações das instâncias decisórias da FBAPEF para tratar de assuntos importantes, mas nem assim houve a adesão efetiva das demais APEFs. Esta situação continuou a perdurar como veremos a seguir, em função da convocação do Conselho de Entidades da FBAPEF para a cidade de Capão da Canoa, no estado do Rio Grande do Sul.

Conselho de Entidade. 30 de março a 01 de abril de 1994. Capão da Canoa - RS.

Iniciando o ano de 1994, a Diretoria realiza em 30 de março a 01 de abril em Capão da Canoa o Conselho de Entidades da FBAPEF. O of. Circular de nº

003/94 da Diretoria volta a manifestar às APEFs estaduais a preocupação quanto a as ausências:

“(...) Passados 08 (oito) meses de diversas tentativas de mobilizações e correspondências com as Apefs no intuito de fazer cumprir as deliberações aprovadas nos últimos Conselhos de Entidades, acuso quase completa desinformação da realidade das lutas vivenciadas e desencadeadas pelas mesmas(...) venho rogar retorno imediato de informações sobre confirmação de presença, bem como justificativa de suposta ausência” (Anexo I, FBAPEF, 1994)

Reforça o convite para a reunião do Conselho de Entidades supracitado e a diretoria, reafirma o compromisso de assumir o “mandato tampão” para 93/94, já que em 1993 não aconteceria o Congresso da FBAPEF por decisão deste acontecer de dois em dois anos. Neste evento, novamente, fica evidenciado as ausências das APEFs e desta vez conforme o of. Circular de nº 003/94 citado acima com o pedido veemente para que as APEFs retornem ao movimento.

Adiamento do VIII Congresso da FBAPEF de julho de 1994

Após a convocação em 24 de maio pela diretoria da FBAPEF para a realização do Conselho de Entidades a ser realizado no período de 16 a 18 de julho de 1994, em Brasília, a FBAPEF recebe o fax emitido em 24 de junho pela Diretoria da APEF-DF, (Anexo I, 1994) com o seguinte comunicado:

“(...) A indefinição do cenário político eleitoral com questionamentos junto ao Supremo Tribunal Federal – STF; o cenário econômico completamente instável com mais uma troca de moeda, somado à realização da Copa do Mundo que convergiu o interesse de maior parte dos patrocinadores, culminaram na inviabilização logística da Feira e por conseguinte do evento. Ainda que já houvéssomos confirmado a presença de todos os palestrantes/convidados e

montado toda a estrutura político-pedagógica do 8º CBEF, entendemos pelo adiamento, apontando indicativamente a data de 06 a 11 de dezembro de 1994, a ser referendado pelo próximo Conselho de Entidades, instância deliberativa do movimento. Avaliamos que neste período conseguiremos materializar um Congresso que represente condignamente os profissionais de Educação Física do Brasil, cercado de pleno êxito e condizente com a sua inserção no âmbito sócio político educacional e cultural.”

Tal situação é corroborada pelo of. da APEFMIG, (Anexo I, 1994), emitido em 11 de julho de 1994, com o seguinte teor: “Comunicamos o adiamento do VIII Congresso Brasileiro da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais de Educação Física – FBAPEF, cuja data será definida pelo Conselho de Entidades da FBAPEF.” Entre as propostas aprovadas no VI Congresso Mineiro que seriam apresentadas no VIII Congresso da FBAPEF, destaca-se alguns itens, entre eles a temática sobre a LDB, a discussão da inclusão do profissional da Educação Física na equipe de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), e ainda: “que a FBAPEF e as APEF’s estaduais promovam a reabertura das discussões sobre a regulamentação da profissão” APEFMIG, (1994), e como haveria eleições para a diretoria da FBAPEF indicou-se a promoção da escolha dos membros da diretoria da FBAPEF sob o critério da regionalização. Estas propostas antecedem aos Conselhos de Entidades, respectivamente: 16 a 18 de julho em Brasília e também no período de 19 a 21 de agosto de 1994 em Juiz de Fora - MG.

Conselho de Entidades. 19 a 21 de agosto de 1994. Juiz de Fora – MG.

Nesta reunião é aprovada a nova data do VIII Congresso para ser realizado em Brasília com o acréscimo do tema Regulamentação da Profissão, cabendo ao Presidente da FBAPEF a justificativa para a necessidade de reabertura do tema e também observância dos pontos de vista dos demais participantes de tal debate (Regulamentação da Profissão: Novas Abordagens).

Sobre isto, a FBAPEF emite o ofício circular 011/94 de 25 de outubro, com seguinte teor:

“Vimos cumprimenta-lo (a), na oportunidade em que da realização do 8º CBEF (Congresso Brasileiro de Educação Física) serão tematizadas e encaminhadas, diante da conjuntura atual, questões de profunda relevância para nossa área. Haja visto como exemplos, a formação dos primeiros bacharéis em Educação Física trazendo à tona a necessidade de reinterpretar a questão da ‘Regulamentação da Profissão’, bem como a futura LDB que reformulará, conseqüentemente, o Decreto-Lei 69450/71, a legislação básica de Educação Física Escolar”. (Anexo I, FBAPEF, 1994)

A reunião do Conselho também aprovou encaminhar para todas as APEFs afastadas da FBAPEF, o envio de um ofício circular com as informações necessárias para retornarem ao movimento, com vistas à participação no VIII Congresso Brasileiro. (Anexo I, FBAPEF, 1994.)

Conselho de Entidades em Brasília - 03 a 05 de dezembro de 1994

Antecedeu o VIII Congresso o Conselho de Entidades, no período de 03 a 05 de dezembro de 1994, evento este em que o Coordenador da Região Sudeste apresenta o seu relatório das atividades realizadas. Informou e destacou a produtividade dos encontros realizados com as APEFs São Paulo e Rio de Janeiro, sendo que esta última se fez representar por um observador no Conselho de Entidades, realizado no período de 19 a 21 de agosto de 1994, em Juiz de Fora. Em função destes contatos tinha-se a expectativa de que as APEFs Rio e São Paulo viessem a participar do VIII Congresso em Brasília. Não foi feito contato com a APEF Espírito Santo pois a mesma se encontrava desativada. Terminado o relato do Coordenador da região sudeste, também o Presidente da FBAPEF cumpre sua tarefa deliberada no Conselho de Entidades de Juiz de Fora ao apresentar o documento emitido em 06 de dezembro de 1994, no sentido de contribuir com as discussões no VIII

Congresso. Entre os itens principais, destacam-se questões relativas à: sucessão da FBAPEF; Conjuntura do Movimento; retomada da discussão sobre a Regulamentação da Profissão manifestada nos Congressos Estaduais das APEFs e retomada da criação dos Conselhos Profissionais de Educação Física. Em relação à composição dos membros da Diretoria pretende-se que seja possibilitada a composição do “tripé” (Presidência/Secretaria/Tesouraria), aos ocupantes destes cargos que tenham proximidade territorial.

VIII Congresso da FBAPEF (1994)

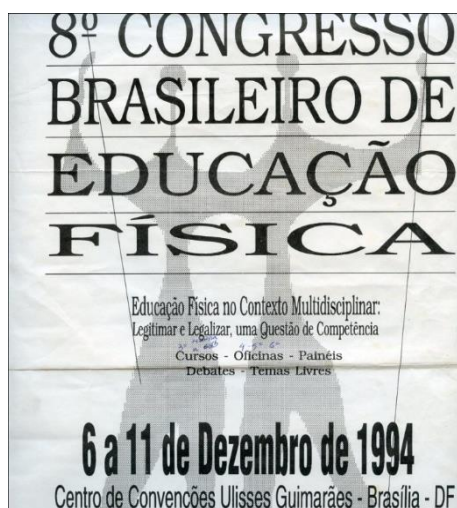


Figura 10 – VIII Congresso Brasileiro de Educação Física. FBAPEF.

Fonte: APEF – DF / FBAPEF. Brasília, 1994

Com o tema “Educação Física no Contexto Multidisciplinar: Legitimar e Legalizar, uma Questão de Competência” (Fig. 10), é realizado em Brasília – DF no período de 6 a 11 de dezembro de 1994 o VIII Congresso da FBAPEF. Em seu primeiro dia são realizadas as inscrições e a aprovação pela plenária o regimento do congresso e o regimento eleitoral. Seguindo a programação são realizados: Abertura oficial com a Conferência, o debate sobre a sucessão; os cursos e oficinas: o debate sobre FBAPEF, (1994), “Regulamentação da Profissão – Novas abordagens”; o grupo

de trabalho sobre Regulamentação da Profissão; a apresentação de 3 painéis – a) Aspectos Multidisciplinares da corporeidade; b) Educação Física: Legitimidade e Legalidade no Contexto Formal e Não Formal; c) Organização dos Profissionais: suas contribuições no contexto da Educação Física: CBC, CNTE, CONTEE, ANDES, EXNEEF, FBAPEF.

As propostas aprovadas foram: 1. LDB. Que a FBAPEF apoie o Caput do art. 30 do projeto no Senado; Defesa da supressão do inciso 3º do art. 30 do projeto do Senado; Defesa da supressão do inciso 5º do art. 47 do projeto do Senado. Sobre as Leis Complementares: não elaboração de Lei Complementar

da Educação Física, deixando as decisões quanto as especificidades pelas escolas em seu projeto político-pedagógico; Que a FBAPEF não aceite a apresentação de Lei Complementar pelo Executivo.

Em relação a Regulamentação da Profissão: que a FBAPEF encampe a luta pela “regulamentação, já!” Para essa proposta, foi apresentado o seguinte calendário: acompanhamento do projeto de regulamentação pela Comissão a ser entregue no Conselho de Entidades na data de 15 de março de 1995, seguido do envio para as APEFs até 20 de março; retorno das propostas das APEFs para a comissão e diretoria da FBAPEF até a data de 15 de junho e, neste mesmo mês do ano de 1995, a realização do Conselho de Entidades antecedendo a realização do Congresso Extraordinário da FBAPEF.

Quanto ao processo eleitoral, foi eleita a nova Diretoria da FBAPEF e o aspecto anteriormente referido, o “tripé”, foi plenamente alcançado, pois os três cargos, Presidente, Secretário e Tesoureiro pertenciam a mesma região, ou seja, Brasília, excetuando-se o Vice-Presidente que pertencia a Minas Gerais.

A não realização do Congresso Extraordinário da FBAPEF – Junho de 1995 e o posicionamento da APEF - RS

O Congresso Extraordinário não foi realizado, tendo a APEF-RS se posicionado sobre este fato. O jornal da APEF – RS, datado de 9 de julho de 1996 na cidade de Uruguaiana, contém várias informações aos associados sobre o seu 8º congresso realizado nos dias 22 e 23 de junho deste mesmo ano. Na chamada da matéria “Deliberações fortes”, emite os seguintes posicionamentos sobre a FBAPEF:

“Considerando que a FBAPEF – Federação Brasileira das Associações de Profissionais de Educação Física até a presente data não promoveu, nem deu notícias sobre a realização do Conselho de Entidades; Considerando a inércia da FBAPEF até a presente data; Considerando que até a presente data a FBAPEF não encaminhou a ata do Congresso Brasileiro realizado em dezembro/94; o Congresso deliberou que a APEF/RS não mais se

considera representada pela FBAPEF, nem respalda suas decisões, atos e deliberações e que, através deste, dá ciência a todas as entidades públicas e privadas desta decisão, até que haja cumprimento das normas estatutárias pela Entidade Nacional.”
(Anexo I, APEF-RS, 1996)

A caminhada pela regulamentação profissional

O jornal acima citado, resgata o histórico sobre o que nominou de “Caminhada pela Regulamentação Profissional” e traz informações a partir de 1994, quando o congresso da FBAPEF aprova a temática “Regulamentação da Profissão” e, neste histórico, indica o ano de 1995 como sendo o ano da retomada da regulamentação da profissão. Nesse sentido, informa que a APEF-Rio apresenta a minuta do projeto de Lei ao Deputado Eduardo Mascarenhas. Este apresenta Projeto de Lei sob no 330/95 na Câmara dos Deputados, dando início aos trâmites legais. Importa ressaltar que a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, publica em 1995 “Recomendações para a elaboração de Projetos de Lei destinados a regulamentar o exercício de profissões”. Nesse documento, ao citar o art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal, explicita a necessidade para que todos os projetos com a intencionalidade de regulamentar a profissão deveriam atender cumulativamente:

“ – imprescindibilidade de que a atividade profissional a ser regulamentada, exercida por pessoa desprovida da formação e das qualificações adequadas, possa oferecer riscos à saúde, ao bem-estar, à segurança ou aos interesses patrimoniais da população; real necessidade de conhecimentos técnico-científicos para o desenvolvimento da atividade profissional, os quais tomem indispensável a regulamentação; – exigência de ser atividade exercida exclusivamente por profissionais de nível superior, formados em curso reconhecido pelo “ Ministério da Educação e do Desporto”.

Segundo o jornal da APEF – RS, ainda em 18-04-95, há o encaminhamento do Projeto de Lei à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, sendo nomeado o Deputado Maurício Requião, como relator, sendo reivindicado pelas APEFs do RS e RJ a aceleração do seu trâmite. O Deputado Maurício Requião, então, consulta o Ministério dos Esportes, as Universidades e órgãos representativos (principalmente os de seu Estado) da área de Educação Física e Dança. Em 18-08-95, este mesmo Deputado apresenta o Projeto substitutivo, sendo este aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto com voto em separado dos Deputados Eurico Miranda (RJ) e Nelson Marchezan (RS). Em 13-12-95, o Projeto de Lei é encaminhado à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, cabendo ao Deputado Paulo Paim o papel de relator nessa Comissão, em 20-03-96.

O Deputado Paulo Paim decide por estender as discussões ao tomar conhecimento em 10-05-96 de que havia manifestações contrárias à regulamentação por ocasião da palestra no Rio Grande do Sul. Assim, o ofício circ. nº 456/96, datado de 01 de outubro de 1996, assinado pelo Deputado Nelson Otoch, Presidente da Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público, convida aos interessados para uma Audiência Pública, como se segue: “Tenho a honra de convidar V. Sa. para a Audiência Pública sobre “Regulamentação da Profissão de Educação Física”, a ser realizada no dia 17 de outubro de 1996, a partir das 10h, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados”.

Conselho de Entidades em Brasília – 14 a 16 de outubro de 1996

A FBAPEF volta à cena e convoca para o período de 14 a 16 de outubro de 1996, para a capital do país, Brasília, o Conselho de entidades da FBAPEF, contemplando a seguinte pauta: “1. LDB, encaminhamentos e propostas; 2. Projeto de Lei 330/95 que trata da regulamentação da profissão; 3. IX Congresso da FBAPEF; 4. Eleição da nova diretoria para a FBAPEF; 5. Assuntos gerais.” (Anexo I, FBAPEF, 1996)

Novamente, a APEF-RS emitindo o jornal de nº 10, do mês de setembro de 1996, reforça a notícia da Audiência Pública e acrescenta:

“(...) a fim de se dar andamento à questão da Regulamentação do Profissional da Educação Física. A APEF/RS reuniu-se com o Prof. Paulo Egon – Assessor Parlamentar do Deputado Paulo Paim, para estabelecer as estratégias para aquela reunião, ficando definido que seriam convidadas as representações de todas as Escolas de Educação Física do País, todas as APEFs, FBAPEF, representação dos acadêmicos e outras entidades ligadas e comprometidas com as questões do Profissional de Educação Física. Também neste sentido, tem a APEF/RS trabalhado para levar aos profissionais gaúchos o maior número de informações possível a respeito do Projeto de Lei. Já realizamos palestras nas Cidades de Bagé, Passo Fundo, Pelotas, Uruguaiana, Canoas, Lajeado e várias outras em Porto Alegre, estando previstas outras em Santa Rosa e Ijuí. Através de nosso Jornal manteremos nossos associados informados sobre o andamento deste processo.” (Anexo I, APEF-RS, 1996)

Audiência Pública sobre o Projeto de Lei 330-A-95 da Regulamentação da Profissão no Congresso Nacional

No dia 17 de outubro de 1996 no Auditório Nereu Ramos, o deputado Paulo Paim relator do PL 330-A-95 na Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público informa aos presentes que presidirá a sessão em função da ausência do Deputado Nelson Otoch. Convida para a mesa o representante do Ministério da Educação Joaquim Ignácio Cardozo; do Ministério Extraordinário do Esporte; o deputado Eduardo Mascarenhas, autor do projeto 330/95; o professor Jorge Stenhilber da Faculdade Integrada Maria Tereza do Rio de Janeiro; o presidente da FBAPEF, professor Roberto Lial. O deputado Paulo Paim informa que alguns convidados se atrasarão para a mesa, mas que iniciará a sessão, e assim que se fizerem presentes, terão garantidas suas falas. A seguir, faz um histórico da caminhada do projeto e anuncia que seu

papel é de conduzir a sessão da melhor forma possível, atento a democracia no sentido de franquear a palavra a todos. Concede a palavra ao professor Jorge Stenhiber para fazer um histórico sobre o tema.

O professor Stenhilber inicia afirmando que o objetivo da regulamentação profissional é atender a sociedade, garantindo o que deve ser melhor para a mesma. Prossegue afirmando que a ação do professor não se restringia à escola, pois desde o primeiro curso criado em 1939, existia a figura do Técnico Desportivo de nível superior. Nesta época, o governo dava ênfase à valorização da prática na escola, o desporto era embrionário e as academias eram quase inexistentes. Então os professores de Educação Física preferiram atuar no sistema de ensino dada a oferta de empregos. Relata que havia também a situação referente aos fisioterapeutas que criavam embaraços para a atuação dos professores de Educação Física.

Sobre o processo de construção do associativismo na profissão, relembra que até a década de 70 existiam as APEFs de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e sobre a regulamentação da profissão havia mais elocubrações do que ações. A partir de 1970 cresce em importância o desporto e há o aumento das academias. Os professores questionam a restrição da atuação profissional da Educação Física somente nas escolas. Na década de 1980 o CFE aprova a resolução 03/87 que cria o bacharelado. Também nesta década já se identificava o desprestígio do professor na escola e a atuação de leigos, pois as atividades inerentes a Educação Física podiam ser exercidas por qualquer um. A sociedade ainda não tinha informação se as atividades eram fiscalizadas e aparecem notícias em jornais sobre mortes decorrentes da má orientação das atividades físicas realizadas por qualquer pessoa.

Sobre a tramitação do projeto de regulamentação, Stenhilber destaca seu início em 1984, que ocorre concomitantemente com o resgate da FBAPEF e o fortalecimento das APEFs. Até a década de 1990 as APEFs e as instituições superiores de Educação Física discutiram amplamente o projeto de regulamentação da profissão, do deputado Darci Pozza e com a participação do senador Nelson Carneiro. O projeto da regulamentação da profissão é

aprovado no congresso Nacional e, no entanto, mais adiante, é vetado pelo presidente Sarney.

Ele relembra que em 1990 o congresso da FBAPEF na cidade de Belém não aprova a regulamentação da profissão e, devido a despreparo e desinteresse por parte da diretoria da FBAPEF, são tomadas medidas de protelação de sua tramitação. Ocorre um hiato de 1990 a 1993 sem maiores discussões. Mesmo assim, as aspirações da maioria dos profissionais de Educação Física nas suas respectivas instâncias continuavam vivas. Em 1994 eclodem diversas manifestações. As primeiras turmas formadas no bacharelado se encontram sem respaldo jurídico e a sociedade continuava a ser atendida tanto pelos bacharéis em Educação Física, como por qualquer pessoa, apesar da área e entidades científicas reforçarem a importância da prática das atividades em bases de conhecimentos da área da saúde por parte dos profissionais.

Também resgata neste histórico ações em favor da regulamentação, tais como, a conjugação dos delegados da FIEP, IES, APEFS, e a realização de “abaixo-assinados”, que foram acolhidos pelos parlamentares. O deputado Maurício Requião apresenta então o projeto que é aprovado em uma das comissões do Congresso Nacional. Em 1996 o projeto foi apresentado num evento dos profissionais de Educação Física, no estado do Rio Grande do Sul, e ao receber questionamentos de professores e alunos sobre o seu conteúdo, ficou a falsa impressão de que os presentes à reunião eram contra.

O deputado Paulo Paim, então relator, resolve que o mesmo precisa de maior tempo de discussão e até 20 de junho seria levantadas opiniões ao seu conteúdo. A APEF-RS aprova o projeto com algumas restrições ao seu conteúdo. Paralelamente ocorrem diversas manifestações amplamente favoráveis ao projeto. O professor Stenhilber, então, finalizando sua fala, chama a atenção de que não há nenhuma outra formação de nível superior que se identifique ou tenha equivalência ao profissional de Educação Física. Reconhece que leigos e outros continuam atuando e colocando em risco a saúde da sociedade. Reafirma que não se trata de reserva de mercado, mas

sim o estabelecimento de um contrato ético social com interesses efetivos para a sociedade.

A seguir o coordenador da Audiência Pública, Deputado Paulo Paim concede a palavra ao representante do Ministério Extraordinário dos Esportes. Este inicia informando que foi consultado anteriormente e faz algumas ressalvas ao projeto. Cita a questão do treinador desportivo e a atuação do profissional de Educação Física, e destaca a lei sobre o treinador de futebol e suas exigências específicas, e aprova o projeto com algumas ressalvas.

O presidente da FBAPEF Roberto Lial é convidado a se pronunciar. Este também cita o ano de 1984 como sendo o de deflagração da discussão da regulamentação da profissão. Levanta a preocupação quanto a algumas redações contidas no projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que precisam ser revertidas, e quanto ao projeto da regulamentação da profissão afirma que a FBAPEF se manifesta favorável em relação ao processo de discussão.

A seguir, o coordenador da mesa, atendendo à solicitação do grupo que se opõe à regulamentação da profissão, concede o mesmo tempo que o professor Stenhilber utilizou, quando de sua explanação do histórico do movimento, e que o grupo contrário entendera como uma defesa da regulamentação da profissão. Assim, solicita que o grupo se faça representar para dar sequência aos debates e estabelece que os demais inscritos deverão se manifestar ao tempo de 3 minutos.

Apresenta-se para falar pelo grupo o professor Lino Castelani, que inicia sua fala dizendo representar o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte e a faculdade de Educação Física da Unicamp, da cidade de Campinas (São Paulo). Inicia afirmando que existem duas visões de mundo, a visão estática da sociedade e a visão dinâmica da sociedade. Os que defendem a regulamentação da profissão possuem uma visão estática da sociedade e que se fundamentam numa visão legalista, cartorial, portanto, a-histórica e artificial. Acreditam que este tipo de visão poderá resolver os problemas que afligem a categoria, inclusive eliminando os leigos e profissionais de outras áreas. Os que são contrários à regulamentação se sustentam numa visão dinâmica da

sociedade em constante processo de transformação. Entendem que se situa na própria capacidade de organização, dos distintos setores sociais, a possibilidade constante de valer seus direitos e serviços de qualidade. Leis e regulamentos existiriam, desta forma como ratificadores, daquilo que é reconhecido como direitos inerentes ao exercício da cidadania, e não de uma categoria muitas vezes colocando os interesses acima da sociedade. Considera que os Conselhos: Tutelares, Municipais de Esporte, Estaduais de Esporte podem perfeitamente servir de instâncias para defenderem os cidadãos. Reforça que os mecanismos já estão aí e que é equivocada a visão de que a figura do leigo no espaço profissional, decorra da ausência de mecanismos legais que impeçam a sua presença. Inúmeras categorias regulamentadas estabelecem um valor de salário. No entanto, por baixo dos panos são contratadas outras formas de salários, muitas vezes inferiores ao que foi determinado em documentos legais. Se um governo estadual mandar embora 250 mil, haverá outros 50 mil querendo a vaga pelo mesmo salário ou até mesmo menor. E não há nenhum estatuto legal que proíba isto, a não ser a própria organização da sociedade. Destaca que 70% das faculdades de Educação Física, da iniciativa privada formam profissionais a partir de parâmetros construídos nos anos 1939, totalmente sem sintonia com a sociedade de final de século XX. O professor Lino prossegue dizendo que não confunde título acadêmico com qualificação profissional e que se preocupa com a possibilidade de ter um projeto, que reserve o mercado de trabalho profissional e não esteja atento ao tempo em que vive. Reforça que as decisões de maioria não significam posições de avanço, pois tem certeza de que se houvesse plebiscito no Brasil, sobre a pena de morte, a maioria da sociedade brasileira apoiaria a pena de morte. Chama a atenção de que nem sempre a maioria estaria dotada de dona da verdade.

Depois destas manifestações seguiram-se mais de 30 inscrições. É importante destacar a quantidade daqueles que se posicionaram a favor e os que foram contra a regulamentação, mas também as representações, pois alguns representantes se restringiam às suas unidades locais, outros representavam instituições de caráter nacional. Dentre os que se inscreveram,

3 não tomaram posição e 8 representantes de unidades locais se manifestaram contra. A favor da regulamentação, em unidades locais: 23.

Representações de caráter nacional contra: CBCE. Representações de caráter nacional a favor: CONDIESEF; FBAPEF; Movimento Regulamentação já; CELAFISC (entidade de caráter científico).

Pronunciando-se como autor do projeto, o deputado Eduardo Mascarenhas esclarece que foi assessorado por profissionais de Educação Física que militam há muito tempo na Educação Física em busca da defesa, sobretudo da sociedade, e que esta deixaria de ser atendida muitas vezes por mãos inábeis a prejudicar a saúde das pessoas. Discutiram exaustivamente com a intenção de materializar o documento, tendo passado por várias comissões. Alerta que ainda tem um longo percurso pela frente até chegar ao Senado, e todos que não tiveram acesso ou não discutiram, teriam possibilidade de fazê-lo. O autor do projeto manifesta-se com dificuldades de compreender as pessoas, que presentes a esta audiência pública, manifestaram que não tinham discutido o projeto. Indaga se houve algum cerceamento, alguma interdição ou policiamento no sentido de vetar a participação de interessados nas discussões.

Quanto ao desconhecimento do projeto, da mesma forma, tem dificuldades de compreender, pois o mesmo tramita pelo congresso há mais de 10 anos. Enfatiza que este fórum de discussão (Audiência Pública) é para discutir a regulamentação da profissão, não é um fórum para discutir a qualidade das faculdades de Educação Física, seus itinerários formativos e tampouco, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Também não é o fórum para discutir a questão da construção filosófica de determinada sociedade. Quanto aos leigos, argumenta que, se for indiferente o trabalho executado por estes em relação aos profissionais de Educação Física, teríamos então que extinguir todas as faculdades de Educação Física. Ainda indaga: se leigos e formandos estão igualmente credenciados, para que a formação?

Por fim, afirmou que se não houver expectativa de que o projeto se torne um imperativo jurídico, as discussões se tornam platônicas, não enfrentam nada que possam efetivamente trazer consequências. E se dispôs a acelerar a

tramitação, consubstanciado na democracia, e conclama àqueles que quiserem participar para que acelerem também o entusiasmo para debater um assunto de interesse da sociedade brasileira.

O presidente da Audiência Pública, Deputado Paulo Paim, explica como será a tramitação da matéria em seus mínimos detalhes. Toma para si o compromisso de que o projeto, enquanto sua responsabilidade, não ficará engavetado, mas que o caminho a ser seguido ainda é longo. No prazo máximo de duas semanas fará o seu parecer e o entregará ao Presidente da comissão do Trabalho, e afirma:

“Se não houver um amplo trabalho de pressão em cima dos deputados, o projeto poderá ficar parado, 1 a 2 anos...se conseguirmos construir uma redação de entendimento, o projeto teria muito mais facilidade de tramitar...vou abrir um espaço para toda a semana que vem para as contribuições...eu estou com uma caixa aqui do meu lado...tudo isto aqui são documentos que eu recebi e vou ser franco...99% no campo da aprovação da regulamentação. Não vou dizer que concordo na íntegra com o projeto 330 ou com o seu substitutivo, está aqui a caixa com documentos e mais uma pilha que recebi hoje...a partir da semana que vem é minha intenção fazer uma reunião (...) onde eu vou construir a redação final do substitutivo (...) nesta reunião eu convoco o deputado Eduardo Mascarenhas como autor do projeto, (...) o deputado Requião que ouviu parte da sociedade em diversos eventos (...) e gostaria de ter representantes de entidades de caráter nacional e outros que quiserem contribuir. Nesta reunião não será uma nova plenária, será uma reunião de redação (...) por tudo que eu ouvi neste período (...) o substitutivo entre o sim e o não da regulamentação, vai na linha da regulamentação, pode ter claro por tudo que eu ouvi e recebi de documentos (...) não é a vontade do relator, é uma posição em nome da democracia, até porque, eu não entendo nada desta área (...). O nosso papel como relator é trazer para o papel aquilo que a gente entendeu que é a vontade

majoritária da categoria (...).Este debate no meu entendimento foi muito rico, muito produtivo. Eu espero que no dia 28 a gente possa fazer uma redação de um substitutivo que represente a média do pensamento da categoria (...). Muito obrigado a todos e vamos em frente.” (Transcrição de gravação do CONFEF)

Após esta importante “Audiência Pública”, prosseguiremos com a explanação das ações da FBAPEF.

Intercorrências pós Conselho da FBAPEF. Brasília. 14 a 16 de outubro de 1996 e Audiência Pública

As APEFs presentes ao Conselho de Entidades, de 14 a 16 de outubro, também presentes à Audiência Pública, ocorrida no dia 17 de outubro, se reuniram após a Audiência para uma avaliação dos últimos acontecimentos, culminando com a emissão de uma advertência pública para a diretoria da FBAPEF, à luz de seu estatuto, pelos motivos explanados a seguir.

Como resultado da falta de notícias e ausência de ações referentes aos encaminhamentos do VIII congresso, por parte da Diretoria da FBAPEF, esta recebe uma “Advertência”, datada de 17 de outubro, por parte das APEFs presentes ao Conselho de Entidades, ressaltando que não houve a constituição de uma Comissão para o acompanhamento da tramitação do Projeto de Regulamentação do Profissional de Educação Física, e também a não realização do Congresso Extraordinário. Segundo o documento, a advertência teve o amparo previsto no “Regimento interno, Capítulo V – “Das penalidades à Diretoria”. Art. 15 – “São considerados casos de advertência por escrito. Alínea a) A diretoria, coletivamente quando descumprir, sem justificativa prévia, qualquer das alíneas do Art. 21 do Estatuto.”

A Ata do Conselho de entidades, realizado em Brasília-DF, nos dias 14 a 16 de outubro de 1996, foi encaminhada para as APEFs com a data de 22 de outubro de 1996, ressaltando que as propostas para a reforma estatutária da FBAPEF fossem encaminhadas até 30 de novembro para a sistematização. A ata indica o local e a data do IX congresso da FBAPEF , havendo a

possibilidade de Santa Catarina e Rio Grande do Sul sediarem esse Congresso, e que ao contrário dos eventos antecedentes não haveria os cursos, teria formato deliberativo, com a presença somente de delegados. Tais proposições são confirmadas pelo ofício emitido em 22 de outubro de 1996. convocando o Conselho de Entidades para 12 de dezembro do mesmo ano.

Conselho de Entidades – 12 de dezembro de 1996. Porto Alegre - RS

Na programação do Conselho na cidade de Porto Alegre – estado do Rio Grande do Sul, constou a discussão dos mesmos pontos de pauta que apresentamos a seguir, para o IX Congresso da FBAPEF.

IX Congresso da FBAPEF (1996)

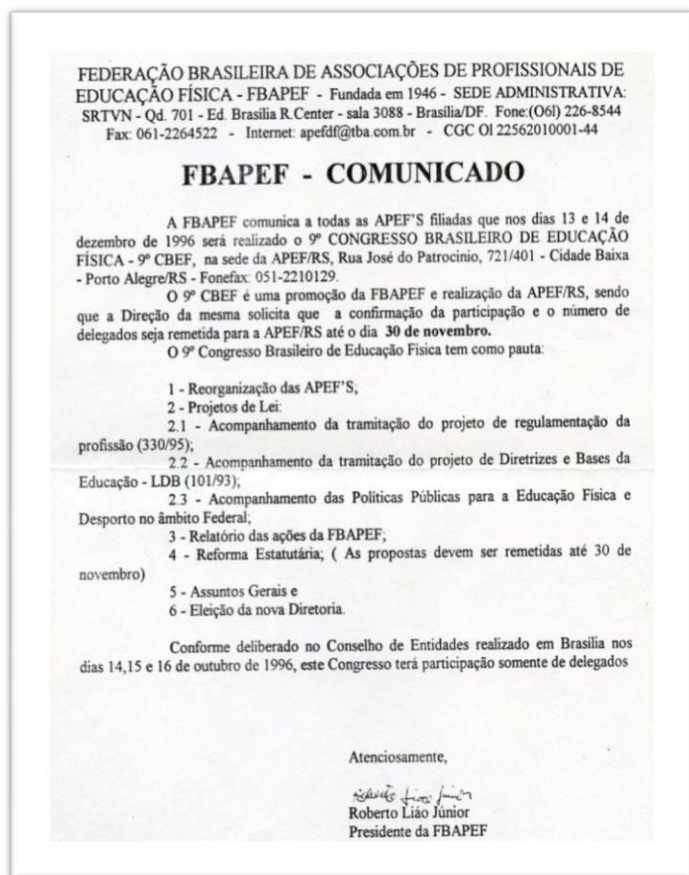


Figura 11 – Comunicado para IX Congresso Brasileiro de Educação Física. FBAPEF.

Fonte: FBAPEF. 1996

O comunicado (Fig. 11) conclamando o IX Congresso para os dias 13 e 14 de dezembro de 1996, a ser realizado na sede da Apef RS na cidade de Porto Alegre – RS, também para o mês de dezembro confirma a mesma pauta: “1 – Definição do programa do 9º CBEF; 2 – Reorganização das APEF’S; 3 – Projetos de lei: 3.1 – Acompanhamento da tramitação do projeto de regulamentação da profissão (330/95); 3.2 –

Acompanhamento da tramitação do projeto de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (101/93); 3.3 – Acompanhamento das Políticas Públicas para a Educação Física e Desporto no âmbito Federal; 4 – Relatório das ações da FBAPEF; 5 – Reforma Estatutária; (As propostas devem ser remetidas até 30 de novembro) 6 - Assuntos Gerais e 7 – Eleição da nova Diretoria.

Neste congresso houve a eleição do novo presidente da FBAPEF e também criou-se condições para o acompanhamento da tramitação projeto de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e para o acompanhamento das Políticas Públicas para a Educação Física e Desporto no âmbito Federal. Tais ações foram realizadas durante o ano de 1997 e 1998.

A aprovação da Regulamentação dos Profissionais de Educação Física pelo Congresso Nacional.

O jornal do Senado nº 733 (Anexo I, 14/ 08/1998) em sua primeira página traz o título: “Educação Física está regulamentada”. Como subtítulo, consta em sua página 4, “Plenário aprova proposta que cria conselho federal e conselhos regionais para credenciar os habilitados a exercer a profissão. Projeto de lei vai agora à sanção presidencial.”

Infelizmente, o autor do projeto o ex-deputado Eduardo Mascarenhas já havia falecido e recebeu as homenagens pelo senador Francelino Pereira de Minas Gerais, que afirma:

“As atividades físicas são hoje uma mania nacional. A malhação mobiliza milhões de brasileiros. A sociedade tem plena consciência da importância do exercício do corpo como forma de combater o stress e prevenir doenças.” (Anexo I, Jornal do Senado, 1998, p. 4)

Foram citados ainda outros parlamentares que se manifestaram apoiando o projeto, tais como, os senadores Eduardo Suplicy de São Paulo, Emília Fernandes, do Rio Grande do Sul e Bernardo Cabral, do Amazonas. O relator do projeto foi o senador por Brasília José Roberto Arruda, que assim se manifesta, “...a proposta é fundamental e a regulamentação necessária, além

de atender aos anseios dos profissionais de educação física.” (Anexo I, Jornal do Senado, 1998, p. 4)

Conselho de Entidades – 09 de outubro de 1998. Poços de Caldas - MG

O novo presidente da FBAPEF, eleito no IX congresso da FBAPEF, em Porto Alegre, emite em 30 de junho de 1998 a convocação para as APEFs referente ao X Congresso Brasileiro de Educação Física, a realizar-se nos dias 10 e 11 de outubro de 1998, na Cidade de Poços de Caldas – MG, concomitantemente ao 25º Encontro Nacional de Educação Física – ENAF.

Como praxe, o Conselho de Entidades antecedeu ao X Congresso, sendo realizado no dia 09 de outubro de 1998 na cidade de Poços de Caldas. Houve a participação das seguintes APEFs com seus presidentes e delegados de base: Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Amazonas, Mato Grosso do Sul. Houve também a presença de representantes de APEFs de estados (DF e Goiás) e também as APEFs Municipais de Cataguases (MG), Sul Minas, Minas Norte, Sul Bahia e Campos (RJ). Esse conselho discutiu a seguinte pauta:

“1) Apreciar as decisões políticas e administrativas da Diretoria; 2) Elaborar o Regimento de Eleições da Diretoria para o biênio 1998/2000. 3) Organizar com a Diretoria da FBAPEF o 10º Congresso Brasileiro de Educação Física (CBEF); 4) Assuntos Gerais.” (Anexo I, FBAPEF/CE, 1998)

O Conselho da FBAPEF volta a enfrentar o problema de credenciamento de delegados, principalmente em função da presença de APEFs municipais. Conforme se verifica na ata desse Conselho, foi dado o seguinte encaminhamento jurídico:

“(...) o advogado e procurador da FBAPEF Dr. Bruno Scheidemandel Neto que esclarece a legalidade e os passos das questões estatutárias e os documentos que legitimam esse Conselho. O procedimento será de, no término da reunião, as

associações apresentarem ao advogado suas credenciais. Após muita discussão e esclarecimentos ficou decidido que não foi deliberado que as municipais sejam consideradas estaduais, mas, sim, foi aberta uma exceção para que as municipais tenham direito a votar no “COBEF” e que deverão, futuramente, agregar-se às estaduais para não ferirem os estatutos, hoje foi apenas ampliada a participação.” (Anexo I, FBAPEF/CE, 1998)

As decisões sobre credenciamento, aprovadas no Conselho de Entidades, foram também aprovadas no congresso, no entanto, não foi aprovado o recurso da APEF Goiás, para que a sua representante participasse como delegada, visto que o mandato da diretoria estava expirado e não houve eleições.

A composição do Congresso Brasileiro, nos termos do Artigo 9º do estatuto da FBAPEF, será formada pelos Delegados das APEFs assim constituídos:

“APEFs com até 100 sócios: 1 delegado para cada 10 sócios; APEFs com 101 a 1.000 sócios: para cada 100 sócios mais 5 delegados; APEFs com 1001 a 10.000 sócios: para cada 500 sócios mais 3 delegados. Os delegados deverão vir munidos das propostas emanadas das Assembleias das respectivas Entidades, relativamente aos assuntos acima mencionados.” (Anexo I, FBAPEF, 1998)

Houve solicitação de esclarecimento por parte do representante do estado do Amazonas, professor Fanáli quem foi o autor da correspondência tratando de abaixo-assinado em prol da regulamentação. Ao ser esclarecido pela diretoria, de que a correspondência ser originária da FBAPEF, o professor Fanáli explicitou que em função desta solicitação colheu assinaturas, e enviou para Brasília.

Ao término dos relatos do Conselhos de Entidades, apresentamos a seguir o quadro de suas reuniões, em ordem cronológica:

Quadro 2 – Reuniões do conselho de entidades da FBAPEF

ANO E DATA	CIDADE E ESTADO
1986. 24 a 26 de julho	Belo Horizonte – MG
1987. 12 a 15 de julho	Fortaleza – CE
1988. 22 a 24 de maio	Ouro Preto – MG
1988. 12 a 15 de julho	Recife – PE
1989. 21 a 23 de abril	Vitória – ES
1989. 9 e 10 de dezembro	Belo Horizonte – MG. *Não deu quórum, apenas se realiza a reunião da diretoria da FBAPEF
1990. 5 e 6 de maio	São Paulo – SP
1991. 22 a 24 de fevereiro	Cuiabá – MT
1991. 25 a 27 de julho	Belo Horizonte - MG
1991. 15 e 16 de setembro	Uberlândia – MG
1992. 21 a 23 de fevereiro	Maceió – AL
1992. 23 a 25 de julho	Cuiabá – MT
1992. 04 a 06 de dezembro	São José/Florianópolis - SC
1993. 10 a 13 de junho	Brasília – DF
1993. 03 e 04 de setembro	Brasília – DF
1994. 30 de março a 01 de abril	Capão da Canoa - RS
1994. 16 a 18 de julho	Brasília – DF
1994. 19 a 21 de agosto	Juiz de Fora – MG
1994. 13 a 05 de dezembro	Brasília – DF
1996. 14 a 16 de outubro de 1996	Brasília – DF
1998. 09 de outubro de 1998	Poços de Caldas - MG

Fonte: Quadro de reuniões dos Conselhos de Entidades da FBAPEF, realizado pelo autor, 2014.

X Congresso da FBAPEF(1998)

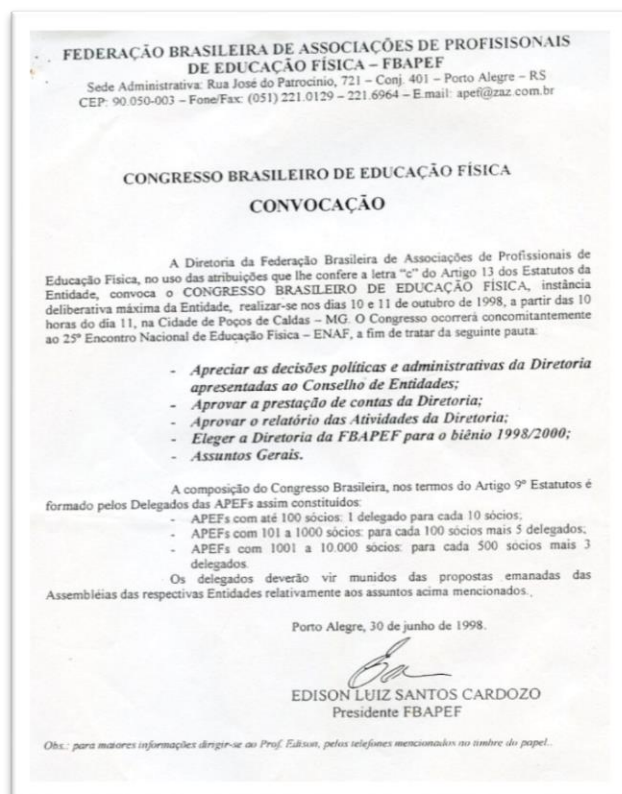


Figura 12 – Convocação para o X Congresso Brasileiro de Educação Física. FBAPEF.

Fonte: FBAPEF. 1997

Ao iniciar a reunião plenária do X Congresso, o Presidente informa que é o primeiro congresso da FBAPEF que se realiza depois da aprovação da Lei que regulamentou a profissão. Informa ainda que, no ano de 1997, acompanhou a luta pela regulamentação que resultou em sua conquista.

O congresso da FBAPEF em 1996 deliberou que “as APEFs se engajariam na luta pela regulamentação”, em consequência, o Presidente da FBAPEF informa que a diretoria cumpriu com o efetivo “acompanhamento à luta pela

Regulamentação que resultou na conquista pela mesma e a denominação legal da Educação Física na LDB que resultou no decreto que a torna obrigatória no ensino formal.”

Conforme convocação (Fig. 12), foi apresentada a pauta do X congresso da (Anexo I, FBAPEF, 1998): “Apreciar as decisões políticas da Diretoria; 2) Aprovar a prestação de contas da Diretoria; 3) Aprovar o relatório de atividades da Diretoria; 4) Eleger a Diretoria da FBAPEF para o biênio 98/2000; 5) Assuntos Gerais”.

Conforme a ata deste Congresso, evidenciaram-se reuniões de entidades representativas das Instituições de Ensino Superior – IES, dos cursos de Educação Física, interessadas em participar da primeira eleição dos futuros Conselheiros do Conselho Federal – CONFEF, a ser realizada no Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1998. Houve manifestações de alguns

presentes, informando que tanto o Rio Grande do Sul como Minas Gerais tinham evento marcado entre as IES para a mesma semana pretendida para a eleição dos Conselheiros do CONFEF. Ressalte-se que em razão da regulamentação da profissão houve a proposição e aprovação das siglas, “CONFEF” e “CREF” durante o X Congresso, para corresponder às instâncias Conselho Federal de Educação Física e o Conselhos Regionais de Educação Física, citadas na Lei 9696/98. Essa primeira eleição se denominou **de “reunião entre a FBAPEF e as Instituições de Ensino Superior de Educação Física,”** sendo aprovada a data de realização em 8 de novembro de 1998, na cidade do Rio de Janeiro. As demais deliberações são as seguintes:

“A convocação será feita por meio de um edital público; Condição de participação: todos os profissionais de educação física mediante credenciamento sem direito de manifestar-se ou votar: Condição para manifestação e voto: ser delegado conforme estatuto da FBAPEF ou ser representante de Instituição de Ensino Superior de Educação Física. (um voto por Instituição); Indicativo de data da solenidade de posse do Conselho Federal: 10 e 14 de janeiro de 1999 em Foz do Iguaçu durante o evento da Federation Internationale de Educacion Phisique - FIEP; o número de Conselheiros: 18 (13 efetivos e 5 suplentes); o Conselho terá 180 dias para se estruturar; após os 180 dias, o Conselho Federal terá mais 90 dias para terminar a instalação dos Conselhos Regionais; a primeira ação do Conselho após a posse, será promover o censo dos profissionais de Educação Física; o Conselho precisará de recurso para se instalar, buscando os meios junto as APEF'S e outros; a sigla do Conselho Federal será: CONFEF; a sigla do Conselho Regional será: CREF; os primeiros Conselheiros Regionais serão designados pelo conselho regional; a partir do término do mandato tampão, os Conselheiros Federais serão eleitos pelos Conselheiros Regionais que tenham no mínimo um ano de vinculação ao mesmo; os Conselheiros Regionais, a partir da segunda gestão serão eleitos pelos respectivos profissionais de Educação Física que tenham no mínimo um ano de registro no Conselho e em dia com as obrigações; o mandato dos

Conselheiros Federais e Regionais será de quatro anos (exceto o mandato tampão); será declarado a partir deste ano o dia primeiro de setembro, como o dia do profissional de Educação Física.” (Anexo I, FBAPEF, 1998)

Para melhor visualização dos temas, os quais foram narrados acima, apresentamos o quadro da frequência dos mesmos, que compuseram as pautas de discussões nos dez congressos da FBAPEF:

Quadro 3 – Frequência dos temas nos congressos da FBAPEF

	I 1986 RGS	II 1987 CE	III 1988 PE	IV 1989 SC	V 1990 PA	VI 1991 MG	VII 1992 MT	N.H. 1993	VIII 1994 DF	IX 1996 RGS	X 1998 MG
1 Regulamentação da Profissão	OK	OK	* OK	OK	OK	*	*	---	OK	OK	OK
2 Questões Sindicais	OK	OK	OK	OK	OK	OK	---	---	OK	---	OK
3 LDB	OK	OK	---	OK	OK	OK	OK	---	OK	OK	OK
4 LDBD	OK	OK	---	OK	OK	OK	OK	---	OK	OK	---
5 Formação Profissional	OK	OK	OK	OK	OK	---	OK	---	---	---	---
6 Reforma do Estatuto	OK	OK	---	OK	OK	OK	OK	---	---	OK	---
7 Cursos	OK	OK	---	OK	OK	OK	OK	---	OK	---	OK
8 Leis Gerais	OK	OK		OK	---	---	---	---	---	---	---
9 Saúde	OK	---	---	OK	---	OK	---	---	---	---	---
10 Eleições	---	OK	---	OK	---	OK	---	---	OK	OK	OK
11 Leis ou especificidades da Educação Física	OK	OK	---	OK	OK	OK	---	---	--	OK	OK

Fonte: Quadro de frequência dos temas dos congressos da FBAPEF, realizado pelo autor, 2014.

Legenda: *Discutido pelas APEFs estaduais. N.H. Não houve congresso.

Finalizado o 10º congresso, o presidente da FBAPEF, em 14 de outubro emite a convocatória com o seguinte título: Eleições dos Membros do Conselho Federal de Educação Física. Convoca as APEFs, como de praxe. Em observância as disposições estatutárias “terão direito a voz e voto através de seus representantes (delegados) eleitos em conformidade com os seus respectivos estatutos, em número proporcional ao de seus associados conforme dispõe o “caput” do artigo 9º dos estatutos da FBAPEF.” Quanto as IES, “As Instituições Superiores de Ensino de Educação Física, autorizadas ou reconhecidas, terão direito a voz e voto sendo representadas por seus respectivos dirigentes ou representante legal.” A convocação indica a data de 08 de novembro de 1998 no Centro de convenções do Hotel Flórida, no Rio de Janeiro, para as 10 horas. Foi exigido para as APEFs e as IES, comprovações de vasta documentação para o credenciamento de seus representantes com o envio para a FBAPEF.

Reunião entre a FBAPEF e as Instituições de Ensino Superior de Educação Física para eleição e posse dos primeiros membros do Conselho Federal de Educação Física

No dia 08 de novembro, na ata desta reunião da (Anexo I, FBAPEF, 1998), é registrado em seu caput:

“Aos oito dias de novembro de 1998, às 10 horas, atendendo convocação feita pela Federação Brasileira de Associações de Educação Física – FBAPEF, nos termos do artigo 5 da Lei 9.696/98, de 1 de setembro de 1998, conforme edital publicado no Diário Oficial da União no dia 23 de outubro de 1998, seção 3, páginas 144 e 145, reuniram-se no Salão de Convenções do Hotel Flórida, na cidade do Rio de Janeiro, os representantes das Instituições de Ensino Superior de Educação Física do País, autorizadas ou reconhecidas legalmente, devidamente credenciadas e as Associações Representativas dos Profissionais de Educação Física, legalmente constituídas e em pleno e regular funcionamento, através

de seus delegados eleitos na forma que dispõe o artigo 9 do Estatuto da FBAPEF e de seus próprios estatutos, para elegerem e dar posse aos primeiros membros do Conselho Federal de Educação Física, para exercerem mandato tampão de 02 (dois) anos, nos termos da Lei 9.696/98”.

Ainda nesta ata, registrou-se a presença de 80 (oitenta) IES e 25 (vinte e cinco) APEFs. Após vários debates a plenária aprovou que a eleição dos 18 (dezoito) membros seria através da apresentação e inscrição de chapa completa. Tendo-se registrado apenas uma chapa, esta foi eleita por ampla maioria, já que não houve nenhum voto contra e apenas 5 abstenções. Como se observa, as regiões/estados a que pertencem os eleitos ficaram assim representados: Amazonas, 1; Paraná, 1; Fortaleza, 1; Rio Grande do Sul, 2; São Paulo, 3; Rio de Janeiro, 3; Santa Catarina, 2; Distrito Federal, 1; Mato Grosso do Sul, 1; Minas Gerais, 2; Pernambuco, 1.

O plenário empossou os membros da primeira diretoria do CONFEF definindo que a cerimônia de posse solene seria efetivada em 10 de janeiro de 1999, no Congresso Internacional de Educação Física, a realizar-se em Foz do Iguaçu, evento este promovido pela Federação Internacional de Educação Física. A ata foi encerrada pela secretaria da FBAPEF e assinada pelo seu Presidente.

Finalizando este capítulo salientam-se as dimensões denotativas do processo de constituição de um espírito e de um corpo coletivo, pela abrangência e a progressiva inclusão de todos os que desenvolviam ocupações no campo da Educação Física nas APEFs, e que culmina com mudança na designação a partir dos anos 1980 em todos os estados brasileiros: De Associações de Professores converteram-se em Associações de *Profissionais*.

Por seu lado, as conquistas alcançadas com a *Regulamentação da Profissão* expressam o culminar do reconhecimento social da profissão, como foi possível verificar na literatura e na análise documental realizada.

O próximo capítulo abordará o processo constitutivo da profissão de Educação Física, retomando seu percurso associativista, os temas debatidos

nos congressos e a trajetória da regulamentação sob a ótica de dirigentes das APEFs e profissionais que tiveram relevante participação neste processo de afirmação da profissão.

CAPÍTULO III

CONSOLIDAÇÃO DE UM “ESPÍRITO DE CORPO”:
HISTÓRIA VIVIDA DO ASSOCIATIVISMO DA
EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA

CAPÍTULO III – Consolidação de um “espírito de corpo”: história vivida do associativismo da Educação Física Brasileira

Este capítulo registra a importância do processo associativo na história social da profissão, sua constituição e regulamentação, tendo em vista o reconhecimento do profissional de Educação Física pela e na sociedade brasileira.

Destacamos a importância deste estudo por trazer a “história viva” da profissão. Através dos depoimentos dos presidentes das APEFs, será possível constatar a riqueza dos mesmos, cuja contribuição complementa o conhecimento sobre o processo do associativismo descrito e analisado no 2º capítulo, através de fontes documentais sobre o tema.

Para apreender a história narrada, foi realizada a coleta de depoimentos dos sujeitos, que a construíram e a vivenciaram, sujeitos estes que desempenharam papel fundamental no processo organizativo da profissão, impulsionando-a para sua trajetória de consolidação.

Para que os fatores da sua trajetória sejam devidamente conhecidos e esclarecidos, tratamos de destacar, de forma qualitativa, os elementos que foram se configurando como conteúdos constitutivos dos debates e lutas do movimento associativista, a partir do entendimento de seus próprios dirigentes. Antes do recurso aos depoimentos abordaremos alguns contributos teóricos da sociologia das profissões por os considerarmos elementos necessários para fundamentação de nossa perspectiva. Em seguida faremos um resgate histórico sobre o percurso do processo de consolidação organizativa na Educação Física, reflexão igualmente necessária para melhor compreensão e análise dos depoimentos.

Alguns contributos da Sociologia das Profissões para a compreensão da trajetória profissional da Educação Física.

A leitura dos diversos autores que debatem este tema proporciona aos que se debruçam sobre o mesmo uma compreensão bastante elaborada de questões relativas à sua fundamentação teórica, à definição do que seja profissão e ao processo de profissionalização, entre outras questões que buscam esclarecer o assunto, como se verifica no trabalho realizado por Rodrigues (citado por Rocha, 2004, p. 148):

(...) no desenvolvimento do seu campo cognitivo, a sociologia das profissões tem procurado responder a um conjunto de questões que se revelaram nucleares para a sedimentação do seu corpo de conhecimentos – “o que é uma profissão, (...) o que a distingue de outras ocupações definidas no quadro da divisão social do trabalho? Como é que uma ocupação se transforma em profissão? Sob que condições ocorre esta transformação? Qual a função social das profissões (...) Como e porquê alguns grupos mantêm situações de privilégio?(...)”

Estas questões se mostram relevantes para que possamos compreender a história da profissão de Educação Física no Brasil. Consideramos importante nos ater às contribuições teóricas que ampliem nossa compreensão sobre as profissões e nos façam avançar na análise de nosso objeto de estudo.

As elaborações teóricas remetem a reflexões relativas ao trabalho, ofícios, sociedades e tempo histórico, ou seja, à importância de se contextualizar as produções, os estudos e influências da época de seu surgimento. Nesse enfoque, Barbosa (1998) descreve que a profissionalização é marca importante que distingue as sociedades ocidentais modernas. A referida autora nota que a sociedade exerce sua coesão dentro da esfera profissional, o que demarca o grande interesse que o tema desperta na sociologia.

A importância do tema também é demarcada por outros autores, a exemplo de Angelin (2010) que, em artigo científico, analisa as teorias sociológicas e o processo de profissionalização no Brasil. Segundo ele, estudiosos como Dubar (2005), mostram que os fundadores da sociologia refletiram sobre o tema e analisaram atividades profissionais, destacando-se Le Play, Tonnies, e Durkheim, que enfatizaram as atividades e associações profissionais, abordando a relação dos homens com o trabalho e a comunidade. Ainda para Dubar, Max Weber entende que, para ocorrer a modernização, é fundamental o processo de profissionalização, ao considerar a passagem de uma socialização comunitária a uma socialização fundamentalmente societária, a partir de critérios meritocráticos (Angelin, 2010).

Importa aqui acrescentar, no que tange à introdução da importância do estudo da sociologia das profissões que, já no século XIX, as profissões são consideradas superiores aos “ofícios”, posto que de livre escolha e com base nos critérios relativos ao mérito. Buscando ainda explicações sobre a questão desta noção de “superioridade” das profissões, em Dubar (2005), o autor cita J. Le Golf (1977) e constata, a partir das considerações deste, que antes do século XIII, o trabalho era algo sagrado e os trabalhadores, de modo geral, pertenciam a uma mesma organização corporativa, fossem das artes liberais (artistas, intelectuais) ou das artes mecânicas (artesãos, trabalhadores manuais).

Com o advento das universidades, no século XII, houve a separação entre as artes liberais, então ensinadas nas universidades e as artes mecânicas, das quais se originam os ofícios, “(...) as mãos trabalham mais do que a cabeça e que se limitam a determinados números de operação mecânica” (Dubar, 2005, p.124). Ainda hoje, em parte, perdura essa noção. Com efeito, para a sociologia das profissões veja-se, por exemplo, Freidson (1996), para quem uma profissão exige conhecimento intelectual maior e se correlaciona com disciplinas, discursos e áreas sociais, políticas e econômicas através das quais se exerce poder.

Autores como Diniz (2001), Barbosa (1993), Machado (1995), Gonçalves (2007) e Angelin (2010) apresentam explanações acerca dos “principais marcos teórico-metodológicos que sedimentaram o campo analítico sobre as profissões, ao longo do século XX” (Gonçalves, 2007, p. 177). Para este autor:

“A análise sociológica das profissões e das ocupações em geral apresenta-se com um instrumento importante, por intermédio dos seus modelos analíticos e resultados de investigações empíricas, para a leitura cientificamente fundamentada das plurais recomposições sociais, econômicas e culturais que atravessam o mundo do trabalho nas actuais sociedades globalizadas, em particular as da América do Norte e da Europa”.

Tais reflexões apontam para uma perspectiva histórica que parte dos anos 30 do século passado, quando já se assistia ao quadro da análise sociológica das profissões, a uma reconstrução das dimensões teórico-metodológicas, cuja evolução decorre das contribuições da sociologia anglo-americana. Entretanto, o interesse crescente altera tal espaço territorial, que se espalha pela Europa continental, onde investigações mais específicas são realizadas por seus sociólogos. Partindo das leituras de Collins,1990; Macdonald,1995; Freidson, 1994; Dubar e Tripier, 1998; Rodrigues,1998; Evetts, 2003; Martinez e Carreras, 2003), Gonçalves (2007, p.178). observa que a divisão do percurso histórico em fases é um elemento comum aos autores em pauta, quando abordam a análise sociológica das profissões, “embora não sejam idênticas. O autor realiza uma análise bastante elucidadora e bem fundamentada sobre as perspectivas teórico-metodológicas de tal análise,as quais são abordadas a seguir.

Gonçalves (2007) com base em vários autores (Collins,1990; Macdonald,1995; Freidson, 1994; Dubar e Tripier,1998; Rodrigues, 1998; Evetts,2003; Martinez e Carreras, 2003), traça quatro fases: na primeira trata das teses funcionalistas e das contribuições dos interacionistas simbólicos (anos 1930-1960); na segunda, faz a crítica às teses funcionalistas e de emergência das teses revisionistas (até finais de 1970); a terceira traz

diversidade de quadros teórico-metodológicos, que enfatiza a análise do poder e dos monopólios profissionais, e a abordagem sistêmica (década de 1980) e, na quarta e última, registra a abordagem comparativa dos fenômenos profissionais, o crescimento da produção sociológica na Europa continental e o aparecimento de novas problemáticas.

Os britânicos Carr-Saunders & Wilson (citado por Gonçalves, 2007) têm sua obra distinguida como sendo o “marco fundador da abordagem sociológica das profissões”. Conforme (Gonçalves, 2007, p. 178) o que se destaca nessa obra é o fato de ela trazer

“(...) em primeiro lugar, a definição dos atributos particulares às profissões e não observáveis nas ocupações comuns, que lhes dão um lugar distintivo no seio da sociedade e, em segundo, a defesa do profissionalismo, na qualidade de sistema de valores, como fundamental para o funcionamento das sociedades capitalistas”.

Desses dois elementos apontados por Gonçalves (2007), derivam aspectos e indagações fundamentais, na perspectiva funcionalista, referentes à concepção de profissão, seus atributos, natureza, organização do trabalho e valores; distinção das ocupações comuns; função social e modo como auxiliariam na manutenção das sociedades capitalistas. No viés da sociologia norte-americana, foi produzido, ainda segundo o autor, “um conjunto abundante de esquemas classificatórios (Goode, 1960; Barber, 1965; Greenwood, 1966, entre outros), que isolam as profissões das restantes ocupações.” (Gonçalves, 2007, p. 179)

Diniz (2001, p. 17) também traz reflexões acerca dos sociólogos funcionalistas americanos. Para ela, eles foram pioneiros em delinear o estudo das profissões como uma área de investigação, a partir do final dos anos 30. A partir dessa afirmação, cita que Parsons, em 1939, publicou um ensaio sobre as profissões de modo geral, assim como lança seu livro sobre a medicina, em 1951, e sobre as profissões de direito, em 1952. Cita ainda Merton que, em 1963, elabora um estudo sobre os intelectuais como categoria ocupacional.

Ao apontar o que entende ser o aspecto fundamental para os funcionalistas, Diniz (2001, p.17) observa:

“Para os funcionalistas, o problema central era demonstrar como os valores associados ao desempenho dos “papéis ocupacionais” estavam integrados ao sistema valorativo da sociedade e em identificar as funções que estes papéis desempenhavam para o sistema social mais amplo.”

Nessa linha, atribuem-se às profissões, como já pontuado anteriormente, características exclusivas, as quais delineiam o conceito usual com uma natureza enumerativa. Trata-se de princípios éticos e deontológicos da prática profissional, formação universitária especializada, altruísmo e orientação vocacional, cultura profissional sustentada por associações profissionais; uma orientação para as necessidades da clientela. (Diniz, 2001, p. 20)

No que concerne ao altruísmo, ainda na vertente de análise funcionalista, importa destacar que Bernard (Barber, 1963, apud Diniz, 2001, p. 20), na sua definição de profissão, destaca o alto grau de conhecimento generalizado e sistematizado, bem como o altruísmo expresso na orientação básica do profissional para o interesse da comunidade, antes que para o interesse do profissional.

A partir das formulações acima, Diniz (2001, p. 20) reflete sobre o sistema de recompensas que, antes de ser considerado interesse individual do profissional, é tomado como “conjunto de símbolos de excelência profissional e, portanto, fins em si mesmo, e não meios para a consecução de interesses individuais”.

Outros elementos são observados na formulação do quadro teórico funcionalista, tais como: valorização política e social do modelo profissional em relação ao modelo do trabalho assalariado e ao modelo empresarial e a concepção das profissões “como instrumentos de resposta às necessidades sociais que concorrem para a integração e coesão sociais nas sociedades capitalistas” (Gonçalves, 2010, p. 179).

Nas avaliações dessa perspectiva, é possível verificar pontuações acerca do principal interesse no estudo das profissões como sendo o seu “valor social”,

levando-se em conta as funções com todo o sistema social (Angelin, 2010); “a posição de importância das profissões na sociedade industrial moderna” (Diniz, 2010, p. 18). Para esta autora, “não é o capitalismo ou a livre empresa que constituem as características mais salientes dessas sociedades, mas a emergência dos grupos profissionais”(idem, p. 18-19). Para Talcott Parsons (1964, apud Diniz, 2001, p. 19), “parece evidente que muitas das características mais importantes de nossa sociedade são em medida considerável dependentes do funcionamento adequado das profissões”. Estas, no quadro teórico funcionalista, são tomadas como “instrumentos de resposta às necessidades sociais que concorrem para a integração e coesão sociais nas sociedades capitalistas”. (Gonçalves, 2007, p. 179). O autor ainda sustenta que:

“A posse de conhecimentos científicos e técnicos e o ideal de serviço à coletividade são considerados como as principais fontes de legitimidade social das profissões e uma garantia da sua imprescindibilidade funcional para as sociedades”

Ao refletir sobre a teoria funcionalista das profissões, Dubar (2005, citado por Angelin, 2010) considera que Parsons traz à tona a relação que se estabelece entre o profissional e o cliente, em termos de uma interação e de uma dimensão utilitária, visto que o segundo cria laços de dependência com o primeiro, posto necessitar de seu conhecimento técnico-científico. Já o profissional também precisa do cliente para exercer suas atribuições. Para Dubar (2005, p. 130), “este processo de relação utilitarista entre o profissional, especialmente o liberal, gera a institucionalização do processo de profissionalização”.

É preciso destacar que “as teses funcionalistas foram fundamentais para a delimitação do campo da análise sociológica das profissões e para sua valorização no seio da sociologia” (Gonçalves, 2007, p. 179). Esse autor ressalta que o objeto dessa perspectiva – as profissões – e a metodologia comparativo-taxinômica, proporcionaram a elaboração de artigos voltados ao mapeamento, de natureza empirista, das propriedades dos grupos

ocupacionais nas décadas de 1950 e 1960 autores, dentre os quais Cogan, 1953; Goode, 1960; Reades, 1966. (citados por Gonçalves, 2007).

Quanto a uma possível inovação conceitual na perspectiva funcionalista, (Gonçalves, 2007, p. 180) aponta como marcantes:

“As análises de Merton (1982), com a mobilização dos conceitos de funções manifestas e de funções latentes, a adoção do conceito de altruísmo institucionalizado e o destaque conferido aos comportamentos dos profissionais face aos clientes, a par dos trabalhos de Wilensky (1964) sobre as etapas dos processos de profissionalização, a especificidade das atitudes, valores e acções dos profissionais face aos restantes grupos profissionais”.

Ainda assim, percebe-se na literatura, um ponto comum. Trata-se da crítica a esse quadro teórico, no que tange à centralidade da definição dos atributos (Diniz, 2001; Gonçalves, 2007; Angelin, 2010). Nesse sentido, Diniz (2001 p. 20), aponta um núcleo de atributos mais ou menos constantes e que seriam:

“(...) a existência de um corpo de conhecimento suficientemente abstrato e complexo para requerer um aprendizado formal prolongado; uma cultura profissional sustentada por associações profissionais; uma orientação para as necessidades da clientela (servisse orientation) e um código de ética.”

A autora sugere, também, que se busquem exemplos de “definição por atributos” em Greenwood, 1966; Hall, 1968 e Moore, 1976, entre outros (Diniz, 2001, p. 20), e acresce que cada autor pode somar novos atributos “sem que se obtenha o essencial; ou seja, algum consenso a respeito de quais deles devem ser teoricamente enfatizados” (idem, pp. 23-24).

Nessa mesma linha de raciocínio, Gonçalves (2007, p. 180) afirma:

“(...) a natureza empirista dos estudos, a desafeição pela reflexão teórica como sustentáculo da investigação empírica, a atomização analítica das profissões face às dinâmicas globais do capitalismo nacional constituem eixos da abordagem funcionalista, que concorrem para uma leitura heurísticamente fraca do fenômeno profissional”.

Para Angelin (2007), as teorias funcionalistas não consideram a perspectiva histórica, nem fazem um recorte cultural, e - reforça as palavras de Diniz (2001, p. 23) que há muito ponderava: “(...) os autores generalizam a experiência particular dos Estados Unidos ou da Inglaterra, como se a natureza das profissões aí encontradas fosse típica de todos os países”.

Compreender a história da Educação Física requereu a apreensão de alguns aspectos do desenvolvimento da sociologia das profissões, ao longo do século XX, uma vez que, como abordado até então, autores diversos falaram de sua importância e elementos que a fundamentaram. No decurso da trajetória de uma produção teórica que abordou diferentes marcos teóricos, metodologias, contextos, influências, funções, privilégios, condições de transformação de ocupações em profissões, conceitos de profissão entre outros, permitiu-nos ter maior clareza das preocupações dos autores, suas dúvidas, críticas e sínteses.

Neste contexto, verificamos a busca de explicações da importância do estudo das profissões para a sociedade ocidental moderna, visto que grupos profissionais contribuíram para a coesão desta sociedade, onde os espaços são institucionalmente delimitados e busca-se a convivência pacífica e ética entre as diversas profissões, e o respeito a seus espaços ocupacionais.

Isto não significa dizer que as linhas teóricas de análise apresentadas, como visto, apontam os mesmos atributos. Pelo contrário, cada qual indica atributos específicos para a configuração de uma profissão. Não há consenso sobre os mesmos. Tal riqueza propiciou, ao citarmos anteriormente Diniz (2001) que seus estudos denotam um núcleo de atributos relativamente constantes que destaca um conhecimento abstrato e complexo, uma cultura

profissional sustentada por associações profissionais, orientação para as necessidades da clientela e código de ética.

Toda essa produção aponta para uma nova leitura dos pontos de vista econômico e cultural, que perpassam o mundo do trabalho e a defesa dos espaços sócio ocupacionais mais específicos.

O termo profissão

Existe dificuldade para se entender o termo profissão, visto que há diferença de sentidos por alguns países. A palavra derivada do latim “professio” significava, originalmente, “declaração pública” ou “confissão”. Tempos depois, em Portugal, por exemplo, adquiriu o sentido de Adesão pública a um credo religioso, assim como o de tomar os votos de uma ordem religiosa (Coelho, 1999).

Para Machado (1995, p. 18),

“Profissão é uma ocupação cujas obrigações criam e utilizam de forma sistemática o conhecimento geral acumulado na solução de problemas postulados por um cliente (tanto individual como coletivo). E a atividade profissional é um conjunto de conhecimentos novos, mas fortemente relacionados a uma esfera ocupacional. Portanto, a autoridade profissional é centrada no profissional que detém o conhecimento especializado para o problema específico do cliente.”

É possível apontar que a dificuldade em se definir profissão esteja relacionada a questões tais como:

- basicamente partem das profissões liberais que, entretanto também evoluíram;
- carecem de estatuto científico;
- decorrem do paradigma funcionalista, que estuda os grupos profissionais a partir deles próprios e não da sua posição na estrutura social.

Sobre estas questões acima referidas encontramos nas contribuições de Carrasco (1987), uma síntese das características para delimitar descritivamente o conceito de profissão:

- destreza e serviço especializado
- instrução intelectual e tecnológica
- alto grau de autonomia e responsabilidades profissionais
- relação de confiança com o cliente
- responsabilidade coletiva em relação à profissão
- organização ocupacional que garanta a competência
- intervenção normativa e disciplinar.

Também “ofício” é um dos significados muito usados. Outro termo empregado conforme Coelho (1999, p. 20-21) - “profissões liberais”- designando, além da liberdade política, gozo de boa condição material. Na Inglaterra e nos Estados Unidos do século XVIII, as liberal arts significavam uma educação de corte humanístico, seguida de sua vinculação para as liberal professions, e, depois, profissão liberal, remetendo a profissão de nível superior, de prestígio social, e praticada de forma autônoma. Isso implica que “profissão” se caracteriza pela dimensão corporativa, com capacidade de auto-regulação coletiva, além de, conforme Freidson (1996), demandar conhecimento intelectual maior e se correlacionar com diversas áreas. Por sua vez, Paradeise, (citada por Rocha, 2004, p. 218),

“(...) sustenta que uma profissão constituída comporta a existência de três elementos indissociáveis: um saber especializado e específico, profissionais como intérpretes desse saber, e um código de conduta que preside e rege as condições de uso desse saber. O desenvolvimento da profissionalização de um grupo deve ser assim avaliado, relativamente à expansão de cada um destes elementos, obrigando a um trabalho por parte dos profissionais, em ordem à obtenção do estatuto de profissionais. A mesma autora salienta, na esteira do trabalho de Larson (op. Cit.) e de Freidson (1978) que, para que um ofício ascenda á categoria de profissão necessita de

produzir o convencimento da sociedade(utentes, cientistas,etc.) e do Estado, quanto á exclusividade da sua competência numa determinada área. Este convencimento da competência assenta numa retorica cujos argumentos maiores aliam a prestação de um serviço á humanidade com a ciência”.

Os três elementos citados acima, que caracterizam uma profissão - *saber especializado e específico, profissionais como intérpretes desse saber, e a existência de um código de ética* - nortearam nossa abordagem neste capítulo para a compreensão da trajetória de regulamentação da profissão de Educação Física no Brasil. Destacamos nossa intenção de dar voz aos intérpretes da profissão de educação física, trabalhando com depoimentos de profissionais que desempenharam papel relevante no processo de reconhecimento social desta profissão, assumindo inclusive cargos de direção no movimento organizativo da categoria. Também destacamos na esteira do capítulo dois, a luta pela regulamentação profissional e a construção de um código de ética, como frutos do processo de organização coletiva e de reconhecimento social da profissão de Educação Física no Brasil.

Na trajetória de algumas profissões regulamentadas, algumas características são comuns: a existência de associações, cujas pautas de discussões envolvessem a matéria da regulamentação profissional, ou mesmo a ação de um parlamentar para fazer tramitar no parlamento e aprovar uma Lei específica. Tanto na Europa como nos Estados Unidos da América, a evolução da regulação profissional seguiu caminhos diferenciados. Provavelmente, associações profissionais alavancaram o entendimento de que as profissões deveriam ser livres do jugo do estado assim como ter um status superior em relação às profissões baseadas em práticas empíricas. Necessário saber onde o estado interveio fortemente para a institucionalização da profissão ou atuou em segundo plano e também se as profissões que recebiam benesses do estado curvaram-se a um modelo em que o prestígio profissional interessava.

Diferentes trajetórias de regulamentação demonstram a importância dos contextos históricos, culturais e científicos, das formas como certas atividades vão se constituindo em profissões, se aperfeiçoando, buscando espaço na

sociedade, aprofundando conhecimentos que lhe deem a prerrogativa de proprietárias deste saber. Para tanto, ainda concorrem as formas de organização, de estruturas associativas, as quais passam não só a defender as áreas profissionais, a dar prestígio, autonomia profissional e reconhecimento social, como contribuem para estruturação e funcionamento de uma sociedade de modo a atender as necessidades dos vários segmentos da população que a compõe. Embora, como visto, haja dificuldade para conceituar profissão é possível verificar que, de modo geral, os projetos profissionais delimitam seus objetivos e funções, propõem normas comportamentais, diretrizes para o relacionamento com os usuários dos serviços e com outras organizações sociais. Ainda se percebe na trajetória das profissões, que estas propõem diretrizes básicas para o exercício da profissão e valores que venham a legitimá-las socialmente.

Alguns elementos do estudo das profissões no Brasil.

No que concerne ao Brasil, traçaremos um breve panorama de como os estudos das profissões foram produzidos para melhor compreendermos como as influências se deram num contexto tão diferenciado. Encontramos em Gonçalves (2007) algumas reflexões acerca dos estudos sobre as profissões. Para ele, no Brasil, a tendência é o fortalecimento da análise sociológica dos grupos profissionais.

Neste sentido, Gonçalves (2007, p. 207), citando Barbosa (2003), registra que tal tendência é

“tributária dos contributos teóricos dos interaccionistas e das teses do poder e do monopólio profissional (onde ganham destaque os trabalhos de Larson e Feidson), mas que igualmente mobiliza os recursos de algumas das especializações da sociologia , no caso da educação e trabalho. “

Gonçalves (2007, p. 207), apresenta outras linhas de investigação, como a “análise da evolução das profissões e da sua participação na formação e consolidação do Estado moderno brasileiro. Cita Coelho (1999), cuja obra

estuda as profissões imperiais, como medicina, advocacia e engenharia, no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Para este autor, a formação do estado brasileiro teve a contribuição dessas profissões durante os respectivos processos de institucionalização, ao mesmo tempo em que o Estado teve o papel de garantir a autonomia profissional, normatizando o monopólio mercadológico e os privilégios dos serviços oferecidos pelos profissionais.

Outra linha de investigação articula o desenvolvimento do profissionalismo com a política, registra Gonçalves (2007). Ao desenvolver tal raciocínio, Bonelli (citado por Gonçalves, 2007, p. 208):

“traça os padrões de relações dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia, com o Estado brasileiro, em particular no Estado de São Paulo, entre meados do século XIX e última década do século XX. Paralelamente, realiza uma análise das questões mais particulares das profissões como as carreiras, os processos de construção identitária, a sua inserção nos correspondentes segmentos específicos do mercado de trabalho e as conflitualidades em torno da construção do profissionalismo”.

Finalizando as contribuições de Gonçalves (2007) é importante destacar que ele sintetiza suas reflexões acerca das profissões no Brasil, considerando que a natureza dos conhecimentos formais, o prestígio social e a proximidade com o poder político sofreram algumas interferências conforme a conjuntura dos períodos de democracia e de ditadura, no decurso temporal analisado, condicionando as relações entre estado e os grupo analisados, como as respectivas autonomias destes. De qualquer forma o que ele nos traz à tona é a importância do papel do Estado neste processo, demonstrando uma peculiaridade da afirmação social e política das profissões no Brasil.

Um segundo autor no qual buscamos embasamento sobre o processo de profissionalização no Brasil é Angelin (2010), para o qual este processo veio a se realizar no início do século XX, com os médicos sanitaristas e engenheiros.

Citando Barbosa (1998), Angelin (2010) destaca que o saber, ou seja, o conhecimento técnico-científico é o fator que legitima os profissionais modernos, quando se afere o sistema de meritocracia, para a organização de carreiras nas empresas públicas. Em consonância com Freidson (1996), Angelin (2010, p. 23), ainda apresenta o que chama de “evidências” de um importante processo de profissionalização na sociedade brasileira, na conjuntura estudada. São elas:

- “ (1) aumento significativo do número de portadores de diplomas universitários. Diniz (2001) concorda com essa afirmativa devido ao crescimento da exigência do diploma universitário. Para esta autora esse aumento se deu no início de 1968, pela expansão do ensino superior no Brasil, devido à Reforma Universitária;*
- (2) busca do reconhecimento oficial da existência da profissão e dos controles dos profissionais sobre seu trabalho, o que diz respeito à definição da área de trabalho;*
- (3) reorganização do Estado no Brasil, que diz respeito às carreiras e mecanismos de mobilidade, através do conhecimento e da experiência;*
- (4) exigência de maior nível de qualificação através de pós-graduação;*
- (5) existência de um intenso processo de profissionalização no Brasil e o crescimento da população economicamente ativa (PEA) de “classe média”, com a presença de um grande número de mulheres”.*

A reflexão de Angelin aponta que o Brasil veio apresentando importante estrutura profissional, sendo que várias atividades profissionais passaram a contar com associações profissionais ou conselhos federais e regionais, com código de ética, o qual garante a autonomia profissional e a auto-regulação das profissões. (Angelin, 2010, p.24)

No Brasil, algumas profissões já possuíam organização mesmo antes da Constituição de 1891, e após 1930, a República concretizou o forte laço entre as universidades e os efeitos da regulamentação da profissão. Também a

Constituição Federal de 1988, chamada “cidadã” reforçou a possibilidade de se instituir a regulamentação da profissão conforme reza o inciso XIII do artigo 5º: “É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, **atendidas as qualificações** profissionais **que a Lei estabelecer**”, (grifo do autor). Para a existência de Conselho Profissional, é necessária a aprovação de uma Lei para que seja constituído o sistema Conselho Federal e os respectivos Conselhos Regionais. Essa situação trouxe um dado importante, pois permitiu maior autonomia para os profissionais através da representação de seu conselho federal, que em situação de igualdade, atue para a defesa da profissão frente aos Ministérios do Trabalho, e o Ministério da Educação o qual possui a competência para estabelecer resoluções atinentes à formação profissional.

Feita esta breve explanação, destacamos como demonstrado anteriormente, que no Brasil a análise percorreu a linha dos grupos profissionais, sendo que pelas características também apontadas, seguiu trajetória bem particular no que diz respeito à formação do Estado, posto que, numa via de mão dupla, o mesmo teve contribuição das profissões para sua organização, assim como o ele garantiu autonomia profissional e normatizou o monopólio do mercado e dos privilégios vinculando, ainda, profissionalismo e política.

O conhecimento científico também foi apontado como elemento de legitimação dos profissionais modernos através dos diplomas universitários, o que reforça o saber especializado como um dos elementos do conceito de profissão que destacamos. Pelas reflexões apontadas evidenciamos, a partir de Rocha (2004,p.159), que:

“Esta ronda pela teoria das profissões permiti-nos concluir que as características com que as profissões são reconhecidas, e com que afirmam a sua singularidade na divisão do trabalho, o poder que detêm são parte integrante das estruturas de pensamento e das práticas ocidentais, cujo dispositivo ideológico fundamental é a polaridade estabelecida entre o trabalho manual e o trabalho intelectual a que se associa, como sentido da acção, a prestação desinteressada de um serviço por oposição ao ganho material.

Assim sendo, a apropriação do modelo profissional apresenta-se como estratégia para os diferentes grupos ocupacionais”

Nessa perspectiva a temática “sociologia das profissões” colabora com esta reflexão. Barbosa (1993, p. 3) explicita a sua importância, qual seja:

“Buscar desenvolver uma ótica que torne evidente os processos pelos quais um tipo específico de grupo social se constitui num dos agentes essenciais de formação de determinados padrões de sociabilidade, de organização das relações sociais.”

Enfocando então o interesse dos profissionais de Educação Física, ou seja, os seus anseios quanto à profissão, apresentaremos a seguir o processo de constituição da profissão, a partir da história viva trazido por sujeitos qualificados, que destacam em seus depoimentos elementos importantes para o entendimento desta construção.

A consolidação da profissão pelos seus atores: depoimentos da história vivida de dirigentes associativos

Conforme vimos na metodologia, os depoentes deste processo ocuparam a presidência da Federação Brasileira das Associações de Profissionais de Educação Física, ou das Associações de seus respectivos estados, sendo que alguns ainda ocuparam cargos importantes referentes à área, tendo de alguma forma, contribuído para o processo de consolidação da profissão. Para a reconstrução histórica deste processo será abordaremos a retomada dos motivos e condições de criação; os fatores de desenvolvimento e finalmente os contributos dos congressos da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais de Educação Física destacando os grandes temas e problemas.

Motivos e condições da criação das APEFs e da FBAPEF

A década de 1940

Nas diversas fases da vida política do país, as organizações representativas de profissionais estabeleceram discussões por intermédio de encontros, congressos etc. Como vimos no capítulo 2, os profissionais de Educação Física também passaram por esse processo. Verifica-se que, em alguns depoimentos, assinala-se a década de 1940 marcando o início destas ações:

*“A constituição dela se deu nos idos de 1946, na verdade com três associações, juntando-se, **São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro** (...) Naquela ocasião, eram poucos profissionais de Educação Física, na verdade era muito mais uma intenção de desenvolver um processo de integração social, de uma interação e possivelmente de atualizações relacionadas à Educação Física escolar que era o foco central das associações, da federação”. (D10)*

Os depoentes D5 e D2 concordaram com esse período estabelecido, assim afirmando:

“Em que pese administrativamente, burocraticamente ela remete à década de quarenta.” (D2)

“A informação que eu tenho é que foi constituída na década de 40, entre 1940 e 1946 mais ou menos, e foi resultante de algumas mobilizações estaduais.” (D5)

O depoente D1 A foi mais preciso em determinar o ano de 1946, como o ano da construção, por estar demonstrado no estatuto e ainda cita o dia 10 de dezembro: “ela foi fundada em 1946, mas ficou um período paralisada depois...” (D1)

Os motivos da criação das associações na Educação Física

Constatou-se que anteriormente já existiam três APEFs estaduais, apresentando alguns motivos para a sua existência, dentre eles o conagração entre os professores:

“Por exemplo, no Rio Grande do Sul o grande motivo de se criar APEF foi, fundamentalmente, a questão de um espaço de conagrações de professores, de integração de professores que até hoje existe. (...) acho que acontecia, também, em outros estados”. (D5)

Além do conagração houve afirmações sobre a realização de cursos como motivações: “No meu entendimento foi motivado para criação de um local/lugar/espaço de discussão das questões da Educação Física em nível nacional, visando a valorização profissional” (D6). Outro depoimento corrobora a citação anterior: “Atuar politicamente em prol do desenvolvimento da Educação Física no país (D8).

Para este outro depoente, os encontros representavam a motivação para criação de uma instância nacional:

“Nestes estados, muitas vezes, em decorrência de encontros da esfera federal, eram os encontros, organizados pelo Ministério da Educação e outros Ministérios, em relação a alguns programas, como, por exemplo, o Programa do Projeto Rondon e outros Projetos que, de certa forma, possibilitavam aos professores, dispersos por seus estados, que se encontrassem de maneira esporádica em algum momento. Isso desencadeou o interesse por organizar uma Associação em nível nacional.” (D5)

Não há dúvidas sobre a importância da realização de cursos; no entanto, destaca-se, também, a questão da representatividade profissional, sendo esta uma questão de caráter amplo no país, como se pode observar neste depoimento: “preencher vazio, dar **unidade nacional**; conjugação de

interesses entre EPT”. (D8). E, ainda, como motivo, destaca-se a regulamentação da profissão:

“Eu acompanhei, quando nós também tínhamos a nossa APEF também em Florianópolis, já existia a FBAPEF, eu passei a acompanhar, passei a participar das reuniões e eu pessoalmente entendo que é uma entidade muito importante, o tempo que ela funcionou, ela tem um papel bastante significativo pra nossa profissão. Infelizmente, acabamos depois nos dispersando e a coisa não deu continuidade, mas ela tem um papel muito importante para nossa organização e inclusive com relação a questão da regulamentação da nossa profissão”. (D9)

Nesse sentido, somam-se:

“Criar o conselho ou a ordem da profissão” (D8);

“Outra questão muito interessante, porque passa a ser uma referência identitária muito forte do profissional de Educação Física, é a questão da Regulamentação da profissão. A própria FBAPEF, um dos temas que já assinava no seu próprio motivo de existência era a discussão das reais condições de ser professor de Educação Física e as dificuldades de ser professor de Educação Física.” (D5)

“... nos anos de 1945, 1946 e 1947, ou seja, logo depois da guerra, quando o estado de exceção acaba, começou um trabalho mais acentuado no sentido, para se criar instituições de representatividade profissional, não é por outro motivo, que quando começou a o processo de que a gente conhece como regulamentação, a educação física era a quinta profissão que se movimentou para isso, a principal movimentação que aconteceu em relação a isso foi a criação da FBAPEF.” (D12);

“...os primeiros momentos da constituição da FBAPEF, acho que as condições foram dadas muito mais no sentido do movimento da sociedade brasileira que buscava intensificar né? Que estava num momento de crítica, de organização, os movimentos sociais se instituindo e essa necessidade, presente na sociedade, foi identificada por diversos profissionais que tentaram se instituir, também, quanto um movimento social no país, de intervenção na área específica, mediando com a função social da própria Educação Física e da própria organização dos professores, numa intenção de constituir um espaço, uma ferramenta com autonomia por parte dos professores. Autonomia do Estado, dos grupos políticos, no sentido de dar uma direção social à Educação Física e de construir uma organização que tivesse uma função social mais legítima, retirando a Educação Física do lugar de uma ferramenta de controle da sociedade, tentando instituir uma Educação Física que gerasse mais autonomia para o aluno e também para o profissional da Educação Física” (D4).

A opção pela associação profissional pode ser melhor entendida se voltarmos ao período dos anos de 1960 e 1970 Boschi (1984), faz a seguinte ponderação:

(...) ao invés da repressão à vida associativa, o controle corporativo do Estado sobre o sindicato e a proibição do direito à greve teriam efetivamente estimulado a criação de associações profissionais de natureza crescentemente politizada (Boschi, 1984, p.114).

Em certa medida, esta afirmação é explicitada em:

“Com o chamado ciclo militar a sociedade passou de uma maneira muito tímida a se mobilizar, a ter reações, a ter contestações, em outras palavras, arrumar espaços de contestação. Dois espaços eu vou citar pra você, um foi a OAB que começou a defender um estado de direito e a SBPC, que, na verdade, é a Sociedade Brasileira para

o Progresso da Ciência, que passou a ter uma atuação também política. Junto com isso começou a ter modificações das estruturas de categoria e aí as APEFs começaram a mudar de papel, começou a ser buscada por pessoas que queriam reagir ao status quo.” (D3)

Para Boschi (1984), uma das questões fundamentais a se desvendar é, se na prática, essas associações profissionais ficaram isentas de um posterior controle do Estado.

A história do processo associativista na Educação Física revela que, embora tenham sido envidados esforços pela construção de autonomia, e da democracia interna de suas organizações, este controle do Estado não deixou de ocorrer, como na conquista da regulamentação da profissão, e de seu processo posterior, uma vez que, a aprovação da regulamentação da profissão dependeu da sanção do Poder Executivo, apesar do projeto ter tramitado e ter sido aprovado pelo Congresso Nacional.

O mentor da regulamentação da profissão

É de fundamental importância o registro dos depoimentos que citam o Professor Universitário de Educação Física e Advogado, Inezil Pena Marinho, como mentor desse processo, como confirmado nas declarações transcritas a seguir:

“Mas quem começou com essa idéia foi o Walter Giordano e o Inezil Pena Marinho.” (...) foi na linha de contestação, de fortalecera categoria que foi criada essa Federação da Educação Física. Eu não me lembro da época que foi criada, eu sei que depois o professor Walter Jordano, acho que foi o primeiro presidente e o professor Inezil Pena Marinho era o intelectual por trás disso tudo. (D3)

“A primeira manifestação que eu conheço relacionada à regulamentação da profissão vem do Inezil Penha Marinho na década de 50. Era um professor de Educação Física que também era advogado, e não entendia porque o profissional de Educação

Física não teria uma entidade jurídica reguladora, assim como tinha a OAB, assim como tinham os médicos.” (D10)

É importante destacar o significado das lideranças e pioneiros no processo de luta e organização para o reconhecimento social da profissão de Educação Física.

O depoente abaixo mostra que a luta pela regulamentação da profissão de educação física, mereceu atenção por parte dos profissionais de educação física que participavam dos Jogos Estudantis Brasileiro promovendo reuniões para este fim, assim como o programa governamental, o “Esporte para Todos”, serviu para a reorganização e fortalecimento das Associações dos Profissionais de Educação Física, e em contrapartida, estas atenderiam também o objetivo de disseminar a política traçada para o desenvolvimento do “Esporte para Todos”.

“Eu comecei a tomar conhecimento desse movimento em prol da regulamentação da profissão, quando da realização de um dos Jogos Estudantis Brasileiro – JEBs em Brasília. Eu era funcionário da Prefeitura de São Paulo e o professor Celso Bandiera era atuante no meio universitário esportivo, voltou e nos contou sobre uma reunião que houve no JEBs com uns 40, 50 professores no sentido de iniciar um movimento de regulamentar a profissão. Depois ficamos sabendo que um professor do Rio Grande do Sul, que, se não me engano chama-se Pedro Becker, levou a ideia um deputado também do Rio Grande do Sul que apresentou o projeto de lei na Câmara Federal. Bom, aí aconteceu esse congresso com o Inezil e o movimento ‘Esporte Para Todos’ no MEC estava muitíssimo interessado na firmação da Federação, porque achavam que era um meio de eles poderem melhorar o seu projeto de ampliação no ‘Esporte Para Todos’, contando com as associação em cada estado.” (D7)

A criação da Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física.

Conforme apresentado no capítulo anterior, a FBAPEF foi criada em 1946. Não há registros sobre o desempenho político da FBAPEF, depois de sua fundação, o que se confirma nas afirmativas dos depoentes D1 e D3:

“ela foi fundada em 1946, mas ficou um período paralisado depois...”
(D1)

“Quando eu comecei a trabalhar na Educação Física, no final dos anos 60 e inícios dos 70, a APEF tinha alguns cursos, quer dizer, a APEF tinha esse trabalho de fazer alguns cursos. Então, as pessoas se associavam à APEF...primeiro porque ela conseguia descontar direto da folha de pagamento dos professores do estado, foi uma época que quase todos os professores eram de colégio do estado, não era o meu caso. Então ela promovia cursos, mas não existia uma integração nacional nesse tempo”. (D3)

As considerações confirmam que a FBAPEF, logo após a sua criação, não demonstrava uma articulação mais efetiva entre as entidades estaduais. Os professores se vinculavam mais fortemente a APEF de seu estado, pois, na condição de sócios, repassavam a mensalidade destinada à entidade por desconto em folha, por seus vínculos como professores do estado.

Assim, no que se refere aos motivos e condições de criação da FBAPEF, podemos identificar que a criação da mesma se vincula aos interesses de representatividade profissional, discussões sobre as reais condições de trabalho, dificuldades enfrentadas e regulamentação da profissão com a criação da Ordem ou Conselho Profissional.

Estas questões trazem referências identitárias do profissional de Educação Física, e a criação da FBAPEF representa um espaço ou ferramenta de busca de maior organização e autonomia em relação ao Estado e a grupos políticos, o que se constitui numa tentativa de organização com mais legitimidade social, contribuindo para a construção de uma direção social para

a Educação Física como profissão. Neste sentido, destacamos as solicitações por cursos, visto ser relevante no que diz respeito a uma preocupação com o aprimoramento de um saber especializado e específico que caracteriza uma profissão de acordo com o referencial do item 3.1, que versa sobre a sociologia das profissões.

Fatores de desenvolvimento da FBAPEF: Democracia; Diretoria; Estatuto; Gestão de Conflitos; Instâncias deliberativas.

Sementes da democratização: da estagnação à revitalização do movimento associativista.

Decorridas quase quatro décadas, desde a criação da FBAPEF pode-se afirmar que a partir dos anos de 1980, a entidade viveu a sua segunda fase, sendo esta considerada como a fase de sua revitalização, assim como ocorreu também na sociedade brasileira frente ao regime militar a que estava submetido o país. Confirma este acontecimento o seguinte depoimento: “Com o chamado ciclo militar (...) começou a se falar numa coisa chamada sociedade organizada. Esse foi um chavão de muitos anos e o pessoal viu essa questão do espaço de trabalho, da regulamentação.” (D3)

Ainda nessa fase, encontram-se várias citações do nome de Inezil Pena Marinho que, ao longo desse tempo, ainda manifestava seu interesse para que a FBAPEF se fortalecesse. Essas posições podem ser verificadas nos depoimentos de (D12), (D11), (D7) e (D8):

“...houve, em Belo Horizonte, foi em 1984, quando estávamos preparando o encontro “Esporte para Todos”, que foi quando o Walter Giro Giordano, lembrando o Inezil Pena Marinho. O Adailton conversou muito tempo com o Pena Marinho.” (D12)

“Participei das reuniões de Belo Horizonte, uma do Rio de Janeiro em que o Inezil estava tentando ressuscitar a FBAPEF e no meio da ditadura eu insistindo pra que o Inezil fosse mais fundo e ele falou uma frase interessante, direto pra mim: ‘o príncipe não faz a guerra

enquanto está fraco’, então, eu estava imaginando ressuscitar um movimento dentro da escola de Educação Física do exército, e ele baixou um pouco a minha bola. Depois ainda fizemos uma reunião em Mogi das Cruzes (SP) e foi caminhando por aí”. (D11)

“Numa das noites de reuniões, no Pacaembu ainda, o professor Inezil Pena Marinho apareceu lá e disse da sua intenção de revigorar a Federação que estava sem ação nenhuma e ressaltando que nessa ocasião a federação passava por quatro estados, em forma de rodízio: São Paulo, Rio, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Eram esses quatro estados que se revezavam na presidência da Federação e a sede, entre aspas, ia pro estado cujo presidente tinha sido escolhido.” (D7)

Mesmo com a predominância de posicionamentos positivos para a reativação da FBAPEF, um dos depoimentos explicita que a entidade, num dado momento, foi dependente de políticos ou de órgãos institucionais para promover seus eventos, como se observa em (D4):

“Você tem a entidade, num dado momento, totalmente dependente do Ministério, da Secretaria, dos políticos, aí, sim, ela tinha recursos pra fazer eventos, encontros. Isso ajuda a ter claro que a autonomia só vai existir na hora que você tem autonomia pra elaboração de projetos e de pesquisas, que você conseguisse fazer isso, e se começa a trabalhar por aí. Então assim, você não tinha as condições estruturais de funcionamento de uma entidade da categoria dos próprios professores, uma condição que desse conta de prover fundamentos, tempo, possibilidades de deslocamento e para participar das discussões.” (D4)

Observa-se também que houve um interesse mútuo entre o movimento instituído “Esporte para Todos” e a FBAPEF, criando uma sinergia de ações que produziu a “Carta de Belo Horizonte” e desencadeou um processo de

aglutinação dos profissionais de Educação Física e efetiva ampliação da entidade que, no espaço de dois anos, instalou seus congressos:

“...houve um congresso do “Esporte Para Todos” no Mineirinho que eu tenho a impressão que foi em 1984, os representantes da APEFs que estavam lá presentes foram divididos em dois grupos: os chamados ‘Notórios’ ou ‘Notáveis’ foram se reunir em determinado setor do Mineirinho para elaborar a Carta de Belo Horizonte, e os ‘não notáveis’, que estavam mais interessados no movimento associativista e da regulamentação da profissão foram pra outro setor discutir o projeto de lei e o estatuto da FBAPEF.” (D7)

“Com o advento do EPT (Movimento Esporte para Todos) e em face de seus programas de capacitações, que reunia Professores de Educação Física de todo o país, lideranças do movimento apegiano, identificaram este momento como uma boa oportunidade para desencadear o resgate da pauta de reivindicações da Educação Física e iniciativas em prol da reorganização do movimento apegiano nacional”. (D8)

Pode-se observar que, ainda, pelo depoimento de D7, que durante o evento “Esporte para Todos”, iniciaram-se os estudos dos estatutos e, em seguida, o projeto da regulamentação da profissão.

A democracia como fator de desenvolvimento

Referente aos fatores que contribuíram para o desenvolvimento da FBAPEF, suas questões organizativas, o estatuto, as instâncias deliberativas, percebe-se os benefícios advindos dessa revitalização, como: **“maior politização** dos profissionais”; “abertura maior”; “instituição de uma organização social”; **o Congresso Brasileiro de Educação Física**”; “maior democracia, participação e ampliação de debate”. Tais afirmativas são amparadas nos depoimentos seguintes:

*“houve **maior politização** dos profissionais; ...” (D1)*

“... Então nesse congresso (EPT) de Belo Horizonte foi aprovado o novo estatuto que já introduzia uma abertura maior, deixava de ser caráter de rodízio e passava a ser eletivo e eu fui eleito.” (D7)

No entanto, o depoimento de D11, considera que, nos dias atuais, a expansão das faculdades, e conseqüentemente, o aumento do contingente de profissionais formados, não engrossaram fileiras nas associações e, neste sentido, o associativismo não seguiu a mesma expansão das faculdades, mesmo porque eram poucas as pessoas que acreditavam no movimento e o Conselho fiscalizador da profissão as absorveu.

“Hoje com quase quinhentas escolas de Educação Física não existe essa cultura, a gente percebe, claramente, que essa cultura de associativismo não vingou e a federação das APEFs sofreu diretamente isso. Como eram poucos os que acreditavam nisso, eles estavam envolvidos no movimento ‘apefiano’, o movimento do Conselho Federal absorveu essas pessoas e criou um vazio do lado das APEFs”. (D11)

Já D4 observa que, na tentativa de a FBAPEF se instituir como organização social, recebe variadas influências de grupos de interesses organizados na sociedade:

“(...) ela sofre as pressões e as diversidades da própria diversidade do contexto social, ou seja, saindo da década de 1970, do julgo da formação na área médica, da força dos governos militares, da própria gestão das escolas de Educação Física também pelos militares, ou seja, da diversidade de grupos de interesses que tinham na sociedade também se representavam na Educação Física....” (D4)

“D5” acresce que a entidade teve influência dos egressos do movimento estudantil, assim como dos sindicatos, considerando também a necessidade de instituir a democracia na organização das discussões, aperfeiçoando sua estrutura, criando instâncias que privilegiaram as decisões coletivas, inclusive, influenciando também as APEFS estaduais:

*“A FBAPEF começou a sistematizar algumas questões e isto implicou, inclusive, a sua re-configuração estrutural, em decorrência de alguns profissionais oriundos, muitos deles, do movimento estudantil, do movimento sindical, que se interessaram em compartilhar a discussão tematizada pela FBAPEF. (...) A partir da década de 1980 a FBAPEF passa a conceber na sua estrutura, **instâncias como o Congresso Brasileiro de Educação Física**, que demandava para as APEFs estaduais uma necessidade de re-configuração, apesar de algumas já terem nas suas estruturas essa oxigenação, de maior democracia, de maior participação e ampliação de debate. (D5)*

“D2” confirma o posicionamento das APEFs estaduais, referente ao sindicalismo e, acrescenta a importância desta aproximação com os sindicatos, e que a democratização efetivamente ocorreu por conta da alternância de diretorias:

“O que ficou evidenciado na década de oitenta, noventa, até o momento da regulamentação da profissão, é que o conjunto de direções que sucederam a entidade no finalzinho da década de oitenta até meados de noventa e cinco, noventa e seis, estabeleceu um diálogo muito próximo dos trabalhadores de Educação. Entendendo a pertinência da luta articulada ao movimento sindical, articulada às lutas populares, enfim, a consolidação dos estados democráticos de direito e a pertinência do Esporte e da Educação Física e do Lazer como dimensões de afirmação desse direito, do conjunto daquilo que se entendeu por apresentar como cidadania.” (D2)

Também o Conselho de Entidades, por se tratar de instância de decisões, abaixo apenas do congresso da FBAPEF, considerou ser muito importante a instância prevista em seu estatuto:

“O espaço político do Conselho de entidades era o espaço que estabelecia uma direção ampliada da federação. A possibilidade da definição de pauta, da definição de eixos de luta era por meio desse Conselho de Entidade.” (D2)

A existência do Conselho de Entidades da FBAPEF se constitui em um espaço referente ao funcionamento da entidade, que proporciona a participação democrática e a tomada de decisões coletivas reforçando o pressuposto fundamental de defesa da sociedade, através da garantia do exercício profissional qualificado.

A identificação do trabalho voluntário de líderes nas instâncias organizativas da profissão

Tanto D2 como D5 reconheceram que os dirigentes da FBAPEF atuavam amadoristicamente (que indica falta de conhecimentos de gestão) e, ainda assim, assumiam funções de funcionários pela inexistência destes, por falta de recursos financeiros, seja na FBAPEF, seja nas APEFs estaduais. Por isto, o envolvimento dos dirigentes se dava de forma voluntária, no entanto, ocorriam planejamentos participativos:

“(...) É notório identificar que a não profissionalização de quadros docentes, militantes docentes com seus afazeres: Instituições de Ensino Superior, Instituições de Ensino Médio e Instituições de Ensino Fundamental eram situações impeditivas concretas de ampliação.” (D2)

*“A questão dos eventos e da organização em si dos afazeres das FBAPEF é o que se chamaria **de total amadorismo e voluntariado**. Éramos dirigentes voluntários. Nós vivenciamos nos movimentos das APEFs planejamentos participativos.” (D5)*

Importantes considerações avalizaram o movimento “Apefiano”, como o surgimento de lideranças advindas dos estados, a conscientização profissional, adquirida por intermédio de cursos, debates, mesas redondas que encontramos, nos dizeres de D10, D1:

“considerando as APEFs em si, foram lideranças excelentes, despontaram nos respectivos estados, muito importantes até pra tomada de consciência de profissionais, quanto à importância de ter um corpo profissional, uma entidade que pudesse ser um pólo centralizador, catalisador dos profissionais de Educação Física nas suas respectivas regiões com desenvolvimento de cursos e eventos onde se buscava essa atualização e começava a surgir lideranças no sentido de mobilização da categoria profissional. O movimento ‘apefiano’ nesse sentido foi fundamental...” (D10)

“com participação de mais pessoas, com diferenças de ideias, com discussões com debates, organizações de mesas redondas, coisas que não existiam no passado.” (D1)

D9 acrescenta que tais discussões seguiam dos Estados para o nível nacional com discussões intensas e de qualidade:

“Tinha as instâncias desde as regionais, levando depois sempre as deliberações para a nacional, tinha o conselho de entidades, que ouvia o pessoal que tinha representação e era sempre bastante representativa, pelo menos as que eu participei, (...) Mas eu acredito que foi um período, assim, que houve um crescimento das entidades, as deliberações eram feitas em cima de embasamentos

bastante fundamentados e as discussões eram bastante intensas desse movimento.” (D9)

Como vimos, apesar das turbulências, não houve até 1998, repetição de presidentes. Além da instância “Congresso”, e do Conselho de Entidades com a incumbência de definição de pautas e eixos de luta já citados, a FBAPEF também promovia cursos que eram organizados como parte do Congresso para atrair sócios e recebia das APEFs estaduais o repasse financeiro. Para resolver a sobrevivência financeira, algumas entidades estaduais se mantinham com o desconto em folha, e também promovendo cursos; seus dirigentes, a exemplo da FBAPEF, eram voluntários, não recebiam por seu trabalho prestado à entidade.

Tais aspectos foram evidenciados por D3:

“Quando eu comecei a trabalhar na Educação Física, no final dos anos 60 e inícios dos 70, a APEF tinha alguns cursos, quer dizer, a APEF tinha esse trabalho de fazer alguns cursos. Então, as pessoas se associavam à APEF, porque, primeiro, ela consegue descontar direto da folha de pagamento dos professores do estado. Foi uma época que quase todos os professores eram de colégio do estado, não era o meu caso. Então ela promovia cursos, mas não existia uma integração nacional nesse tempo.” (D3)

Apesar dos esforços dos voluntários em desempenhar seriamente o trabalho, alguns destes atuaram de forma amadora e podem ter contribuído para uma gestão inadequada, conforme explicitado nas afirmativas de D5, sendo também apontadas as dificuldades operacionais de caráter financeiro e logística:

“Documentos eram extraviados, ou por inabilidade organizativa, de gestão, e não efetuavam determinados registros. Perdeu-se muito enquanto instância organizativa, no sentido documental, etc., enquanto uma entidade ou pessoa jurídica.”(D5)

Neste momento delimitou-se o início do processo organizativo destacando-se as dificuldades operacionais relacionadas à própria experiência de gestão que estava sendo construída.

Este conjunto de manifestações revela a conjuntura nacional no que tange à reorganização da sociedade brasileira, a partir de meados da década de 1980. Os depoimentos abordam na revitalização do movimento associativista, ou seja, da FBAPEF, a preocupação de saírem do jugo de ministérios e secretarias. Apontam para o horizonte de uma autonomia política e para a necessidade dos próprios profissionais serem os protagonistas de uma direção social para a profissão e os intérpretes de uma formação universitária científica e específica. Desta feita, demarca-se dois elementos constituintes de uma profissão: o saber e o intérprete.

Deste conjunto de manifestações enfatizamos também as preocupações da democracia do movimento “apefiano”, com o surgimento das lideranças, o aumento da participação em debates e mesas redondas, importantes ações trazidas pelos depoentes, sendo que um se destaca por expressar que os profissionais ampliaram a consciência da importância de ter um corpo profissional. Assim, podemos inferir que tal percepção traz em si o entendimento de um profissionalismo, de uma necessária competência científica e de uma gestão de uma entidade que represente o profissional na sociedade, frente aos demais grupos de profissionais e até mesmo frente ao Estado.

A primeira mudança estatutária da FBAPEF

O estatuto da FBAPEF foi fruto de muitas discussões e pivô de muitas passagens conflituosas no movimento, mas, a partir dele, houve maior compreensão da importância das leis, como define D5:

“O estatuto aprovado em 7 de julho de 1984 e registrado no 1º ofício de Registro de Pessoas Jurídicas na cidade de Brasília, foi assinado por Inezil Pena Marinho constando o registro da OAB – Ordem de Advogados do Brasil com seu registro profissional nº 10, pois este

tinha duas formações (Advogado e Professor de Educação Física), se constituía de Presidente” (D5)

A principal mudança neste estatuto referindo-se a Diretoria, em seu artigo 14, é que esta passa a ter o mandato de dois anos. Os cargos não eletivos eram indicados pelo Presidente: Secretário Geral: 1º Secretário; Tesoureiro Geral e 1º Tesoureiro. As vice-presidências regionais atuavam representando a diretoria em suas respectivas regiões, em função das grandes distâncias do país.

Referindo-se às formas de gestão de diretorias anteriores percebeu-se que esta situação de composição de diretoria não era a mais adequada por se tratar da ocupação de seu cargo máximo, em forma de rodízio, como afirma o depoente abaixo:

“Nessa ocasião a federação passava por quatro estados em forma de rodízio São Paulo, Rio, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Eram esses quatro estado que se revezavam na presidência da Federação e a sede, entre aspas, ia para o estado cujo presidente tinha sido escolhido.” (D7)

A menção de D8 aos membros da Diretoria, também informa sobre os aspectos de composição da diretoria: “A Diretoria era composta por diretoria executiva presidência, secretaria e tesouraria e uma representação assessora das Diretorias Regionais (Regional Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste).” (D8)

Ainda nesse estatuto, em seu artigo 5, parágrafo 1, temos o registro das filiadas fundadoras, as APEFs Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, e como instâncias administrativas: a Assembleia Geral, a Diretoria e o Conselho Fiscal, em seu artigo 8.

Contributos dos congressos da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais de Educação Física: temas e problemas

Em cada congresso da FBAPEF, o Conselho de Entidades se reunia para organizá-lo e, em uma dessas reuniões, discutia e definia o tema geral e os pontos de pauta. O acompanhamento atento e a participação nos congressos permitia desenvolver uma análise mais completa dos temas discutidos e observar os avanços conseguidos.

No entanto, como havia alterações na composição de sua diretoria e também a alternância de participantes em cada congresso, a percepção de cada um variava, dependendo de sua presença, assídua ou não, nesses eventos.

Para os depoentes, evidenciou-se que a regulamentação da profissão foi o tema mais discutido, conforme se observa nos depoimentos. Antes, porém, de abordarmos este tema que é considerado o mais importante, serão apresentados outros temas que os depoentes entenderam fazer parte do temário da FBAPEF. A citação dos temas foi apresentada pelos depoentes de maneiras diversificadas.

D5, por exemplo, cita a questão sindical que, em alguns dos congressos, aprofundou a abordagem sobre a “unicidade sindical”, mas também cita a saúde.

“Então, temáticas como a unificação dos trabalhadores profissionais de Educação Física, se inserirem de maneira mais orgânica nos movimentos sindicais, de maneira geral. Trazia-se o debate da Saúde.” (D5)

D1 destaca o problema relacionada ao leigo, ou seja, ao exercício profissional de pessoas não habilitadas.

“Lembro que nas discussões sempre surgia: ‘e o leigo?’, ‘como nós vamos tirar o leigo do mercado?’ (D1)

D9 aponta a valorização do profissional:

“Em segundo lugar discutia-se muito a questão da valorização do profissional, a questão dos conteúdos da Educação Física. Tivemos grandes embates sobre o que o profissional trabalhava dentro da escola, qual era o conteúdo; a questão do esporte: a questão da saúde.”(D9)

D2 destaca o Estatuto do Esporte e a Lei de diretrizes pertinentes:

“Acho que a questão central foi o Estatuto do Esporte, a Lei de Diretrizes e Bases do Esporte, aquilo que foi entendido como LEI ZICO, a lei 8672/93.” (D2)

D4 traz considerações mais amplas, reforçando alguns pontos de discussões e como o currículo mínimo relacionado à formação do profissional, ao mercado de trabalho, e ao esforço para que se estruture a profissão na área da educação física escolar, os esportes e o lazer, como se pode verificar nos depoimentos transcritos a seguir:

“(...) começa a ganhar uma abrangência nacional através de algumas questões marcadas, como a questão do currículo mínimo, a questão da implementação dos cursos de licenciatura, da melhoria da formação do professor que era uma coisa que estava presente também. Uma discussão também de uma organização do mercado e do campo de trabalho do professor de Educação Física e aí aparece um pouco a tentativa de regulamentação da profissão num primeiro momento e de estruturação de campos como a questão da Educação Física e esportes, a Educação Física e lazer, a Educação Física escolar já uma organização pensando na perspectiva do mercado, do uso e da funcionalidade desse professor, desse profissional formado”. (D4)

Neste último depoimento, evidencia-se a diversidade de campos do profissional de Educação Física que independentemente da necessidade de traçar os contornos definidos e inequívocos do campo profissional, necessita a

obtenção de conhecimentos pelos canais de desenvolvimento do ser humano: cognitivo, afetivo e motor. Tais conhecimentos, os leigos não dominam e simplesmente executam através de movimentos repetitivos de ações motoras, sendo este o caso de atletas, que sentem-se em condições de atuarem nos campos do profissional de Educação Física.

Sindicalismo

O sindicalismo foi uma temática bastante discutida como vimos nas pautas dos congressos da FBAPEF. Mesmo com todo o debate, esta forma organizativa não se consolidou nas décadas de 1980 e 1990, uma vez que o papel do sindicato não pode substituir o papel de uma ordem profissional, pois possuem objetivos distintos mesmo que complementares. Parte dos profissionais de educação física que atuava na escola se filiava ao sindicato dos professores. Esta forma de associativismo somente veio a ocorrer depois da regulamentação da profissão, porém em sindicatos exclusivos de profissionais de educação Física.

Conforme as afirmações abaixo havia a intenção por parte dos sindicatos de representarem os profissionais de Educação Física inclusive por influência de sua central sindical. No entanto, os profissionais de Educação Física tinham uma pauta de discussão bastante específica e o sindicato dos professores não conseguia corresponder as expectativas destes profissionais a não ser por articulação com as associações específicas da Educação Física, como se verifica:

“Então você tem uma proximidade de organização que vai ajudar. Os sindicatos, por exemplo, dos professores nos diferentes estados e municípios tinham dificuldades específicas nas escolas com as questões da Educação Física e não tinham corpo suficiente pra fazer essas discussões. Em muitos municípios em alguns estados, a Educação Física na organização com associação, trabalha em parceria com os sindicatos, ou visualizava a necessidade de trabalhar não como um único ente, mas como organizações que se

articulavam. Então o professor de Educação Física precisava de um espaço específico para sua competência, para sua organização, para sua formação, mesmo atuando num espaço múltiplo junto com outros professores na escola. O sindicato não dava conta de fazer essa discussão geral da escola e começava a constituir uma articulação em alguns municípios e estados entre a associação e os sindicatos pela proximidade, via função social da Educação Física que era encontrada na escola.” (D4)

“Acho que ela teve uma atuação, ela tinha uma ligação forte com as centrais, as centrais sindicais, CNTE, que é do ramo da educação, tinha que ter uma grande influência por parte de alguns organismos destes? Havia o interesse, de ter o domínio desta categoria profissional para conduzir da maneira que eles entendiam, na forma deles, mas depois com o tempo, a coisa acabou se dispersando. À partir da década de 1990, o movimento caiu bastante, dispersou, onde começou aquele movimento mais reduzido, menor, e teve um outro encaminhamento a partir de 1990, 1995 por aí. Acho que mais sindical em alguns momentos, ele foi muito mais sindicato em outros momentos. Apesar de sindical ele também atuou na parte científica, mas eu acredito que foi mais sindical que técnico-científico.” (D9)

“Analisar o contexto histórico, de Brasil, de conjuntura nacional e internacional, pois isto também repercutiu na FBAPEF. Então, temáticas como a unificação dos trabalhadores profissionais de Educação Física, se inseriu de maneira mais orgânica nos movimentos sindicais, de maneira geral.”(D5)

Pelo fato dos sindicatos serem vinculados exclusivamente ao setor educacional, como vimos nos relatos acima, estes não conseguiam incluir em suas pautas de discussões as questões relativas aos problemas da Educação Física na escola, menos ainda nas intervenções profissionais fora da escola. Mesmo para tratar das questões trabalhistas, esbarravam em outras organizações sindicais com jurisdição exclusiva a todos os trabalhadores que

atuavam em clubes. Estes sindicatos procuravam englobar os profissionais de Educação Física que também trabalhavam em clubes, cujas ações não se configuram como aulas, mas sim, sessões de educação física.

O profissional de Educação Física e a área da saúde

As respostas consideradas significativas para trazer o debate sobre o profissional de Educação Física e sua relação com a temática da saúde, propiciam a emergência de algumas crenças que apontam em boa parte as controvérsias sobre os papéis específicos referentes ao bacharelado e licenciatura. Abaixo destacamos um depoimento que evidencia uma crença negativa sobre a vinculação do profissional de Educação Física à saúde:

“O fato de preponderar na profissão as dimensões vinculadas à Saúde, não representaria a totalidade das possibilidades de intervenção, posto que, a própria lógica central da licenciatura e o passado histórico de formação de todos os trabalhadores de Educação contava que, com esta formação, a graduação ampliada dava conta de responder a demandas oriundas da licenciatura, dos trabalhadores da Educação, dos espaços de instituição do ensino formal, assim como academias, clubes, esta formação multidisciplinar, sem a ruptura de licenciado e bacharel vir atendendo de forma qualificada as demandas da sociedade.” (D2)

Contrapondo a afirmativa acima, o depoimento a seguir considera que hoje se verificam competências e habilidades diferentes, demonstrando preocupação com o profissional que venha deter conhecimentos como profissional liberal, e caso trabalhe no sistema de ensino, seja desprovido de conhecimentos para o espaço escolar:

“...o “profissional liberal” e o “professor do sistema escolar”, já tem uma divisão e não dá pra falar no Professor de Educação Física como falava antes, então se tem hoje profissionais de Educação Física que são formados pelos cursos de Educação Física, mas que

tem competências, habilidades, conhecimentos diferentes, você tem um conjunto de profissionais hoje que têm uma formação mais específica que cria possibilidade de intervenção no mundo determinado (...) Então muitas vezes, o indivíduo que tem toda uma formação voltada para trabalhar com as habilidades, com as competências do indivíduo como “personal trainer”, como quem vai estar preocupado com a saúde corporal (...) vai trabalhar na escola sem a competência do profissional docente, sem conhecer o sistema de ensino, sem dar conta de traduzir isso na forma de construção de um conhecimento pro aluno.” (D4)

Pontuamos a Resolução nº 218/1997 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, que reconheceu o profissional de Educação Física como profissional da saúde, a qual congrega os vários profissionais da área da saúde para uma ação interdisciplinar como imprescindíveis para o atendimento da população brasileira nos aspectos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde. O depoente a seguir aborda também o fator histórico e compreende que a temática saúde se coloca como importante para atender setores fora do sistema escolar:

“O profissional de Educação Física, conforme resolução do Ministério da Saúde era da área da Educação. Trazia-se o debate da Saúde, mais eu digo que a tônica maior da participação dos dirigentes, eu digo que a Educação era o carro chefe, não dissociando Educação e Saúde, mas as temáticas trazidas eram mais próximas da realidade da Saúde do que qualquer outra dimensão. Aliás, se hoje fossemos fazer um debate, o professor de Educação Física é regulamentado na área da Saúde, mas agora, no século XXI, nós passamos a ter uma discussão mais contundente como a inserção desse profissional de Educação Física na Saúde. Discussão com o SUS, com a Saúde Coletiva, qual a própria concepção de Saúde que se hegemoniza no Brasil. Esse debate passa a ter maior densidade agora, mas na década de 1980 a discussão se dava na necessidade de uma integração maior com os

trabalhadores a questão de reforçar a valorização do profissional de Educação Física, fundamentalmente nas escolas, mostrando a importância desse profissional ser considerado e valorizado por outros professores, assim como a necessidade de uma maior inserção com o próprio movimento dos outros professores, a importância e a percepção da difusão da área de Educação Física num espaço não escolar, principalmente nas academias.” (D5)

Intrusismo

Os motivos para a regulamentação da profissão foram vários. Como já referenciado, o professor universitário Inezil Pena Marinho foi amplamente citado como mentor da regulamentação da profissão, assim como foi referenciado como responsável pela própria história da FBAPEF. Destacamos um depoimento que considera a proteção à sociedade, a principal razão para que o Congresso Nacional tenha aprovado o projeto de Lei:

“Bom, porque regulamentar, porque o pessoal via desde a década de 1940, na época do Inezil, ele trouxe esta mensagem de que uma organização profissional seria importante para fortalecer a atuação do profissional, para ter uma forma de defesa da sociedade.” (D9)

Argumentos se repetem em função do clamor pela igualdade às demais profissões regulamentadas como se ressalta: “É mais no sentido de se igualar as demais profissões. (D10). Além do argumento de buscar se igualar a outras profissões havia a preocupação de que outros conselhos de outras áreas pudessem reivindicar para si o espaço ocupacional da Educação Física:

“Toda profissão deve ter sua direção, não dá para ser profissional isoladamente, não é isso? Se nós não tivermos uma regulamentação, alguma outra área vai nos regulamentar.” (D1)

Percebemos a necessidade de afirmação profissional e reconhecimento social da profissão na divisão social do trabalho, como ainda a preocupação com o intrusismo.

A defesa contra o intrusismo é uma das constantes do processo de profissionalização das ocupações, uma vez que viola, como vimos, o cerne profissional, o saber especializado e específico, profissionais como intérpretes desse saber, e a existência de um código de ética. A título de exemplo veja-se Rocha (2004), ao referir que desde o final do século XIX, a questão do intrusismo se revela como fator importante para a crise da profissão farmacêutica, destacando que houve uma progressiva perda de competência técnico-profissional a partir dos anos 20 do século XX. “ O combate ao exercício ilegal da farmácia nas suas várias manifestações vai ser o ponto nodal da investida farmacêutica, configurando a sua acção como uma luta contra o intrusismo.” (Rocha, 2004, p.162).

Como referenciamos anteriormente, na profissão de Educação Física no Brasil, esta realidade também se configura, uma vez que havia a constatação de que algumas profissões já estavam ocupando o lugar do profissional de Educação Física, conforme advertências anotadas:

“E ai nesse momento de 1998 o mercado já estava, e ficou bem claro que era abrir os cotovelos para retomar uma área que a psicologia já tinha tomado, por exemplo, fazendo aeróbica e cobrando como consulta” (D11)

Trabalhar a complexidade humana sem levar em consideração as qualidades requeridas para o exercício profissional e tampouco considerar as categorias propostas por Rocha, (2004, p. 418), referentes a “profissionalismo, competência científica, ideal de serviço, relações humanas e gestão empresarial”, é colocar em risco o cidadão ao ser atendido por pessoas desqualificadas. O sucesso alcançado no Congresso Nacional foi o fato de se explicitar que uma ação profissional desqualificada colocaria o cidadão em risco, e não somente o risco de danos físicos, mas risco para a própria vida. Assim, a qualificação da formação profissional se impõe como indispensável

para uma ação competente e conseqüente com as necessidades de proteção da sociedade:

“Na minha compreensão, o argumento oficial que garantiu a regulamentação, no Congresso, foi o argumento de proteção à sociedade. Se a profissão de Educação Física não fosse considerada um exercício profissional que coloque em risco a vida do cidadão, esta não teria consideração de mérito no Congresso Nacional. Um dos argumentos foi o entendimento de que era necessário regulamentar porque o profissional de Educação Física lida com o Social que coloca em risco a sociedade brasileira, se não for desenvolvido por um profissional devidamente qualificado. Este argumento foi contundente para a regulamentação oficial.” (D5)

Quanto à questão ideológica, o depoente “D3” considera que não cabe mais este viés, mesmo porque, o país optou pela regulamentação e ficar de fora significa fracionar a profissão:

“Não cabe discutir a regulamentação, porque o país adotou o sistema de regulamentação. Eu acho que a discussão, que não deixa de ser ideológica: ‘sou contra a regulamentação’, não cabe mais. No momento em que o país adotou a regulamentação, quem não ficar regulamentado está morrendo, é diluído. Porque a multiplicação de pequenas profissões, pequenos espaços de trabalho está visível aí: é o cara da informática, é o treinador de goleiro, é o árbitro, espaços menores de trabalho, então as grandes profissões tinham que ser regulamentadas.” (D3)

Viu-se que o depoimento acima traz citação dos práticos, ex-jogador de futebol ou mesmo ex-atletas que atuavam como profissionais de Educação Física e, com a regulamentação, estas ações de leigos não cabem mais: “Antes qualquer pessoa dava aula de Educação Física, jogador de futebol, ex-atleta, então essa regulamentação chegou num bom momento.”(D3). A regulamentação da profissão de Educação Física se configura como forma de

assegurar o exercício privativo da profissão, excluindo a possibilidade do exercício ilegal dos chamados leigos ou profissionais de outras áreas, não habilitados para o exercício da profissão.

A obra de Rocha (2004), no capítulo quatro, fala do processo de luta pela regulamentação da profissão dos Farmacêuticos em Portugal, nos revelando uma dimensão muito interessante sobre o embate que os farmacêuticos travam com os droguistas. A questão do intrusismo é muito forte neste processo, pelo fato de se constituírem em profissões que competem na divisão social do trabalho e no mercado de trabalho em Portugal.

No Brasil, conforme vimos no capítulo anterior e em depoimento já citado, na realidade da profissão de Educação Física, o intrusismo também se faz presente em relação ao exercício profissional de leigos (ex-atletas e instrutores sem habilitações)

Esta condição (intrusismo) foi um dos motivadores para a busca da regulamentação da profissão e ainda hoje se constitui numa real ameaça diante da ocupação dos postos no mercado de trabalho na área da Educação Física no Brasil. É importante destacar o fato de a Educação Física ser uma profissão com exigência de formação acadêmica em nível superior, por intermédio de resoluções do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Este fator dificulta a ação de leigos que não possuem esta qualificação e competência.

Os debates sobre o estatuto da FBAPEF

O estatuto foi modificado por diversas razões e por diversas vezes, para acompanhar as mudanças históricas, ainda que não houvesse as condições efetivas: “Você não tinha uma estrutura material, política, organizacional.” (D4).

Os debates sobre o estatuto trouxeram modificações propiciando maior politização para o movimento, sendo fruto de discussões ocorridas nas instâncias da entidade e de forma democrática:

“O estatuto foi modificado, adaptado pra época, ouvindo todas as pessoas que podiam participar, então acho que foi uma época

importante que modificou a maneira de organização, através de congressos, de delegados, de discussões de base, até chegar a dirigentes pra representar as entidades regionais numa organização nacional. Acho que esse foi um momento muito rico que abriu e politizou um pouco mais a categoria da Educação Física.” (D1)

Destacamos que as discussões sobre o estatuto trouxeram uma compreensão mais ampliada das leis, como define D5:

“Algumas passagens me marcaram muito na FBAPEF. Quantas horas nos debruçamos, coletivamente, para analisar a questão dos Estatutos. Devo a FBAPF a familiaridade com documentos legais, aprendi a “degustar” leis com seus respectivos artigos, parágrafos, incisos, alíneas, etc., e etc.. Os Estatutos foram documentos poderosos. (...) Eu me lembro que a APEF Minas Gerais foi quem, por liminar judicial, instaurou o Congresso no ultimo dia. Uma coisa inusitada! Isto reflete a radicalidade do trabalho dos Estatutos que se tinha. A composição da diretoria de FBAPEF foi se modificando ao longo do tempo.” (D5)

Vê-se que os debates sobre o estatuto não só ensinou a categoria a melhor entendê-lo, como demonstrou a importância do mesmo para a organização da categoria e efetivo funcionamento de sua instância de decisão.

Formação e identidade profissional: o bacharelado e a licenciatura

Abordando formação e identidade profissional, ao se conjugar a identidade do profissional à questão da formação referente às titulações distintas entre Bacharel e Licenciado, citamos o parecer do Conselheiro Mauro Costa, membro do Conselho Federal de Educação, por ocasião do Parecer emitido e aprovado pela Comissão Central de Currículos em relação a reformulação dos cursos de Educação Física “Bacharelado e/ou Licenciatura Plena”, emitido em março de 1987.

“Fica evidenciado a distinção entre o Bacharelado (graduado em nível superior), para o exercício profissional na área de seus estudos, e o Licenciado (graduado em nível superior), cuja formação é direcionada para o magistério de 1º e 2º grau”.

A grade curricular apresentava dois enfoques, a formação outorgava o título de licenciatura, porém, o conteúdo contemplava mais a opção do bacharelado, conforme detalhado nestes termos:

“Se analisarmos estruturalmente os currículos das licenciaturas no Brasil, a Educação Física tem uma cara muito do bacharel. É como se formasse o bacharel, mas desse a ele o título de Licenciado, esta é a compreensão de alguns”. (D5)

D10 entende que a grade curricular sofreu modificações, no sentido de atender novos desafios, no sentido de atender às demandas do mercado, porém sem condições de atender bem, o que obrigou as faculdades a mudarem seus projetos pedagógicos. Nesse sentido, a resolução que surgira em 1987, tenta estabelecer uma identidade ao profissional mais ampliada, pois até então o profissional atendia somente a área do ensino escolar, diferente do bacharel, que está habilitado a atuar em vários campos de ação, como academia de ginástica, dentre outros:

“O curso de bacharelado surge em 1987, exatamente em função dessa discussão da inserção do profissional de Educação Física, dos egressos e dos estudantes, ao mercado. Com o surgimento das academias, os profissionais se colocam lá. Só que na época eles começam a entrar nas academias sem ter nenhum conhecimento pra poder atuar nas academias e isso obrigou as escolas mudarem seus projetos pedagógicos. Com essa discussão, surge em 87 uma resolução na qual se apresenta uma primeira tentativa de dar uma identidade ao profissional de Educação Física que seja mais abrangente que aquela da escola.” (D10)

Também D1 e D5 reforçam que o bacharelado veio para atender a ação profissional fora da escola, delimitando assim um campo mais específico:

“Ela (grade curricular) veio favorecer mais a especificidade. Saiu daquele campo genérico aonde você é um pouco de tudo e mergulhou o aluno num campo mais específico. Acredito que isso, pelo que me parece, foi absorvido”. (D1)

“Outros identificam que é necessário, sim, o bacharel em função de um novo campo de atuação do profissional de Educação Física, que se deslanchou na década de oitenta num espaço não escolar, um espaço que passa a desafiar o profissional de Educação Física para determinadas intervenções, que o modelo da Educação Física Escolar, os modelos das licenciaturas não criam condições e não respondem a essas demandas.” (D5)

D4 acrescenta que as Universidades fazem uma autocrítica e buscam uma qualificação maior, enquanto formação de professor, e que o bacharelado surgiu, mas não foi fruto de discussões do universo dos cursos de formação:

“A questão do surgimento do bacharelado, ele surge lá no princípio dos anos de 1980, surge não como a preocupação da categoria dos professores, não como uma preocupação da discussão feita no meio acadêmico, no universo dos cursos de formação desse professor, acho que surge no momento aonde uma autocrítica da Educação Física vinha sendo feita pelas universidades, intensificada pelo movimento discente, no sentido de poder buscar uma qualificação maior dessa formação professor, quanto educador, quanto ser crítico, político, participativo. A expectativa era de estar discutindo essa formação nessa direção. Ele como educador.” (D4)

D2 considera que o bacharelado aparece num contexto de esvaziamento social do professor, e que o bacharelado fortalece a ideia da regulamentação da profissão:

“A questão do bacharelado e a diferenciação da licenciatura vêm num contexto de esvaziamento social do papel do trabalhador em Educação, da precarização das condições de trabalho, seja no âmbito público, seja no âmbito privado, do professor de Educação Física. A constituição do bacharelado e ampliação do bacharelado associado ao processo de fortalecimento da ideia de regulamentação da profissão, ela estabelece como estratégia de consolidação desse espaço.” (D2)

Para D11, a instituição do bacharelado ocorreu dentro de uma universidade de renome, havendo uma justificativa filosófica, considerando também a divisão de grupos, mas houve interesses de criação do bacharelado, por conta da abrangência da área que se ampliou para fora da escola:

“Eu acompanhei mais a USP, onde eu passei a vida inteira, e o que aconteceu na USP é que aconteceu tendo justificativa filosófica e tudo isso, mais foi a divisão de grupos que existe nas universidades, sempre existiu, e na USP era forte e a USP deu o passo do bacharelado e bacharel no esporte e a propaganda fez o resto”. (D11)

D9 reforça a tese de que o bacharelado foi implantado primeiramente nas universidades de São Paulo, acrescentando também a Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, como pioneiras. Segue suas considerações adotando uma linha do tempo, destacando que a UDESC foi a primeira da região sul do país a implantar o bacharelado, no entendimento de que este veio para atender a abrangência da área, reforçando as posições anteriores:

“Eu, pessoalmente, tinha interesse, no final da década de 90, com a aprovação do parecer 215, a resolução 03/87, eu procurei visitar as universidades, tinha inclusive em Viçosa, a primeira que teve bacharelado, tinha na USP, na UNESP, na UNICAMP, que procurei também conhecer e depois, de 91 para 92, implantamos na UDESC,

em Santa Catarina, a primeira a ter bacharelado no sul do país. Eu penso que é uma necessidade, embora haja alguns que digam o contrário, mas eu penso que devido a abrangência de nossa área, assim, muito, muito ampla com as atividades na escola, primeiro nas escolas e as outras atividades fora da escola, são bastante diversificadas, o surgimento do bacharelado veio para atender uma necessidade que infelizmente nós ainda não conseguimos ter um curso com a qualidade que nós gostaríamos.” (D9)

D5 considera que o bacharelado passa a ser a configuração identitária cuja formação é influenciada por São Paulo, e pela proliferação de academias, havendo grande inserção do profissional; e questiona até que ponto os currículos correspondiam a essa nova configuração social, trazendo o profissional para novas responsabilidades sociais:

“Na década de oitenta vimos um estouro fenomenal no sentido de proliferação das academias e aí se percebe uma grande tendência de expansão da inserção profissional da Educação Física, e por isto repercutindo na discussão os currículos. Ou seja, até que ponto os currículos em Educação Física davam conta desse desafio, dessa nova configuração social e que desafiava ou trazia o profissional de Educação Física com outras responsabilidades sociais? (...) A figura do bacharel passa a ser uma configuração identitária de formação, muito influenciada pelo estado de São Paulo. Alguns colocam Santa Catarina como outro estado que tinha trazido esta outra necessidade de formação profissional que não somente licenciado.” (D5)

D8 afirma que se a sociedade muda, a Educação Física também deve mudar.

“Esse é o ponto mais emblemático, considerando que dos anos 70 para os 80 e 90 a sociedade brasileira mudou muito. Nesse contexto, a Educação Física também precisava mudar.” (D8)

As mudanças de projetos pedagógicos são questões de mais alta relevância posto que os depoimentos, na realidade, registram a inserção da profissão no mercado de trabalho que, por vezes, exige embate com outras profissões para ampliação do mesmo.

A mudança de tais projetos, clarificam este conjunto de informações dos depoentes que viram a necessidade de se reconfigurar as funções da Educação Física buscando, via bacharelado, outros tipos de conhecimentos fora do âmbito escolar (licenciatura).

A partir deste processo pode-se afirmar pela história da profissão que esta reviu seu currículo, fundamentando-se em novos conhecimentos científicos e qualificando a formação para o enfrentamento dos novos desafios que já se configuravam no mercado de trabalho.

Estes novos rumos levaram a um maior reconhecimento da profissão, a uma maior competência científica.

O perfil do profissional de Educação Física

Considerando que os canais de desenvolvimento do ser humano, - cognitivo, sócio-afetivo e motor - são os fundamentos que propiciam e justificam a diversidade de funções do profissional de Educação Física, tornando o perfil complexo, D10 emite sua opinião de que a Educação Física teve seu perfil e a identidade alterados: “O perfil e a identidade dele tem se modificado substancialmente.”(D10).

D1 considera que o perfil em sua formação inicial e a identidade do profissional de Educação Física mudaram ao longo do tempo. Antes contemplava uma formação generalista e hoje está voltada para a área científica do treinamento desportivo. Está mais focada em dar ênfase à formação de pesquisadores do que de professores:

“Eu acho que o perfil mudou muito, porque o profissional que se formava naquela época era um profissional que tinha um conhecimento geral... hoje ela está muito mais voltada pra área científica do treinamento do que a formação de técnicos esportivos

ou professores pra dar aulas em escola, está formando mais pesquisadores que professores”. (D1)

D4 entende que não há um único perfil. Hoje há uma grande diversidade de funções da Educação Física:

“Se a gente entender que você tem o profissional de Educação Física com o único perfil, com um único conjunto de conhecimentos, acho que isso não existe não. Acho que a função do profissional de Educação Física vai ser diversa, é como se você tivesse uma grande mistura hoje das diferentes funções da Educação Física.” (D4)

Quanto ao mercado de trabalho, para o profissional de Educação Física, houve abordagens positivas por parte de D1 e D10.

“Melhorou muito e por mais que queiram dizer que não, eu acho que as ações que nós tivemos no passado favoreceram de, uma certa forma, a melhoria do mercado. Acho que pode melhorar muito ainda e tem que melhorar sim, mas já é bem melhor do que o passado recente”.(D1)

“Emergente, crescente, amplo, aberto. A terceira maior força econômica hoje é o setor do bem-estar onde o profissional de Educação Física está inserido e, com a regulamentação da profissão, efetivamente, cada vez mais, garantindo para o profissional de Educação Física esse mercado. Após a regulamentação, o mercado se apresenta favoravelmente ao profissional.” (D10)

D8 faz a narrativa de que, outrora, havia um currículo que preparava para atuar somente na escola, e mesmo assim de forma equivocada. A abertura política possibilitou uma visão mais clara, contribuindo para o estabelecimento de uma Educação Física mais humana.

“(...) Não cabia mais um programa de Educação Física Escolar que privilegiasse um conteúdo em detrimento de outros (como exemplo, o modelo esportivista que elegia 2 ou 4 esportes para todos os anos escolares). Não cabia mais, no ensino superior, reduzir a formação profissional na reprodução de gestuais esportivos, ou mesmo limitar-se a preparar o acadêmico de Educação Física para atuar na escola, quando o mercado já solicitava outras possibilidades desses profissionais. A sociedade, de um modo geral, já começava a buscar produtos ou serviços que a Educação Física Escolar não lhes oferecia, e o Profissional de Educação Física se sentia frágil, em relação às novas demandas e devido à formação existente. Vivíamos uma Educação Física em crise. Repentinamente muita novidade, a abertura política possibilitou-nos a crítica. Pensar uma Educação Física intelectualizada, mais humana, mais social, mais abrangente. (...) surge o bacharelado, efervescem os cursos de atualizações, as pós-graduações e a Educação começa identificar outras possibilidades de qualificação, mas ainda era tudo muito novo para um país que consumia até então o que os governantes lhe ofereciam.” (D8)

Como se pode depreender, a questão da requisição e mudança no perfil profissional mais uma vez é destacada com a necessidade de humanização. Elementos relevantes na constituição de um perfil profissional relacionados ao saber profissional, a competência e ao mandato, os quais

“(...) requerem do grupo profissional uma solidariedade forte e uma subordinação activa a uma ética particular que subentenda uma adesão profunda dos sujeitos, conferindo-lhes uma identidade profissional que, em teoria se confunde com todo o seu ser” (Rocha, 2004, p.156).

Os elementos apontados neste item do perfil são confluentes, como não poderiam deixar de ser. As reflexões giram em torno de um mercado de trabalho que, em sendo ampliado, vai exigir um novo perfil e uma nova

identidade profissional que venham a dar resposta através da ampliação do conhecimento científico, e de uma postura e ética que correspondam às novas demandas da sociedade.

Os conflitos

Os conflitos ocorridos durante a trajetória dos congressos da FBAPEF tiveram variados motivos, assim como a formação de grupos. Tanto a visão da sociedade, como as concepções de Educação Física, são interpretadas diferentemente de grupo para grupo, como se verifica no posicionamento a seguir:

“você tem o confronto dos grupos na sociedade acontecendo e dentro da Educação Física também e as concepções de Educação Física e de sociedade, elas vão ser diferentes de grupos pra grupos que acabam instituindo o movimento e entrando na disputa pela liderança e pela própria organização desse movimento, o que vai alterar a realização, a funcionalidade das instâncias do próprio movimento.” (D8)

Os conflitos ocorreram não somente por questões ideológicas. Muitos embates se deram por antipatias pessoais, prejudicando a discussão, como consta do seguinte depoimento:

“A questão das diretorias foram coisas, também, muito interessantes e que refletiam o conflito do movimento. (...) Nesta questão da diretoria, elas foram recompostas e estas recomposições eram oriundas de embates com antagonismos veementes e marcantes. Inclusive o que caracteriza a Educação Física, por mais que digamos, em tese, que não é prudente misturar divergências de ideias com divergências pessoais, e ainda se verifica de maneira muito intensa. As pessoas substituíam antipatias por outras, sem querer saber, de antemão, o pensamento do outro.” (D5)

Entretanto, havia antagonismo de projetos apresentados por diretorias que disputavam eleições como se nota no argumento a seguir: “Algumas diretorias tiveram sua composição por embates de chapas antagônicas apresentando projetos bem diferentes.” (D5)

Em contraponto aos conflitos, a calma não se traduzia em vantagens para o movimento. Os motivos para esta “calmaria”, que poderiam indicar momentos de paz, se traduzia pelo esvaziamento do movimento. Uma das razões para esse esvaziamento foi o veto à regulamentação da profissão:

“Penso que a questão do veto da regulamentação da profissão, na década de noventa, foi um aspecto que marcou tudo isto. Algumas APEFs, com o veto, achavam que não havia mais sentido de militar na FBAPEF, uma vez que não iria retomar a questão da regulamentação. {...} As APEFs, historicamente, sempre marcaram sua “relação umbilical” com o interesse da regulamentação. Lutar pela regulamentação da profissão passou a se configurar como elemento fundamental dos movimentos das APEFs. Quando você acende determinada bandeira ou recolhe determinada bandeira, isso também reflete na vivacidade do movimento da FBAPF, na adesão e na participação do pessoal. Talvez por isso, em noventa, houve um certo esvaziamento das APEFs estaduais, algumas não renovaram suas diretorias, decorrente de opções de profissionais de Educação Física nos seus estados, que sinalizaram o movimento sindical ou acadêmico e colocaram em segundo plano os movimentos das APEFs.” (D5)

Houve o entendimento por um grupo de que a Educação Física, por atender ao setor educacional, tinha a intervenção profissional marcada pelo viés social e era considerado como trabalhador da educação, e outro grupo, por entender que o profissional de Educação Física, sendo um profissional liberal, atendia outras demandas do mercado de trabalho:

“Estava bem demarcado este tipo de posicionamento nos embates de entender a profissão e a própria área de conhecimento como eminentemente social, como trabalhadores em Educação. Um outro setor fortalecendo a tese de ser uma profissão liberal e daí atender, de uma maneira mais ampla e objetiva, as demandas oriundas do mercado de trabalho.” (D2)

Questões organizativas, como reforma do estatuto, sempre na busca da democratização do movimento, Leis na área educacional e esportiva, a realização de cursos e seminários, as temáticas sobre a formação profissional, se constituíram importantes para o entendimento da trajetória do movimento, tanto quanto um dos temas que queremos aqui apenas pontuar, qual seja, as questões sindicais, que interferiram em alguns momentos de forma bastante preocupante nas ações associativistas. Trata-se da unicidade sindical que mereceu ampla discussão pelas APEFs. Esta discussão chegou mesmo a colocar em risco a existência da FBAPEF, quando no Congresso na cidade de Belém, Estado do Pará, houve a proposta de extinção da mesma, a qual colocada em votação não logrou êxito. Aliou-se a esta proposição o entendimento de determinado grupo de que todos sendo professores deveriam militar nos sindicatos de professores. Entretanto, neste caso, estes sindicatos não considerariam todas as intervenções dos profissionais de Educação Física fora da escola.

Regulamentação da Profissão

Conforme discutido anteriormente, há que se evidenciar que a regulamentação da profissão foi o tema mais discutido, como pontuado nos depoimentos. Verifica-se que essa discussão ocorreu intensamente, não somente pela redemocratização do país, mas também por ser uma referência identitária muito forte do profissional de Educação Física. Praticamente, todos os participantes referenciaram a Regulamentação da Profissão e apenas um manifestou que a discussão central foi o Estatuto do Esporte e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, conforme declarações:

“Acho que a questão central foi o Estatuto do Esporte, a Lei de Diretrizes e Bases do Esporte, aquilo que foi entendido como ZICO, a lei 8672/93.” (D2)

“O tema mais significativo foi a regulamentação da profissão.” (D1)

“... um tema bastante forte foi a questão da regulamentação da profissão.” (D9I)

“O maior tema foi a Regulamentação da Profissão. Também foram discutidas as temáticas sobre a saúde, a questão sindical por intermédio da unificação dos trabalhadores em Educação, as Leis da Educação e do Desporto”. (D8)

Complementando os depoimentos acima, houve depoimentos que destacaram a importância da regulamentação da profissão para que esta tivesse igualdade com outras profissões já regulamentadas. Tal postura leva ao entendimento da sociedade em que vivemos. Conforme referências teóricas, as profissões, numa sociedade moderna capitalista, sendo regulamentadas, dispõem de associações que as defendam e a seu saber, exigindo, por outro lado condutas adequadas, fundamentadas em valores que levam ao respeito, ao atendimento qualificado e à valorização do profissional.

Considerando-se os posicionamentos sobre os temas dos congressos, verificamos uma diversidade de colocações, que, ao mesmo tempo, nos trazem percepções acerca dos elementos que caracterizam uma profissão aos quais nos referimos no item 3.1 deste capítulo.

É importante assinalar que, ainda que em forma de entendimento disperso e generalizado, os elementos constantes dos depoimentos defendem a importância da profissionalização. Fica evidenciada esta postura por afirmações permanentes desta necessidade, embora não estejam a defender um conceito de profissão, mas a própria.

A busca pelo aperfeiçoamento denota uma preocupação com o profissionalismo que, nas palavras de Rocha (2004, p. 418), “integra todas as qualidades que pressupõem uma relação com a profissão, subordinada a

princípios morais e não materiais”. Este profissionalismo se manifesta na relação direta com o público atendido, no exercício profissional propriamente dito, requerendo condutas e valores exigidos pelo Código de Ética, o que vem a colaborar com o reconhecimento e a posição que o profissional poderá lograr no quadro das profissões na sociedade.

Percurso, percalços e a conquista da Regulamentação Profissional

A regulamentação - 1940 a 1980

Em relação à historicidade das discussões sobre o tema da regulamentação da profissão, novamente, confunde-se com os argumentos colocados em relação aos primeiros momentos de criação da FBAPEF. Alguns depoimentos remetem à década de 1940, como se nota no depoimento abaixo:

“Da década de quarenta até meados da década de oitenta, ela tinha um determinado perfil, uma determinada temática, a questão da regulamentação era uma questão que já vinha sendo discutida.” (D5)

Outros depoimentos reforçam o começo das discussões para a década de 1980, culminando na década de 1990, por ocasião do VIII Congresso da FBAPEF em Brasília, com novo projeto e novos deputados (Rio e São Paulo) envolvidos no processo de autoria e relatoria para o processo de regulamentação da profissão:

“Essas discussões começaram por volta do início de 1980 e essas discussões, (...) em todas as horas discutiam a necessidade de regulamentar a profissão”. (D1)

“Houve um hiato grande, quase não houve relação entre a primeira fase e a segunda. A primeira fase era todo o movimento até da turma da FBAPEF, que era o pessoal ‘apefiano’ que estava por ali mais os diretores de escola. Quer dizer que teve um movimento

voluntarista mesmo, quase de revolta da sociedade civil e nós fazíamos parte disso.” (D11)

Um dos depoimentos ressalta que as APEFs, e não somente estas, se armaram politicamente dentro do congresso, defendendo um estado de direito, em contestação ao chamado ciclo militar como se verifica em: “...Então, as categorias começaram a buscar a regulamentação e a se armar politicamente dentro do congresso...” (D3)

A regulamentação e os parlamentares

Em dois depoimentos são citados parlamentares que abraçaram a causa da regulamentação da profissão, originários de São Paulo, porém, um deles estimulado por um profissional de Educação Física do Rio Grande do Sul:

“O fato que eu tenho e a participação que eu tenho nesse processo: o Becker, após essa reunião, procura um deputado federal de São Paulo, entrega o projeto dele pra esse deputado e o deputado então apresenta o projeto de lei. O que eu tenho até hoje é que esse projeto de lei foi apresentado pelo deputado por iniciativa do Becker. O deputado é o Darcy Pozza de São Paulo, mas não foi motivado pela APEF de São Paulo. Por alguma razão ele pegou esse projeto do Becker e apresentou o projeto de lei.(...).” (D10)

“... acredito que, ainda em 1984, o relator desse projeto (Regulamentação da Profissão) na Câmara foi um deputado de São Paulo que se chama João Bastos, então o Bastos me ligou uma tarde que ele queria discutir o projeto comigo (...) Até que o Bastos. Me ligou pra que eu fosse à Brasília pra fazer um lobby junto aos líderes de cada partido no sentido de solicitar a aprovação do projeto e de fato o projeto foi à pauta e foi aprovado. Então o projeto foi ao Senado e também foi aprovado com lobby, mas já não era eu o presidente mais era o Cláudio de Belo Horizonte (...)” (D7)

Segundo D7, pouco tempo depois, o projeto sofreu o veto do Presidente Sarney, lamentando que toda a luta em prol da regulamentação fora inútil, porém ficou o desejo entranhado na categoria:

“(...) infelizmente, cerca de vinte dias antes do encerramento do Presidente José Sarney, ele vetou tudo, vetou totalmente o projeto com parecer do Ministério do Trabalho. Botaram por terra um trabalho muito grande. Eu acho que não há muito mérito nisso, mas eu estive 17 vezes em Brasília, para cuidar dessa coisa, mas isso valeu porque implantou no seio da categoria um desejo de realmente prosseguir no movimento e conseguir essa regulamentação e aí depois começou um novo movimento.” (D7)

Participação dos dirigentes das Instituições de Ensino Superior de Educação Física na regulamentação da profissão

Interessante notar que foram lembrados os dirigentes das escolas de Educação Física, por apoiarem a proposta da regulamentação da profissão, mesmo sem terem, originalmente, vínculos com as associações:

“Então ela surge (regulamentação da profissão) pelos dirigentes das escolas de Educação Física que inicialmente aprovam essa questão sem nenhum envolvimento com as associações e o deputado apresenta essa situação.” (D10)

Antecedendo o “Congresso do Esporte para Todos” – EPT, também verifica-se na fala de um dos depoentes a realização de um encontro, em 1983, em que diretores de faculdades de Educação Física, objetivavam criar a Ordem dos Profissionais de Educação Física, a exemplo da Ordem dos Advogados, como se observa:

“A gente fez uma reunião em 1983, em Brasília, com os diretores de escolas, o que é considerado um marco de criação do conselho. Foi num sentido quase ‘apefiano’ mesmo (...) Quando a gente criou o primeiro movimento em 1983, a primeira discussão foi a Ordem,

então tinha uma idealização de que a Ordem dos Advogados do Brasil era uma coisa importante para os advogados e não para fiscalização dos advogados, então era um glamour mais ou menos e uma possibilidade. Lembro que 1983 ainda era ditadura, então a possibilidade de criar o conselho era mais uma instância de um movimento associativista e a retomada depois é que foi de regulamentação profissional”. (D11)

Estes depoimentos demarcam o envolvimento dos dirigentes das faculdades de Educação Física e Desporto no debate da regulamentação profissional, o que veio a fortalecer o movimento, não só no âmbito político, mas na esfera acadêmica que tem a finalidade precípua da formação, revelando que, que alguma forma, isto rebateria na capacitação profissional, através das reformas curriculares e preparo técnico–científico para o desempenho profissional.

Os motivos do atraso da regulamentação

Embora descontínuas as discussões sobre a regulamentação tiveram início na década de 1940, indo até 1998, ou seja, foram 48 anos, praticamente meio século, que o tema esteve presente na categoria, demarcando que mais de uma geração de profissionais o considerou importante. A discussão desse tema quase sempre se vincula a FBAPEF, conforme posto por D4 e D1, colocando a condição financeira como um dos grandes empecilhos para organização de seus eventos, quando se davam os encaminhamentos de suas aspirações políticas, acadêmicas e profissionais:

“Não se tinha condição econômica, financeira enquanto entidade para fazer isso”. (D4)

“Não tínhamos dinheiro nem para alugar um lugar particular, não havia recurso para deslocamento, alimentação, essas coisas, então a gente conseguia comida mais barata do restaurante universitário. Pessoas que não tinham recurso para deslocar, a gente conseguia

pousada mais barata, então era uma ajuda externa para que o movimento acontecesse”. (D1)

Apesar das dificuldades havia empenho em contorná-las, tanto para hospedagem, deslocamento, locação do evento e alimentação. Outra dificuldade apresentada foi a questão ideológica, como se observa no depoimento:

“Para regulamentação da profissão os embates ideológicos atrasaram o processo. Aí realmente há um forte foco das questões ideológicas que tiveram influência direta nesse processo, mas eu não estou seguro que foi só isso.” (D10)

Falta de conhecimento sobre o assunto também prejudicou a discussão, pois os profissionais não percebiam os desdobramentos de uma profissão regulamentada:

“No início o pessoal tinha falta de conhecimento. O pessoal tinha assim, pouca informação sobre o que era uma profissão regulamentada, quais os benefícios para os profissionais, para a sociedade em ter uma profissão regulamentada e com o tempo isto foi sendo esclarecido. O pessoal foi ficando com a opinião mais definida com relação a esta participação, uma vez que eles tinham as informações para dar opinião.” (D9)

O veto do Presidente Sarney (1990) ao projeto de regulamentação da profissão, mesmo depois de sua aprovação pelo Congresso Nacional, desestimulou parte das APEFs que entenderam que não deveriam continuar atuando vinculadas à FBAPEF, como se pode constatar pelo depoimento: “Algumas APEFs, com o veto, achavam que não havia mais sentido militar na FBAPF, uma vez que não retomaria a questão da regulamentação”.(D4)

D5 avança em suas considerações ao dizer que o esvaziamento do movimento, pela falta da bandeira de regulamentação da profissão, provocou a falta de renovação das diretorias ou, ainda, o redirecionamento das discussões

para outros tipos de organizações que, nos respectivos Estados, sinalizavam para o movimento sindical:

“Quando você ascende determinada bandeira, ou recolhe determinada bandeira, isto também reflete na vivacidade do movimento da FBAPEF, na adesão e na participação do pessoal. Talvez por isto em 1990 houve um certo esvaziamento das APEFs estaduais, algumas não renovaram suas diretorias, decorrente de opções de profissionais de Educação Física nos seus estados, que sinalizaram o movimento sindical ou acadêmico e colocaram em segundo plano os movimentos das APEFs. Estas, na década de noventa, passaram, em alguns estados, a não existir, pois não era mais prioridade e as pessoas passaram a se identificar com outras instâncias organizativas no sentido de mobilização e as APEFS se enfraqueceram.” (D5)

Tratando-se, pois, da representatividade da FBAPEF, o depoente D4 considera que essa representatividade variava, de Estado para Estado, e atrela esse reconhecimento prioritariamente aos professores vinculados ao sistema de ensino escolar:

“A representatividade e a legitimidade da FBAPEF era diferenciada nos diferentes estados. Nos estados em que ela tinha um reconhecimento maior, esse reconhecimento se dá pela organização no próprio contexto, se dá mais pela organização dos professores vinculados ao sistema de ensino da Educação Física escolar.” (D4)

Já D5 considera que, a partir da década de 1980, a entidade, ao ser reconfigurada, instituindo a instância “congresso”, contribuiu para a ampliação do debate, e maior participação, contemplando, além da temática regulamentação da profissão, outros temas:

“A partir da década de oitenta o FBAPEF passa a conceber na sua estrutura, instâncias como o Congresso Brasileiro de Educação

Física, que demandava para as APEFs estaduais uma necessidade de reconfiguração, apesar de algumas já terem nas suas estruturas essa oxigenação, de maior democracia, de maior participação e ampliação de debate. (...) Eu digo que a partir da década de oitenta as APEFs se democratizaram, ampliaram o seu escopo de participação. Isto fez com que a FBAPEF da década de oitenta passasse a ter esse caráter mais democrático, mais amplo, fazendo com que outras temáticas, além da regulamentação, viessem à tona.” (D5)

Os depoentes D1 e D10, no entanto, não possuem o mesmo entendimento sobre a participação: “O conjunto todo acho que não foi muito grande não, como ainda não é no meu entendimento” (D1). “Praticamente muito pouca. Em relação aos profissionais, muito pouca... (participação)” (D10).

Já D11 considera que os profissionais estavam distantes até mesmo das APEFs estaduais: “Eu digo que o profissional, pela experiência que eu vivi, estava longe até da APEF (Estadual)...” (D11)

Quanto aos aspectos do Associativismo entre os profissionais de Educação Física, evidenciamos algumas ponderações de caráter geral, quando tecem considerações de que o associativismo é fraco não somente entre os profissionais de Educação Física, mas também entre os demais profissionais:

“Eu acho que ele é fraco como é em todos. Em todas as profissões, o associativismo está fraco. Acho que é consequência de certa alienação do profissional, em relação à necessidade de se associar ao outro.”(D1)

Outros aspectos são destacados observando-se a linha do tempo, como característica pendular, ou seja, fases de maior efervescência, outras de estagnação, assim como períodos de funcionamento mais democrático, principalmente a partir da década de 80, que se confirmam nos depoimentos de D10: “Eu diria que até a década de 80, não; a partir da década de 1980, sim. D10 e também de D5 “Eu digo que a partir da década de 80 as APEFS se democratizaram, ampliaram o seu escopo de participação”. (D5)

D9 afirma que depende do momento. Para ele, anteriormente, havia mais envolvimento, e hoje menos compromisso. As reuniões tinham duração bem maior e muitos ficavam até o final e, com todo o trabalho realizado, teria sido possível maiores avanços. E assim D9 compara o comprometimento de antes com o de agora:

“Depende do momento, alguns momentos nós tínhamos uma participação mais efetiva, com o interesse de ter uma participação mais intensa, mas também não se aprofundando muito. Hoje, eu vejo que está, comparativamente com aquela época, o pessoal tem bem menos compromisso que naquele período que nós estávamos participando, que nós participávamos das reuniões que duravam horas, e o pessoal ficava sempre até o fim, havia um comprometimento muito maior do que tem hoje. Mas eu penso que talvez não se consiga colher os frutos que a gente esperava. Não sei se foi falta de uma condução adequada, se foi por, é, outros interesses, mas eu penso que nós não (...), bem, todo o trabalho que nós fizemos, podíamos ter avançado mais a profissão.” (D9)

Em alguns períodos a menor participação e envolvimento se devia a projetos diferenciados:

“No primeiro (momento), o de paralisar o projeto e a regulamentação da profissão, o projeto então é engavetado. E não se percebeu que esse grupo tinha uma outra estratégia. Era um grupo ligado a sindicatos e naquela ocasião havia uma intenção dos sindicatos de enfraquecer, na verdade eu diria até de desmobilizar as associações de um modo geral fazendo com que apenas os sindicatos fossem os órgãos representantes das categorias profissionais. E no Congresso em 1990 a FBAPEF apresenta essa proposta numa assembleia praticamente onde só esse grupo participou e eles aprovam inclusive a dissolução da FBAPEF e o vínculo de todos os associados ao sindicato geral.” (D10)

Dentre as dificuldades de participação e mobilização profissional em espaços associativos, o crescente comportamento individualista se expressa como uma forte barreira para a identificação de objetivos comuns. Mas como discutimos anteriormente, Olson (1999) nos mostra que também podemos identificar uma possível composição entre esses interesses individuais e coletivos na sociedade e nestes espaços organizativos. E esclarece que mesmo com o peso da competitividade do mercado, que aguça ainda mais esse individualismo, também estão presentes perspectivas altruístas, ou conforme o autor, até mesmo irracionais, de grupos que tenham condutas e comportamentos relacionados aos interesses coletivos da categoria profissional.

Ao analisar alguns problemas estruturais ligados às carências sócio-históricas da profissão, que se expressam nas dificuldades relacionadas à constituição e consolidação de movimentos associativistas na Educação Física brasileira, Beresford (2007) destaca:

A ausência de um referencial político com estratégias de mobilização voltadas para os profissionais de educação física vem gerando a falta de co-participação destes profissionais nas APEFs e nas ações a serem implementadas, trazendo como consequência a falta de comportamentos de interação em grupo, a falta de um objetivo comum e condutas movidas por ideologias diferenciadas.

A compreensão e o dimensionamento destes problemas são segundo Beresford (2007), fundamentais para se identificar carências e estabelecer finalidades a serem trabalhadas pelas entidades associativistas na Educação Física Brasileira.

Como se pode identificar, a partir das questões trazidas por Gohn (2004) no capítulo II, as análises elaboradas pela Escola de Chicago foram decisivas para a criação das teorias sobre a ação coletiva, onde o desenvolvimento e o estímulo dados aos estudos de pesquisa de campo e empíricos, foram fundamentais, contribuindo para a inovação no trato com as fontes documentais.

Também é importante demarcar, conforme discutido anteriormente sobre a Escola de Chicago, que o conflito social, considerado inevitável e natural, era fruto dos confrontos entre os diferentes estratos sociais e culturais (GOHN, 2004). A análise documental e os depoimentos relativos ao processo organizativo na Educação Física reforçam a consideração sobre o papel das lideranças no processo de organização das ações coletivas, onde os conflitos que se estabeleceram sobre a condução da organização dos profissionais de Educação Física, podem ser considerados como educativos para o fortalecimento do processo organizativo, entendendo que existem diferenças entre Conselho Profissional, Sindicato e Associações não corporativas,

O movimento nacional pela “Regulamentação já”

A trajetória histórica da regulamentação da profissão de Educação Física no Brasil pode ser compreendida em três momentos. O primeiro se refere à contribuição de profissionais que defendiam esta necessidade, mas que não se materializa nesta direção:

“A intenção de se criar uma Ordem ou um Conselho ocorreu nos idos da década de 50. Os saudosos professores Inezil Penna Marinho, Jacinto Targa e Manoel Monteiro apresentaram esta idéia e defendiam sua importância, fazendo paralelo sempre com as demais profissões regulamentadas, a Ordem dos Advogados ou o Conselho dos Médicos, sem, no entanto tomarem qualquer ação efetiva no sentido de consolidar a proposta” (www.confef.org.br).

O segundo momento se localiza na década de 1980, quando tramitou o Projeto de Lei sobre a regulamentação, vetado pelo então Presidente da República e, o terceiro momento, onde se logra a aprovação da regulamentação pelo Congresso e sua promulgação pelo Presidente da República ocorre em 01/09/98, sendo publicado no Diário Oficial de 02/09/98.

Um dos motivos que justificou a busca pela regulamentação profissional diz respeito ao crescimento do número de pessoas sem formação atuando no

mercado emergente (academias, clubes, condomínios, etc.). Por esta razão, houve em 1994, a iniciativa de grupos de estudantes de Educação Física do Estado do Rio de Janeiro, que procuraram a APEF-RJ para solicitar um posicionamento da instituição a este respeito. A APEF-RJ se posicionou sobre a necessidade de um instrumento jurídico que determinasse que o exercício profissional das atividades físicas era prerrogativa dos egressos das faculdades de educação física, impedindo a atuação de leigos.

Como relatado anteriormente, os requisitos para o processo de regulamentação da profissão estavam relacionados à criação de um movimento e mobilização da categoria; à adesão de algum político do parlamento para apresentar o projeto de lei e ao acompanhamento do trâmite do projeto na Câmara dos deputados e no Senado Federal.

Inicialmente a busca pela regulamentação da profissão recebeu apoio da FBAPEF para que desenvolvesse o processo como uma instituição representativa da categoria profissional. Para potencializar as ações deste processo um grupo de professores cria o movimento a favor da regulamentação. A participação era aberta e havia uma rede de comunicação, informação, mobilização e adesão.

Seguem algumas ilustrações do movimento:

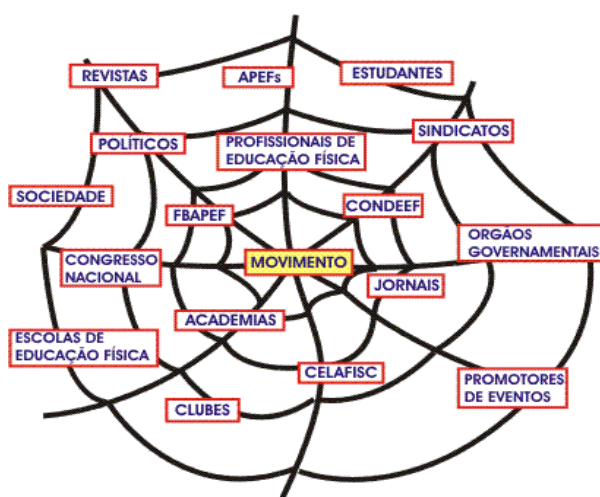


Figura 13 – Teia de colaboradores do “Movimento nacional pela regulamentação do Profissional de Educação Física”.

Fonte: Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, Rio de Janeiro – RJ, 1998.



Figura 14 – Logomarca "Regulamentação Já".

Fonte: Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, Rio de Janeiro – RJ, 1998.

Conforme relatamos anteriormente, a luta pela regulamentação profissional na Educação Física passou por todos os trâmites necessários na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e foi o tema mais debatido nos congressos da FBAPEF, culminando com a aprovação da Lei de Regulamentação da Profissão, no dia 1º de setembro de 1998.

As discussões iniciais apontavam um formato da Lei de Regulamentação Profissional que contava com um grande número de artigos que ao final foram consignados em seis artigos, como se constata no Diário Oficial da União, da República Federativa do Brasil, nº 168, de quarta-feira, dia 02/09/1998:



Figura 15 – Publicação da Lei da Regulamentação Profissional

Fonte: Diário Oficial, República Federativa do Brasil, Brasília, 1998.

Elaboração do Estatuto do CONFEF e do Código de Ética Profissional

Consideramos importante pontuar que após a criação do CONFEF e a posse de sua primeira diretoria foi elaborado o Estatuto do Conselho Federal de Educação Física, criado pela Lei nº 9.696, de 1º de Setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Em seu artigo 1º fica definido que “O exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física”.

Destacamos como uma conquista resultante deste processo de construção profissional a elaboração do Código de Ética dos profissionais de Educação Física.

Logo após a construção do estatuto do CONFEF procederam-se os debates em torno do código de ética iniciado com o “I Simpósio de Ética do Esporte e Atividades Físicas na cidade do Rio de Janeiro, entre 13 e 16 de outubro de 1999, que teve como objetivo estabelecer as referências iniciais para elaboração de um Código de Ética que balizasse o comportamento social, sob o ponto de vista moral, dos profissionais registrados”. (Revista nº 03, 2003, p. 05, CONFEF). Como resultante, o primeiro código foi publicado em 28 de fevereiro de 2000. Em 2003 realizou-se o II Seminário de Ética, onde discutiu-se “as qualidades morais indispensáveis a todo aquele que se propõe denominar-se e atuar como Profissional de Educação Física”. Neste mesmo ano o CONFEF declara como o Ano da Responsabilidade Ética.

A resolução CONFEF nº 307/2015 que dispõe sobre o Código de Ética dos Profissionais de Educação Física, registrados no Sistema CONFEF/CREFs, afirma que o mesmo possui, sobretudo, um código de ética humano, com normas e princípios a serem seguidos, e se aplicam às pessoas físicas devidamente registradas no Sistema CONFEF/CREFs, que por adesão aceitam os princípios nele inscritos.

No site do CONFEF podemos encontrar o sentido desta busca pela regulamentação profissional:

“Ao se regulamentar a Educação Física como atividade profissional, foi identificada, simultaneamente à importância de conhecimento técnico e científico especializado, a necessidade do desenvolvimento de competência específica para sua aplicação, que possibilite estender a toda a sociedade os valores e os benefícios advindos da sua prática”.

O objetivo central deste Código é

normatizar a articulação das dimensões técnica e social com a dimensão ética, de forma a garantir, no desempenho do Profissional de Educação Física, a união de conhecimento científico e atitude, referendando a necessidade de um saber e de um saber fazer que venham a efetivar-se como um saber bem e um saber fazer bem.”

Neste código,

“(...) o ideal da profissão define-se pela prestação de um atendimento melhor e mais qualificado a um número cada vez maior de pessoas, tendo como referência um conjunto de princípios, normas e valores éticos livremente assumidos, individual e coletivamente, pelos Profissionais de Educação Física.”
(www.confef.org.br).

A partir de amplo debate foram estabelecidos 12 (doze) itens norteadores da aplicação do Código de Ética, que fixam a forma pela qual se devem conduzir os Profissionais de Educação Física registrados no Sistema CONFEF/CREFs, dentre os quais destacamos:

“ - O Código de Ética dos Profissionais de Educação Física, instrumento regulador do exercício da Profissão, formalmente vinculado às Diretrizes Regulamentares do Sistema CONFEF/CREFs,

define-se como um instrumento legitimador do exercício da profissão, sujeito, portanto, a um aperfeiçoamento contínuo que lhe permita estabelecer os sentidos educacionais, a partir de nexos de deveres e direitos;

II - O Profissional de Educação Física registrado no Sistema CONFEF/CREFs e, conseqüentemente, aderente ao presente Código de Ética, na qualidade de interventor social, deve assumir compromisso ético para com a sociedade, colocando-se a seu serviço primordialmente, independentemente de qualquer outro interesse, sobretudo de natureza corporativista;

III - Este Código de Ética define, para seus efeitos, no âmbito de toda e qualquer atividade física, como destinatário, o Profissional de Educação Física registrado no Sistema CONFEF/CREFs e, como beneficiários das intervenções profissionais os indivíduos, grupos, associações e instituições que compõem a sociedade. O Sistema CONFEF/CREFs é a instituição mediadora, por exercer uma função educativa, além de atuar como reguladora e codificadora das relações e ações entre beneficiários e destinatários;

IV - A referência básica deste Código de Ética, em termos de operacionalização, é a necessidade em se caracterizar o Profissional de Educação Física diante das diretrizes de direitos e deveres estabelecidos normativamente pelo Sistema CONFEF/CREFs. Tal Sistema deve visar assegurar por definição: qualidade, competência e atualização técnica, científica e moral dos Profissionais nele incluídos através de inscrição legal e competente registro;

V - O Sistema CONFEF/CREFs deve pautar-se pela transparência em suas operações e decisões, devidamente complementada por acesso de direito e de fato dos beneficiários e destinatários à informação gerada nas relações de mediação e do pleno exercício legal. Considera-se pertinente e fundamental, nestas circunstâncias, a

viabilização da transparência e do acesso ao Sistema CONFEF/CREFs, através dos meios possíveis de informação e de outros instrumentos que favoreçam a exposição pública;

X - Tendo como referências a experiência histórica e internacional dos Profissionais de Educação Física no trato com questões técnicas, científicas e educacionais, típicas de sua profissão e de seu preparo intelectual, condições que lhes conferem qualidade, competência e responsabilidade, entendidas como o mais elevado e atualizado nível de conhecimento que possa legitimar o seu exercício, é fundamental que desenvolvam suas atuações visando sempre preservar a saúde de seus beneficiários nas diferentes intervenções ou abordagens conceituais;

XI - A preservação da saúde dos beneficiários implica sempre na responsabilidade social dos Profissionais de Educação Física, em todas as suas intervenções. Tal responsabilidade não deve e nem pode ser compartilhada com pessoas não credenciadas, seja de modo formal, institucional ou legal.”

Os itens que selecionamos do código de ética demonstram que o mesmo é instrumento legitimador do exercício da profissão, onde se reafirma o compromisso ético assumido com toda sociedade onde a preservação da saúde dos beneficiários é assumida como responsabilidade social dos Profissionais de Educação Física, em todas as suas intervenções. Também destaca que o Sistema CONFEF/CREFs é a instituição mediadora, atuando de acordo com uma função educativa, reguladora e codificadora das relações e ações entre beneficiários e destinatários, estabelecendo diretrizes de direitos e deveres visando uma atuação com qualidade, competência e atualização técnica, científica e moral dos Profissionais. Outro elemento de destaque é a viabilização da transparência em suas operações e decisões e do acesso à informação, fundamental para garantir a democracia do Sistema CONFEF/CREFs.

Cabe ainda enfatizar a presença efetiva dos três elementos constitutivos de uma profissão, a que vimos nos reportando (item 3.1). O Código de Ética em si é a materialização dos mesmos, sendo que a referencia ao saber científico, ao profissional competente como intérprete e aos valores sobre os quais se assenta a conduta profissional, estão claramente registrados no site do CONFEF quando versa sobre o Código de Ética. Verifica-se estes elementos ao tratar-se do sentido da busca pela regulamentação profissional, do objetivo central do código e o ideal da profissão. Ainda os itens norteadores da aplicação do código acima enunciados, abordam exaustivamente os elementos que caracterizam uma profissão.

A respeito da ética encontramos em Rocha (2004, p.156) a reflexão de que:

“(...) um dos elementos estruturantes da ética das profissões estabelecidas e um dos seus sustentáculos ideológicos é o desinteresse pessoal que norteia a actuação profissional, subordinada ao conhecimento e à competência, objetivos universalizantes que conduzem a um acréscimo de conhecimento e ao bem comum, que tende a neutralizar a situação objectiva de vantagem econômica e social em que se encontram na divisão do trabalho.”

Destacamos como uma conquista resultante deste processo de construção a elaboração do Código de Ética dos profissionais de Educação Física.

Como visto, com a regulamentação profissional e criação dos conselhos federal e regionais, o impulso verificado deu sentido a uma atividade profissional que não poderia prescindir como citado neste item, no site do Confef, de um conhecimento técnico e científico especializado, de uma competência específica o que exige um sujeito para que sejam levados os valores e benefícios de sua prática à sociedade, de modo geral. Este conteúdo, retomamos, coincide com os três elementos (saber especializado e específico, profissionais como intérpretes deste saber e um Código de Ética) que

enfatizamos como constitutivos de uma profissão, como consta do item 3.1 que versa sobre a Sociologia das Profissões.

O Código de Ética veio legitimar a profissão e dar suporte ao exercício de um compromisso ético visando o bem comum dos beneficiários das ações sob o crivo de uma responsabilidade social.

O enquadramento legal da profissão

O enquadramento legal da profissão, tendo em conta a luta pela regulamentação do exercício profissional ocorreu no Brasil, na profissão de Educação Física, através de um embate entre os sindicatos vinculados ao sistema educacional e o Conselho Profissional, repercutindo entre os profissionais de Educação Física vinculados ao sistema escolar. Os defensores da regulamentação da profissão não queriam regulamentar a profissão de “professor” e sim de “profissional” de Educação Física, tornando a Educação Física uma profissão regulamentada por um conselho profissional específico.

A natureza desta disputa reside no fato de que alguns entendiam que a profissão já estava regulamentada, pois todos eram intitulados exclusivamente professores, através do curso de licenciatura até 1987. A partir de 1987, passou a vigorar a resolução 03/87, que aprovou também o curso de bacharelado. As duas modalidades referenciadas coexistem nos curso de Educação Física e Desportos até os dias de hoje.

A diferença é muito significativa na profissão de Educação Física, porque embora a profissão tenha começado a se organizar no período de 1940, realmente o grande processo de luta pelo reconhecimento, pela regulamentação da profissão ocorreu no período de redemocratização, após mais de duas décadas de regime ditatorial. Esse período é muito importante para toda sociedade brasileira, com a formação da assembleia nacional constituinte para elaboração da constituição de 1988 e com grande movimentação da sociedade, em torno de eleições diretas para presidente da república. Enfim, é um período diferenciado, do ponto de vista da própria liberdade de luta pela organização profissional. No Brasil foi necessário o estreitamento de contatos com os parlamentares para que estes levassem

adiante a lei de regulamentação da profissão de Educação Física passando por instâncias prévias ao ritual no Congresso Nacional como a “Audiência Pública”, até a obtenção da sanção presidencial.

Em diversos depoimentos foi ponderada a relação das associações profissionais com o Estado brasileiro. Frente a estas ponderações é interessante retomar a pesquisa de Gonçalves (2007) que vincula o prestígio social e a proximidade com o poder político, esclarecendo que ambos foram condicionados pelas conjunturas da democracia e da ditadura, interferindo na autonomia dos grupos por ele analisados. Os depoimentos que analisamos também levaram em consideração a complexidade da conjuntura brasileira, demonstrando interferências que atrasaram a regulamentação da profissão, como o veto do presidente Sarney, em 1990.

Um dos maiores desafios, como vimos **no capítulo anterior**, travado no interior da profissão com forte expressão nos eventos científicos e organizativos, como os congressos da FBAPEF, relaciona-se às posições diferenciadas sobre o conteúdo das propostas de regulamentação profissional da Educação Física no Brasil, tendo aí um Conselho Federal para reger todo o processo de organização do trabalho e de conduta profissional com um código de ética dos profissionais.

Também vimos no capítulo anterior, que a rejeição da regulamentação profissional por determinado grupo também se relacionou à falta de confiança nos integrantes da direção da FBAPEF com questionamentos relacionados à própria gestão democrática da Entidade, ou por discordâncias do conteúdo dos projetos de Lei sobre a Regulamentação da Profissão.

Acrescenta-se a grande dificuldade, no Brasil, dos profissionais de Educação Física em compreender que a profissão “professor” não existia enquanto enquadramento legal que possibilitasse a existência de um Conselho Profissional específico para a área.

Propusemo-nos a resgatar, neste capítulo, a história viva da profissão através dos sujeitos que construíram o seu percurso, demonstrando o papel imprescindível do movimento associativista da categoria que culminou em sua

regulamentação, e, assim, no reconhecimento profissional na sociedade brasileira.

Depoimentos são histórias vivas e a intenção foi que todo este conteúdo não se perdesse. Através de minuciosa análise registramos a riqueza das colocações a respeito do início do associativismo até a regulamentação, com suas determinações legais e percalços, desafios, debates e lutas, pela voz dos sujeitos desta história. Destacamos os aspectos relevantes sobre os congressos da FBAPEF e temas principais, revelando sua mediação fundamental para a conquista da regulamentação da profissão.

Como se tratou da constituição de uma profissão procedemos ao registro de alguns contributos da sociologia das profissões a qual nos propiciou fundamentação teórica para refletirmos sobre as ponderações feitas pelos depoentes. Com tais depoimentos obtivemos conhecimento acerca das preocupações, reflexões e percepções que se tinha a respeito da sedimentação da profissão, na conjuntura da época.

A nosso ver este capítulo revelou um processo de construção coletiva (na verdade ainda em construção). Evidenciou também através de uma perspectiva histórica, os rumos sociais e culturais da criação de uma profissão historicamente determinada, que se democratizou vivenciando um processo associativista e conquistou seu espaço na sociedade.

Como apresentamos neste capítulo, a busca pelo reconhecimento e legitimidade profissional através da construção coletiva com base no associativismo percorreu um longo caminho, e tem como principal resultado a garantia de uma atuação profissional regulamentada e comprometida ética e politicamente com a sociedade brasileira.

Assim, no quarto capítulo, as entrevistas realizadas com os presidentes dos Conselhos Regionais e também com o presidente do Conselho Federal de Educação Física, contribuem para aprofundar o conhecimento dos posicionamentos sobre a continuidade dos desafios que se impõem para a profissão, considerando os novos tempos do século XXI e entendendo que esta profissão está em contínuo processo de construção.

CAPÍTULO IV

A PROFISSÃO DITA PELOS PORTA-VOZES DAS
SUAS ORGANIZAÇÕES. PERSPECTIVAS E
DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA CONFED/ CREFS

CAP IV – A profissão dita pelos porta-vozes das suas organizações. Perspectivas e desenvolvimento do sistema CONFEF/ CREFS

O processo de fortalecimento das organizações profissionais, como estruturas institucionais é imprescindível à afirmação e à consolidação do perfil e da identidade profissional, considerando-se os desafios internos e externos e a relação dessas organizações com a sociedade. As organizações são consideradas sujeitos coletivos imprescindíveis para a realização dos objetivos estratégicos que as diferentes profissões colocam para si.

Autores como Prattes e Cabrini JR. (2014) entendem que cabem a essas organizações desempenharem funções primordiais de formação, qualificação, defesa dos direitos profissionais e integração das profissões com o meio e a sociedade. Para isso, o autor pontua quatro elementos fundamentais a serem por elas desenvolvidos:

O primeiro é a gestão, que consiste no fortalecimento do sistema interno de gerenciamento, na melhoria dos produtos e serviços e na constituição de uma estrutura sólida que é a base de sustentação da organização. O objeto é a corporação, e deve ser a base de sustentação de todo o processo.

O segundo elemento é a mobilização, que postula ser fundamental a participação dos profissionais, por garantir a própria organização como fator crucial para o seu desenvolvimento. Para isso, é necessária a oportunização e a pactuação, no sistema das profissões, de “bandeiras” das grandes causas que proporcionem a mobilização esperada.

No processo de organização das profissões, as políticas públicas constituem outro elemento significativo. É necessária uma boa base de sustentação para as ações profissionais, pois elas representam a atuação externa, buscando mostrar-se à sociedade com organização e mobilização.

O último elemento é a própria intervenção profissional, grande campo de atuação das organizações seja na defesa dos direitos dos profissionais, seja na busca de oportunidade de atuação profissional ou na luta pela reserva de

competência e responsabilidade. O modelo de excelência profissional estimula o aperfeiçoamento e o desenvolvimento da qualidade nas gestões das organizações e de seus profissionais associados. É a atuação profissional, no bojo de todas as suas contradições que garante, a uma profissão, o seu desenvolvimento cultural, político, científico, tecnológico, econômico e social, e das suas organizações e profissionais associados.

Esses quatro elementos, no interior das organizações profissionais, constituem, portanto, um referencial para a melhoria contínua de seus processos, ao mesmo tempo em que demarcam, institucional e publicamente, a excelência da qualidade da gestão conquistada pela organização.

É nesse sentido que os processos de organização profissional consistem em padrão integrado de planejamento estratégico das organizações profissionais, influenciados, intensamente, pela definição de políticas e pela composição da identidade organizacional.

Os Conselhos Profissionais, têm papel fundamental, uma vez que estabelecem princípios de organização e de controle profissionais. Outro importante elemento nesse contexto é a avaliação, que deve ser utilizada desde o processo de escolha dos representantes, até as contribuições da organização com a melhoria das condições do exercício profissional.

Além da avaliação, é importante analisar e estabelecer critérios de qualificação profissional, uma vez que “a mesma envolve a organização em iniciativas que promovam o aperfeiçoamento técnico do profissional e do prestador de serviços profissionais, como os serviços de formação e qualificação de mão-de-obra especializada” (Prattes e Cabrini JR., 2014, p. 3).

Os autores mencionam também a importância do “ambiente associativo”, como um critério que, promove a integração entre os profissionais e principalmente da organização com o sistema. É nesse ambiente que se deve pensar, entre outras, a questão das parcerias com instituições de ensino e a aproximação com acadêmicos. Ainda, identificar, analisar e compreender as necessidades e expectativas dos profissionais, ajustando como a organização pode medir e intensificar a satisfação e a fidelidade dos profissionais em

relação ao seu espaço e a sua atividade profissional (Prattes e Cabrini JR., 2014, pp. 2-15).

Os processos organizativos devem ser pensados a partir dos elementos da ética profissional, estabelecendo-se o comprometimento da organização com a defesa corporativa e a contribuição com a melhoria da qualidade de vida dos profissionais, conforme apresentamos no capítulo anterior.

Nesse contexto das lutas corporativas, ressalta-se a importância das comissões de ética profissional das organizações e a defesa da justa remuneração profissional, além de outras frentes de organização que, extrapolando os limites institucionais, buscam a articulação com outros espaços da sociedade, por meio do planejamento e dos trabalhos desenvolvidos pela organização, quanto a sua participação e envolvimento com as políticas públicas do município, região e estado. Afirma-se que essa compreensão ética é um dos elementos fundantes, nos dias de hoje, da organização profissional, sobretudo, no contexto dos conselhos profissionais.

Os autores anteriormente citados, destacam a comunicação, como um dos elementos que estabelece princípios para que a organização profissional se avalie interna e externamente com todos os sujeitos envolvidos em sua construção. Da mesma forma, esse elemento permite avaliar as formas de comunicação utilizadas pela organização e a sua efetividade junto à sociedade.

Dentre esses princípios, é relevante observar e estabelecer o perfil de liderança da organização e o comprometimento pessoal dos membros na disseminação e atualização de valores e diretrizes da organização, de forma a analisar criticamente a atuação das organizações profissionais nas ações que pretende desenvolver.

É mister ao contexto, a responsabilidade administrativa e social, em que seja possível examinar a relação ética e transparente da organização com todos os públicos com os quais se relaciona.

Prattes e Cabrini JR. (2014) enumeram fatores críticos de sucesso essenciais à organização da gestão. O primeiro deles, a “governança cooperativa”, preconiza a gestão participativa como espaço de integração entre os profissionais, integrando os conselhos profissionais às entidades de classe,

aos inspetores, conselheiros, instituições de ensino, empresas e profissionais. Relaciona-se, portanto, à integração com a sociedade e as instâncias decisórias desses conselhos.

Retoma-se o reconhecimento público e o exercício ético das profissões como elementos de excelência, com atividades de planejamento, execução e manutenção, com o objetivo de promover, reconhecer e certificar a excelência das atividades previstas. Para isso, propõem-se as Comissões de Ética, às quais cabem, principalmente, a promoção, o aperfeiçoamento e o resgate da boa atuação profissional. Tais comissões atuam decisivamente em três frentes: prevenção, conciliação e correção (ou fiscalização), no sentido de prevalecerem os princípios norteadores da organização.

O perfil do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF

Breve História do CONFEF

A menção da origem do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, está intimamente imbricada com a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais de Educação Física - FBAPEF. A Lei 9696/98, referente à regulamentação da profissão, em seu artigo quinto define:

“Os primeiros membros efetivos e suplentes do Conselho Federal de Educação Física serão eleitos para um mandato tampão de dois anos, em reunião das associações representativas de Profissionais de Educação Física criadas nos termos da Constituição Federal, com personalidade jurídica própria, e das instituições superiores de ensino de Educação Física, oficialmente autorizadas ou reconhecidas, que serão convocadas pela Federação Brasileira das Associações dos Profissionais de Educação Física - FBAPEF no prazo de até 90 (noventa) dias após a promulgação desta lei.”

Como foi assinada pelo presidente da República em 1^o de setembro e divulgada pelo Diário Oficial da União em 2 de setembro de 1998, houve intensa mobilização para desencadear esse processo. Assim, foi convocada uma reunião para o hotel Flórida, na cidade do Rio de Janeiro, onde formou-se a primeira diretoria com mandato tampão para, posteriormente, dar sequência aos trabalhos sendo um dos mais importantes, a arregimentação dos profissionais de Educação Física para efetivação de seus registros. Foram criados mobilizadores em cada região, e estes envolveram a imprensa e todas as formas de comunicação para a efetivação dos registros. A partir desse trabalho, as regiões que conseguiram mil registros teriam condições de criar o seu Conselho Regional. Assim, criaram-se, um a um, os Conselhos Regionais, efetivando-se a territorialização organizativa por todo território nacional.

O CONFED e suas características organizacionais

Conforme o site oficial (www.confed.org.br), define-se o CONFED como uma instituição de direito público que tem como objetivo orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício das atividades próprias dos profissionais de Educação Física no Brasil. Além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, o CONFED atua visando à construção de um país soberano e menos desigual, mantendo com a sociedade a responsabilidade ética de lutar pelo direito constitucional de cada cidadão praticar atividades físicas – direito este garantido através da orientação e dos serviços prestados por profissionais de Educação Física.

À medida que uma organização se torna integradora de equipamentos, de homens, de recursos e de operações, satisfazendo as funções e os aspectos operacionais, pode-se entendê-la como um sistema. O entendimento dessa complexidade é abordado por M'Pherson (1980, p. 54), e por outros autores, dentre os quais Adam e Ebert (1992, p. 10), Blanchard e Fabrycky (2006, p. 3) e Ackoff (1999, pp. 59-61). É importante entender o Sistema, bem como a natureza e a descrição da área do trabalho, quanto a gestão e a percepção.

Claudino (2000) classifica as escolas, quanto às funções dos gestores,

como sendo: Clássica; do Grande Homem; do Empreendedor; da Teoria da Decisão; do Comando Eficaz; do Poder do Líder; do Comportamento do Líder; da Atividade do Líder. Já Mintzberg (1995) entende a descrição da atividade da gestão como: 1. A pessoa no trabalho; 2. o enquadramento do trabalho, 3. a agenda do trabalho e 4. o núcleo e o seu contexto. Essa atividade do gestor é descrita conforme a realização de conjuntos de tarefas e de comportamentos, identificados com a posição do gestor, que denomina quais os papéis.

Em relação ao CONFEF, boa parte da descrição de suas ações estão previstas em seus 141 artigos do Estatuto. Assim, são tratados nos subtítulos seguintes a lógica de funcionamento dessa organização.

A sede e o corpo de funcionários

Atualmente, a sede tem seu endereço na rua do ouvidor no centro do Rio de Janeiro, ocupando o sétimo andar. O CONFEF realiza as seleções dos seus funcionários por meio de editais públicos, fornecendo os dados necessários aos candidatos para a realização da mesma. Como exemplo, cita-se o Edital nº 1/2006, datado em 16 de março do mesmo ano, tornando pública a realização de Seleção Pública para provimento e cadastramento da reserva de vagas. Acrescenta, além das informações necessárias para a realização das provas e os valores salariais, a oferta de plano de saúde, vale-refeição e vale-transporte.

A organização atual se ampara nas seguintes funções: Contínuo, Auxiliar do Departamento Administrativo, Auxiliar do Departamento de Controle e Desempenho de Finanças, Auxiliar de Informática e Tecnologia, Auxiliar do Departamento Jurídico, Secretária nível I, Secretária nível II, Analista do Departamento Administrativo, Analista Contábil, Analista de Informática e Tecnologia, Analista de Recursos Humanos.

A Diretoria do CONFEF

A diretoria é formada por sete membros, a saber: Presidente, Primeiro Vice-Presidente, Segundo Vice-Presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro, sendo eleita na primeira reunião do Plenário, após a posse dos Membros Conselheiros, com mandato para quatro anos. As reuniões ocorrem uma vez por mês, em todas as vezes em que a plenária se reúne.

Assim, à diretoria compete gerir. Em referência à padronização administrativa/gerencial, tem-se a informação de que no ano de 2003 ocorrera a primeira reunião dos Gestores do Sistema CONFEF-CREFS, no sentido de promover a integração entre os Crefs e a consequente melhoria no atendimento aos profissionais de Educação Física.

Em 2006, organizou-se o I Seminário de Planejamento Estratégico que objetivou à elaboração do Plano de Gestão” definindo a Missão e os Valores que caracterizam o Sistema, as Marcas, os Objetivos Estratégicos, os Riscos e Ameaças e as Diretrizes necessárias para a efetivação da gestão.

Sob o ponto de vista da complexidade, as organizações são um fenômeno que emergem da ação e interação dos agentes, ou seja, das pessoas que as formam, e é assim que atua o CONFEF.

Os Conselheiros Federais

São 20 (vinte) conselheiros efetivos que compõem o Conselho Federal, a saber: 02 (dois) de Minas Gerais, 04 (quatro) do Rio de Janeiro, 03 (três) de São Paulo, 01 (um) do Rio Grande do Sul, 01 (um) de Santa Catarina, 02 (dois) do Paraná, 01 (um) do Ceará, 01(um) de Pernambuco, 01 (um) da Paraíba e 01 (um) da Bahia, 01 (um) de Goiás, 01 (um) do MatoGrosso do Sul, 01 (um) do Amazonas. Ainda compõem o Conselho, os 08 (oito) conselheiros suplentes, sendo 03 (três) do Rio de Janeiro, 02 (dois) de São Paulo, 01 (um) de Minas Gerais, 01 (um) de Santa Catarina e 01 (um) do Rio Grande do sul. O mandato desses conselheiro é de 04 (quatro) anos, eleitos na forma que dispõe o Estatuto. A representatividade de cada estado/região nesta composição geral

está relacionada ao número de profissionais inscritos nos seus respectivos conselhos.

De acordo com o Estatuto, temos o plenário do CONFEF, constituído por 20 membros efetivos, pelos Presidentes dos CREFs e pelo último ex-Presidente do CONFEF, constituindo-se na instância de poder máximo da Entidade. Este plenário se reúne uma vez por mês, presencial ou virtual, em caráter ordinário, e “extraordinariamente, quando convocado pelo Plenário, Diretoria ou Presidência por meio de requerimento fundamentado” (Art. 9º).

As reuniões presenciais ocorrem em hotéis que possuem salas para abrigar os Conselheiros. As reuniões virtuais ocorrem esporadicamente com o credenciamento dos Conselheiros, estabelecendo-se uma senha de acesso restrita. As reuniões presenciais se efetivam praticamente todos os meses e variam as cidades. Ocorrem com mais frequência nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília visando, principalmente, à contenção dos custos, já que o CONFEF fornece as passagens e destina diárias para os gastos com alimentação e hotel. Porém, atende também ao critério referente ao fortalecimento do Sistema, seja pela importância de acompanhar votações no Congresso Nacional, (nesse caso ocorre na cidade de Brasília), seja para fortalecer determinada região e, neste caso, normalmente, ocorrem eventos acadêmico-científicos paralelos às reuniões do CONFEF na cidade em questão. Os atos emanados das sessões plenárias, quando há aprovação, são explicitados em resoluções que devem ser observadas por seus profissionais.

Colégio dos Presidentes dos CREFs

No sentido de dar unidade ao sistema, foi pensado e está em plena ação, o Fórum dos Presidentes dos CREFs, que se reúne para dar cabo dessa tarefa. A participação dos Presidentes respectivos a cada CREF, nesse Colégio, efetiva-se financeiramente por conta de cada CREF. Atualmente, essa instância é coordenada pelo Presidente do CREF6 MG. Além de facilitar a troca de experiências entre as organizações, as reuniões promovem a interação com o Plenário do CONFEF.

Os Conselhos Regionais – CREFs

Conforme previsto no artigo 4º do Estatuto do CONFEF, em seu parágrafo 3º, os CREFs são autônomos quanto à administração de seus serviços, gestão de seus recursos, ao regime de trabalho e às relações empregatícias. O CONFEF acompanha os controles administrativos e financeiros dos CREFs. De acordo com sua arrecadação, cada CREF estabelece sua infraestrutura: sede, recursos humanos e materiais. A principal ação do CREF é o procedimento das ações de fiscalização. Há gastos com as reuniões plenárias, em função dos deslocamentos dos seus membros. Para atender à extensão territorial, os CREFs podem estabelecer as “Seccionais”, que são dirigidas por um representante aprovado no plenário do CREF, pois são órgãos vinculados a ele. A composição prevê 20 Conselheiros efetivos e 8 suplentes. Estes são eleitos pelos Profissionais registrados e em dia com suas obrigações estatutárias.

Mas, há uma singularidade; são formados dois blocos: o primeiro é composto de 10 Conselheiros efetivos e 4 suplentes, eleitos para um mandato de 3 anos; e o segundo bloco é composto de 10 Conselheiros e 4 suplentes, eleitos para um mandato de 6 anos. Essa situação é necessária para que não haja prejuízos na continuidade dos trabalhos, não se perca a memória dos assuntos discutidos e para que ocorram as respectivas deliberações. Atualmente, existem 20 CREFs que abrangem um, ou mais estados do Brasil a saber: CREF 1 Rio de Janeiro e Espírito Santo; CREF 2 Rio Grande do Sul; CREF 3 Santa Catarina; CREF 4 São Paulo; CREF 5 Ceará; CREF 6 Minas Gerais; CREF 7 Brasília; CREF 8 Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima; CREF 9 Paraná; CREF 10 Paraíba; CREF 11 Mato Grosso do Sul; CREF 12 Pernambuco; CREF 13 Bahia; CREF 14 Goiás e Tocantins; CREF 15 Piauí e Maranhão; CREF 16 Rio Grande do Norte; CREF 17 Mato Grosso; CREF 18 Pará e Amapá; CREF 19 Alagoas; CREF 20 Sergipe. Todos possuem seu *sítio* oficial e o correio eletrônico.

Parcerias

Via de regra, o CONFEF estabelece parcerias com as organizações públicas e entidades privadas. Pode-se citar o Ministério do Esporte, SESI, SESC, SENAI, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Comitê Olímpico Brasileiro – COB, Centro Esportivo Virtual - CEV, Fédération Internationale d'Education Physique - FIEP.

Como ação política, o CONFEF fortaleceu o Fórum de defesa do esporte (constituído por uma bancada parlamentar de deputados federais) e participou da I e II Conferência Nacional do Esporte Promovida pelo Ministério do Esporte. Os CREFs realizam parcerias com as Instituições de Ensino Superior – IES, que mantêm curso de Educação Física, com o Ministério Público e com a Vigilância Sanitária. Realizam eventos acadêmicos, políticos, e de assistência aos seus registrados.

Comunicação com os registrados

O CONFEF utilizou o Centro Esportivo Virtual – CEV, no sentido de possibilitar aos primeiros Conselheiros ferramentas para utilização da internet, em fase de sua estruturação. Também utilizou o mesmo sistema virtual democratizando a participação para elaboração do seu Código de Ética, além de ter organizado o I Simpósio de Ética. Hoje conta com o site oficial que permite que os registrados façam suas inscrições, conheçam as deliberações, organizações de eventos e tenha acesso à ouvidoria que permite aos registrados procederem suas reclamações ou denúncias. Permite, através do “Fale Conosco”, enviar e-mail para o CONFEF, ter acesso ao Boletim Eletrônico, ao “twitter” e, ainda, à revista “Educação Física”.

Os CREFs, juntamente com as Seccionais, possibilitam também a comunicação com os registrados, semelhante aos mecanismos do CONFEF. No entanto, existe um diferencial, dos CREFs, que possibilitam o contato corpo a corpo, pois está mais próximo geograficamente.

Perspectivas, dificuldades e fatores de desenvolvimento do sistema CONFEEF / CREFs : a profissão dita pelos seus porta-vozes

Como referido, no âmbito deste estudo a realização de entrevistas com os presidentes dos Conselhos Regionais e com a presidência do Conselho Federal, possibilitou-nos neste capítulo abordar a profissão recorrendo a categorias analíticas como: (1) Identidade Profissional; (2) Representatividade; (3) Gestão Democrática; (4) Fatores de Desenvolvimento. Cada uma destas categorias analíticas e respectivas subcategorias em que se decompõem internamente, serão explanadas a seguir. Para tal, seguiremos a par e passo as falas dos entrevistados salientando as convergências e as divergências encontradas. No final, (ponto 4.4) faremos uma súmula analítica, teoricamente refletida do conteúdo de cada uma das categorias e subcategorias, por forma a permitir uma leitura de síntese das principais questões e desafios apontados.

Identidade profissional

Em relação a categoria *Identidade Profissional*, formulamos as subcategorias: formação, designação profissional intervenção e reconhecimento interno do Sistema CONFEEF/CREFs e reconhecimento social externo

Subcategoria A1 “formação”

1. “Quais são os desafios que se colocam para a construção da identidade profissional da educação física, considerando sua trajetória da formação à intervenção profissional”?

Citamos posicionamentos dos entrevistados que remetem aos cursos e instituições formadoras no sentido de que estes precisam envidar esforços para proporcionar ao aluno esclarecimentos sobre o conteúdo programático, o tipo de curso destinado a intervir no mercado de trabalho e as áreas de atuação do

profissional como se depreende nos E2, E4, E5, E6 e E12, sendo estes dois últimos, os entrevistados citados:

“O profissional de educação física, na realidade, não é orientado dentro das instituições de ensino superior sobre as reais possibilidades de sua ação profissional.” (E6)

“Os desafios hoje ainda não são muito claros. Com a mudança que o MEC proporcionou na questão da definição da formação, quanto a questão de licenciatura e bacharelado, ainda se tem muitas dúvidas. As próprias faculdades, as universidades, deixam os acadêmicos em dúvida de qual é realmente o curso que eles estão freqüentando, qual a sua formação. Então eu acho que precisa que se tenha muitos esclarecimentos ainda quanto essa questão da formação em duas áreas de atuação, no caso licenciatura e bacharelado. Precisa trabalhar muito essa questão ainda no Brasil.” (E12)

Conforme se observa, este último “E12”, depoimento destaca as duas áreas de formação, “bacharelado e licenciatura”, também apontadas nos depoimentos dos E6, E3, E8 e E14 pela ordem:

“... Uma das coisas que prejudica muito isso é o currículo das faculdades e universidades. Não existe um estudo curricular adequado, e lógico, respeitando, tem que respeitar a questão da regionalidade, mas precisa ter um eixo que torne esse profissional: ou um profissional para a área de bacharel, ou esse profissional para a área de licenciatura. Ainda existe uma grande confusão, porém temos aí já no Brasil algumas instituições de ensino já começando a trabalhar nesse aspecto.” (E6)

O E3, além de considerar o bacharelado o grande desafio, defende que o leque de opções foi bastante ampliado e a necessidade de se ter domínio em todas as intervenções possíveis.

“Eu acho que o grande desafio hoje é o bacharelado. Porque o bacharelado nosso... a licenciatura ela já está definida, eu acho que não precisa mudar, está definido, tal. Mas o bacharel, no meu modo de ver, o bacharelado se ramificou muito, e ocorreram várias distorções no mercado de trabalho por causa disso. Então eu acho que o grande desafio é nós unirmos esse bacharel e criar um pseudogeneralista, não sei como vai ser chamado, que ele atenda a área não formal. É uma pessoa que saiba trabalhar em todas as intervenções não educacionais. A princípio o grande desafio que eu vejo é esse.” (E3)

O último respondente E14 além de citar as questões sobre Licenciatura e Bacharelado, faz um histórico que contribui para a compreensão das intencionalidades de que trata o assunto:

“ (...) se você pegar o currículo de uma escola de educação física de vinte e cinco, trinta anos atrás, você tinha, provavelmente, 70% de aulas práticas e 30% de aulas teóricas. Então as pessoas iam e acabavam dando a identidade de que era um clube mesmo. Em que pese nós sabermos que aquilo era uma prática pra você aprender a ensinar, mas pra quem está olhando de fora, tem uma visão um pouco deturpada desta situação, né. Hoje, felizmente, a mudança é bastante radical e, evidentemente, com isso o que se percebe é que as pessoas que estão ingressando no curso de educação física já tem um outro olhar da importância do profissional de educação física.” (E14)

Seguindo ainda este respondente, este detalha a ação do CNE que na intenção de valorizar o trabalho do professor na escola pretende também que esta ação seja efetiva para aqueles que tenham a formação pedagógica para educar crianças, e não para os profissionais que tenham o bacharelado, cuja formação não é direcionada para atuar convenientemente no sistema de ensino:

“(...) Porque o Conselho Nacional de Educação tentou, em 2002, fazer uma transformação no sentido da valorização do professor, e eu não estou muito seguro de que as pessoas tenham percebido isso, não tenho essa segurança, mas eu tenho a convicção disso. Até porque lendo o parecer nove que gerou a resolução do Conselho Nacional de Educação pra licenciatura e, posteriormente, bacharelado, está claramente exposto ali a intenção do Jamil Cury e dos outros conselheiros, no sentido de valorizar o professor, de criar uma formação de professores que realmente entendam o que é escola, o que é aluno, o que é criança, pra que a escola serve. Quer dizer, acabar com aquela situação de que o professor era um apêndice do bacharelado. (...) me lembro quando havia aqueles vestibulares unificados, né, a pessoa se interessava em ir pra uma área, e aí você na classificação não ficava lá, acabava ficando na educação física, então você fazia educação física, né. Isso também é muito ruim, porque a nossa profissão é uma profissão que requer, de fato, você... não é ter habilidade para aquilo, é você gostar daquilo, é você ter vontade de realmente exercer aquela profissão. (...) Você, tanto na escola como fora da escola, seja na gestão, seja na docência, seja na área da saúde, o que a gente percebe, os empreendedores, os vitoriosos, que realmente hoje tem expressão na educação física, são aqueles que você encontra com eles, você sente a disposição deles, sente alegria, sente amor naquilo que eles estão fazendo, e evidentemente você acaba percebendo que é uma área fantástica, né. Então é muito por aí”. (E14)

E11 destaca a ampliação da intervenção profissional e chama a atenção sobre as designações “professor” e “profissional de educação física”:

“Eu creio que o maior desafio é a quebra de paradigmas no meio acadêmico. O novo profissional que surge a partir da lei 9696 de 1998, que regulamenta a profissão de educação física, com inserção

na área da saúde, e ampliação da sua intervenção profissional versus a manutenção reducionista da função do professor.” (E11)

E 7 e E4 destacam a importância de se definir o que é Educação Física:

“Bem, eu acredito que nós devemos, primeiro, esclarecer o que seja educação física, o que é educação física, o que ela se enquadra, ou pode se enquadrar, em quais áreas, e as suas áreas de atuação. E deixar claro qual o papel de cada área dentro da nossa profissão.” (E7)

“Primeiro, perguntar o que significa educação física pra ele, qual o perfil dele, e tratar a profissão com muito respeito e esclarecimentos éticos”. (E4)

E5 cita as influências familiares, os professores e mídia como importantes para definição da identidade profissional, portanto sendo fatores que ocorrem antes mesmo da vida acadêmica universitária, e que o Sistema CONFEF/CREFs possibilita entender melhor a formação e a intervenção.

“Eu penso que a formação profissional ela acontece inclusive antes, antes da passagem do profissional pela vida acadêmica, na escola. Ela começa com a influência da família, a influência dos professores que ele teve na sua vida, influência de colegas, influências da própria mídia divulgando a profissão, né. Isso aí é a formação dele (...) eu acho que o sistema CONFEF/CREF, os conselhos reguladores, eles favorecem essa possibilidade de você entender como deve ser a sua formação e a sua intervenção, do ponto de vista de estar atendendo às necessidades da sociedade, né, a melhor maneira de atender à sociedade.” (E5)

Conforme vimos nos posicionamentos são os fatores mais destacados para a consolidação da construção da identidade profissional, a boa orientação por parte das faculdades de Educação Física referentes ao itinerário acadêmico em particular, os itinerários específicos via bacharelado ou licenciatura. Também a saúde é apontada como a ampliação do leque de

opções do profissional de Educação Física e ainda as influências familiares para a definição de sua identidade profissional.

Subcategoria B1. Designação profissional

2. Ressaltando o debate sobre a identidade epistemológica da educação física, de que forma poderá ser adotado o termo mais adequado à identidade profissional? (Professor / Educador Físico / Profissional de Educação Física/ Motricista / Cineantropólogo / Cinesiólogo / Sociomotricista / Psicomotricista /Outros).

O termo “profissional de Educação Física” foi citado pela unanimidade dos entrevistados considerando ser adequado à sua identidade profissional. Entretanto vamos verificar que internamente as razões são diversas, aparecendo os seguintes motivos para esta escolha:

“Legalmente” (E14); “mais correto” (E9); “mais propício” (E10); “contempla todas as áreas” (E11); “devemos usar” (E12); “mais adequado” (E2, E13 e E5); “mais abrangente” (E1 e E3); “no Brasil já está consolidado” (E4); “ainda não está difundido na sociedade” (E6); “prefere” (E7); “ainda não é o ideal” (E8).

A impropriedade do termo mereceu debates no seio da Educação Física, conforme se verifica nas respostas dadas pelos entrevistados desta pesquisa. Este debate ainda se faz presente não só em nível nacional podendo ser identificado em diversos países. Como apresentamos na introdução, as contribuições de Ulmann (1977) reforçam as dificuldades encontradas no campo da Educação Física, quanto ao seu próprio conceito, que requer ultrapassar a compreensão do que seria a educação do físico do homem apontando o significado de sua própria etimologia onde: phusis: natureza – phusikus: natural, a palavra “física” é sinônimo de natural.

Subcategoria C1 Intervenção profissional

3. De que forma as sete especificidades da intervenção profissional, a regência, o treinamento esportivo, preparação física, avaliação física, recreação e atividades físicas, orientação de atividade física, gestão em orientação física e desportos, contribuem para a identidade profissional?

A Resolução nº 046/2002 do CONFED que dispõe sobre a Intervenção do Profissional de Educação Física e respectivas competências define os seus campos de atuação profissional. A pergunta aborda esta temática recebendo resposta do presidente E14, como se segue

“Eu penso que esse foi o grande avanço que foi conquistado logo em seguida a regulamentação da profissão” (E14)

Não houve Presidente que contestasse as sete especificidades como contribuidoras para identidade profissional. Os posicionamentos variaram quanto às razões pelas quais as sete especificidades serviram para dar sustentação à identidade profissional. Os entrevistados E5, E6, E9, E4, E10, E13, E1 e E8, consideraram que as sete especificidades elencadas contribuíram para quebrar o entendimento da sociedade, de que o profissional estaria restrito a somente uma das especificidades. Destacamos em seguida os posicionamentos dos entrevistados E9 e E4 que mencionaram a saúde:

“Essas sete especificidades, realmente resumem o que nós fazemos com a nossa profissão. Inicialmente a educação física estava restrita apenas na docência. Nós só fazíamos aula de educação física. Hoje, por exemplo, não se fala em educação física sem se falar em saúde, em treinamento esportivo, no lazer, na recreação. Enfim, eu acredito que esses sete itens, apesar de abranger tudo, ainda são muito pouco para o que nós somos hoje para a sociedade.” (E9)

A sociedade ainda acredita que nós da educação física somos professores da escola, de dar aula na escola,(...) a sociedade agora já está associando, com a modernização e a exigência atual da sociedade. Está sabendo, mais ou menos, o que é um treinamento

esportivo, o que é uma avaliação física, pra que eu faço avaliação física, que esse profissional é importante pra saúde”. (E4)

Os entrevistados E10, E13, E1 e E8 além de considerarem que as sete especificidades elencadas contribuíram para quebrar o entendimento de que o profissional estaria restrito a somente uma das especificidades, concordam que os vários tipos de intervenções contribuíram, porém a base é a atividade física. O movimento humano, e as demandas da sociedade pela evolução do tempo, são os facilitadores do entendimento da identidade profissional. Como resposta completa, destacamos o E13:

“Eu vejo que, a cada dia que passa, essas sete vertentes acabam também se multiplicando dentro do próprio campo, acaba abrindo novos espaços, devido a mudança da sociedade, aos interesses que vão mudando, as necessidades que vão aparecendo com a modernidade. Então eu acredito que sim, que esse leque aí é um fator que influencia muito na identidade do profissional de educação física. E ele fica confortável pra poder se encaixar numa dessas aí.” (E13)

Destacamos a declaração do presidente E12 que se manifestou na mesma direção, chamando a atenção para o fato de que os profissionais precisam se qualificar para atuar nos diversos campos buscando as especializações:

“Hoje a educação física tem possibilidade de atuar nesses diversos campos. É onde os profissionais precisam buscar especializações. Então o campo de trabalho da educação física hoje está muito mais amplo, principalmente a partir do reconhecimento da profissão como da área de saúde. Então eu acho que os profissionais precisam buscar se qualificar pra poder atuar nesses diversos campos que hoje nós temos na nossa profissão”. (E12)

O presidente E8 afirma que o esporte ainda é o elo mais forte da profissão com a sociedade, e que os conhecimentos sobre a humanidade e a ética são importantes para o bom uso do conhecimento que o profissional deve ter, além do domínio de todas as especificidades.

“Todas elas contribuem sobremaneira. Você tem que ter o domínio de todas elas. (...) Mas se esse cidadão altamente técnico e capacitado não tiver o conhecimento do que é humanidade e ética profissional, com certeza ele não fará bom uso desses conhecimentos. (...) Acho que a educação física não deve mais ser medida pelo desenvolvimento desportivo que ela causa. Nós não podemos buscar somente no esporte a nossa única justificativa de sermos profissionais da educação física. Que ainda é o nosso elo mais forte com a sociedade.” (E8)

E3 e E7 respectivamente, entendem que não importa onde ocorre a intervenção, o primeiro considera as sete especificidades contribuindo para a identidade profissional, e o segundo pela questão ideológica e também pela intenção do acadêmico pela área que escolhe.

“Todas estão identificando o profissional de educação física. Quer dentro do mercado de trabalho, na área educacional e não educacional.” (E13)

Acredito que deve estar desde a formação, mas isso vai muito também da questão ideológica, acredito, do que o acadêmico, a intenção do acadêmico quando entra na universidade, a área de atuação que o mesmo pretende”. (E7)

Intervenção

4. Em quais das especificidades da intervenção profissional, essas já citadas, você acredita que poderá haver maior crescimento, demandando mais profissionais da educação física

A ampla maioria, os E12, E13, E1, E2, E3, E4, E5, E6 e E8, considerou que a saúde é a área que haverá maior crescimento, seja porque o profissional está sendo requisitado para a área, ou porque a obesidade é um dos problemas atuais. Com os posicionamentos praticamente iguais, para representar este contingente citamos os E13 e E4:

Eu acredito que a área da saúde é a mais promissora. A área também do lazer é muito promissora. Eu acredito que o profissional de educação física, identificando a possibilidade que tem de trabalhar na questão da promoção da saúde, da melhoria da qualidade de vida, de promover uma vida mais alegre, né, isso aí é uma coisa que o ser humano, que a humanidade, com a evolução, com as características da vida moderna, vai necessitar.” (E13)

A área de saúde, né. A qualidade de vida, a obesidade, está tudo aí, então o treinamento esportivo, avaliação física, preparação física. Eu acho que essas vão estar muito requisitadas. E a gestão também, em educação física, está crescendo muito. Eu acho que essas quatro, eu citaria como as que vão precisar de muito mais profissionais, e bem mais preparados.” (E4)

O presidente entrevistado E14 entende que todas as especificidades se expandirão, visto que o país aumenta o seu contingente de pessoas idosas e de obesos, requerendo que haja o domínio por parte do profissional de todas as especificidades.

“No meu entendimento, as sete especificidades vão estar permanentemente com um desenvolvimento, principalmente porque o Brasil hoje deixou de ser um país jovem, como era a trinta anos atrás, passou a ser um país de idosos, então você vai ter toda uma demanda de atendimento a idoso hoje, que cai praticamente em todas essas áreas aqui. Você tem o problema de nós estarmos com a questão do sedentarismo que está resultando na doença de obesidade, o que também cai em cima de todas essas especificidades” (E14)

Conjugam a saúde com outras especificidades, os E9, E11, E7. O treinamento desportivo também é destacado entre estes três presidentes. Além destas, a Licenciatura foi destacada:

“A docência, eu acredito que na parte da área de saúde e o treinamento esportivo.” (E9)

O treinamento desportivo foi justificado pelo presidente E11 em virtude dos megaeventos que o Brasil estará sediando nesta década e ressalta também a área da saúde, que absorverá os profissionais de Educação Física principalmente pelos órgãos públicos:

“Eu destacaria o treinamento desportivo, em virtude dos mega eventos que o Brasil estará sediando nesta década. Logo após a qualquer grande evento a sociedade se organiza e existe um crescimento. E também a questão da saúde, com a absorção dos profissionais de educação física pelas Secretarias de Saúde dos estados e municípios nos programas do Ministério da Saúde, no Sistema Único de Saúde, com atuação nos Programas de Saúde da Família (PSF's) e nos Núcleos de Assistência a Saúde da Família (NASF's), e no Programa de Residência Multiprofissional.” (E11)

O presidente E7 além de concordar que o treinamento desportivo seja a especificidade que mais crescerá, agrega também a licenciatura, assim como a gestão:

“Entre as sete, treinamento esportivo e preparação física estão em grande alta, assim como a regência e a docência também. Mas cada vez mais a gente tem profissionalizado a gestão, tanto de entidades desportivas quanto de outras áreas, e a gestão também é uma área que tem aumentado, tem crescido, e necessita da demanda de profissionais pra essa intervenção.” (E7)

O presidente E10 considerou que a orientação será a especificidade de maior crescimento:

“Na minha opinião é o item seis, orientação da atividade física.”
(E10)

Subcategoria D1 Reconhecimento interno do sistema CONFEEF/ CREFs

5. Quais são as ações que devem ser empreendidas para que os profissionais de educação física reconheçam o sistema CONFEEF/CREFs como consolidador da identidade profissional?

Os presidentes E4, E6, E13 e E14 entenderam que deveria estabelecer parcerias com as Instituições de Ensino Superior (IES) e por intermédio de palestras e debates sobre a divulgação do Sistema como consolidador da identidade profissional. Representando estes pensamentos, citamos E4 e E13:

“Debates de todo período de formação pelas IES, esclarecendo o que é um conselho, o que é uma associação, o que é um sindicato”.
(E4)

Uma outra ação é estabelecer parcerias com os sindicatos:

“Mostrar pra ele que o conselho pode, através de parcerias, convênios com sindicatos, com associações, eles podem também trazer benefícios, outros benefícios para o profissional, para a profissão” (E13) Trabalhar em prol da sociedade, conforme os Presidentes E9, E7 e E5 permanecendo a citação E9:

“Ser claro nas suas ações, é trabalhar em prol e em benefício da sociedade, é fazer com que, mais uma vez, não usemos o sistema CONFEEF/CREFs apenas como mostruário da profissão, e sim como algo que vai realmente beneficiar a sociedade, pra quem o sistema está proposto a atuar e a trabalhar.” (E9)

Foram citadas ainda outras ações, tais como a valorização da informação por E2 e E10, permanecendo a manifestação deste último:

“Enquanto o nosso profissional não for bem informado de todas as conquistas realizadas pelo sistema, ele não irá valorizar o sistema CONFEF CREFs” (E10)

E12 explicita que o Sistema deve também dar garantias ao profissional:

“Garantir ao profissional de educação física o exercício profissional”. (E12)

E11 destaca a necessidade de posicionamento do Sistema:

“O CONFEF e os CREFS tem que tomar posição diante de todas as coisas”. (E11)

Fazer uma campanha é a opção de E3:

“Eu acho que tem que ter uma campanha mostrando a importância dele se identificar com o conselho”. (E3)

Realização de eventos, cursos e palestras foram apontados como importantes para manter aproximação do profissional pelo E6:

“Buscar os profissionais a estarem próximos do conselho levando, através de eventos, cursos, palestras, mostrando os novos caminhos da profissão, atualizar o profissional com relação ao seu conhecimento”. (E6)

E finalmente o E8:

“O sistema CONFEF/CREF tem se que se transformar em um dínamo polarizador de boas ideias”. (E8)

As ações que devem ser empreendidas, para que os profissionais de educação física reconheçam o Sistema CONFEF/CREFs como consolidador da identidade profissional, foram várias, entre elas: o estabelecimento de parcerias

com as Instituições de Ensino Superior e por intermédio de palestras e debates; estabelecer parcerias com os sindicatos e associações; trabalhar em prol da sociedade. Foram citadas ainda outras ações, tais como: valorização da informação, dar garantias ao profissional; o sistema se posicionar sempre; fazer campanhas de divulgação e ser um produtor de boas ideias.

A preocupação com a sociedade se faz presente conforme E9 no sentido de consolidar a profissão no seio da sociedade, ou ainda, conforme E10, o profissional ainda não tem consciência de sua real função na sociedade.

“Os desafios são sempre aqueles que a gente vem trabalhando ao longo desses anos. (...). Dentre eles é consolidar nossa profissão no meio da sociedade, e fazer com que as pessoas entendam a importância do profissional, o trabalho do profissional, para que ela seja realmente beneficiada à altura do seu merecimento” (E9)

“No Brasil, até pelos profissionais, eles são meio indecisos ainda, ou ainda não tem consciência de qual a sua real função na sociedade. (...) um grande desafio nosso vai ser perceber, ou detectar durante a sua formação, qual área de atuação que ele vai intervir.” (E10)

E11 e E8 acreditam que é necessário que os profissionais ocupem todos os espaços e entendam sua função nos respectivos espaços. O E9 acrescenta que a área da saúde está em crescimento na profissão, sendo necessário demonstrar para a sociedade a importância do profissional.

“Então acredito que os desafios sejam, primeiro, a gente ocupar todos esses espaços que a gente tem e poder se enxergar como profissional nesses espaços, e tentar juntar tudo isso, numa grande identidade, digamos assim, que possa atuar nesses diversos espaços”. (E11). “Ocupar campos de conhecimento dentro da educação física, que é área da saúde, (...) Com isso nós vamos mostrar pra sociedade o quanto nós somos importantes à promoção da saúde. E abrir mercado de trabalho. Mas pela competência, pelo convencimento, e pela ação política. Todo profissional de Educação Física tem que se transformar num ser político. E por essa

capacidade política e pela atividade física, aí sim, não educar o físico, mas o cidadão com toda sua complexidade”. (E8)

Categoria 2 – Representatividade

Para esta categoria, foram formuladas três perguntas com duas subcategorias: representatividade profissional e social, e intermediação de interesses.

Subcategoria A2 - representatividade profissional e social

1.Como ampliar a Representatividade do sistema CONFEF/CREFs diante dos profissionais de educação física e da sociedade?

O entendimento dos presidentes E14, E2, E3, E4, E5, E7 e E11 se fundamentam em execução de campanhas e informações, destacando o E2 que representa o pensamento deste conjunto:

*“Eu penso que, tanto junto à sociedade como aos profissionais, tem que continuar o trabalho de informação, de passar segurança quanto a questão do trabalho que está sendo feito. As pessoas tem que sentir como participantes, a medida que eles vão sentir cada vez mais, na medida que eles entenderem que as pessoas que estão a frente desse movimento são sérias, são honestas, são corretas”.
(E2)*

Além da execução de campanhas e informações, os entrevistados E3, E4 e E8 destacam também que a saúde é um forte componente para ampliar a representatividade do profissional perante a sociedade, além da utilização da mídia que também é reforçada por E5. Optamos em citar E4 e E9 respectivamente:

“Todo tipo de mídia que a gente puder usar pra chegar ao profissional, principalmente à sociedade. Saber que a atividade física

hoje em dia não é mais uma questão de estética, é uma questão de saúde” (E4).

“A partir do momento que o profissional entender que nós somos um dínamo de boas ideias, e que essas boas ideias o capacita a ter um melhor lugar na sociedade, também se traduz em melhoria de mercado de trabalho. Isso, conseqüentemente, vai causar um sistema de causa e efeito na sociedade, que é o reconhecimento social desse profissional. Nós temos que nos tornar imprescindíveis à promoção de saúde através da atividade física.” (E8)

E5, E9, E10, E14 e E11 afirmam que, tanto para a sociedade como para o profissional de educação física, a divulgação das realizações, das campanhas e das atividades do conselho em níveis municipal, estadual e federal, são ações capazes de ampliar a representatividade do Sistema. Foi destacada a campanha de comemoração do dia do profissional de educação física como importante para dar visibilidade ao profissional e sua importância para a sociedade. Este item é partilhado por E14 e também por E7:

“Essa representatividade, no nosso entendimento, é que vai se dar pelo trabalho que vem sendo feito hoje, junto às entidades, ao poder executivo, judiciário e legislativo. (...), essa representatividade junto a sociedade, é um trabalho de divulgação, de campanhas que são necessárias, como nós temos feito a campanha do dia primeiro de setembro(...) tendo sido desde oito ou nove anos atrás um passo fantástico que nós demos, uma iniciativa espetacular, porque ela de fato levantou, e ampliou a visibilidade do profissional de educação física na sociedade,” (E14)

“Eu acredito que o sistema desenvolve essas campanhas anualmente, e a gente destaca com maior consistência a data de primeiro de setembro. Eu acredito que essas campanhas poderiam se estender ao longo do ano, não só com os profissionais de educação física, mas também pra sociedade...” (E7)

E12 ressalta que deve ser feito um forte trabalho junto às IES e também com os acadêmicos:

“A gente precisa fazer um trabalho muito forte, dentro das IES principalmente, com os acadêmicos, de qual é o papel do conselho e da necessidade da existência do conselho”, (E12)

E13 destaca que é necessário informar qual é a função do conselho e que nos eventos realizados seria importante colher as sugestões dos participantes e que a rede social deve ser utilizada.

“Primeiro, como eu já disse antes, informar qual é a função do sistema CONFEEF/CREFs. Porque o profissional só vai poder colaborar a partir do momento que ele sabe qual é a função e o que ele pode contribuir. Outra coisa importante é haver uma possibilidade de diálogo permanente e contínua do profissional de educação física com o sistema. (...) através de eventos sistematizados, congressos, simpósios, conferências, poderão ser obtidas sugestões e contribuição do profissional de educação física. A utilização das redes sociais, a utilização do portal, de e-mails, tudo isso vai facilitar essa comunicação do conselho com o profissional. E isso pode melhorar, profundamente, a relação do profissional com o conselho”. (E13)

E1 acredita que a implantação de câmaras legitimam as ações agregando as pessoas que acreditam, e participando, como reforça o cref3, passam a entender que as pessoas que estão à frente do movimento são sérias.

“Eu acho que a gente se legitima na medida em que a gente faz algumas coisas e que as pessoas acreditam nisso também, né. A gente está implantando lá um sistema que o CREF 1 já implantou, que (...) são as câmaras.” (E1)

E6 fez referência a realização do congresso científico, que havendo profissionais, estudantes e professores universitários, se consegue agregar valores e exemplifica:

“O Congresso Científico do Conselho Regional de Educação Física da sétima região (CONCREF 7). Então esse CONCREF 7, deu uma luz assim, tão boa, porque no auditório que tinha em torno de trezentas e trinta pessoas, (...) conseguimos ali agregar valores que eu achei assim, fantástico”. (E6)

O entendimento dos presidentes destaca a execução de campanhas e informações. A divulgação das realizações, das campanhas e das atividades do conselho em níveis municipal, estadual e federal, são ações capazes de ampliar a representatividade do sistema. Foi destacada a campanha de comemoração do dia do profissional de educação física (1º de setembro) como importante para dar visibilidade do profissional para a sociedade. Além da execução de campanhas e informações, destacam também que a saúde é um forte componente para ampliar a representatividade do profissional perante a sociedade, e ainda, a utilização da mídia, tanto para a sociedade como para o profissional de educação física. Destaca-se a necessidade de se informar a função do conselho, colher as sugestões dos participantes e utilizar a rede social. Acreditam que a implantação de câmaras legitimam as ações agregando as pessoas, que participando, passam a entender que estão à frente do movimento pessoas sérias. Também a realização do congresso científico, contemplando profissionais, estudantes e professores universitários consegue agregar valores.

Representatividade profissional e social

2. Entende que os órgãos reguladores profissionais devem se preocupar, acompanhar, analisar e se posicionar frente as resoluções emanadas do Conselho Nacional de Educação, que trata da formação de seus profissionais?

Consideramos que o posicionamento abaixo representa com amplitude o entendimento unânime de que o órgão regulador profissional deva acompanhar, analisar e se posicionar frente às resoluções emanadas pelo Conselho Nacional de Educação.

“Isso sem dúvida nenhuma. (...) Não só devemos estar lá, como devemos estar fiscalizando as próprias resoluções do conselho (CNE). Porque o conselho também é flutuante, né, ele vai de acordo com os interesses, a convicção, e a ideologia, daqueles conselheiros que estão lá” (E14).

O presidente E10 ressalta que tanto a sociedade como os profissionais de Educação Física cobram do CONFEF uma posição, principalmente quando a resolução do CNE interfere negativamente na vida profissional

“Concordo plenamente que é uma das funções do conselho, e a sociedade, principalmente os profissionais, nos cobram. Toda vez que sai uma resolução no Conselho Nacional de Educação, que interfere positivamente ou negativamente, eles querem saber a opinião do CONFEF: “por que o conselho deixou acontecer isso? Por que o conselho não fez nada?”. Eu acho que é importante o conselho estar presente para que possamos divulgar aquilo que o conselho fez quando acontecer alguma resolução que se sintam prejudicados”. (E10)

O presidente E11 acresce que as resoluções do CNE nem sempre são respeitadas pelas IES e acaba existindo um prejuízo ao profissional pelas inobservâncias do Ministério da Educação, o que resulta em embates jurídicos entre os CREFs e as IES mesmo que tenham firmado parcerias:

“Entendo que, apesar do papel dos órgãos reguladores profissionais ser o de habilitar ao exercício profissional, se resoluções do CNE não são respeitadas pelas IES, e se o Ministério da Educação não efetua fiscalizações efetivas, existe um prejuízo ao profissional e um

frequente embate dos CREFs com as IES, com desdobramento na justiça, apesar das parcerias estabelecidas.” (E11)

Os presidentes E12 e E5 preconizam “o entendimento” entre CNE e CONFEF. De que é preciso estabelecer a mesma linguagem:

“A gente depende do conselho de educação, em nível nacional ou estadual, pra realmente desenvolver as nossas ações. Mas precisa ter um entendimento melhor entre o Ministério da Educação e o próprio sistema CONFEF/CREFs. Eu acho que a gente ainda não está falando a mesma linguagem. E isso é complicado porque atinge o profissional de educação física, que é o grande prejudicado nessa situação”. (E12)

“O CNE é um órgão que trata da profissão, com as suas obrigações, que são diferentes do conselho, mas evidentemente que um tem que entender o outro. Eu tenho que saber o que está acontecendo no CNE, assim como o CNE tem que saber o que está acontecendo dentro do conselho.” (E5)

Os presidentes E2 e E4 levantam os argumentos de que os conselhos profissionais entendem bem os problemas de sua intervenção profissional, e que pode haver equívocos desde a formação com efeitos cascata em toda legislação trazendo prejuízos aos profissionais:

“Ah, com certeza, porque se nós não nos posicionarmos, as pessoas que estão eventualmente lá, elas não tem o conhecimento da intervenção profissional. E os conselhos profissionais é que conhecem sobre intervenção profissional. Então a medida que eles se omitem, não participam, há grande possibilidade de equívocos na definição das regras desde a formação. Enfim, toda legislação, quando você não participa, acaba permitindo que pessoas, eventualmente que não tenham conhecimento, acabem decidindo para as pessoas que estão lá na linha de frente, que atuam no dia a dia, e que conhecem.” (E2)

“Com certeza. Eu acho que nós temos que acompanhar. Nós estamos vendo aí algumas coisas que acontecem no CNE que sobram para os conselhos. Eles tomam uma resolução, dão um parecer, aí corre todo mundo para o conselho, sem entender que o conselho não tem interferência legal. Mas nós poderíamos ter uma parceria mais forte com o CNE, e que a gente fosse escutado, e realmente respeitado naquilo que é próprio da profissão. Eu acho que nós entendemos bem mais do que eles. Cada conselho na sua área, entendeu?” (E4))

Acrescendo aos argumentos dos E2 e E4, citamos o posicionamento de E8, que destaca algumas resoluções do CNE por trazerem prejuízos ao profissional de Educação Física, afeta também os acadêmicos e os usuários:

“Acho que tem que haver uma participação. (...) Porque muita das resoluções não prejudica só o profissional. Porque se você colocar o número de usuários em relação ao profissional, é muito maior. E se você tiver prejudicando também o usuário, você está prejudicando a sociedade.” (E8)

O E7 apresenta alguns motivos para que ocorram muitas dúvidas. A primeira delas é em função da profissão ser recentemente regulamentada e a segunda é a falta de informação da competência entre os dois Conselhos, e finalmente o equívoco cometido quando os profissionais creditam ao CONFEF algumas resoluções que na verdade foram aprovadas pelo CNE:

“Eu acredito que sim. Principalmente na nossa profissão. Por se uma profissão recentemente regulamentada, muitas dúvidas ainda estão no ar, e acaba que as resoluções emanadas do Conselho Nacional de Educação, acabam interferindo diretamente nas ações do CONFEF na habilitação profissional. Então os profissionais acreditam que é o Conselho Regional de Educação Física que trata essas resoluções, e não o Conselho Nacional de Educação. Acaba tendo um desconforto entre os profissionais, os egressos das

universidades, os diretores das IES e o Conselho Regional de Educação Física.” (E7)

E3 entende que antes os profissionais de Educação Física não eram ouvidos, e que de uns anos para cá, ainda que haja ruídos na comunicação, já melhorou muito:

“Se nós temos que intervir? Sim. Diretamente. Eu acho que é muito importante a nossa intervenção do sistema CONFED/CREFS no Ministério da Educação, nos conselhos estaduais de educação. A gente tem que ser ouvido, a formação tem que partir da gente, da nossa orientação. Eu acho fundamental. E um dos grandes problemas nossos é que a gente nunca era ouvido antes do Sistema. E de uns anos pra cá, não totalmente, mas já melhorou muito” (E3)

Subcategoria B2 – intermediação de interesses

1. Considerando a natureza de conselhos reguladores da profissão, que ações devem se empreendidas para intermediação de interesses, simultaneamente, aos profissionais e proteção a sociedade?

A intermediação de interesses simultâneos se caracterizou pela garantia do trabalho a ser exercido pelo Profissional de Educação Física, já que existe um órgão regulador e, ao mesmo tempo, garantir que o trabalho seja desenvolvido com qualidade em prol da sociedade, destacando que o próprio profissional poderá ser punido em caso de erros profissionais. Mesmo que o profissional possa ver o Sistema como um órgão com exigências legais que pode impedir ou dificultar a sua intervenção, tem seu papel relevante ao impedir leigos de atuarem conforme acontecia no passado. Tanto o E14, quanto os E9, E12 e E13, colocaram claramente que o foco maior do Sistema é o de defender a sociedade. Destacamos o E13 evitando a citação dos demais que se repetem:

“O conselho, pela sua natureza, ele tem que defender a sociedade e ser um corregedor do exercício profissional. Indiretamente a ação do conselho vai valorizar o profissional. Mas o profissional em si não deve ser o foco do conselho. A proteção corporativista, os interesses trabalhistas, tudo isso tem que ser tratado a nível de sindicato, de associação, e cooperativa.” (E13)

Para o E11 a sociedade entende o papel do órgão regulador como propiciador de maior segurança, sendo que o profissional de Educação Física o vê como órgão regulador, porém sem se dar conta que hoje ele impede ações profissionais por parte de leigos e curiosos:

“A sociedade civil ela entende, na sua grande maioria, que o papel regulador dos conselhos profissionais traz uma maior segurança a ela. Já o profissional de educação física vê o conselho profissional como órgão controlador, com exigências legais que podem impedir ou dificultar a sua intervenção. Não percebendo, entretanto, que o órgão controlador tem papel relevante na identificação dos leigos e curiosos que atuaram por muito tempo na educação física e no desporto.” (E11)

E10, E5 e E6 entendem que a intermediação de interesses deve ser colocada tanto para a sociedade como para a categoria profissional. Reforçando esta posição, E7 entende que ocorre tanto a garantia para a sociedade como a exigência de habilitação para o profissional. Citamos os E5 e E7:

“Eu considero que os dois aqui, no caso, nós temos que trabalhar atendendo as duas situações, tanto profissional como a sociedade.” (E5)

“Eu acredito que você garantindo o direito da sociedade em ser atendido pelo profissional de educação física, simultaneamente você garante o interesse do profissional de educação física. Ou seja, você garantindo que a sociedade seja atendida pelo profissional

habilitado, o profissional habilitado está sendo, podemos dizer, assistido por essa ação.” (E7)

Para o E2 o entendimento do conselho como mero arrecadador que só pune e fiscaliza deve ser mudado para conhecer o papel dos Conselhos que julga os processos éticos de forma séria, para não haver impunidade e consequentemente proteger a sociedade:

“Infelizmente muitos conselhos são vistos pela sociedade como arrecadadores, que só querem fiscalizar e punir o profissional. Eu penso que a gente tem que mudar esse foco, mostrar que tanto a sociedade, nós estamos ali pra proteger a sociedade do mal profissional, e com isso fazer um trabalho muito sério nessa parte do julgamento dos processos éticos, mostrando transparência. Que isso tudo fique claro como está sendo feito, esse processo todo, que realmente as pessoas que estão agindo de forma equivocada estão sendo punidas”. (E2)

E3, E8 e E4 citam a importância dos Conselhos na mediação da atuação do profissional de Educação Física principalmente na área da saúde, como na capacidade que têm de se reunir com outros Conselhos profissionais. Novamente se reforça a intenção de quebrar o paradigma do entendimento de serem órgãos de repressão pelos E3, E8 e E4:

“.... hoje você pega as clínicas de laboratórios, estão diretamente ligados na intervenção do profissional pra saúde. E são locais onde há tempos atrás ninguém nunca imaginava que um sistema de saúde das empresas particulares, os convênios, comesçassem agora a utilizar o profissional de Educação Física, inclusive abrindo clínicas pra diminuir o custo benefício, né.” (E3)

“O CREF 9 foi o protagonista para a volta das reuniões do conselho. Nós temos uma reunião, uma vez por mês, de todos os conselhos. (...) Hoje no Paraná tem muito mais médicos veterinários, formados ao longo dos anos, do que profissionais de

educação física. No entanto, nosso conselho tem vinte e três mil registrados, e o de medicina veterinária só sete mil. Não é dada a importância ao conselho porque eles só vêem o conselho como órgão de repressão. É preciso que todos os conselhos mudem esse paradigma.” (E8)

E4 reforça que é preciso empreender ações de interação com as outras profissões, debater mais as questões relacionadas a interdisciplinaridade e equipes multiprofissionais.

“Eu acho que a mídia é esclarecedora, os debates e outros cursos, até, a gente participar da interdisciplinaridade (...) acho que nós temos que estar interagindo mais com as outras profissões.” (E4)

Categoria 3 – Gestão Democrática

Em relação a categoria Gestão Democrática formulamos três perguntas à partir de duas subcategorias: possibilidades e desafios. Sobre a subcategoria “possibilidades”, foram formuladas duas perguntas, sendo a primeira pergunta:

Subcategoria A3 - possibilidades

1. Qual é o seu entendimento de gestão democrática e que ações poderão contribuir para fortalecê-la?

“Eu penso que essa linha adotada pelo nosso sistema, de ser um sistema parlamentarista, de ser um sistema calcado num processo coletivo, e cada vez mais colocando, utilizando as ferramentas de internet, portal, botando tudo à disposição do profissional informando ao profissional de todas as deliberações, de tudo que vem sendo feito, me parece que atende a questão, tanto transparência quanto democracia, dentro dessa linha que eu entendo do que seria uma gestão democrática” (E14)

O entendimento dos entrevistados E9, E10, E1, E2, E4, E5 e E6 é de que gestão democrática é aquela em que há participação de todos. E2 e E5 representam os demais:

“Bom, gestão democrática eu entendo que é aquela que possibilita que todos tenham abertura pra poder se posicionar, participar, se envolver no processo. Então eu vejo que, quando você tem as regras que são postas, são claras, e que oportuniza todos a ter participação no processo, não tendo nenhum tipo de restrição, ficando que as pessoas tenham o livre acesso a todas informações, divulgando as informações, incentivando a todos a participarem, porque quanto mais participação tiver mais fácil vai ser o trabalho.”
(E2)

“Bom, o entendimento é que uma gestão democrática tem que ser o mais aberto possível, possibilitando o máximo de participação de todos. Basta ser registrado no sistema que você já tem que ter uma forma de estar interferindo, ainda que seja numa situação diferenciada daqueles que estão vivenciando o dia a dia. Deve ser um sistema aberto, onde você pode, através de... abrir um portal. Tipo um portal, “o que você pensa do conselho?”, colocar uma caixa de sugestões, na entrada do conselho pra poder colher impressões dos registrados. Todos devem atuar, uma vez que ele é registrado, faz parte do sistema.” (E5)

Houve o entendimento de que a gestão democrática poderia ser efetivada com a participação de representantes:

“Eu entendo como gestão democrática a gestão realizada com a participação de representantes dos vários segmentos. No nosso caso específico, profissionais, coordenadores de IES, acadêmicos, conselheiros, etc.” (E11)

E13 ressalta o voto como principal instrumento e E12 destaca as informações que devem estar disponíveis. E13 acrescenta que as pesquisas devem ser feitas no sentido de aproveitar os posicionamentos que então fariam parte de um plano de gestão, ressaltando que as instituições sejam conduzidas de acordo com a vontade dos profissionais:

“Olha, eu acho que a gestão democrática, hoje a gente vive num país democrático e que a gestão tem que ser aberta, tem que ser participativa, os dados, as informações tem que estar disponíveis nos diversos meios de comunicação”. (E12)

“Eu acho que o voto ele é o principal instrumento. Outro instrumento seria o canal aberto de diálogo, a ouvidoria, o fale conosco. Deixar sempre um canal aberto, inclusive utilizando as tecnologias, a internet, pra que haja uma comunicação permanente. Ou seja, é importante manter o diálogo. As instituições têm que ouvir o profissional. O profissional tem que ser estimulado inclusive a participar. Acredito também que pesquisas podem ser feitas pra elaboração de plano de gestão. Eu acho que isso é importante ser feito para que as instituições possam gerir de acordo com a vontade das pessoas, com a vontade dos profissionais. Então, pra você manter a democracia, o voto, a comunicação, e outras coisas mais, são importantíssimas” (E13)

E7 apresenta certa preocupação em relação ao fato da base ser ouvida:

“Eu acredito que todos os gestores, tanto no nosso caso, os conselheiros, a diretoria, a presidência, ela deve sempre estar ouvindo a base.” (E7)

E8 ressalta a vigilância à democracia e pondera sobre a importância do conhecimento que deve ser compartilhado por todos:

“Alguém disse que o preço da democracia é a eterna vigilância. A democracia é onde você consegue, primeiro lugar, fazer um trabalho pra botar todos aqueles que discutem no mesmo nível de

conhecimento. É utópico? É. Mas se não houver isso não vai haver democracia.” (E8)

Subcategoria possibilidades

2. Considerando que a fiscalização ético-profissional é realizada pelos órgãos reguladores, que mecanismos podem ser implementados para fortalecer o entendimento de que a postura dos integrantes do “sistema” deva circunscrever-se às posições ético-políticas em contraponto as posições político-ideológicas?

E14 ressalta que as decisões estabelecidas no coletivo devem prevalecer aos pontos de vista individuais. Tais decisões devem ser defendidas por todos, mesmo por aqueles que tenham posicionamento diferente:

“É você estabelecer, no coletivo e no conjunto, que após uma decisão tomada todos têm que incorporar aquela decisão e defender a decisão, independente se ela é do seu ponto de vista ou não. Creio que isso tem sido adotado pelo sistema conselho federal, conselho regional de educação física, e até hoje me parece que, de uma certa forma, bem implementado” (E14)

E9 considera que deve haver um equilíbrio das posições ético-políticas e os posicionamentos político-ideológicos, havendo no entanto uma sobreposição da posição ético-política.

“É, o ser humano ele é, por natureza, político. E muitas vezes também político ideológico, não é? Mas eu acredito que essas duas situações elas devem estar também em sintonia, também em equilíbrio. Mas se for pra que você escolha um pra estar a frente do outro, eu acredito que o ético político deve estar se sobrepondo, no caso, do que nós fazemos junto ao sistema CONFEF/CREFs para a sociedade.” (E9)

Ao citar E2, contemplamos o entendimento de E11, E4, E2, E8 e E3 que defendem a prevalência dos preceitos éticos em relação às posições políticas e ideológicas:

“Eu acho que tem que ter muito mais fundamento na questão ético-política, de definição a longo prazo, pensando que aquela estrutura existe com objetivo de defender a sociedade dos maus profissionais e não apenas de posições pessoais ideológicas, momentâneas, que as pessoas possam utilizar daquele espaço pra se promover pessoalmente e não pensar no conjunto maior, que seria o benefício de uma fiscalização correta, adequada, fazendo com que as pessoas que realmente estão preparadas, atuem profissionalmente.”
(E2)

E12 entende que o mecanismo a ser implementado é a realização de uma campanha de orientação e conscientização da sociedade e dos profissionais de Educação Física:

“A gente precisa fazer um trabalho mais forte de orientação e de conscientização, não só da sociedade, como dos próprios profissionais. Muitos colegas nossos não sabem ainda nem qual é o papel do conselho, pra que o conselho existe.” (E12)

E13, E5 e E7, entendem que os documentos balizadores do Sistema são importantes para tratar desta questão. E13 se referencia no Código de Ética, entendendo que deva ser o referencial principal para os membros do Conselho:

“Eu acredito que o código de ética tem que ser o referencial de todo mundo, principalmente dos dirigentes que são os guardiões, vamos dizer assim, dos documentos, do código de ética, do documento de intervenção, do estatuto, do regimento.” (E13)

E5 aponta os documentos como peças importantes para organizar o sistema, inclusive de reconhecer que as posições de caráter ideológico

ocorram, porém os instrumentos normativos não devem permitir interferências de posturas ideológicas:

“Bom, eu entendo que todos os órgãos, qualquer entidade, qualquer órgão que seja, ele tem que ter seus regimentos, suas normas, estatutos, regimentos, dentro desses instrumentos que são democráticos, que são os instrumentos que organizam o sistema. Deve-se buscar uma forma de impedir essa situação da possibilidade, de uma situação política ideológica ser colocada a qualquer custo...” (E5)

E7 reforça a legislação que o Conselho deve observar e executar estritamente o que está escrito:

“Bem, na verdade eu acredito que ela deve seguir o que a legislação diz. Então não deve ter nenhuma outra posição, a não ser o que diz a regra. Então a gente poderia até parafrasear que a regra é clara. Então eu acredito que o conselho ele deve executar o que a lei diz pra ser executada.” (E7)

E8 ressalta que o julgamento deve se ater a ética profissional e que a realização de discussões ético-profissionais com participação de palestrantes, reforça a preservação dos direitos dos usuários de serem atendidos por um profissional ético e competente. Considera que as câmaras técnicas auxiliam bastante, já que são profissionais da temática em disputa para que, acompanhando o processo de julgamento contribuam para uma maior isenção no julgamento:

“No CREF 9 nós fazemos, pelo menos duas vezes por mês, uma grande discussão ético-profissional, trazemos palestrantes, e mostramos que o que está ali em jogo não é a verdade de cada arguinte nas oitivas dos processos éticos, mas simplesmente julgar o fato acontecido, nada mais, sem a implicação político-ideológico.

Nós só julgamos exatamente o ato técnico dentro da ética profissional. Não me importa o partido político que ele ocupa, não me importa o pensamento político que eu tenha, a nossa busca é da preservação dos direitos dos usuários de ser atendido por um profissional ético e competente. (...) Nós criamos um outro sistema que também auxilia nisso, que é chamado câmara técnica. O que é uma câmara técnica? Ela é formada por dois profissionais de cada área. Exemplo. Dois profissionais de luta, dois profissionais de ioga, dois profissionais de dança, dois profissionais de hipismo, seja lá o que for, e aquele julgado na hora, se for daquela área, serão chamados duas pessoas dessa área para também estarem juntos e ver se o julgamento, as perguntas, a oitiva foi feita sem partidarismo, sem que aqueles arguintes ou julgadores, fossem partidários de uma causa ou de outra, mas que eles fossem isentos de qualquer emoção, e simplesmente julgassem o fato pela característica ético-profissional, mais nada.” (E8)

Subcategoria B3 – desafios

1. Como lidar com as correlações de força desfavoráveis ao sistema CONFEF/ CREFs?

E14 explicita que os grupos ideológicos que defendem uma formação estritamente para a licenciatura, são detentores de uma postura desfavorável. Tem que ser demonstrado para sociedade a importância do profissional de Educação Física que hoje é também vinculado a área da saúde:

“Desfavorável, no meu entendimento, são apenas esses grupos ideológicos que defendem que a formação de educação física deva ser exclusivamente pra docência, e que nas demais áreas da atividade física não precisaria ter uma formação superior. E aí é cada vez mostrar para a sociedade a importância desse profissional,

*hoje vinculado também à área da saúde, da atividade esportiva”
(E14)*

Coloca em primeiro plano o diálogo ou evitar ataques E9, E10, E6, E3 e E8, mesmo que não haja o convencimento justificar os pontos de vista é importante. Todos acrescentam alguma particularidade para fundamentar sua posição:

“Diálogo. Primeiro ponto é o diálogo. Porque na hora que existe essa correlação de forças, quem pode mais, eu acredito que você, não vou dizer convencer, mas pelo menos justificar o seu ponto de vista através do diálogo. Não adianta eu querer forçar a barra, querer dizer que a minha idéia se sobrepõe a sua se eu não lhe escutar. Então o diálogo ele é fundamental nesse setor”.(E9)

E10 reforça a importância do diálogo acrescentando que as ações judiciais somente devem ser utilizadas em último caso:

“As ações que nós estamos, até então, tomando, são através de diálogo, sem uma ação efetiva de ações judiciais, só em último caso.” (E10)

E6 e E3 defendem que deve se evitar o ataque e sim primar pela tranquilidade, de forma política agir contornando o problema, pois assim o sucesso é alcançado:

“...Tive tanto sucesso que aqui num evento, SINEPE, Sindicato das Escolas Particulares, me chama pra eventos, o sindicato me chama pra debate. Conseguimos ter uma boa ação nesse aspecto, com muita tranquilidade, sem um ataque. Sem ataque. Sempre de forma muito política mas evitando o ataque” (E6)

“A gente tem que mostrar que a gente veio pra organizar, melhorar e desenvolver a nossa profissão. Se fosse pra bater contra os que são contra, não é democracia” (E3)

E8 defende que deve-se fazer parcerias e ao mesmo tempo absorver as críticas. Demonstra que mesmo partindo de uma situação extremamente desfavorável, é possível reverter a situação com muita humildade, argumentar e ao mesmo tempo alinhar o discurso ético com uma postura também ética:

“...Quando eu assumi esse conselho nós éramos inimigos de todos. Eu te digo de todos. Nós estávamos brigados com todas as Secretarias de Estados e Municipais, todos os clubes, todas as federações, todo poder político, todos os profissionais, (...) Então nós tivemos que ouvir, as pessoas batiam, nós ouvíamos, falava, “me desculpe. Me desculpe. Me desculpe”. Até que a pessoa falava, “tá bom, eu te desculpo”. Aí você começava a argumentar. (...) Porque não adianta fazer um discurso e ter uma postura ética diferente daquilo.” (E8)

E11, E2 e E4, entendem que deve-se implementar as informações ou a conscientização, mas cada um particulariza diferentemente as razões. E11 identifica que existem forças desfavoráveis nas unidades formadoras. Para esta situação entende que deve ser quebrado este paradigma conseguindo acesso aos estudantes ainda no primeiro período e até a conclusão de seu curso. Seria importante levar ao conhecimento destes as ações do sistema. Neste sentido, os próprios estudantes teriam condições de criar suas próprias conclusões:

“Eu acho que é quebrando paradigmas dentro das IES - instituições de ensino superior, junto aos professores e coordenadores e diretores, pois entendo que as forças desfavoráveis concentram-se, atualmente, nas unidades formadoras. E lógico, a gente pode quebrar tendo acesso ao acadêmico desde o primeiro período, e levando ao conhecimento, as ações do sistema, aos estudantes, até a conclusão do curso, onde ele próprio poderia sim criar a sua opinião.” (E11)

E2 reforça a opção de esclarecer e prover do maior acúmulo de informações, porém, com a maior rapidez possível, pois deixar o conflito crescer por falta de resposta provoca a insatisfação e prevalecem informações originalmente inverídicas:

“Bom, eu acho que, voltando sempre a mesma questão, é informando, participando, estar presente em todos os momentos, não se omitir em todas as situações que forem solicitadas, dúvidas, esclarecer na hora. Quanto mais informações forem passadas e você disponibilizar para eventuais conflitos, a tendência é de que você consiga avançar no processo. A medida que a gente deixa qualquer conflito crescer, não tendo respostas, ele pode complicar muito, porque as pessoas ficam inquietas, insatisfeitas, e acabam repassando informações que não são verdadeiras.” (E2)

“Deve haver a conscientização dos envolvidos neste processo para o bem da profissão.” (E4)

E13 e E5 consideram importante conhecer as críticas, verificar a natureza destas, se possuem caráter pessoal, político ou técnico. Identificada a natureza das críticas, pode-se utilizar os instrumentos tecnológicos hoje existentes para melhor informar a sociedade ou segmentos sociais da verdadeira função do Conselho:

“Primeiro lugar fazer questão de conhecer quais são as críticas, de identificar os motivos, a motivação das críticas, se são motivações de ordem técnicas, se são de ordem política, ou se são de ordem pessoais. E identificadas a origem, a intencionalidade dessas críticas, elaborar formas de você informar a sociedade, informar o cidadão, os segmentos sociais, a verdadeira função do conselho, a verdadeira situação a qual se está criticando. E mais uma vez eu repito, que isso pode ser feito através dos instrumentos tecnológicos que nós temos hoje”. (E13)

E5 acrescenta que a medida que o Sistema cresce essas forças indesejáveis deixam de existir:

“Primeiro tem que conhecer essas forças, identificar essas forças, saber de onde vem, quais são os seus objetivos, quais são suas estratégias. E a melhor maneira de contrapor a isso é fortalecer cada vez mais o sistema, pensar no crescimento do sistema, porque à medida que o sistema cresce essas forças vão deixando de existir.”
(E5)

E12 e E7 defendem que o Sistema CONFEEF/CREFs já alcançou um patamar seguro. E12 defende que haja no Sistema uma gestão profissionalizada. Mesmo sendo necessário uma avaliação, entende que o sistema tem mais forças do que fraquezas, inclusive já serve hoje de modelo para outros Conselhos:

“...Eu acho que o sistema CONFEEF/CREFs hoje tem muito mais forças do que fraquezas. Apesar da gente estar brigando muito pra que a gente tenha uma gestão profissionalizada. (...) o sistema CONFEEF/ CREFs hoje serve de modelo para outros conselhos. A gente, com pouco tempo que tem de criação, já avançamos bastante, até mais do que conselhos que tem várias décadas de criação. A gente está num caminho muito bom em termos de avanço quanto à essas questões.” (E12)

E7 a exemplo de E12 acredita na continuidade do trabalho que já vem sendo executado, pelo menos a sociedade já entende a importância de praticar atividade física com profissionais de Educação Física e que é necessário desenvolver ações para que o profissional de educação Física se reconheça como profissional:

“Eu acredito que a gente tem que continuar executando nosso trabalho, tentando a cada dia fazer com que o profissional reconheça a sua profissão, a sociedade eu acredito que já entende a importância de praticar atividade física. A sociedade já começa a

entender a importância de praticar atividade física com o profissional de educação física. E agora a gente tem que trabalhar que o profissional de educação física se reconheça como profissão e como profissional.” (E7)

Categoria 4 - Fatores de Desenvolvimento

Para esta categoria foram especificadas duas subcategorias, ambiente externo com as quatro primeiras perguntas e o ambiente interno com uma pergunta.

Subcategoria A4 – ambiente externo

1. O ambiente externo das organizações se caracteriza por constantes mudanças no campo social, econômico e político. Como garantir a sobrevivência dos órgãos reguladores da profissão diante de tais adversidades?

E11, E4, E13, E5 e E2 em suas considerações contemplaram a sociedade e consideraram também outros itens que favorecem a sobrevivência dos órgãos reguladores diante das mudanças. E14, E11e E4 ressaltam a necessidade da sociedade e governo compreenderem a importância dos órgãos profissionais reguladores. E14 entende que dificilmente a sociedade possa funcionar sem órgãos reguladores, considerando que a democracia está instalada. Em outras esferas dos segmentos da sociedade são exigidos órgãos reguladores, tal como imposto de renda, enfim, nas relações políticas, econômicas, portanto, dificilmente as profissões deixarão de ter sua regulação:

“Nós não criamos um sistema presidencialista, nós criamos um sistema parlamentarista, no qual nós estabelecemos que a entidade maior do nosso sistema é o plenário, ou seja, é a deliberação dos vinte efetivos, nos conselhos regionais, dos vinte efetivos e mais agora os quatorze presidentes, que compõem o colegiado do conselho federal. (...) Sem o órgão regulador, dificilmente as coisas

podem funcionar numa sociedade, principalmente democrática. Você precisa dos órgãos reguladores. Eu preciso do órgão regulador pra imposto de renda, eu preciso de órgão regulador pra telefonia, preciso de órgão regulador pra aviação... Enfim, você precisa regular as relações sociais, econômicas, políticas de todo o processo. Então acho difícil que, de alguma forma, as profissões deixariam de ter uma regulação” (E14)

E11 também reforça a relevância da organização para a sociedade. Exemplifica com a necessidade que o governo sentiu na década de 1930 de controlar as profissões, ressaltando a cientificidade da ação profissional:

“Eu acredito que as mudanças sociais irão ocorrer ao longo do tempo. Porém gostaria de lembrar que os órgãos reguladores da profissão foram criados no Brasil na década de 1930, quando o governo sentiu a necessidade do controle das profissões, principalmente as técnicas e científicas.(...) creio que as adversidades sempre existirão, porém o entendimento da relevância do seu papel para com a sociedade permanecerá e superará todas essas dificuldades.” (E11)

“Há necessidade primeiramente que as esferas do poder e a sociedade compreendam a necessidade de permanência dos órgãos reguladores” (E4)

E13 preconiza que defender a sociedade é cumprir com eficiência a função para qual o conselho foi criado. A ameaça e talvez as duas possibilidades de extinção da organização seria o desvirtuamento de suas funções ou as pessoas não conseguirem identificar o benefício proporcionado para a sociedade:

“Primeira coisa é cumprir, com eficiência, a função pra qual foi criado. Ou seja, defender a sociedade. (...) talvez o único perigo das instituições acabarem seria elas desvirtuarem as suas funções, ou

então as pessoas não conseguirem enxergar o benefício que essas entidades vem trazendo pra sociedade.” (E13)

“Esse é, talvez, um dos maiores desafios de todos os conselhos. Como foi dito nos itens anteriores, o conselho precisa ser visto não como um órgão arrecadador, um órgão que só apenas quer punir o profissional, ou prejudicar as empresas, enfim. Ele tem que ser visto como um órgão proativo, que está preocupado com a qualidade, com o atendimento da sociedade, de uma forma correta, ética e adequada, e principalmente tem que estar pensando longe. Nós hoje não podemos pensar pra um mês depois, dois meses.” (E2)

E5 diz que as situações adversas que venham a ocorrer, de caráter político e econômico, atingem a sociedade como um todo, e assim, os conselhos terão que se adaptar às novas situações:

“Nesse aspecto, os órgãos reguladores eles tem que, primeiro, ter claro uma situação que não é específica só dos conselhos, ela está na sociedade, a questão social, a questão econômica, política, ela vai interferir em tudo. E não vai deixar de interferir no sistema. Então o sistema tem que se adaptar a situação de momento. E inclusive sendo um instrumento para buscar os melhores caminhos, tanto no campo social, como econômico, como político.” (E5)

E9, considerando que possa haver interferências externas de caráter econômico ou político, sustenta que tais rebatimentos não serão efetivados se o ambiente interno da organização estiver fortalecido:

“Fortalecer o ambiente interno, não é? Você fortalecer seus grupos internos para que, se houver interferência externa, tanto econômica quanto política, você tenha, digamos, uma base de sustentação que não permita que algo aconteça que seja tão maléfico à organização. E nesse ponto, mais uma vez, vem a questão do diálogo.” (E9)

E2 e E12 defendem que deve-se ter um bom planejamento. E2 acha necessário ter um planejamento, pensar à frente, fazer uma reflexão de como o país e as cidades se constituirão. O conselho tem que ser proativo defensor da qualidade e atendimento à sociedade:

“Nós temos que pensar pra uma década, no mínimo, a gente tem que ter um planejamento a médio e longo prazo pensando o que vai ser daqui há dez anos, o que vai ser daqui há vinte anos, como que será o país, como serão as nossas cidades, como serão os estados, enfim.” (E2)

E12 acrescenta que a análise dos resultados exige um controle que ocorra em tempo real para que a organização seja bem sucedida:

“Pra que você tenha uma empresa bem sucedida você tem que ter um bom planejamento estratégico, uma boa gestão, um bom controle, um bom monitoramento, uma boa análise de resultados, pra que você, em tempo real, corrija os desvios.” (E12)

E3, E10 e E1 consideram a escuta, o diálogo, a participação como elementos importantes para garantia da sobrevivência dos órgãos reguladores. E3 cita outros conselhos profissionais como exemplos de organizações. Considera que é necessário demonstrar a importância do conselho e da participação da comunidade:

“É mostrando uma importância de uma entidade que vai comandar a profissão, o exercício profissional. Como deve ser feito isso? De uma forma participativa. Se você tiver a comunidade inteira, todos setores da nossa área participando, que eu acho difícil, mas não é impossível, eu acho que é uma forma de conseguir manter como é a OAB, como é a medicina. Criar benefícios também pra categoria, vincular a categoria com sindicato,” (E3)

“Eu acho que na nossa situação atual, através das parcerias, o diálogo para que possamos trabalhar juntos.” (E10)

E1 considera a capacidade de ausculta para atuar nas demandas que surgem, visto que as mudanças na sociedade ocorrem com muita velocidade:

“Eu acho que a nossa sobrevivência vai se dar na medida em que a gente conseguir ter uma capacidade, uma percepção de escuta, e de poder atuar nesse campo, nessas demandas que surgem. A gente não pode ficar alheio a nenhuma questão dessas, política, ideológica, das mudanças que tem. A gente está tendo grandes mudanças agora, que a gente não vê há muito tempo.” (E1)

As posições que E8 e E7 adotam se relacionam à Lei, porém, com pontos de vista completamente diferentes. E8 considera possível que tais adversidades venham a ocorrer e o caminho da resolutividade dos problemas é o convencimento em contraponto a obrigatoriedade da Lei:

“Se nós não fizermos pelo convencimento, não adianta baixar uma lei, nós estamos fadados a essas adversidades.” (E8)

E7 argumenta que o conselho sobrevive unicamente com a anuidade dos profissionais. Por outro lado, entende que o conselho deve ir além de seu papel como órgão fiscalizador garantindo alguns direitos do profissional. Tal posição se coloca porque em alguns estados da federação não existem associações ou sindicatos:

“Os conselhos sobrevivem unicamente e exclusivamente, quase 100%, de contribuição dos profissionais, o pagamento da anuidade. E o pagamento da anuidade é uma obrigação do profissional, que está garantido por lei. Mas mesmo assim a gente ouve muito uma pergunta: o que o CREF faz pra mim? O que eu ganho com isso?. Na verdade eu acredito que a gente possa, pra garantir a administração dos órgãos do sistema, garantir alguns direitos dos profissionais, mesmo sem ser nosso papel. Eu acredito que os profissionais eles tem esse anseio. Infelizmente, em alguns estados, nós não temos sindicatos, não temos associações funcionando, e os

profissionais acabam creditando tudo ao CREF, ao conselho de educação física.” (E7)

Ambiente externo

2. Que benefício a existência do sistema CONFEF/CREFs ainda poderá proporcionar aos profissionais de educação física? O que se deve fazer para que aconteça?

E14, E2, E13 e E4 trazem como foco principal o credenciamento, a exigência exclusiva ao profissional de Educação Física de poder exercer a profissão fortalecendo cada vez mais sua legitimação, tendo em vista a preocupação de que a sociedade seja bem atendida. E13 expressa a mesma linha de pensamento dos demais respondentes:

“O benefício principal é de permitir que somente profissionais de educação física exerçam a profissão. Outro é de aprimorar cada vez mais as normas do exercício profissional para que a sociedade seja atendida cada vez mais com qualidade. Outra coisa que pode ser feita é, como já foi dito anteriormente, é manter esse diálogo permanente pra poder estar sempre adequando às mudanças sociais, porque hoje em dia estão rápidas e são aceleradas.” (E13)

E9 e E4 mesmo não especificando o credenciamento defendem que é o que o Sistema já faz, colocando a sociedade como foco principal:

“Realmente é o que o sistema está fazendo. É essa preocupação eterna com a sociedade, não é? Nós temos essa missão, que não acaba nunca, nós temos que estar sempre prontos a atendê-la, nós temos que ser vigilantes sempre. Porque a profissão foi regulamentada, foi construída a profissão, mas quem deve fazer com que ela realmente deslanche, que ela aconteça, somos nós do sistema CONFEF/CREFs.” (E9)

“A sociedade passará a exigir o profissional de Educação Física quando conhecer a verdadeira dimensão da importante ação profissional.” (E4)

E3 e E10 reconhecem que o maior benefício é a própria existência do Sistema CONFEF/CREFs:

“Olha, o maior benefício, eu posso dizer a você, se não tivesse o sistema CONFEF/CREFs a nossa profissão não estaria nessa situação. Isso é ponto pacífico. A gente vê e sente no mercado hoje que a gente é mais respeitado, principalmente tirando só da área educacional, que era nosso grande mercado, hoje é ao contrário, a gente se valorizou muito, o CONFEF fez políticas, atitudes que resolveram muito, que engrandeceram muito a profissão, que valorizou a profissão.” (E3)

E10 cita que o Sistema propiciou uma mudança significativa em todas as áreas da Educação Física:

“Eu acho que a existência do sistema CONFEF/CREFs nos últimos doze anos, desde 1998, houve uma mudança significativa em todas as áreas da Educação Física. Com relação à sua credibilidade, sua importância diante da sociedade. Eu acho que o conselho deve continuar aí do jeito que está fazendo, atuando em todas as áreas, em todas as esferas, os CREFs nas áreas municipais e estaduais, e o conselho federal na área federal, para que constantemente esteja presente em todas as demandas e conflitos e... eu não sei se ideias ou ideologias, que ainda permeiam a nossa profissão, que ainda prejudicam.” (E10)

E1 e E6 acreditam na formação continuada como grande fator que beneficia o profissional:

“A gente tem discutido bastante isso, a questão da formação continuada do conhecimento é importante. Eu acho que a gente tem que estar um pouco ligado nisso, de alguma forma, levando o conhecimento. Não o conhecimento da faculdade, porque o cara vai ter que ter isso, e essa não é nossa função, mas que a gente possa levar isso para os profissionais. Eu acho que isso é uma coisa que o CREF pode proporcionar.” (E1)

E6 reforça a educação continuada, mas que é preciso de um grande planejamento para os próximos 10 anos:

“Eu acho que os benefícios, como nós falamos, o estudo constante do profissional. O conselho profissional hoje já faz uma atuação muito importante. Essa atuação dele, seja no aspecto político, seja no aspecto técnico da profissão, o conselho age. Os regionais agem muito bem. Creio eu que praticamente todos os regionais fazem algum trabalho levando a esse aspecto. Mas a gente precisa de mais. A gente precisa de sistematizar as ações do sistema. Pra isso um grande planejamento para os próximos dez anos.” (E6)

E5, E7 e E8 defendem que os órgãos reguladores devem ir além da fiscalização e prover outros benefícios para o profissional:

“Os conselhos, são entidades que podem extrapolar as suas ações. A sua ação primeira é a fiscalização do exercício profissional. Porém ele pode estar conseguindo convênios, pode estar conseguindo situação diferenciada em planos de saúde, seguro de vida para os seus registrados. Algumas coisas que nessa interface com a sociedade consiga facilitar alguns serviços que estão colocados e o conselho pode estar intermediando isso aí.” (E5)

E7 ressalta a questão salarial, o ambiente de trabalho, o fortalecimento da sociedade e do profissional:

“Eu acredito que nas parcerias dentro do sistema nós identificamos líderes. Posso dar um exemplo do CREF 8. Nós identificamos, entre os conselheiros, lideranças que futuramente assumirão o papel de presidente do sindicato do profissional de educação física do estado do Amazonas, e nós queremos que isso aconteça junto e em parceria com o CREF. Então eu acredito que tem muita coisa ainda por vir para beneficiar o profissional de educação física, na questão salarial, questão de ambiente de trabalho, etc. Então é fortalecendo do jeito que a gente tem atuado e tem procurado fortalecer, só temos a crescer, a sociedade e os profissionais de educação física.” (E7)

E8 ressalta que a obrigatoriedade da Lei ao registro profissional é insuficiente. O Sistema é um agente defensor do profissional que consegue abrir campo de trabalho:

“Primeiro, uma mudança de paradigma. O sistema tem que se tornar, urgentemente, e propagar aos quatro ventos, que ele é um agente amigo do profissional, defensor do profissional, e que abre campo de trabalho para o profissional. E que lá no final ele orienta e fiscaliza. (...) Se ele não fizer isso ele está fadado a ser extinto. Nós não podemos mais falar, “olha, você tem que se registrar no conselho porque existe a lei 9696”. (E8)

Ambiente externo

3. Qual deve ser a grande missão do sistema CONFEF/CREFs?

Em ampla maioria, os presidentes E14, E9, E5, E11, E12, E13, E2, E3, E7 e E4 se posicionaram de forma uníssona pela defesa da sociedade. E14 congrega a fala dos citados acima:

“Defender a sociedade para que ela seja atendida na área da atividade física por profissional de educação física. Essa é a missão nossa, é a missão que nós estabelecemos, a missão que nós identificamos dentro do trabalho, e a missão que está no nosso portal, e a missão que tem que estar na nossa testa, na ponta da língua”. (E14)

Nos conteúdos das respostas também identificamos em E11, E12, E2, E3 e E4, a grande preocupação em possibilitar a qualificação dos profissionais. Citamos E11:

“Eu acho que a missão do sistema CONFEF/CREFs é realmente a proteção da sociedade, garantindo atendimento por profissionais qualificados. (...) se projetar como um conselho novo (...), que está trazendo para os outros uma forma nova, uma forma nova de fazer o controle da profissão, muito mais através das parcerias e quebrando paradigmas (...) chegar junto ao legislativo, chegar junto ao judiciário”. (E11)

Além disso, outros elementos foram considerados por: E11 “uma nova forma de fazer controle” (...) “fazer parcerias”, (...) “quebrar paradigmas”; E13 “conscientizar os profissionais”; E10 “evitar agressões aos profissionais”; E6: “mostrar que o profissional agrega valores”; E8 “Unir a classe e amainar egos”.

Ambiente externo

4. Você está confiante quanto a capacidade de crescimento do sistema CONFEF CREF? E por que?

Os presidentes E9, E10, E11, E12, E13, E1,E2, E4, E5, E7, E6 e E14 estão confiantes quanto a capacidade de crescimento do sistema CONFEF/ CREFs. Consideramos que as respostas respectivamente de E9, E2 e E7 contemplam de maneira geral os demais:

“Estou plenamente convicto de que o crescimento e a evolução do sistema CONFEF/CREFS é algo que ninguém para. Basta ver os números. Nós éramos uma função, passamos a ser uma profissão, inicialmente, podemos dizer até assim, desacreditada. Hoje nós somos uma profissão respeitada no Brasil todo. Inclusive os outros sistemas profissionais estão olhando muito pra nós, e até copiando o nosso, a forma que nós nos portamos junto ao sistema, e como o sistema se porta junto aos outros sistemas e até à própria sociedade.” (E9).

“Ah, eu estou confiante porque eu notei que, ao longo dos anos, a nossa participação desde a época do movimento pela regulamentação, parecia uma causa impossível, e tem aquela frase, “não sabendo que era impossível, ele foi lá e fez”. (...) depois que nós conseguimos com toda dificuldade, com veto do projeto de lei, com toda dificuldade pra iniciar o sistema, a gente verificou que realmente foi uma tarefa muito difícil, pra chegar até onde nós chegamos hoje.” (E2)

“Os números provam o crescimento. Então eu acredito que conversando com o presidente do Conselho Federal, no início do ano a gente já pode bater os trezentos mil profissionais registrados nesses anos de existência. E os obstáculos eles tem, acredito, diminuídos. Hoje a exigência do registro profissional está sendo conquistada em cada espaço do profissional de educação física, desde as escolas, dentro dos clubes, das academias, do esporte, etc. Então a sociedade está sabendo cobrar, e os gestores estão entendendo essa cobrança e estão exigindo cada vez mais o registro profissional.” (E7)

Além dos motivos expostos acima relativos ao crescimento de profissionais registrados, a ocupação de postos de trabalho em academias, escolas, clubes, o reconhecimento da sociedade, o fato da alteração do exercício de uma função transformando-se em uma profissão regulamentada, o

respeito conquistado, a postura do sistema em relação à sociedade, tornando-se referencia para outros Conselhos, detalhamos outras razões. O presidente E10 cita o aumento da criação das faculdades de Educação Física:

“Completamente. (...) estou falando do meu estado a quantidade de curso de educação física que está crescendo. (...) Se existe um crescimento dos cursos de educação física é porque ainda existe um campo fértil pra ser trabalhado” (E10)

O presidente E14 também reforça que há crescimento, porém do número de alunos e da melhoria da formação:

“Com toda certeza. Eu estou confiante por razões, cada vez mais há interesse de pessoas cursando educação física, a identificação de que as escolas, os cursos de educação física estão cada vez melhorando a sua formação, principalmente criando bacharelados, ...” (E14)

E11, E12 e E2 iniciam as justificativas motivados pela trajetória histórica da regulamentação profissional. E11 reforça que as resistências à regulamentação tem diminuído:

“Veja, eu acredito que a medida que avançam-se os anos, a tendência é um crescimento. Porque nós tivemos, na hora da regulamentação da profissão, entendimento de profissionais, de vários profissionais, que defenderam essa questão de forma divergente. (...) Agora, então o aluno, ao entrar, ele já sabe que ele tem que fazer opção, qual vai ser o seu campo de intervenção. Então com essa questão, eu acho que as resistências elas vão diminuindo” (E11)

E12, a exemplo de E9, ressalta o avanço do sistema em relação aos demais conselhos:

“Eu não tenho nem dúvida. Eu acho que o sistema hoje, em termo profissional, foi o que mais avançou no Brasil. Apesar das dificuldades todas que a gente já colocou, mas é um sistema que mais cresceu no Brasil em relação as outras profissões. (...) tem mais de duzentos e cinqüenta mil profissionais, e a tendência, até o momento é propício, tudo está voltado para o crescimento da área do esporte, da área da educação física, da atividade física, esses próximos anos aí, seis, oito anos, a gente vai ter oportunidade de avançar bastante.” (E12)

E13 cita uma maior conscientização por parte da sociedade sobre a importância da prática da atividade física:

“Estou confiante. Primeiro porque a cada dia que passa a sociedade está mais consciente que precisa fazer exercício físico, que a prática de esporte é benéfica, que a saúde depende de uma vida ativa. Então isso vai promover, vai garantir o trabalho para o profissional de educação física, isso vai garantir que as faculdades continuem mantendo os cursos, ou ampliando seus cursos.” (E13)

E2, E7, E4 e E9 pontuam a relevância do Sistema para a sociedade. Registramos a resposta de E2:

“(...) realmente o sistema ele tem um papel fundamental , importante tanto para o profissional como para a sociedade. Hoje eu acredito que nós temos cumprido esse papel.” (E2)

E4, a exemplo de E3, reporta à sociedade a sua conscientização e também a melhoria da aproximação com os estudantes:

“Sim. Porque a sociedade já está compreendendo a importância e também começa a haver melhores aproximações com os estudantes e IES”. (E4)

E1 e E5 acreditam no aumento do número de registrados e nas ações promovidas pelo sistema:

“Eu sou confiante, (...). Eu acho que essa capacidade ela vem a cada dia aparecendo, seja pelo número de registrados e pelas próprias ações que a gente faz. Quais são os obstáculos do crescimento? As vezes os próprios inimigos internos, que a gente pode chamar da nossa profissão, nós mesmos”... (E1)

E5 ressalta a passagem do tempo acompanhado de aperfeiçoamentos para gerar o crescimento:

“Sim. Estou confiante, acredito que o sistema vai aperfeiçoando a medida que o tempo vai passando” (E5)

E6 considera que os profissionais precisam preencher postos de trabalho:

“Nós hoje cometemos um grande erro. Um erro que outras profissões da área de saúde não cometem. Eles abrem linhas e fazem novas ações profissionais, e os profissionais se agregam. (...) Como profissional eu vou responder a você que a nossa profissão precisa preencher campos de trabalho. (...) Mas eu acho que a gente tem sim possibilidade de crescimento.” (E6)

E3 está confiante quanto a capacidade de crescimento do sistema CONFEF/CREFs, citando a qualificação na área da gestão:

“...O profissional de educação física ele, infelizmente, ainda não tem a total gestão de alguns sistemas. Porque nós éramos professores, (...) A gestão mesmo, a gestão pública, política pública, tudo, a gestão nossa, agora que nós estamos organizando.(...). Então a gente não tem gestor ainda pra crescer nesse nível. Eu acho que o gestor é um sujeito que tem que estar preparado em tudo.” (E3)

Apenas um presidente não está confiante no crescimento do Sistema CONFEF/CREFs por ele estar se ocupando com problemas que não são de sua alçada:

“Eu não estou confiante que o sistema CONFEF/CREFs está numa linha certa e que pode crescer a passos largos (...) discutir problemas do conselho nacional de esportes, quando ele deveria estar no mercado de trabalho, é uma preocupação muito grande. (...) Então eu fico preocupado quando alguns discursos, eu não diria oportunistas, mas são (...) sem utilização prática nenhuma. E os grandes problemas que são mudar a nossa lei, que essa lei tenha propósito de fazer uma transformação interior no profissional, que nós tenhamos curso de capacitação, que nós tenhamos discussões com as instituições de ensino superior. Esse seria um mote importante, de fazer a ressignificação desses currículos básicos.”
(E8)

Subcategoria B4

5. Identifique os aspectos vitais responsáveis pelo sucesso do sistema em situações já ocorridas, e quais ações empreendidas pelo mesmo poderiam se repetir no futuro?

E2, E13, E3 e E8 ressaltaram a fase do associativismo, em cuja trajetória ocorreu a mobilização para a regulamentação da profissão, culminando com a criação do Sistema, como sendo o acontecimento importante para a existência da profissão. Estas respostas referendam as lutas empreendidas narradas nos capítulos 2 e 3 e reverenciam seus pioneiros. A seguir, citamos as duas respostas mais expressivas:

“A dedicação de cada um dos envolvidos desde o início, dos conselheiros, os pioneiros, depois os CREFs, enfim, houve uma participação muito grande de pessoas, de instituições, das

universidades, governos, (...) que é o resultado da somatória dos esforços aí que nós estamos avançando, consolidando o sistema, e fazendo com que a sociedade então passe a acreditar nesse processo.” (E2)

“É talvez a mais importante, foi a própria mobilização que criou o sistema. Mobilização da educação física, dos seus agentes, das suas lideranças. E essa foi, talvez, uma das mais importantes pra história da educação física no Brasil e no mundo. O esforço pra regulamentar a profissão através da lei 9696/98. Outra ação seria a continuidade da mobilização da categoria pra garantir que as leis fortaleçam o que foi criado, e não apareçam leis que possam prejudicar o sistema que está sendo criado e que está se desenvolvendo. Então a ação legislativa ela é fundamental.” (E13)

A “profissionalização” foi outra ação citada por E13 E8, E3,E7 e E14, valorizando-se a profissão e o profissional:

“Acho que as maiores ações que nós tivemos, que a gente tem que bater palma para o sistema, foram as ações políticas de não deixar a educação física ser extinta. (...) A primeira foi nos tornar profissão, coisa que nós não éramos.” (E8)

Apontou-se ainda o mobilização do sistema:

“Eu acho que a principal riqueza do conselho, do sistema CONFED é a sua mobilização, é o sistema de grupo que tem. Que todas as demandas que tivemos até agora, que era extremamente perigosa para a profissão, todos os CREFS se fizeram presentes aqui em Brasília para pleitear, reivindicar, exigir que aquela situação não continuasse.” (E10)

E3 a exemplo de E13 se reporta às leis, como resultado importante de ações políticas:

“O sucesso foi organizar, começar a organizar a profissão, (...) A gente começou a se organizar. Porque as outras profissões já estavam interferindo na nossa. (...) pra interferir diretamente no Congresso, como já está sendo feito, na Câmara, na Assembléia. Nós temos que participar politicamente.” (E3)

E14 aborda ações importantes nas esferas do poder, a democratização do sistema e cita também as parcerias e campanhas como importantes:

“Uma delas é essa democratização do sistema, quer dizer, do processo ser coletivo, de todas as nossas decisões, do sistema maior, a entidade maior do sistema ser, de fato, o plenário. (...) desenvolvendo as parcerias com todas as entidades. (...) poder executivo, poder judiciário, poder legislativo, porque nós estamos explicando o que é esse profissional de educação física, (...) campanhas de valorização da profissão, de valorização do profissional de educação física, de demonstração da imagem do dia primeiro de setembro” (E14)

Outros aspectos vitais responsáveis pelo sucesso do sistema em situações já ocorridas, foram as seguintes:

“Ter uma participação mais de grupo. (...) acho que essas reuniões que nós fazemos são importantes, mas a gente precisa ter um momento maior, tem que ter um espaço nesses encontros para que a gente troque as experiências, principalmente em termos de regiões...” (E12)

“Eu defendo a dinâmica que foi escolhida pelo sistema, (...) quebra de paradigmas em todas as instâncias, dentro das IES, poder legislativo, judiciário e executivo.” (E11)

“Eu acho que as campanhas que estão sendo feitas tem sido boas. (...) educação física escolar, mobilizando políticos, entrando com ações judiciais contra o estado, (...) tem a questão da obesidade, que vai ser o mote do ano (...) Se tu tem dados de obesidade infantil, de sedentarismo, e tu não tem educação física, isso está tudo muito interligado. Então eu acho que essas campanhas elas são importantes.” (E1)

“Audiências públicas e exploração da mídia de eventos realizados de efeitos positivos.” (E4)

“Bom, as ações nós podemos dividi-las em ações materiais e não materiais. Por exemplo, ações materiais seriam a garantia, a feitura da infraestrutura necessária para o sistema funcionar, montagem das sedes, contratação de funcionários, montagem de comissões, toda essa organização, compra de veículos, feitura de folieteria, fazendo divulgação desse sistema. Essas são ações materiais que a gente poderia colocar. E não materiais seriam a realização de eventos, como por exemplo, realização de congresso, participação em congressos, realização de fóruns de debates, vários eventos que foram criados.” (E5)

“Eu vejo ousadia no sistema. (...). Essa ousadia ela é fantástica. (...) nós devemos trabalhar o meio acadêmico.” (E6)

“(...) uma gestão com responsabilidade deve ser executada, e isso prova a responsabilidade, o crescimento maior. (...) Então eu fico muito feliz com os novos profissionais, porque eles já vêm com uma visão diferente dos antigos, dos que formaram há um pouco mais de tempo. Então acredito que parte desse crescimento vem em razão disso.” (E7)

As ações que deveriam se repetir no futuro foram enunciadas de formas diferentes, porém complementares:

“Ações políticas para não extinguir a Educação Física” (E8); “participar politicamente” (E12); “democratização e criando parcerias (E14); “a verdade como balizador”(E9); “mobilizar a categoria” (E10, E13, e E3); “eventos” (E5, E4 e E2); “gestão responsável” (E7); “campanhas” (E1) “garantir Leis que fortaleçam o Sistema” (E13 e E3); “ousadia do Sistema” e “quebra de paradigmas” (E6 e E11).

Síntese, principais questões e desafios apontados segundo as categorias e subcategorias

No que se refere à Categoria identidade profissional consideradas as subcategorias internas: formação, designação profissional, intervenção e reconhecimento, destacamos:

Subcategoria Formação

A subcategoria formação busca identificar os desafios que se colocam para a construção da identidade do profissional de educação física considerando sua trajetória da formação à intervenção profissional. Os posicionamentos dos entrevistados remetem aos cursos e instituições formadoras, e destacam como grande desafio, envidar esforços para proporcionar aos estudantes de cursos de graduação esclarecimentos sobre o conteúdo programático, as modalidades do curso e as áreas de atuação do profissional.

As influências familiares, dos professores e da mídia também são consideradas como importantes para definição da identidade profissional, portanto, sendo fatores que ocorrem antes mesmo da vida acadêmica universitária. Nas palavras de Rocha (2004. pág 257) “podemos assim considerar que qualquer processo de profissionalização requer um processo de social de construção identitária...” , e ainda remetendo a Dubar (in: Rocha, 2004, pág 257) no entedimento deste autor:

“(...) o processo de construção de uma identidade nunca se encontra terminado, mas em construção e reconstrução permanentes, na base de graus relativos de certezas e incertezas mais ou menos adivinhadas e controladas pelos sujeitos.”

Conforme vimos nos posicionamentos, os fatores mais destacados para a consolidação da construção da identidade profissional são: a orientação do itinerário acadêmico do Curso de Graduação em Educação Física, por parte das Faculdades e demais instituições formadoras, particularizando os itinerários específicos dos Cursos, que possibilitam a formação profissional em nível de bacharelado e/ou de licenciatura; a área de intervenção do campo da Saúde é apontada como ampliadora das possibilidades de intervenção do profissional de educação física, considerando a preocupação com a sociedade, para que ela possa entender a profissão e sua intervenção na área; e ainda registramos a importância da conceituação da educação física e, conseqüentemente, das designações “professor”/“profissional de educação física. A respeito da construção da identidade profissional e o papel das instituições formadoras esta vinculação encontra eco na citação de Petitat (in Rocha. 2004. pág. 141):

“(...) esta capacidade da instituição escolar de contribuir para a gênese de grupos profissionais é concomitante com a homogeneização cultural, mediante a imposição a todo o universo social da cultura letrada, matriz da cultura profissional.”

Sobre o itinerário acadêmico é importante esclarecer que, com a introdução do bacharelado em Educação Física, através da resolução 03/87, foi possível a obtenção de diplomas diferenciados, licenciatura e bacharelado. No entanto, houve equívocos na implementação destes dois tipos de formação de graduação no sentido de não caracterizar com precisão as competências da licenciatura e do bacharelado, como consequência da imprecisão da própria resolução 03/87. Posteriormente outra resolução, a de nº 01/CNE/2002, veio delimitar o campo de atuação profissional em que os licenciados deveriam

atuar exclusivamente na Educação Básica, e a resolução nº 07/CNE/2004 estabeleceu as diretrizes curriculares para o curso de bacharelado.

A área de intervenção do campo da Saúde e a conceituação de educação física e, conseqüentemente, das designações profissionais, serão discutidas a seguir.

Subcategoria Designação profissional

Podemos observar que através da subcategoria designação profissional se revela a importância do debate sobre a identidade epistemológica da profissão de Educação Física, a partir do questionamento sobre o termo mais adequado à identidade profissional, a partir dos diversos que foram propostos na literatura e no debate profissional: professor, educador físico; profissional de educação física; motricista; cineantropólogo; cinesiólogo; sociomotricista; psicomotricista e outros.

O termo “profissional de educação física” como visto anteriormente foi uma escolha unânime, considerando ser adequado à sua identidade profissional.

As razões se diferenciam aparecendo como motivos para esta escolha, o fato de contemplar todas as áreas de intervenção; termo consolidado no Brasil; termo mais abrangente, dentre outros.

Ulmann (1977) aprofundou a importância da educação física numa perspectiva filosófica, a relação corpo/alma e toda a complexidade da sua dualidade segundo as sociedades e as culturas.

Em reflexões semelhantes, segundo Marinho (1984), desde o tempo e o espaço da Grécia, havia o respeito e a consideração com aqueles que atuavam orientando a atividade física. Ao explicar a evolução do termo “educação física”, este autor afirma:

“o professor de educação física carrega uma pesada cruz, que é a sua própria denominação, socialmente pejorativa e profissionalmente estigmatizada (...) aceitar a denominação de professor de educação física, para os que se dedicam a educar a

expressão corporal do homem, a desenvolver a potencialidade e a riqueza dos movimentos com que a natureza o dotou, parece-nos o mesmo que chamar os psicólogos de professores de educação da alma ou da mente” (Marinho, 1984, p. 214).

A inadequação do termo mereceu debates no seio da educação física, tanto no Brasil como em nível internacional. No entanto, dentre os termos propostos, no Brasil o termo profissional de Educação Física, mesmo não sendo considerado ideal foi o que permaneceu, conforme os motivos acima apresentados.

Subcategoria intervenção

A subcategoria intervenção se direciona para a abordagem dos contributos das especificidades de atuação profissional da Educação Física para a afirmação de sua identidade profissional.

A partir das 7 especificidades da intervenção profissional (1.regência/docência em educação física; 2.treinamento desportivo; 3.preparação física; 4.avaliação física; 5.recreação em atividade física; 6.orientação de atividades físicas; 7.gestão em educação física e desportos), definidas na resolução nº 046/2002, que dispõe sobre a intervenção do profissional de educação física, suas respectivas competências e seus campos de atuação profissional, pudemos observar nas entrevistas que não houve presidente que contestasse as setes especificidades como contributivas para identidade profissional.

Os posicionamentos variaram quanto às razões pelas quais as sete especificidades serviram para dar sustentação à identidade profissional. Consideraram que as sete especificidades elencadas contribuíram para quebrar o entendimento da sociedade de que o profissional estaria restrito a somente uma das especificidades, seja ao esporte ou a área escolar. Consideramos que esta questão traz luz ao necessário debate sobre a abrangência da intervenção do profissional de Educação Física, uma vez que ao contrário de uma visão equivocada que restringe a atuação a uma das

especificidades, mostra que a amplitude das sete especificidades de atuação definidas se apresentam como um amplo campo de possibilidades a serem desenvolvidas de acordo com a área e o tipo de intervenção profissional.

Dentre as áreas de atuação houve destaque importante para o campo da saúde. Como reconhecimento da pertinência dos profissionais de Educação Física, como profissionais da área da saúde foi emitida a resolução 218/CNS/1997, do Conselho Nacional de Saúde:

“Além de destacar a importância da ação interdisciplinar nas diversas profissões, como atitude imprescindível ao avanço da saúde integral para a população brasileira, esta resolução reconheceu a Educação Física como área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem entre seus objetivos de estudo, as perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde. Ao apontar para a quebra do antigo paradigma da formação do professor de Educação Física, dedicado somente as questões isoladas do esporte, da recreação e da aptidão física, perspectiva a formação de um profissional habilitado e capaz de intervir na promoção da saúde e prevenção de doenças em diferentes contextos e níveis de ensino.” (Hallal et al. 2006, p. 93).

Os entrevistados concordam com a contribuição dos vários tipos de intervenções, mas reafirmam que a base da intervenção profissional é a atividade física, o movimento humano e as demandas da sociedade, elementos fortalecedores para o entendimento da identidade profissional. Chamam a atenção para o fato de que os profissionais precisam se qualificar para atuar, nos diversos campos, buscando as especializações.

Os conhecimentos sobre a humanidade e a ética são destacados como essenciais para a ampliação do conhecimento técnico específico, e que o profissional deve ter o domínio de todas as especificidades, pois as mesmas contribuem para a afirmação da identidade profissional.

Neste sentido, fica evidenciado que há uma estreita relação com a questão da formação profissional, tanto de graduação como de pós-graduação,

que, como vimos anteriormente, enfrenta grandes desafios, dentre os quais se destacam a necessidade de revisão e fortalecimento dos cursos por parte das Instituições de Ensino Superior.

Ao serem questionados sobre quais especificidades da intervenção do profissional de educação física que poderão gerar crescimento no mercado de trabalho, demandando mais profissionais de educação física, a ampla maioria considerou que a saúde é a área em que haverá maior crescimento. A justificativa se refere tanto ao fato de que o profissional de Educação Física já vem sendo mais requisitado para a área, como pela questão da obesidade como um dos problemas atuais da realidade brasileira:

“As recentes e transformadoras exigências que delimitam o perfil profissional, nomeadamente de profissionais preparados para atuarem como agentes orientadores de atividades físicas relacionadas diretamente na promoção da saúde das populações.(...) na atualidade a Educação Física está inserida na área da saúde, com cursos de graduação e pós-graduação consolidados” (Hallal et al. 2006, pp. 94-95).

Também houve a consideração de que todas as especificidades se expandirão, pois o país aumenta o seu contingente de pessoas idosas, exigindo o domínio por parte do profissional de todas as especificidades.

Encontramos ainda posicionamentos nas entrevistas que conjugam a área da saúde com várias especificidades, como o treinamento desportivo, a gestão, a orientação e a licenciatura.

O treinamento desportivo foi justificado em virtude dos megaeventos que o Brasil costuma sediar e ressalta também a área da saúde, que absorverá os profissionais de educação física principalmente pelos órgãos públicos.

Subcategoria Reconhecimento

A subcategoria reconhecimento identifica as ações que devem ser empreendidas para que os profissionais de educação física reconheçam o sistema CONFEEF/CREFs como consolidador da identidade profissional.

Dentre as várias ações consideradas pelos entrevistados, destaca-se o estabelecimento de parcerias com as Instituições de Ensino Superior, por intermédio de palestras e debates sobre a divulgação do sistema; as parcerias com sindicatos e associações e o desenvolvimento de outras ações que reforcem a valorização da informação e resguardem as garantias ao profissional. Foi reforçada a necessidade constante de posicionamento do CONFEEF, além da realização de campanhas e outras ações, que afirmem a entidade como produtora de boas ideias.

A pergunta formulada para esta subcategoria e a consideração das respostas nos remete para duas questões abordadas por Rocha (2004. pp. 154-155). Uma sobre estratégias que grupos profissionais acumulam e outra que Hughes (1996, in Rocha 2004) designa como “profissões estabelecidas” vinculadas à duas características, “licença” e “mandato”, decorrentes do fato de “estas profissões reclamarem a posse, em exclusivo, de um saber de natureza teórica e prática, obtido em instituições acadêmicas superiores”. Neste sentido, as respostas dos presidentes vêm ao encontro destas afirmativas ao destacar a necessidade de promover parcerias com as universidades.

Categoria 2 Representatividade

Subcategoria representatividade profissional e social

Sobre a categoria representatividade registramos inicialmente que sua ampliação no sistema CONFEEF/CREFs, tanto para os profissionais de Educação Física quanto para a sociedade, passa pela questão da informação, que se coloca como necessidade/dever da organização e como direito para os profissionais e para toda sociedade. É reforçada a importância de execução de

campanhas, como a de comemoração do dia do Profissional de Educação Física; a divulgação de informações nas mais diferentes formas de mídia, sobre a função, realizações e atividades do Conselho em níveis municipal, estadual e federal, que são ações consideradas necessárias para dar maior visibilidade da profissão para a sociedade e ampliar a representatividade do Sistema. Também é destacada a questão da saúde a ser trabalhada junto à sociedade, reafirmando que atividade física não é uma questão de estética, mas uma necessidade de saúde de todos, e que o profissional de educação física tem que estar consciente e qualificado para sua intervenção.

Outra estratégia identificada para ampliar a representatividade do Sistema é a potencialização das relações com as IES, especialmente junto aos acadêmicos, e a realização de eventos, como os congressos científicos, que por agregarem estudantes, profissionais de educação física e professores universitários proporcionam a possibilidade de fortalecer a profissão e seus órgãos representativos.

Podemos considerar que a representatividade veio sendo construída com o próprio processo de amadurecimento do movimento associativista na educação física. Como vimos no cap. 3, a representatividade da FBAPEF é considerada essencial para dar unidade nacional à profissão. E a questão da regulamentação profissional também é considerada elemento fortalecedor da representatividade profissional. Vimos que esse reconhecimento da representatividade profissional também se estende ao reconhecimento dos profissionais de Educação Física atuantes no sistema de ensino escolar. Também foi identificado que a partir da década de 1980 houve um processo de mudanças na FBAPEF e a instituição da instancia “congresso” foi fundamental para a ampliação da participação e do debate de vários temas caros à profissão, especialmente sobre a regulamentação da profissão. No entanto, alguns depoentes não consideraram que a representatividade das organizações profissionais seja significativa, alegando existir ainda um distanciamento dos profissionais de educação física.

O entendimento dos entrevistados se direciona para a compreensão de que o CONFEF, como órgão regulador profissional, tem a função de acompanhar,

analisar e se posicionar diante das resoluções advindas do CNE. No entanto, também consideram que as resoluções do CNE nem sempre são respeitadas pelas IES trazendo prejuízos aos profissionais, atingindo também os acadêmicos e os usuários. As inobservâncias do Ministério da Educação geram embates jurídicos entre os CREFs e as IES, mesmo que tenham firmado parcerias. Assim, consideram fundamental que haja compreensão e diálogo entre CNE e CONFEF, destacando que os conselhos profissionais têm amplo conhecimento dos problemas de sua intervenção profissional, e também consideram que problemas na formação profissional podem repercutir na legislação, tornando-se fator de tensão que pode gerar prejuízos aos profissionais.

“O recurso à força da Lei como instrumento de coação pacífico e representativo, quer do Estado, quer do efeito de legitimação pretendido, supõe o perfilhar de um padrão de legitimidade de tipo jurídico, positivo e institucional, que remete para o Estado como mediador das relações sociais .(...) toda argumentação se orienta no sentido de uma “luta pacífica” que não deixa, no entanto, de ser uma guerra, com o objetivo de obter um monopólio legítimo, reforçado pela ciência, e sancionado pelo Estado, fonte de toda legitimidade legal na sociedade moderna.(Rocha, 2004, pp.175-176).”

Outro fator que se relaciona à representatividade do CONFEF é a falta de uma clara compreensão sobre a atuação do órgão, seus alcances e limites, o que vem gerando dúvidas e equívocos. A maior dúvida ocorre pelo caráter recente da regulamentação profissional, que se agrava pela falta de informação sobre a competência entre os dois Conselhos (CNE e CONFEF). Desta forma, percebe-se a existência de equívocos por parte dos profissionais, que ainda atribuem ao CONFEF a responsabilidade pela existência de algumas resoluções que foram aprovadas pelo CNE. Isto implica na necessidade, já apontada, de reforço no aperfeiçoamento de canais de informação e diálogo, uma vez que consideram fundamental ouvir mais os profissionais, diminuindo os ruídos de comunicação.

Subcategoria intermediação de interesses

A intermediação de interesses simultâneos é inerente ao sistema CONFED/CREFS e se materializa na garantia do trabalho a ser exercido pelo Profissional de Educação Física, por ser um órgão regulador da intervenção profissional. Também se caracteriza pela garantia da qualidade de seus serviços à sociedade, inclusive com a punição de condutas profissionais inadequadas e de impedimento da atuação de leigos. Estas questões estão contempladas no capítulo 3, quando apresentamos o Código de Ética Profissional. Vários entrevistados reafirmam que além da fiscalização, a função precípua do Sistema é de defesa da sociedade.

A função do órgão regulador propicia maior segurança, mas alguns profissionais de Educação Física veem o Conselho como órgão regulador sem perceber seu papel fundamental de impedimento de ações por parte de leigos e curiosos. Esta situação encontra respaldo em Rocha (2004, p. 252) ao citar o princípio Durkheimiano “...que a consciência colectiva é da natureza diversa da consciência individual, perfilham a necessidade de uma espécie de “solidariedade mecânica” entre a classe, pela obrigatoriedade da obediência a princípios impostos aos sujeitos em nome do supremo interesse da profissão que abraçaram, entendida como uma espécie de natureza moral colectiva”.

Também foi exposto pelos entrevistados que ainda há um entendimento equivocado, de que o conselho é um mero arrecadador, fiscalizador e com forte caráter exclusivamente punitivo, o que precisa ser alterado, e para isso é necessário invalidar o entendimento de que os conselhos profissionais são órgãos de repressão. Estes, ao cumprirem a função de proteção da sociedade deverão divulgar a necessidade dos julgamentos dos processos éticos. Para tanto remetemos mais uma vez a importância do conhecimento e cumprimento do Código Processual de Ética.

Finalmente podemos dizer que a categoria representatividade nos faz reafirmar a relevância do sistema CONFED/CREFS no reconhecimento e legitimação do profissional de Educação Física na sociedade, principalmente na área da saúde. E também fica clara a necessidade de ações e interações

com outras profissões, e de ampliação do debate sobre interdisciplinaridade e equipes multiprofissionais.

Categoria 3 Gestão Democrática

Subcategoria “possibilidades”

A compreensão sobre gestão democrática e a identificação das ações que poderão contribuir para seu fortalecimento demonstram que predomina entre os entrevistados a consideração de que democracia supõe o estabelecimento de regras claras, o livre acesso à informação e a participação individual, coletiva e através de representantes, com liberdade de expressar posições. Estas posições encontram respaldo em Rodrigues (2004, pp. 259 - 260) ao dizer:

“uma das questões actuais na ciência política é perceber o lugar e o papel dos grupos de interesses, das associações económicas e profissionais, nos regimes democráticos (...) os discursos favoráveis à participação das associações de interesses subliam várias vantagens para o funcionamento dos regimes democráticos actuais”

As ações destacadas se relacionam ao aperfeiçoamento das regras que regem o Sistema CONFEF/CREFs, que oportunizem e incentivem a todos participarem no processo, e a utilização de recursos tecnológicos que propiciem o amplo acesso a informação. Outros posicionamentos destacam o voto como principal instrumento da democracia. E também encontramos uma preocupação com a necessária relação com a base, que deve ser de escuta atenta por parte do sistema, fazendo a ressalva de que nem sempre essa relação é efetivada. Problematisa as dificuldades de alguns conselheiros que não conseguem se informar sobre tudo o que acontece, prejudicando o diálogo, e a possibilidade de expressão desta base.

Subcategoria possibilidades

Sobre a fiscalização ético-profissional realizada pelos órgãos reguladores e os mecanismos a serem desenvolvidos para fortalecer o entendimento de que a postura dos integrantes do “sistema” deva circunscrever-se às posições ético-políticas, em contraponto às posições político-ideológicas, destacou-se nas entrevistas a defesa de posicionamentos coletivos que devem prevalecer sobre os pontos de vista individuais na tomada de decisões. Estas decisões coletivas precisam ser reconhecidas e defendidas por todos, incluindo aqueles que tinham anteriormente um posicionamento diferente. Também foi apontada a necessidade de equilíbrio entre as posições ético-políticas e os posicionamentos político-ideológicos, mas com a prevalência dos preceitos éticos da profissão e de posturas ético-políticas. Estas posições encontram respaldo em Beresford (2004. pp. 48-49) sobre a estrutura do Código de Ética, em seu dizer:

“A concepção filosófica se caracterizou por ter um enfoque científico e o propósito de servir de referência às identidades dos direitos e dos deveres como ordens e proibições nele contidas, em termos de assegurar o princípio de garantia universal aos seus beneficiários e destinatários. (...) todo profissional registrado no sistema CONFEF/CREFS pois, ao efetivar o seu registro em tal conselho, estará assumindo, perante a sociedade brasileira, ser suficientemente competente para agregar valor na sua intervenção social, ou seja, de saber, científica e eticamente, identificar e preencher positivamente as carências bio-físicas, biopsico-emocionais, biohumanas-morais e biosócio-históricas das pessoas praticantes de alguma atividade física sob sua orientação”.

Os mecanismos a serem desenvolvidos se relacionam à realização de um vigoroso trabalho de orientação e conscientização da sociedade e dos profissionais de Educação Física. Isto passa pela compreensão da importância da legislação e dos documentos balizadores do Sistema. Neste sentido, os documentos se constituem como parte importante da organização e o Código

de Ética é o principal referencial para o Conselho, sendo a capacidade de diálogo e comunicação elementos chave deste processo. Na aplicação do código de Ética destacam que os julgamentos de processos devem se pautar na ética profissional e que o papel das câmaras técnicas contribui para dar suporte e garantir maior isenção na tomada de decisão. Ainda reforçam a necessidade de realização de discussões ético-profissionais, com o apoio de palestrantes que reafirmem a garantia dos direitos dos usuários a um atendimento profissional ético e competente.

Subcategoria desafios

Ao serem questionados sobre como lidar com as correlações de forças desfavoráveis ao sistema CONFEF/CREFs, os entrevistados apresentaram elementos sobre as tensões que se fazem presentes, defendendo mais uma vez a necessidade de diálogo para o esclarecimento de pontos de vista, evitando ataques.

O primeiro elemento de tensão destacado se refere à defesa, feita por grupos ideológicos, de uma formação profissional na Educação Física, voltada especificamente para a licenciatura. Em contraposição a esta idéia, a defesa da profissão de Educação Física, que se amplia ao se inserir na área de saúde, deve ser evidenciada para a sociedade.

Outro elemento de tensão se caracteriza pela insatisfação gerada pela falta de resposta aos questionamentos direcionados ao Sistema, que faz com que os conflitos tomem maiores dimensões, fortalecendo informações originalmente inverídicas. Para esta situação é recomendado que o Sistema deva prestar esclarecimentos de forma mais ágil possível.

Também em relação aos possíveis conflitos enfrentados pelo Sistema é ponderada a necessidade de se conhecer as críticas, verificar a natureza destas, identificando se são de caráter pessoal, político ou técnico. Mais uma vez é ratificada a importância de o Sistema potencializar informações e esclarecimentos como forma de superar tais críticas utilizando os instrumentos

tecnológicos para clarificar para a sociedade ou segmentos sociais, qual é a verdadeira função do Conselho.

O diálogo é ratificado como essencial para a explicitação de posições, uma vez que muitas são fundamentadas em particularidades que estimulam o debate. Esta postura aberta ao diálogo evita ataques infundados, que sempre geram tensões, e também diminui a possibilidade de ações judiciais desnecessárias. Observamos a defesa de que o sistema CONFEF/CREFS tenha a tarefa de organizar e melhorar a profissão. Por isso o diálogo respeitoso entre posições divergentes é tão importante para o aperfeiçoamento da democracia. Também observamos a defesa de posições conciliadoras que tentam contornar os problemas como forma de evitar ataques e alcançar uma gestão bem sucedida

Também foi explicitada a necessidade de se absorver as críticas e de se manter uma postura aberta ao debate, como forma de se reverter situações desfavoráveis, e também como forma de reforçar a necessidade de argumentação e alinhamento do discurso ético com postura ética.

Ações de informação e conscientização sobre o significado do Sistema junto aos estudantes de graduação, desde o primeiro período do curso, são consideradas como forma de conter forças desfavoráveis presentes em algumas unidades formadoras, contribuindo para que os estudantes tenham a possibilidade de formar suas próprias opiniões e tomar suas próprias posições.

Por fim, foi possível identificar também considerações a respeito da evolução do Sistema, que defendem uma gestão profissionalizada que garanta um processo de avaliação constante. E esta avaliação positiva do Sistema é ilustrada pelo fato de que este tem sido referência para outros Conselhos profissionais, reafirmando importância da continuidade do trabalho que vem sendo realizado. Através da ação do Conselho a sociedade passa a compreender melhor a profissão e o profissional de Educação Física fortalece o seu auto-reconhecimento como profissional.

Categoria 4 “Fatores de desenvolvimento”

Subcategoria “Ambiente Externo”.

Partindo da consideração de que o ambiente externo das organizações se caracteriza por constantes mudanças no campo social, econômico e político, foi indagado aos entrevistados como garantir a sobrevivência dos órgãos reguladores da profissão diante de possíveis adversidades.

Nas adversidades do ambiente externo, a garantia de sobrevivência dos órgãos reguladores da profissão implica em considerar a importância da sociedade e do Estado de compreenderem o papel e as necessidades dos órgãos profissionais reguladores. Destaca-se o entendimento de que dificilmente a sociedade possa funcionar sem órgãos reguladores, considerando a democracia vigente. Em outras esferas dos segmentos da sociedade também são exigidos órgãos reguladores para a realização dos mais diversos serviços prestados à sociedade. Portanto, dificilmente as profissões deixarão de ter sua regulação. Foi exemplificada, neste sentido, a necessidade que o Estado sentiu na década de 1930 de controlar as profissões. Também foi reforçado que há necessidade de ressaltar a cientificidade da ação profissional objetivando atender à sociedade, cumprindo com eficiência a função para qual o conselho foi criado. Neste sentido parece corresponder ao que Freidson e Larson (in: Rocha, 2004, p. 160) “...salientaram como constitutivos das profissões no mundo moderno os processos de transformação interna que estas sofreram tendentes à afirmação de um novo critério de competência e sua ligação orgânica à universidade.” Neste sentido, Angelin (2010), citando Barbosa (1998), reconhece o conhecimento científico e técnico-científico como legitimador dos profissionais modernos.

As possíveis ameaças e as possibilidades de extinção da organização que foram apontadas pelos entrevistados, poderiam ser o desvirtuamento de suas funções ou as pessoas não conseguirem identificar o benefício proporcionado para a sociedade. As situações adversas que venham a ocorrer, de caráter político e econômico, que atingem a sociedade vão exigir dos

Conselhos adaptação às novas situações. Foi destacado ainda que possíveis rebatimentos negativos seriam concretizados caso o ambiente interno da organização não esteja fortalecido, sendo necessário para isso planejamentos de médio e longo prazos, além de análises e reflexões que levem a projeções de como o país e as cidades se constituirão.

Fica claro nas entrevistas que o Conselho tem que ser proativo e defensor da qualidade da intervenção e do atendimento às necessidades da sociedade. A capacidade de diálogo, a escuta e a participação são elementos importantes para garantia da sobrevivência dos órgãos reguladores.

Os entrevistados também consideram que é necessário demonstrar a importância do conselho, buscar aproximação com os sindicatos e criar benefícios para a categoria.

Argumentam que da mesma forma que ocorrem mudanças na sociedade com muita velocidade, também cabe ao Conselho acompanhar as mudanças e emitir posições da maneira mais ágil possível. Desta forma, o caminho da resolutividade dos problemas é o convencimento em contraponto a obrigatoriedade da lei. Foi também destacado que o Conselho sobrevive com a anuidade dos profissionais, o que é garantido em lei, mas que ele deve ir além de seu papel como órgão fiscalizador, garantindo alguns direitos do profissional, ainda que isto não faça parte de suas funções, pois como visto, em alguns estados da federação não existem associações ou sindicatos, e assim, os profissionais cobram do CREF a defesa de tais direitos. Esta posição revela que muitos profissionais possuem incompreensão ou não aceitação dos limites de um conselho profissional visto que este não tem, como o sindicato, a função de defesa de interesses econômicos e corporativos.

Também fica demonstrado nas entrevistas o reconhecimento de que sociedades modernas precisam de órgãos reguladores profissionais.

Foi indagado aos entrevistados que benefício a existência do sistema CONFEF/CREFs ainda poderá proporcionar para os profissionais de educação física e o que deve ser feito para que isso aconteça.

Os entrevistados trazem como foco principal o credenciamento como exigência exclusiva ao profissional de educação física de poder exercer a

profissão, fortalecendo cada vez mais a legitimação profissional e contemplando a preocupação de que a sociedade seja bem atendida.

A afirmação do conselho a serviço da sociedade é destacado não apenas como o que deve ser feito num nível ideal, mas é reconhecido como algo que o sistema já realiza. Assim, reconhecem que o maior benefício é a própria existência do sistema CONFEF/CREFs, que vem propiciando uma mudança significativa em todas as áreas da Educação Física.

Porém, também registramos nas entrevistas a consideração de que o conselho deva ir além da função principal de fiscalização, provendo outros benefícios para o profissional, a partir do estabelecimento de parcerias e convênios com Instituições de Ensino Superior, Instituições de Saúde, Sindicatos dentre outros, tais como: formação continuada, a questão salarial, plano de saúde, etc

Os entrevistados ainda ressaltam a necessidade de fortalecer a sociedade e o profissional, considerando ser o conselho o garantidor de postos de trabalho e propiciador da abertura de novos postos, sendo defensor também do profissional, com a ressalva de que a obrigatoriedade da lei ao registro profissional é insuficiente.

Quanto a grande missão do sistema CONFEF/CREFs as respostas se direcionam para a defesa da sociedade, para que ela seja atendida na área da atividade física por profissional de Educação Física que seja qualificado. Também registram preocupações com os profissionais e os esforços que devem ser envidados para alcançar maior união, conscientização, qualificação, melhor acolhimento e por fim, demonstrar que estes profissionais agregam valores. Esta proposição altruísta corresponde ao que Rodrigues (2004, pp. 243-245) explicita na definição de profissão: “tipo particular de ocupação que se distingue por um conjunto de traços ou características (...) orientação dos profissionais pelos valores do altruísmo, do desinteresse e do serviço público.” Também encontramos respaldo em Freire (2004, p. 230), que ao se referir às associações apresenta “...a entidade vocacionada para a produção de um bem ou para a prestação dos serviços na sua missão, a benefício final de uma população-alvo...”

Quanto a confiança na capacidade de crescimento do Sistema CONFEF/CREFS, praticamente todos os entrevistados se mostram confiantes, exceto um presidente, por considerar que o Sistema se ocupa com problemas que não deveria.

A confiança no crescimento do Sistema é inicialmente justificada pela motivação presente na trajetória histórica da regulamentação profissional. Reforçam que as resistências à regulamentação têm diminuído, havendo aumento do número de registrados. Também justificam que o Conselho vem alcançando seus objetivos por sua capacidade de maior crescimento, inclusive em relação a outros Conselhos Profissionais, tornando-se referência para os mesmos.

A importância da prática da atividade física, face à maior conscientização por parte da sociedade, e a relevância do Sistema para a sociedade, também reforçam a capacidade de crescimento do mesmo. O sedentarismo aparece como um elemento preocupante, e ao mesmo tempo, indicador da necessidade de ampliação da atuação do profissional de Educação Física na sociedade. A ocupação de postos de trabalho em academias, escolas, clubes; a conquista e o reconhecimento de uma profissão regulamentada e o respeito alcançado em relação a postura do sistema, junto à sociedade, são outros elementos considerados como fortalecedores deste crescimento. Também destacam a criação de novas faculdades de Educação Física, e conseqüentemente, de maior contingente de alunos demandando maior capacidade de aproximação com estes.

Subcategoria ambiente interno

Quanto a identificação dos aspectos vitais, responsáveis pelo sucesso do sistema em situações já ocorridas, e das ações já empreendidas que poderiam se repetir no futuro, foi destacada a fase associativista antecedente à existência do Sistema CONFEF/CREFS, em cuja trajetória ocorreu a mobilização para a regulamentação da profissão, culminando com a criação do

sistema, como sendo o acontecimento mais importante para a existência da profissão. Este fato encontra correspondência na afirmativa:

“a sociologia de produção dos grupos profissionais considera-os como constructos sócio-históricos e considera ainda que a produção social dos grupos é o resultado de um trabalho social do qual participa o próprio grupo, e não como um facto natural dado e necessário.” Rocha (2004, p. 147).

Neste contexto ganha relevo o sucesso das campanhas e das ações políticas empreendidas. Estas questões referendam a importância das lutas narradas nos capítulos 2 e 3 e reverenciam o papel destacado de seus pioneiros. Também a palavra “profissão” foi empregada pelos CREFs atendendo apelos diferentes, seja no sentido ora de fortalecer o Sistema, ora de valorizar a profissão ou o profissional. A ação do conselho junto ao sistema legislativo se reporta às leis, como resultado importante de ações políticas.

Outros aspectos vitais citados, responsáveis pelo sucesso do sistema em situações já ocorridas, foram os seguintes: ações nas diferentes esferas do poder, a democratização do sistema, as parcerias e campanhas. Estes aspectos vitais também foram apresentados no cap. 3 quando relatamos as diversas ações realizadas junto aos poderes legislativo e executivo, bem como as campanhas realizadas em torno da aprovação do projeto de Lei da regulamentação profissional.

As ações consideradas como importantes para se repetirem no futuro foram enunciadas de formas diferentes, porém complementares, tais como: ações políticas para não extinguir a Educação Física; participação política para ampliar a democratização; criação de parcerias; mobilização da categoria; realização de eventos e campanhas; execução de gestão responsável e ousada; garantia de leis que fortaleçam o sistema e a quebra de paradigmas em torno da formação profissional voltada exclusivamente para a licenciatura. Para estas ações, também é importante reconhecer sua correspondência à Monteiro (2004), referindo-se a Olson. Este último, afirma que uma organização

de sucesso deve possuir um sistema de oportunidades, e desta forma, a ação coletiva deve ter utilidade para seus membros.

Vimos neste capítulo que os presidentes dos Conselhos Regionais assim como o presidente do Conselho Federal praticamente não divergiram, apresentando suas respostas com bastante proximidade em suas posições. Nas perguntas em que se exigiam desdobramentos de ações, neste caso, foi apresentado um leque mais amplo de posicionamentos. Chama-nos a atenção que de fato a unidade de pensamento ocorreu, sendo reveladas em suas respostas as ações projetadas para o futuro. Exemplos: a saúde como uma especificidade que demandará a necessidade de maior número de profissionais a intervir; a confiança quanto a capacidade de crescimento do Sistema CONFED/CREFS; o entendimento da missão do Sistema; o entendimento do termo “Profissional de Educação Física” como a designação profissional a ser adotada; a compreensão de que as sete especificidades da intervenção (a regência, o treinamento desportivo, preparação física, avaliação física, recreação e atividades físicas, orientação de atividades físicas e gestão em orientação física e desportos) contribuem para a identidade profissional. Estas duas últimas (designação profissional e as sete especificidades) obtiveram unanimidade e as demais tiveram incidências por ampla maioria. Este quarto e último capítulo, principalmente pelo fato de ser resultado das entrevistas realizadas com os porta vozes atuais da profissão, conforme vimos em seu conteúdo, referendou os anseios dos profissionais que buscaram não somente a organização da categoria, como também a regulamentação da profissão, desde o período do associativismo. Destaca-se desta forma, o alcance dos propósitos perseguidos, e dos embates de uma profissão que vem sendo construída na sociedade brasileira buscando respostas aos novos desafios da realidade.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Esta tese apresentou uma trajetória histórica do movimento associativista dos profissionais de Educação Física no Brasil, que certamente não termina aqui. Participaram desta tecitura muitas mãos que consideramos cidadãos qualificados dotados de virtude comunitária. Ainda que as aspirações dos profissionais tenham se iniciado na década de 1940, foi no apagar das luzes no ano de 1985 do governo militar que se fortaleceu o movimento da categoria, acendendo as luzes da democracia.

Os profissionais de Educação Física têm em sua saga, uma história rica de percalços e tensões, que enfrentados, demonstraram capacidade de resistência e superação. Desvendar os caminhos trilhados relativos às representações organizativas de caráter associativista dos profissionais de Educação Física e Desportos, de uma das profissões mais antigas no Brasil, que remonta ao período colonial, como consta do capítulo 1, apresentou-se para nós como um imenso desafio. A história da educação física brasileira, aqui registrada, demonstrou que havia uma fragilidade de organização e de reconhecimento da profissão em sua fase inicial.

Entendemos que nosso objetivo geral, qual seja, desvelar os aspectos relativos às representações organizativas de caráter associativista dos profissionais de Educação Física e Desportos, considerando os contextos sócio-históricos que influenciaram e influenciam a busca da legitimidade da profissão e o processo de regulamentação desta, foi alcançado ao longo do desenvolvimento desta tese. Pudemos compreender a dinâmica sócio-histórica do movimento associativista, acompanhando o desenvolvimento das instâncias deliberativas das associações no seio da categoria, identificando a diversidade de espaços e funções profissionais e sua influência no tempo de consolidação da organização profissional. Isto nos permitiu apreender o rico caminho trilhado para o desenvolvimento alcançado pelas associações profissionais no âmbito da Educação Física na sociedade, tendo como norte a apreensão de seu processo de profissionalização, em contextos determinados e

diferenciados, demonstrando as influencias conjunturais em sua sedimentação, o que foi amplamente expresso pelos entrevistados.

Ao término da análise da pesquisa documental e empírica desta investigação foi possível afirmar, pelos resultados expostos, que em regra geral, houve uma forte unidade de pensamento em diversas questões e diferentes assuntos, ainda que houvesse tensionamentos nas defesas de posicionamentos, observados tanto na análise documental, como nos depoimentos e conteúdos das entrevistas.

A opção metodológica qualitativa propiciou uma liberdade de expressão aos entrevistados, que nos permitiu traçar um panorama bastante expressivo da “história viva” da profissão, antes que ela se perdesse. Tivemos o intuito de não só resguardá-la, posto que também a vivenciamos desde a década de 1980, até o presente momento, mas ainda deixá-la como herança para as futuras gerações de profissionais. Temos a satisfação do dever cumprido, da imprescindibilidade de tal registro e análise, pioneiro no Brasil, entretanto, temos ainda a clareza de que contribuímos com parte desta construção, em determinado tempo e conjunturas.

Ficou destacado no presente trabalho, pela opção metodológica eminentemente qualitativa, que a busca da regulamentação da profissão se consubstanciou em uma unidade de pensamento, visto que após desvelados os aspectos relativos aos anseios da categoria evidenciou-se a busca da legitimidade da profissão e o posicionamento desta na sociedade, o que demonstra o alcance do objetivo geral perseguido na investigação. No que tange aos objetivos específicos, trouxemos à tona os importantes resultados deliberativos das associações, as quais vieram se transformando perante a dinâmica da sociedade, e deixamos claro também que a conquista de novos espaços de trabalho e funções profissionais influenciaram de forma positiva na consolidação da organização profissional. Esta percepção foi possível pelo registro e análise da dinâmica sócio-histórica do movimento associativista, o que também contribuiu para revelar o processo de profissionalização da educação física.

Extrapolando o cenário profissional e alcançando a esfera política, matizes políticas diferentes e até mesmo antagônicas, não se colocaram indiferentes e contrárias à regulamentação da profissão. Apesar desta união em torno da regulamentação, a mesma sofreu o veto da presidência da República, em 1990, mas ainda assim os profissionais não perderam o foco. Mantendo constantemente a capacidade na obtenção de suas metas, continuaram firmes na luta, na busca de seu sonho, e, ainda que momentaneamente abatidos, prosseguiram e se fortaleceram. Evidenciou-se que as Associações estaduais tiveram papel relevante de levar adiante as questões principalmente da Regulamentação Profissional, quando as ações de encaminhamentos das decisões dos congressos por alguma razão não eram operacionalizadas pela instância nacional.

Mesmo considerando as dificuldades encontradas neste percurso, em 1996, ocorre a “Audiência Pública” promovida pelo parlamento brasileiro na cidade de Brasília, aberta à participação da sociedade, que pauta novamente a regulamentação da profissão de educação física, sendo aprovada pela esmagadora maioria. Evidenciou-se que as associações profissionais foram as protagonistas desta regulamentação, recebendo ainda o aporte do movimento “regulamentação já”, conforme apresentado no capítulo 3.

Destacamos também como resultado deste trabalho o registrado nos capítulos 2 e 3 que aponta a superação de um dos grandes desafios referente às dificuldades de vencer grandes distâncias geográficas (3.000 km) de um país de dimensão continental. De forma voluntária e com poucos recursos financeiros, houve grandes deslocamentos para se participar dos congressos da FBAPEF, que passaram a ser realizados a partir de 1985, resgatando-se não só a participação democrática, como evidenciando posturas de responsabilidade e compromisso para com o avanço da profissão.

Esta postura da categoria em vencer grandes distâncias para o fortalecimento de sua organização mantém-se até hoje junto ao sistema CONFEF/CREFs, com participações efetivas, também voluntárias, em suas plenárias estaduais e federal.

Foi desvelado, ainda, que os tensionamentos com o grupo “movimento de oposição à diretoria” da FBAPEF, presente nos referidos congressos, não significaram posicionamentos contrário à regulamentação da profissão, mesmo demonstrando seu descontentamento pela forma de condução desta temática por parte da diretoria da FBAPEF, fosse para estender as discussões, fosse para rever os projetos de lei sobre o tema.

A grande conquista na superação de tal desafio foi a Lei de regulamentação profissional, tema primordial de todos os embates materializados nas linhas e entrelinhas desta tese.

Verificou-se ainda que os posicionamentos dos presidentes dos conselhos regionais apresentaram coerência com os princípios estatutários de seu órgão unificador, o Conselho Federal. Outra característica importante se relaciona à composição dos cargos executivos, que a exemplo do movimento “apefiano”, é provida por pessoas em ações colaborativas, pois são profissionais de Educação Física que não recebem pagamentos por serviços prestados ao Conselho.

As reflexões realizadas sobre as formas de associativismo e ações coletivas foram relevantes para nossa análise sobre a trajetória da Educação Física, através da ampliação de nossa compreensão sobre a profissão que se fortaleceu na construção de organizações coletivas e na luta pela regulamentação profissional.

A condução do processo associativista das APEFs e da FBAPEF passou por questionamentos e foi tensionada, mas a realização dos congressos significou importante movimento de busca da revitalização e democratização da participação dos profissionais em suas entidades representativas. Isto nos leva a concluir sobre a importância da construção coletiva feita pela categoria profissional.

A importância dos caminhos percorridos pela categoria de profissionais de Educação Física no Brasil, para a constituição de um espírito e de um corpo coletivo, com a construção e aprovação do Código de Ética profissional, trazido no capítulo 3, foi expressão concreta deste processo coletivo.

Como outro resultado deste processo, podemos destacar a mudança na nomenclatura da entidade a partir dos anos de 1980, em todos os estados brasileiros: de Associações de *Professores* converteram-se em Associações de *Profissionais*.

Na análise e interpretação da documentação, realizadas no capítulo 2, assim como nos conteúdos das entrevistas apresentados nos capítulos 3 e 4, vimos que a identidade profissional foi forjada, construída e reconstruída pelo entendimento da designação profissional. O termo “profissional de educação física” passa a ser adotado desde 1985 pelas APEFs, institucionalizado na lei nº 9.696/98, e ainda hoje defendido, por unanimidade, pelos presidentes dos conselhos regionais e federal de educação física.

O estudo trouxe à tona, também, que o anseio de se tornar uma profissão, diversificando funções e espaços de trabalho fora da esfera escolar, provocou tensionamentos no seio do sindicalismo ligado à educação, que reivindicava para si o contingente de professores de educação física vinculados à escola, principalmente por ocasião das discussões sobre o tema “unicidade sindical”, como pudemos observar nos congressos da FBAPEF. A designação “profissional de educação física”, considerada adequada pelos presidentes dos conselhos profissionais, conseguiu sobreviver positivamente à crença de que ser somente professor bastaria para atuar como profissional liberal e atender demandas da sociedade, inclusive fora da escola.

A importância do atendimento à sociedade foi afirmada por todos os depoentes e entrevistados, como consta nos capítulos 3 e 4, sendo esta máxima um dos eixos centrais de toda a trajetória do caminho trilhado pelo movimento associativista (associações e conselhos), que também se coloca como linha mestra orientadora do Código de Ética Profissional.

Evidenciou-se nos capítulos 2, 3 e 4 que os dirigentes das Instituições de Ensino Superior de Educação Física tiveram papel importante na defesa da profissão e na conquista da regulamentação profissional. No capítulo 2 viu-se esta importância devido à organização das reuniões acadêmico-pedagógicas que constantemente pautaram a regulamentação da profissão. Após a aprovação da Lei da Regulamentação da Profissão em 1998, os dirigentes das

Instituições de Ensino Superior de Educação Física se somaram aos representantes das associações representativas de profissionais de Educação Física para participar da reunião de votação da primeira diretoria do Conselho Federal.

Dos resultados obtidos no capítulo 4, depreendemos que houve entre os 14 entrevistados, uma aproximação bastante forte em suas respostas. No que concerne aos quatro grandes eixos de análise, expressos nas categorias Identidade Profissional, Representatividade, Gestão Democrática, Fatores de desenvolvimento, o grande desafio considerado pelos entrevistados, para a construção da categoria “identidade profissional”, foi a necessidade, por parte das instituições de ensino superior de oferecer uma boa orientação aos estudantes de cursos de graduação, além de esclarecimentos sobre o conteúdo programático, as modalidades do curso e as áreas de atuação do profissional. Por esta razão, as instituições de ensino superior são citadas em outras subcategorias depreendendo que são importantes para o estabelecimento de parcerias com os conselhos regionais. A atuação dos dirigentes foi evidenciada na integração das instituições de ensino superior com os conselhos regionais e federal, visto que tais instituições são agências formadoras e fortalecedoras da identidade profissional.

Os benefícios proporcionados à sociedade foram defendidos, tanto pelo movimento associativista, através das discussões nos congressos, das leis e políticas públicas originárias das esferas governamentais, em nível estadual ou federal, como nas plenárias dos Conselhos Regionais e Federal. Relacionou-se, ainda, o fato de a regulamentação da profissão proporcionar ao mercado de trabalho, profissionais qualificados e registrados no Conselho, sob a égide de valores referenciados por seu Código de Ética Profissional, além de uma formação acadêmica por intermédio do bacharelado, que ampliou o quadro das intervenções especializadas.

A diversidade de espaços e funções profissionais foi apontada como importante para o fortalecimento da identidade profissional, pelos porta-vozes da profissão (entrevistados), pelos depoentes e ainda encontrada na

documentação dos congressos da FBAPEF, em pautas de organização de palestras, mesas redondas e temário de pautas deliberativas.

A representatividade como fator importante para o Sistema CONFEF/CREFS mereceu a indicação de campanhas para divulgar a profissão e as possibilidades de atuação. Neste sentido, a área da saúde foi reconhecida pelos entrevistados como sendo um promissor espaço de intervenção profissional, que veio robustecer a identidade profissional, o próprio Sistema CONFEF/CREFS, como ainda possibilitar o trabalho com outras profissões da área da saúde.

Sobre a dimensão política foi unânime o entendimento por parte dos porta-vozes da profissão, explicitado no capítulo 4, de que o Sistema CONFEF/CREFS acompanhe, analise e se posicione perante as resoluções do Conselho Nacional de Educação, pois este determina os rumos dos enquadramentos profissionais. O entendimento de que as ações, para intermediação de interesses do Sistema CONFEF/CREFS devam ser realizadas em prol da sociedade foi amplo, sendo que parte dos entrevistados entendeu que os profissionais deveriam também receber atenção por parte do Sistema CONFEF/CREFS.

A democracia foi um dos fortes fatores de desenvolvimento da organização associativista explicitada nos diversos congressos da FBAPEF, e também amplamente reafirmada e exaltada pelos depoentes e porta-vozes da profissão, nos capítulos 3 e 4. Apontada como um dos fatores de desenvolvimento que impulsionou a era da organização “apefiana”, encontrou eco nas repostas dos presidentes dos Conselhos Regionais, que reconheceram a democracia como indispensável para o Sistema CONFEF/CREFS alcançar o sucesso.

A missão do Sistema CONFEF/CREFS, de defender que a sociedade possa ser atendida por profissionais qualificados na área da atividade física, faz jus à bandeira histórica da regulamentação profissional, incansavelmente discutida como se viu nos documentos e pautas dos congressos da FBAPEF, sendo reforçada pelo Código de Ética Profissional. Reside aqui a regulamentação da profissão como a conquista mais importante para a

Educação Física. As respostas praticamente unânimes dos presidentes, quanto à confiança na capacidade de crescimento do Sistema CONFEF/CREFS, destacam que o alcance desta conquista somente foi possível pela ação coletiva conduzida pelos seus pioneiros. Seja em ambiente externo ou interno, o reconhecimento de que a profissionalização conjugada com o exercício da democracia e a constante preocupação em atender a sociedade, evita a extinção ou perda de espaços profissionais para a educação física.

A gestão democrática foi um quesito amplamente suscitado, seja pelo estabelecimento de diálogos, seja pela construção e implementação de valores éticos. Estes resultados nos permitiram a reflexão de que, os posicionamentos dos presidentes dos Conselhos Profissionais reguladores da profissão, reafirmaram dois cenários interessantes. O primeiro: ao Conselho cabe dar direção aos rumos profissionais, ainda que à revelia da tutela do Estado. O segundo: ao reforçarem as ações empreendedoras coletivas, agregaram princípios que potencializaram a gestão democrática, na busca da qualidade do serviço prestado aos beneficiários.

Extrapolando a tutela do Estado, buscou-se também a autonomia frente à força do mercado e patrocínios privados, visto que os próprios profissionais são garantidores de sua independência, pois efetuam seus pagamentos da anuidade do Conselho. A sobrevivência do Conselho regulador da profissão não depende de financiamentos externos e as anuidades convertidas em sua própria organização e funcionamento são submetidas à prestação de contas ao Tribunal de Contas da União, por serem autarquias.

A capacidade de diálogo, a escuta, o acesso à informação e a participação foram elementos tomados como importantes para garantia da sobrevivência dos órgãos reguladores, e para que o Conselho, de fato, se torne proativo e defensor da qualidade da intervenção e do atendimento às necessidades da sociedade.

Ainda que o sistema oficial de ensino do Estado Brasileiro permita a participação de profissionais não qualificados (sem curso superior de graduação) a ministrarem aulas, e em conjunturas recentes, tenha reapresentado propostas de redução de aulas de educação física e de torná-

las optativas, houve manifestações contrárias dos entrevistados. Suas respostas se direcionaram para a necessidade de valorização do profissional de Educação Física, apontando para a continuidade de realização de um vigoroso trabalho de orientação e conscientização da sociedade e dos profissionais de Educação Física.

Ficou claro, ao final do capítulo 4, que os porta-vozes da profissão defenderam que, as ações do Sistema CONFEF/CREFs devam gerar para a sociedade condições melhores, em função dos procedimentos profissionais específicos e de qualidade. Apontaram, também, demandas de dimensões éticas, como a necessidade de equilíbrio entre as posições ético-políticas e os posicionamentos político-ideológicos, mas com a prevalência dos preceitos éticos e de posturas ético-políticas da profissão. Por fim, entenderam os protagonistas do capítulo 4, que o Sistema CONFEF/CREFs devem direcionar seus esforços tanto para suas questões específicas, como também para as grandes questões nacionais de interesse da população brasileira, visto o entendimento de que as sociedades modernas precisam de órgãos reguladores profissionais.

A regulamentação profissional contribuiu por um lado para que a sociedade ampliasse a visão restrita da profissão de Educação Física, visto que, anteriormente, era relacionada quase que exclusivamente com o exercício profissional, em âmbito escolar. Acresce-se a esta situação o fato de que outras áreas de intervenção, como treinamento esportivo e academias foram invadidas por outros profissionais ou mesmo leigos, demonstrando a necessária continuidade de defesa da profissão. Por outro lado, a regulamentação contribuiu para a proteção da própria sociedade, que passa a ser atendida não só no sistema escolar, como em outras áreas, por profissionais qualificados e reconhecidos por esta regulamentação, dando maior visibilidade à amplitude da atuação profissional, reforçando a importância de uma postura ética consubstanciada no código de Ética Profissional.

O material produzido ao longo dos anos, os quais foram por nós analisados, permitiu-nos ainda a percepção da busca pela melhoria dos currículos, melhoria das práticas e avanços nas formulações acadêmicas.

Concluimos ao final deste trabalho que as categorias e eixos temáticos referenciados nos capítulos 2, 3 e 4, após a análise qualitativa empregada, nos permitiu considerar que as aspirações do passado se materializaram no presente e apontam para o futuro expressando um crescente reconhecimento e fortalecimento da profissão.

Considerando que as profissões estão em constante construção, para atender as novas demandas da sociedade é necessário que novos estudos sejam realizados para alcançarmos patamares mais elevados, seja no campo acadêmico ou jurídico. No caso da Educação Física esta necessidade se faz presente pelo que se depreendeu nesta investigação. Os projetos de Lei da regulamentação profissional, originalmente, contemplavam maiores especificidades, mas ao longo das discussões empreendidas, o projeto de Lei final ficou reduzido a cinco artigos, provocando imprecisões pelos olhares jurídicos, o que tem desafiado a atuação do Sistema CONFEF/CREFs, podendo acarretar prejuízos aos profissionais de Educação Física e por consequência, à sociedade.

Assim é importante que novas investigações sejam realizadas para identificar possíveis soluções que aperfeiçoem a atual Lei de Regulamentação da Profissão e contemplem, amplamente, as grandes áreas de intervenção profissional, exclusivas do profissional de Educação Física. Para tanto, será importante conhecer/cotejar as legislações específicas de outros Conselhos Profissionais, principalmente da área da saúde. Neste sentido apontamos a necessidade de pesquisas cujos resultados colaborem para a ampliação e aperfeiçoamento da estruturação e normatização da atuação profissional nesta promissora área para a atuação da Educação Física.

Este estudo não se ateve ao registro do que “foi”. Pelo contrário, nossa intenção também foi prospectar questões e desafios para o futuro, como mais uma contribuição desta minuciosa investigação para a categoria profissional em pauta. Desta feita, estão postos elementos de reflexão para novas avaliações e análises, e para que a atual e futuras gerações possam fundamentar seus estudos e tomadas de decisões.

A categoria buscou, com determinação, a realização de seus propósitos, daí a importância de se estudar os fatores que a levaram ao ponto em que hoje se encontra, em termos de sua organização, inserção nas instituições acadêmicas e inserção profissional na sociedade.

Contamos uma história a partir de seus protagonistas. E dar voz a eles representou a oportunidade de reverem suas trajetórias, suas participações e desempenhos profissionais, e mais, representou a oportunidade de se perceberem como sujeitos de seu tempo, de uma história particular, que lhes pertence, mas que, antes, foi fundamentalmente uma história humana e coletiva.

O que registramos é inédito e parte incontestavelmente importante de uma história ainda em processo de construção. Uma construção peculiar, genuína, contextualizada, com seus altos e baixos, confluências e divergências, erros e acertos, através dos anos, numa sociedade em constante transformação. Definitivamente, a saga de uma profissão!

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- Ackoff, R. (1999). *Ackoff's Best: His Classic Writings on Management*. New York: John Wiley & Sons.
- Adam Jr, E.; & Ebert, R. (1992). *Production and Operations Management: Concepts, Models and Behavior*. (5th ed.). New Jersey: Prentice Hall.
- ANDES, (2013). *Proposta do ANDES – SN para a universidade brasileira*. Brasília – DF: ANDES. V. 2. 4ª Edição.
- Angelin, P. (2010). *Profissionalismo e Profissão: Teorias Sociológicas e o Processo de Profissionalização no Brasil*. São Paulo. *Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, V. 3, n.1, jul/dez.
- Barbosa, R. (1947). *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. V. 10, t. 111.
- Barbosa, M. (1988). *Renascimento do Profissionalismo: alguns comentários*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo.14, 39.
- Barbosa, M. (1993). *A sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto*. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: ANPOCS Relume Dumará, 36.
- Barbosa, M. (1998). *Para onde vai a classe média: um novo profissionalismo no Brasil*. São Paulo: *Tempo social, Revista de Sociologia USP*. 10, 1.
- Barbosa, M. (2003). *As Profissões no Brasil e sua Sociologia*. Rio de Janeiro: DADOS *Revista de Ciências Sociais*. V. 46, 3., pp. 593-607.
- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70 , Ltda.
- Bento J. (2004) . *Desporto – Discurso e substância. Saberes do Desporto*. Porto: Universidade do Porto.

- Bento J. (2013) . Desporto – Discurso e substância. Belo Horizonte: Instituto Casa da Educação Física / UNICAMP- Centro de Estudos Avançados – Coleção CEAv Esporte.
- Beresford, H. (2004). Ética Profissional na Educação Física. Rio de Janeiro: Shape: CONFEF.
- Beresford, A. (2007). As associações de profissionais de Educação Física (APEFs) sob o prisma de valor: uma contribuição na busca da co-participação. X Simpósio Internacional. Campinas: Processo Civilizador.
- Blanchard, B.; Fabrycky, W. (2006). Systems Engineering and Analysis. (4th ed.). New Jersey: Prentice Hall.
- Bogdan, R.; Biklen S. (1994). Investigação qualitativa em Educação. Porto: Porto Editora.
- Boschi, C. (2011). Compreensão das Políticas Públicas Desportivas das Minas Gerais – Brasil à luz de contextos Culturais Vigentes. Tese de Doutorado da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Boschi, R. (1987). A arte da associação: Política de Base e Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Vértice.
- Boschi, R.; Diniz, E. (2000) Associativismo e Trajetória do Empresariado Brasileiro na Expansão e Declínio do Estado Desenvolvimentista. São Paulo. Teoria e Sociedade, 5, p. 48-81.
- Brasil. (1903). Decreto n.º 3.890/1901 de 1.º de janeiro de 1901. Approva o Código dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundario, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Brasil. (1942). Decreto n.º 19.890/1931 de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do Ensino Secundário. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional

- Brasil. (1970). Decreto-Lei n.º 997/1969 de 21 de outubro de 1969. Integra estabelecimentos isolados de ensino superior em Universidades das áreas geo-educacionais em que estão situados. Coleção das Leis da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Nacional.
- Brasil. (1998). Lei nº 9.696/98 de 1.º de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Diário Oficial da União, Seção 1, nº 168, 1.
- Bueno, E. (2003). Brasil: uma História – A incrível saga de um país. São Paulo: Editora Ática.
- Burenhult, G. (1995). Enciclopédia Ilustrada da Humanidade. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Burns, E. et all (2005). História da Civilização Ocidental. São Paulo: Editora Globo.
- Caldas, A. (2006). O Processo de Profissionalização do Fisioterapeuta: o olhar em Juiz de Fora. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- Calero, F. (1978). Para uma História Brasileira da Educação. Revista da Faculdade de Educação, 4(1), 35-61.
- Calmon, J. (1991). Memória Viva da Educação Brasileira. Brasília: INEP.
- Carvalho, M. (2007). Os Elementos Estruturantes do Regime Jurídico do Desporto Profissional em Portugal. Porto: M. J. Carvalho. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Cassirer, E. (1994). Ensaio sobre o homem: Introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
- Cavalcanti, K. (1984). Esporte para todos. São Paulo: Ibrasa.

- Chizzotti, A. (2006). Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Vozes.
- Claudino, R. (2010). O Gestor de Desporto numa época de mudança. Tese de Doutoramento da Universidade Técnica de Lisboa.
- Clerc, D. (1999). Decifrar os grandes autores da economia e da sociologia. Lisboa: Editora Pergaminho.
- Coelho, C. (1999). As Profissões Imperiais. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Conselho Federal de Educação Física - CONFEF. (2000). Código de Ética dos Profissionais de Educação Física. Consult. 04/Abr/2014, disponível em [http:// www.confef.org.br/extra/resoluções.asp?cd_resol=25](http://www.confef.org.br/extra/resoluções.asp?cd_resol=25)
- Conselho Federal de Educação Física - CONFEF. (2003). Código de Ética dos Profissionais de Educação Física. Consult. 10/Abr/214, disponível em [http:// www.confef.org.br/extra/resoluções.asp?cd_resol=103](http://www.confef.org.br/extra/resoluções.asp?cd_resol=103)
- Conselho Federal de Educação Física – CONFEF. (2006). Edital nº 1/2006 de 16 de março de 2006. Consult. 15/Abr/2014, disponível em <http://www.concursosolucao.com.br/editais/CONFEF.pdf>.
- Conselho Federal de Educação Física – CONFEF. (2008). CONFEF: 10 Anos Defendendo A Sociedade, Valorizando A Profissão (1998-2008). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Educação Física – CONFEF.
- Conselho Federal de Educação Física - CONFEF. (2013). Código de Ética dos Profissionais de Educação Física. Consult. 20/Abr/2014, disponível em [http:// www.confef.org.br/extra/resoluções.asp?cd_resol=326](http://www.confef.org.br/extra/resoluções.asp?cd_resol=326)
- Costa, A. (2012). Aula do Seminário da Comunicação e Desporto com a temática, Desporto e Religião do Programa Doutoral em Ciências do Desporto da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, 10 de maio de 2010.

- Diniz, M. (2001). Os donos do saber: Profissões e monopólios. Rio de Janeiro: Revan.
- Dubar, C. (2005). A socialização: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes.
- Freidson, E. (1996). Para uma análise Comparada das Profissões – a institucionalização do discurso e conhecimentos formais. Anpocs, p. 141-154.
- Freire, J. (2004). Associações Profissionais em Portugal. Oeiras: Celta Editora.
- Garcia, R. & Lemos K. (2005). Temas (quase éticos) de Desporto. Belo Horizonte: Casa da Educação Física.
- Gonçalves, C. (2007). Análise sociológica das profissões: Principais eixos de desenvolvimento. [Versão electrónica]. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 17/18, 177-224.
- Gohn, M. (2004). Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola.
- Gurvitch, G. (1982). As classes sociais. São Paulo: global editora e distribuidora Ltda.
- Grifi, G. (1989). História da educação Física e do Esporte. Porto alegre: D. C. Luzzatto Editores Ltda.
- Hallal, P. et al. (2006). Educação Física. In A. E. Haddad et al (Org.). A trajetória dos cursos de graduação na saúde. 1991-2004. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Horgan, J. (1998). O fim da ciência: uma discussão sobre os limites do conhecimento científico. São Paulo: companhia das Letras.
- Huizinga, J. (1980). Homo Ludens: o jogo como elemento de cultura. São Paulo: Perspectiva.

- Labra, M. (1993). Associativismo no Setor de Saúde Brasileiro e Organizações de Interesse do Empresariado Médico. Rio de Janeiro: Phisis. Volume 3. N. 2. p. 193-225.
- Labra, M.E. & St.Audyn, F.J. (2002). Associativismo, participação e cultura cívica. O potencial dos conselhos de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.7, n.3, p.537-47.
- Laraia, R. B. (2003). *Cultura um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Larson, M. (1977). *The rise of professionalism*. London: University of California Press.
- Machado, M. (1995). *Profissões de Saúde: uma abordagem sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. (1932). *A Reconstrução Educacional do Brasil: Ao Povo e ao Governo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Mann, P. (1979). *Métodos de Investigação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Marconi, M. de A.; Lakatos, E. (2009) *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas 6 Ed..
- Marinho, I. (1957). *Educação Física Recreação e Jogos*. Rio de Janeiro: Tip. Baptista de Souza & Cia.
- Marinho, I. (1980a). *História Geral da Educação Física*. São Paulo: Cia. Brasil.
- Marinho, I. (1980b). *Rui Barbosa Paladino da educação física*. Brasília: Horizonte Editora Limitada.
- Marinho, I. (1982). *A Ginástica Brasileira*. Brasília.
- Marinho, I. (1984). *Introdução ao estudo da filosofia da Educação Física e dos Desportos*. Brasília: Horizonte.

- Marinho, I. (s.d.). História da Educação Física no Brasil. São Paulo: Cia. Brasil.
- Melo, V. A. (1996). Reflexões sobre a história da educação física no Brasil: Uma abordagem historiográfica. Coletânea: IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física.
- Mintzberg, H. (1995). Estrutura e Dinâmica das Organizações. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Monteiro, A. (2004). Associativismo e Novos Laços Sociais. Coimbra: Editora Quarteto.
- Moreira M, & Oliveira A. (2008). Aspectos Histórico-Sociais da Educação Física . Manaus: UEA Edições/Editora Valer
- M'Pherson, P. (1980). "Systems engineering: an approach to whole-system design." Radio and Electronic Engineer..
- Nascimento, C. A. C. (2003). Um pouco de história do Curso de Educação Física da Universidade Federal de Juiz de Fora. In E. R. H. Martin, C. F. C. Júnior & L. D. Zacarias (Org.), Educação Física: memórias e narrativas em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Ed. UFJF.
- Nascimento, J. & Farias, G. (2012). Construção da Identidade Profissional em Educação Física: Da formação à intervenção. Florianópolis: Ed. da UDESC.
- Olson, M. (1998). A Lógica da Acção Coletiva: Bens Públicos e Teorias dos Grupos. Oeiras: Celta Editora.
- Pato, A. (Seminário da Comunicação e Desporto com a temática, Desporto e Violência do Programa Doutoral em Ciências do Desporto da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, 04 a 31 MAR 2010).
- Prattes, C.; Cabrini J. "O fortalecimento das organizações profissionais integrantes do sistema CONFEA/CREA – a experiência do Paraná". Disponível em: <http://www.confea.org.br/media/claudemir.pdf> Acessado em: outubro de 2014.

- Ribeiro, M. (1982). *História da Educação Brasileira – A Organização Escolar*. São Paulo: Editora Moraes Ltda.
- Rocha, C. (2004). *Da Botica à Universidade Continuidades e Mudanças na Construção da Profissão Farmacêutica em Portugal*. Porto: Legis Editora, Lda^a/Livpsic.
- Rodrigues, M. (2002). *Sociologia das Profissões*. Oeiras: Celta Editora.
- Rodrigues, M. L. (2004). Entre o público e o privado: associativismo profissional em Portugal, in J. Freire (org.), *Associações Profissionais em Portugal*. Oeiras: Celta, pp. 257-297.
- Romanelli, O. (1991). *História da Educação no Brasil (1930 – 1973)*. (13^a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Santim, S. (1990). *Educação física: Outros caminhos*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana.
- Sartori, S. & D'Acosta, L. (Org.). (2005). *Atlas do Esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape Editora e Promoções Ltda.
- Stenhilber, J. (2009). *FIEP 60 anos no Brasil*. Belo Horizonte: Casa da Educação Física
- Strauss, A. & Corbin, J. (1994). "Grounded Theory Methodology: An Overview" in Denzin, N. & Lincoln, Y. (Eds.) *Handbook of Qualitative Research*, California, Sage.
- Teixeira, A. (1966). *Educação é um direito*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Tojal, J. B. (1989). *Currículo de graduação em Educação Física: "A busca de um modelo"*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Tubino, M. (1992). *Uma visão paradigmática das perspectivas do esporte para o início do século XXI. Educação física & esportes: perspectivas para o século XXI*. Campinas: Papirus.

Tubino, M. (2002). As Teorias da Educação Física e do Esporte - uma abordagem epistemológica. São Paulo: Editora Manole Ltda.

Tubino et all. (2007). Dicionário Enciclopédico Tubino do Esporte. Rio de janeiro: SENAC Editoras.

Ulmann, J. (1977). De la Gymnastique Auxs Sports Modernes. Paris: Librarie Philosophique J. Vrin.

Valente, E. (1996). O conhecimento histórico. Coletânea: IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física.

Veyne, P. (1989). Como se escreve a história. Brasília. UNB.

ANEXOS

Anexo I – Documentos citados na tese

Associação dos Profissionais de Educação Física do Rio Grande do Sul. (1985). Estatuto Associação dos Profissionais de Educação Física do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Associação dos Profissionais de Educação Física de Minas Gerais (1988). Ata da Assembléia Extraordinária da APEFMIG. Belo Horizonte. P. 111

Federação Brasileira das Associações de Profissionais de Educação Física (1984). Carta de Belo Horizonte, FBAPEF & APEFMIG. Belo Horizonte. P. 117.

Resolução CFE nº 03 de 16 de julho de 1987. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Educação Física.

Parecer nº 15, CFE. De 11 de março de 1987. Dispõe sobre a reestruturação dos cursos de graduação em Educação Física, sua nova caracterização, mínimos de duração e conteúdo. Mauro Costa Rodrigues

Associação dos Profissionais de Educação Física do Rio Grande do Sul. (1985) Jornal do mês de maio. Porto Alegre.

Governo Federal, Presidência da República, (1990) Mensagem nº 11.

VI Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física. (1985) Ofício,

Comunicado: “Um Programa para a FBAPEF II Congresso – Fortaleza”,

Encontro Brasileiro dos Professores de Educação Física. (1985). Ofício nº 2 .

Encontro Brasileiro dos Professores de Educação Física. (1985). Resoluções aprovadas do 1º Encontro

(ExNEEF - Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física, 1985) boletim n. 3 P. 129

APEF-RS. (1986) Folheto (Associação dos Professores de Educação Física (APEF-RS, 1986) P. 130.

FBAPEF. (1985) Encontro programado pela FBAPEF em Brasília para o mês de setembro.

EBPEF & ExNEEF (1985) Comissão composta do (1º Encontro Nacional dos Professores de Educação Física) e alunos (A Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física) p

Documento 5 do VI Encontro dos Estudantes, boletim nº 3

ExNEEF (1985) Abertura da II Assembleia Geral Ordinária da Fbapef contando com a participação do presidente da FBAPEF o Sr. Valter Giro Giordano. (11 de setembro de 1985)

FBAPEF. (1986) I Congresso na cidade de Tramandaí no Rio Grande do Sul 7

APEF-RS. (1986) Folheto 8 da APEF-RS - "OPOSIÇÃO APEF/RS.

APEF-RS. (1986) Documento da APEF-RS, citando a FBAPEF

FBAPEF. (1986) Documento "Relatório II EBPEF / CONSELHO DE ENTIDADES FBAPEF JUL/86".

FBAPEF. (1986) Relatório do Conselho de Entidades da FBAPEF. Belo Horizonte.

" (MODF) (1986). "Movimento de Oposição à Diretoria da FBAPEF. (só p/ referencia)

MOD. (1986a) Documento (MOD) ao Conselho da FBAPEF

MOD. (1986b) Boletim (MOD) "Educação Física já" I Congresso da FBAPEF

MOD. (1986c) Folheto (MOD) “a luta começou” explicita: “Quem não gostaria que a nossa profissão fosse regulamentada?”

MOD. (1987a) Comunicado (MOD) “Um Programa para a FBAPEF - II Congresso – Fortaleza”, “porque elaboramos esta tese?”

MOD, (1987b) “A FBAPEF representativa e de luta, você pode construir – reunião aberta para formação de chapa” ... FBAPEF. (.....) II Congresso da FBAPEF - Fortaleza,

MOD. (1988a) Circular 29 de fevereiro de 1988 - “Circular Finanças”

MOD. (1988b) “Boletim da Oposição à Diretoria da FBAPEF”¹

FBAPEF. (1988) Conselho de Entidades (FBAPEF) 20 a 22 de maio em Ouro Preto. Reforma do estatuto (FBAPEF)

Correspondência CE (FBAPEF) “Renúncia de cargos”

MOD. (1988c) Comunicado (MOD) “Teses da Oposição à Diretoria da FBAPEF – III Congresso Brasileiro de Educação Física” “1.Na onda do individualismo e da omissão”

MOD. (1988d) “Manifesto aos professores e estudantes de Educação Física”, (outubro de 1988) “Para acordar a FBAPEF; O III Congresso não acha uma saída; O movimento é derrotado”

MOD. (1988e) “Circular da Oposição à diretoria da FBAPEF” (S/D), convocação (21 a 23 de abril de 1989) para o Conselho da entidade para a cidade de Vitória, capital do Espírito Santo.

APEF-RS, (1989). Circular para convocação do CE /FBAPEF

MOD. (1989a) Circular (MOD) “Introdução; avaliação do movimento; IV Congresso e Sindicalização”

FBAPEF. (1989) IV Congresso Brasileiro de Profissionais de Educação Física da FBAPEF 16 de julho de 1989 – Florianópolis - Santa Catarina

MOD. (1989b) Circular setembro de 1989 “Boletim da Oposição À diretoria da APEF-RIO” Situação da APEF-RIO e FBAPEF “FBAPEF: o futuro chegou!”; “FBAPEF SUDESTE” / “A FBAPEF e a LDB”.

FBAPEF (1984). Reformulação do estatuto da FBAPEF

APEF RS (1986). Boletim de número 13 e 14 – março / junho de 1986.

FBAPEF/CE (1986). Ata do Conselho de Entidades da FBAPEF. Tramandaí-RS

FBAPEF/CE (1987). Ata do Conselho de Entidades da FBAPEF.

FBAPEF (1987). Programa do II Congresso da FBAPEF

CHAPA 1 (1987). Propostas para o pleito eleitoral da FBAPEF

CHAPA 2 (1987). Propostas para o pleito eleitoral da FBAPEF

FBAPEF (1988). Programa do III Congresso. Recife-PE.

APEFMIG (1988a). Parecer de 21 de julho de 1988. Defesa para o credenciamento da APEFMIG ao III Congresso da FBAPEF. Recife-PE.

APEFMIG (1988b). Liminar n 00188019615 – 8 para o credenciamento da APEFMIG ao III Congresso da FBAPEF. Recife-PE.

FBAPEF/CE (1989). Conselho de Entidade - CE da FBAPEF de 21 a 23 de abril de 1989. Avaliação do movimento. Vitória – ES.

FBAPEF. (1989) Conselho de Entidades da própria FBAPEF - “avaliação do Movimento” Vitória – ES

APEF – SP (1989). Carta Aberta aos participantes do IV Congresso da FBAPEF. São Paulo-SP.

FBAPEF. (1989) IV CONGRESSO DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA Florianópolis, Santa Catarina, de 16 a 21 de julho de 1989

FBAPEF (1989a). Programa do IV Congresso. Florianópolis-SC.

FBAPEF (1989b). Moção de repúdio. IV Congresso. Florianópolis-SC.

FBAPEF/CE (1989). Conselho de Entidades da FBAPEF. Belo Horizonte (Sem quórum), participantes agregam-se à reunião da Diretoria. (DEZEMBRO)

FBAPEF (1990a). Circular nº 004/90. Porto Alegre-RS.

FBAPEF (1990b). Circular nº 005/90. Porto Alegre-RS.

FBAPEF (1990). Relatório de credenciamento de delegados. Belém-PA.

APEFMIG (1990). Documentação de pedido de credenciamento da APEFMIG ao V Congresso da FBAPEF,

FBAPEF (1990). Programa do V Congresso da FBAPEF

Projeto de Lei 4559/84 (posteriormente, 057/86) da Regulamentação da Profissão em 1989 no Congresso Nacional.

APEFMIG, repassando as informações da FBAPEF apresenta a seguinte redação: “22/JAN/1990 – em plenário do Congresso Nacional é votado e aprovado o veto do Presidente da República

Diário Oficial, (1990) pág. 438 Seção I, a mensagem nº 011 do presidente da República José Sarney

Conselho Nacional de Desporto sem considerar as manifestações deste mesmo conselho que ao receber em 1988 o processo nº 24.000.007835/85,

Parecer 215/87 do Conselho Federal de Educação.

FBAPEF. (1990) Diretoria da FBAPEF - Relatório emitido em 4 de julho de 1990.

FBAPEF/CE (1990). Ofício N. 013/90 para convocação para o Conselho de Entidades da FBAPEF em agosto. Rio de Janeiro-RJ.

FBAPEF/CE (1990). Reunião do Conselho de Entidades da FBAPEF em outubro. Rio de Janeiro-RJ.

FBAPEF. (1990) Documento da diretoria da FBAPEF Congresso de Belém “Marco histórico no Movimento Apefiano”

APEF-Rio. (1990) Ofício de nº 17/90 - “Recebemos dia 28/08/9 as propostas aprovadas no V Congresso Brasileiro”

APEFMIG (1990). Deliberação do III Congresso realizado no período de 15 a 17 de de junho de 1990.

FBAPEF/CE (1991). Conselho de entidades da FBAPEF - Cuiabá - 22 e 23 de fevereiro de 1991. “Caráter da FBAPEF e a unificação. orgânica da FBAPEF à CNTE”.

FBAPEF (1991). Documento “anexo 4” os relatos por parte dos representantes dos Estados presentes a reunião.

FBAPEF, (1991). Programa do VI Congresso da FBAPEF

APEF-DF, (1992) Órgão informativo da APEF-DF “Movimento” nº 01/1992, Deliberações do VI Congresso da FBAPEF - Belo Horizonte-MG.

FBAPEF/CE, (1991) Conselho de entidades da FBAPEF – Convocação da Diretoria ofício nº 009/91, o para os dias 15 e 16 de setembro de 1991 em Uberlândia-MG.

FBAPEF/CE, (1992). Conselho de Entidades. 21 a 23 de fevereiro de 1992. Maceió – AL

FBAPEF/CE, (1992) Conselho de Entidades. 23 a 25 de julho de 1992. Cuiabá – Mato Grosso.

FBAPEF (1992). Programa do VII Congresso da FBAPEF

FBAPEF. (1993) Boletim (Documento final do VII Congresso da FBAPEF, pág. 2 do Boletim “FBAPEF – Representativa e de Luta. Gestão 91-93. Fevereiro de 1993). Neste boletim - “FBAPEF – balanço da gestão”; “Documento final das deliberações do VII Congresso da FBAPEF, realizado em Cuiabá”;

FBAPEF. (1993) O of. Circular de nº 09/93 emitido em 13 de setembro de 1993 encaminha as deliberações da reunião do Conselho de Entidades realizado em 03 e 04 de setembro de 1993 em Brasília,

FBAPEF, (1994) O of. Circular de nº 003/94 da Diretoria volta a manifestar às Apefs estaduais a preocupação quanto a as ausências:

APEF-DF. (1994) fax emitido em 24 de junho pela Diretoria da APEF-DF com o seguinte comunicado: “(...) A indefinição do cenário político eleitoral com questionamentos junto ao Supremo Tribunal Federal – STF;

APEFMIG. (1994) Of. da APEFMIG emitido em 11 de julho de 1994 com o seguinte teor: “Comunicamos o adiamento do VIII Congresso Brasileiro da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais de Educação Física – FBAPEF.

APEFMIG. (1994) Propostas aprovadas no VI Congresso Mineiro que seriam apresentadas no VIII Congresso da FBAPEF,

FBAPEF. (1994) Antecedeu o VIII Congresso o Conselho de Entidades, no período de 03 a 05 de dezembro de 1994 evento este em que o Coordenador da Região Sudeste apresenta o seu relatório das atividades realizadas, informou e destacou a produtividade dos encontros realizados com as Apefs São Paulo e Rio de Janeiro,

FBAPEF. (1994) Presidente da FBAPEF cumpre sua tarefa deliberada no Conselho de Entidades ao apresentar o documento emitido em 06 de dezembro de 1994, no sentido de contribuir com as discussões no VIII Congresso.

FBAPEF. (1994). Programa do VIII Congresso da FBAPEF. “Educação Física no Contexto Multidisciplinar: Legitimar e Legalizar, uma Questão de Competência” (Fig. 10), é realizado em Brasília – DF no período de 6 a 11 de dezembro de 1994 o VIII Congresso da FBAPEF.

FBAPEF. (1994). Propostas aprovadas do VIII Congresso da FBAPEF

APEF-RS. (1996) Jornal da APEF – RS datado de 9 de julho de 1996 na cidade de Uruguaiana, contém várias informações aos associados sobre o seu 8º congresso realizado nos dias 22 e 23 de junho deste mesmo ano, Na chamada da matéria “ Deliberações fortes”

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, publica em 1995 “Recomendações para a elaboração de Projetos de Lei destinados a regulamentar o exercício de profissões”.

APEF-RS. (1995) Segundo o jornal da APEF – RS, ainda em 18/04/95, há o encaminhamento do Projeto de Lei à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, sendo nomeado o Deputado Maurício Requião, como relator,sofrendo pressão das APEF’s do RS e RJ na aceleração do trâmite.

CONGRESSO NACIONAL. (1996) ofício circ. Nº 456/96 datado a 01 de outubro de 1996, assinado pelo Deputado Nelson Otch Presidente da Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público convida para uma audiência Pública

FBAPEF. (1996) ,volta a cena e convoca o Período de 14 a 16 de outubro de 1996 para a capital do país, Brasília, o Conselho de entidades da FBAPEF contemplando a seguinte pauta: “1. LDB, encaminhamentos e

propostas; 2.Projeto de Lei 330/95 que trata da regulamentação da profissão; 3. IX Congresso da FBAPEF; 4.Eleição da nova diretoria para a FBAPEF; 5.Assuntos gerais.”

FBAPEF. (1996) Como resultado da falta de notícias e ausência de ações referentes aos encaminhamentos do VIII congresso por parte da Diretoria da FBAPEF, esta recebe uma “Advertência” datado em 17 de outubro, por parte das Apefs presentes ao Conselho de Entidades,

FBAPEF. (1996) Ata do Conselho de entidades realizado em Brasília-DF nos dias 14, a 16 de outubro de 1996, foi encaminhada para as Apefs sob a data de 22 de outubro de 1996, ressaltando que as propostas para a reforma estatutária da FBAPEF

FBAPEF. (1998) O novo presidente da FBAPEF eleito no IX congresso da FBAPEF em Porto Alegre emite em 30 de junho de 1998 a convocação para as Apefs referente a realização do “CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA,

FBAPEF. (1998) A seguir foi apresentada a pauta do 10º CBEF – X Congresso o Presidente informa que é o primeiro congresso que se realiza depois da aprovação da Lei que regulamentou a profissão. Conforme a ata deste Congresso,

FBAPEF/CE (1998). Conselho de Entidades – 09 de outubro de 1998.Poços de Caldas - MG

FBAPEF. (1998). Ata do X Congresso

FBAPEF. (1998) Em 14 de outubro o presidente da FBAPEF emite a convocatória com o seguinte título: “Eleições dos Membros do Conselho Federal de Educação Física”. Convoca as Apefs como de praxe,

FBAPEF. (1998) Chegando o dia 08 de novembro na ata desta reunião é registrada em seu caput: “Aos oito dias de novembro de 1998, às 10

horas, atendendo convocação feita pela Federação Brasileira de Associações de Educação física – FBAPEF,

O jornal do Senado nº 733 (14/ AGO/1998) em sua primeira página traz o título:
“Educação Física está regulamentada”.PL 4559/84

Anexo II – Categorias e perguntas do capítulo 3

Categoria 1.

Motivos e condições da criação da FBAPEF.

Categoria 2.

Fatores de desenvolvimento da FBAPEF.

- 2.1.Diretoria;
- 2.2.Estatuto;
- 2.3.Gestão de Conflitos;
- 2.4.Instâncias deliberativas

Categoria 3.

Temas de discussão da FBAPEF

- 3.1.Bacharelado;
- 3.2.Licenciatura;
- 3.3.Pós-graduação;
- 3.4.Regulamentação da profissão
- 3.5.Sindicalismo;
- 3.6. LDB;
- 3.7.LDBD.

Roteiro

- 1.Como você explica a constituição da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais de Educação física - FBAPEF?
- 2.Como explica e avalia a evolução da FBAPEF?
3. Como aprecia a organização e liderança do movimento "apefiano" ?
- 3.6. Como as lideranças se comportavam perante os conflitos ideológicos?

4. Por que regulamentar a profissão dos profissionais de Educação Física - EF?
5. Como ocorreram as discussões sobre a regulamentação da profissão?
6. Que dificuldades os profissionais enfrentaram para regulamentar a profissão?
7. Que representatividade tinha a FBAPEF face ao conjunto dos profissionais de EF pelo Brasil?
8. Acha que tem existido forte associativismo entre os profissionais de EF?
9. Como se apresenta o mercado de trabalho para o profissional de EF?
10. O perfil e a identidade do profissional de EF tem sido a mesma ao longo do tempo?
11. Como analisa o surgimento do curso de bacharelado para os profissionais de EF?
12. Quais os objetivos e orientações presidiram a implementação da pós-graduação, lato senso stricto senso?

Anexo III – Categorias e perguntas do capítulo 4

As categorias e subcategorias definidas foram:

CATEGORIA 1. IDENTIDADE PROFISSIONAL

Subcategorias A1: formação

Subcategoria B1: designação profissional

Subcategoria C1: intervenção

Subcategoria D1: reconhecimento

CATEGORIA 2. REPRESENTATIVIDADE

Subcategoria A2: representatividade profissional e social

Subcategoria B2: intermediação de interesses

CATEGORIA 3. GESTÃO DEMOCRÁTICA

Subcategoria A3: Possibilidades

Subcategoria B3: Desafios

CATEGORIA 4. FATORES DE DESENVOLVIMENTO

A4 Ambiente externo

B4 ambiente interno

Roteiro da entrevista**CATEGORIA 1. IDENTIDADE PROFISSIONAL**

SUBCATEGORIAS: formação; designação profissional; intervenção; reconhecimento.

- Formação:
 1. Quais são os desafios que se colocam para a construção da identidade do profissional de Educação Física considerando sua trajetória da formação à intervenção profissional?

- Designação profissional:
 2. Ressaltando o debate sobre a identidade epistemológica da Educação Física, de que forma poderá ser adotado termo mais adequado à identidade profissional?
(Professor / Educador Físico / Profissional de Educação Física/ Motricista / Cineantropólogo / Cinesiólogo / Sociomotricista / Psicomotricista /Outros)

- Intervenção:
 3. De que forma as 7 especificidades da intervenção profissional (1.Regência/Docência em Educação Física; 2.Treinamento Desportivo; 3.Preparação Física; 4.Avaliação Física; 5.Recreação em Atividade Física; 6.Orientação de Atividades Físicas; 7.Gestão em Educação Física e Desportos) contribui para a identidade profissional?

4. Em quais das especificidades da intervenção do Profissional de Educação Física acredita que poderá haver crescimento demandando mais profissionais de Educação Física?
- Reconhecimento
5. Quais são as ações que devem ser empreendidas para que os Profissionais de Educação Física reconheçam o Sistema Confed/Crefs como consolidador da identidade profissional?

CATEGORIA 2. REPRESENTATIVIDADE

SUBCATEGORIAS: representatividade profissional e social e intermediação de interesses.

- Representatividade profissional e social
1. Como ampliar a representatividade do Sistema Confed/Crefs diante dos profissionais de Educação Física e da sociedade?
 2. Entende que os órgãos reguladores profissionais devem se preocupar, acompanhar, analisar e se posicionar frente as resoluções emanadas do CNE que tratam da formação de seus profissionais?
- Intermediação de interesses
3. Considerando a natureza de Conselhos reguladores da profissão que ações devem ser empreendidas para a intermediação de interesses simultaneamente aos profissionais de Educação Física e proteção a sociedade?

CATEGORIA 3. GESTÃO DEMOCRÁTICA

SUBCATEGORIAS: possibilidades e desafios.

- Possibilidades

1. Qual é o seu entendimento de gestão democrática e que ações poderão contribuir para fortalecê-la?
2. Considerando que a fiscalização ético-profissional é realizada pelos órgãos reguladores, que mecanismos podem ser implementados para fortalecer o entendimento de que a postura dos integrantes do “Sistema” deva circunscrever-se a posições ético-políticas em contraponto às posições político-ideológicas.

- Desafios

3. Como lidar com as correlações de força desfavoráveis ao Sistema CONFEF/CREFs?

CATEGORIA 4. FATORES DE DESENVOLVIMENTO

SUBCATEGORIAS: ambiente interno e ambiente externo.

- Ambiente externo

1. O ambiente externo das organizações se caracteriza por constantes mudanças no campo social, econômico e político. Como garantir a sobrevivência dos órgãos reguladores da profissão diante de tais adversidades?

2. Que benefícios a existência do Sistema CONFEEF/CREF ainda poderá proporcionar para os Profissionais de Educação Física? O que se deve fazer para que aconteça?
 3. Qual deve ser a grande missão do Sistema Confef/Crefs?
 4. Você está confiante quanto à capacidade de crescimento/evolução do Sistema CONFE – CREFs? Por quê? Quais são os obstáculos para o seu crescimento?
- Ambiente interno
5. Identifique os aspectos vitais responsáveis pelo sucesso do “Sistema” em situações já ocorridas e quais as ações empreendidas pelo mesmo poderiam se repetir no futuro.